

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo



um contributo para a reflexão sobre a estratégia urbana
de **Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012**

Armando Alberto Ferreira Fernandes

Março de 2011

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo

um contributo para a reflexão sobre a estratégia urbana
de **Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012**

Orientadores

Prof. Cated. Manuel Correia Fernandes

Prof. Dr. David Viana

Armando Alberto Ferreira Fernandes

Março de 2011

Prefácio

Esta Dissertação constitui-se sobre o tema das Capitais Europeias da Cultura, designadamente na estratégia urbana das cidades perante a realização deste acontecimento.

Enceta uma análise reflexiva sobre o desenvolvimento urbano no último século, segmentado pelas diversas reformas urbanas, expondo a adaptação das cidades às novas realidades e na sua procura de uma nova identidade perante o mundo.

Sendo a Capital Europeia da Cultura evento alavancador e precursor da mudança, procura-se no estudo comparativo a justificação de tais mutações quanto ao perfil da cidade como do seu desenho urbano, dando nota do lastro deixado pelo acontecimento.

Tem como maior propósito a reflexão sobre a estratégia urbana de Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012.

Armando Fernandes

Mestrando no Curso de Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo

Agradecimentos

Aqui se prestam os devidos reconhecimentos a todos os que contribuíram e auxiliaram na elaboração da Dissertação.

Aos meus orientadores pela disponibilidade e apoio demonstrado, na cedência da informação e nos contactos indicados, na inestimável orientação no percurso do trabalho, com especial referência à partilha do conhecimento.

Às diversas individualidades das cidades estudadas, fosse na cedência de informação, relatos e conversas informais sobre o tema, às visitas guiadas, à disponibilidade demonstrada, em suma, a todos aqueles que contribuíram para a realização do estudo:

- Avignon: nos serviços de La Mairie, ao Director Adjunto da “Direction de la Politique Urbaine”, Mr. Malachane Bernard, ao Mr. José Gil (Arq.) do “Service Secteur de Sauvergardé” e ao Mr. S.Cardene do departamento de informática.
- Salamanca: nos serviços do Ayuntamiento, à directora da secção de Urbanismo e Vivienda, a arquitecta Paloma Abarquero Espina; à Dr^a Eva da Fundación Municipal Salamanca, Cidade de Cultura
- Porto: ao Prof. Cated. Manuel Correia Fernandes; à Arquitecta Susana Milão, da Escola Superior Artística do Porto.
- Guimarães: na Vereação da Cultura da Câmara Municipal de Guimarães, à Dra. Dra. Fernanda Abreu, e ao seu secretariado; do antigo Gabinete Técnico Local, ao Arquitecto Miguel Frasão e ao Sr Paulo Almeida; na Biblioteca e Arquivo Municipal, às técnicas de arquivo.

Ao Dr. Manuel Morais, do Centro de Documentação Jaques Delors, pelo seu auxílio na procura da documentação relativa às Capitais Europeias da Cultura.

Aos meus amigos Borja Boubeta, David Correia e Natacha Iglésias pelas traduções dos textos.

O meu muito obrigado!

Por último, uma palavra de agradecimento à minha família mais próxima, com especial dedicatória à Lúcia, pelo seu encorajamento e auxílio prestado ao longo do percurso académico.

Resumo

As transformações urbanas preconizadas para Guimarães no âmbito da sua nomeação para Capital Europeia da Cultura, em 2012, motivaram a realização deste estudo comparado entre esta cidade e outras três ex-Capitais Europeias da Cultura: Avignon; Porto e Salamanca. O reconhecido interesse destas estruturas urbanas e respectiva reconfiguração no contexto daquele evento de escala internacional enquadram o espectro de motivações para a concretização desta dissertação.

Aborda-se a mudança de paradigma inerente à adequação dessas cidades ao programa desenvolvido para a realização da Capital Europeia da Cultura, complementada por uma análise reflexiva sobre os momentos mais assinaláveis relativos a reformas urbanas paradigmáticas ocorridas a partir dos finais do séc. XIX. Neste sentido, são equacionados os efeitos que essas mudanças trouxeram para a "identidade" das cidades a partir da altura em que se equacionam novos conceitos - na maior parte das vezes entendidos como estratégias de ajustamento às novas realidades, circunstâncias, constrangimentos e desafios do mundo cada mais designado de «globalizado».

Questiona-se, para o efeito, a especificidade da noção de «regeneração urbana» ao nível dos procedimentos de actuação, implementação e transformação da cidade enquanto Capital Europeia da Cultura. Elabora-se, para uma melhor compreensão deste processo, uma síntese histórica sobre a realização do evento, quer no que diz respeito às acções de candidatura, quer dos diferentes mecanismos a ter em conta na sua concretização.

O desenvolvimento desta investigação comparativa implicou critérios de selecção e de análise transversais às cidades casos de estudo, de modo a que fosse possível obter resultados comparados. A pesquisa encetada centra-se na vertente da transformação da morfologia urbana, considerando aspectos políticos, sociais e económicos. Metodologicamente, a dissertação estrutura-se em dados obtidos a partir da observação de referências documentais (como os relatórios apresentados no âmbito da celebração do evento), dissecando as capacidades e os equipamentos criados, o desenho urbano e o "lastro" deixado nas cidades estudadas.

O propósito é o de consubstanciar os dados e a informação assim destilada, sistematizada em notas de síntese (ora autónomas, ora co-relacionadas entre si), num contributo para a reflexão sobre a estratégia urbana de Guimarães enquanto Capital Europeia da Cultura de 2012, principalmente em termos das estruturas vivenciais e das marcas de pertença [re]criadas nas acções urbanas programáticas preconizadas para aquele acontecimento.

Abstract

The urban transformations recommended for Guimarães in the field of its nomination for European Capital of Culture, in 2012, motivated this comparative study between this city and three other former European Capitals of Culture: Avignon, Porto and Salamanca. The great interest about these urban structures and their reconfiguration in the context of such event of international importance fits with a set of motivations for the realization of this dissertation.

It approaches the change of the paradigm intrinsic to the suitability of these cities to the program developed for the realization of the European Capital of Culture, complemented by a reflexive analysis of the most remarkable moments related to paradigmatic urban reforms that occurred from the end of the XIX century on. Therefore, it evaluates the effects that those changes brought to the “identity” of the cities since new concepts were considered – viewed most of the time as adjustment strategies to the new realities, circumstances and challenges of a developing “globalized” world.

For that purpose, it questions the specificity of the notion of “urban regeneration” in what concerns the performance procedures, the implementation and the transformation of the city as European Capital of Culture. And for a better understanding of this process, it draws up an historic synthesis of the execution of the event, from the application procedures to the different mechanisms necessary to its execution.

The development of this comparative study involved selection and analysis criteria, transversal to the studied cities, so that it was possible to obtain the comparative results. The initiated study focuses in the transformation of the urban morphology, considering politic, social and economic aspects. Methodologically, this dissertation structures information gathered from the observation of documentary references (such as the reports presented in the field of the event presentation), dissecting the capacities and the equipments created, the urban design and the “impact” left in the observed cities.

The purpose is to consolidate the data and the information thus “distilled”, organized in concise notes (some independent, other co-related among themselves), in a contribute to the reflection on the urban strategy of Guimarães as European Capital of Culture in 2012, mainly in terms of the living experience structures and the property signs [re]created in the programmatic urban actions recommended for that event.

Résumé

Les transformations urbaines préconisées pour Guimarães dans le domaine de sa nomination à Capitale Européenne de la Culture 2012, ont motivé la réalisation de cette étude comparative entre cette ville et trois autres Ex-Capitale Européenne de la culture: Avignon, Porto et Salamanca. Les intérêts reconnus de ces structures urbaines et leur reconfiguration dans le cadre de cet événement international correspondre aux spectres de motivations de réalisation de ce Mémoire.

La recherche aborde le changement du paradigme inhérent à la pertinence de ces villes au programme développé pour la performance d'une Capitale Européenne de la Culture, complétée par une analyse réflexive sur les moments les plus remarquables relativement aux réformes paradigmatiques urbaines qui ont eu lieu depuis la fin du siècle XIX. Dans ce sens, on assimile les effets que ces changements apportés à l'«identité» des villes de l'époque, qui sont assimilés à de nouveaux concepts - la plus part des cas, compris comme des stratégies pour l'adaptation aux nouvelles réalités, circonstances, contraintes et les défis auxquels fait face le monde, plus connus sous le nom de «globalisation».

On se questionne, à cet effet, la spécificité de la notion de «régénération urbaine» dans les procédures d'action, la mise en œuvre et la transformation de la ville comme Capitale Européenne de la Culture. On élabore, pour une meilleure compréhension du processus, un aperçu historique de l'événement, tant en ce qui concerne les actions d'application, soit de différents mécanismes pour prendre en compte dans sa mise en œuvre.

Le développement de cette recherche comparative a impliqué des critères de sélection et d'analyse des études de cas de toutes les villes afin qu'elles puissent obtenir des résultats comparatifs. Le volet de recherche initié se concentre sur la transformation de la morphologie urbaine, en tenant compte les aspects politique, sociale et économique. Méthodologiquement, cette dissertation est structuré de données obtenus à partir de l'observation de références de documents (tels que les rapports présentés dans le cadre de la célébration de l'événement), en disséquant sur la capacité et sur les équipements spécialement conçus, l'aménagement urbain et le «ballast» maintenu dans les villes étudiées.

L'objectif est d'étayer les données et informations ainsi distillée, systématisé dans les rapports de synthèse (parfois indépendants, d'autre fois co-liés les uns aux autres), contribuer pour un débat sur la stratégie urbaine de Guimarães en tant que Capitale Européenne de la Culture en 2012, principalement en termes de structures expérimentés et des marque de appartenance [ré] créés dans les actions urbaine programmatique proposées pour cet événement.

Resumen

Las transformaciones urbanas recomendadas para Guimarães en el ámbito de su nominación como Capital Europea de la Cultura, en 2012, motivaron la realización de este estudio comparado entre esta ciudad y otras tres ex-Capitales Europeas de la Cultura; Aviñón, Porto y Salamanca. El reconocido interés de estas estructuras urbanas y respectiva configuración en el contexto de aquel evento de escala internacional encuadran el espectro de motivaciones para la concretización de esta disertación.

Se aborda el cambio de paradigma inherente a la adecuación de esas ciudades al programa desenvuelto para la realización de la Capital Europea de la Cultura, complementada por un análisis reflexivo sobre los momentos más notables relativos a reformas urbanas paradigmáticas ocurridas a partir de finales del siglo XIX. En este sentido, son equiparados los efectos que esos cambios trajeron para la "identidad" de las ciudades a partir de la altura en que se equiparan nuevos conceptos- en la mayor parte de los casos entendidos como estrategias de ajustamiento a las nuevas realidades, circunstancias, limitaciones y desafíos del mundo cada vez más designado de "globalizado".

Se cuestiona, para el efecto, la especificidad de la noción de "regeneración urbana" al nivel de los procedimientos de actuación, implementación y transformación de la ciudad en cuanto Capital Europea de la Cultura. Se elabora, para una mejor comprensión de este proceso, una síntesis histórica sobre la realización del evento, tanto en lo que respecta a las acciones de candidatura como a los diferentes mecanismos a tener en cuenta en su concretización.

El desenvolvimiento de esta investigación comparativa implicó criterios de selección y de análisis transversales a las ciudades en los casos de estudio, de modo a que fuera posible obtener resultados comparados. La investigación desarrollada se centra en la vertiente de la transformación de la morfología urbana, considerando aspectos políticos, sociales y económicos. Metodológicamente, la disertación se estructura en datos obtenidos a partir de la observación de referencias documentales (como los informes presentados en el ámbito de la celebración del evento), diseccionando las capacidades y los equipamientos creados, el diseño urbano y el lastre dejado en las ciudades estudiadas.

El propósito es el de consubstanciar los datos y la información así destilada, sistematizada en notas de síntesis (autónomas o correlacionadas entre sí), en una aportación para la reflexión sobre la estrategia urbana de Guimarães en cuanto Capital Europea de la Cultura 2012, principalmente en términos de las estructuras vivenciales y de las marcas de pertenencia [re]creadas en las acciones urbanas programáticas recomendadas para aquel acontecimiento.

Índice

1. Introdução	
1.1. Objectivos, contexto temático, fontes e metodologias	23
1.2. Estado da Arte	25
1.3. Estrutura conceptual da dissertação	26
2. Mudança de paradigma – uma nova cidade	
2.1. Reflexões sobre o desenvolvimento urbano	31
2.2. Novas imagens de cidade	57
2.3. Regeneração urbana – um processo de transformação da cidade	70
3. Capital Europeia da Cultura – breve história e procedimentos	81
4. Estudo comparativo de Cidades Europeias da Cultura	
4.1. Critérios de selecção das cidades	101
4.2. Conceitos e metodologia na análise das cidades	103
4.3. A cidade e a realização da Capital Europeia da Cultura	
4.3.1. AVIGNON 2000 “arte e criatividade”	
4.3.1.1. História e a evolução da morfologia urbana	107
4.3.1.2. A organização, realização e os impactos do evento	119
4.3.1.3. As capacidades criadas, o desenho urbano e o uso dado	125
4.3.1.4. Nota de síntese	131
4.3.2. PORTO 2001 “pontes para o futuro”	
4.3.2.1. História e a evolução da morfologia urbana	137
4.3.2.2. A organização, realização e os impactos do evento	153
4.3.2.3. As capacidades criadas, o desenho urbano e o uso dado	160
4.3.2.4. Nota de síntese	166

4.3.3. SALAMANCA 2002 “cidade do pensamento, de encontro e do conhecimento”	
4.3.3.1. História e a evolução da morfologia urbana	172
4.3.3.2. A organização, realização e os impactos do evento	191
4.3.3.3. As capacidades criadas, o desenho urbano e o uso dado	197
4.3.3.4. Nota de síntese	200
4.4. Análise comparativa do estudo das Capitais Europeias da Cultura	205
5. Guimarães – Capital Europeia da Cultura em 2012	
5.1. História e a evolução da morfologia urbana	217
5.2. A organização do evento	238
5.3. O programa das infra-estruturas	243
5.4. Nota de síntese	246
6. Conclusão	250
Bibliografia	257
Índice de fotografias, gráficos, mapas e tabelas	269
Créditos	273

Siglas e Abreviaturas

UE – União Europeia

PE – Parlamento Europeu

CE- Conselho Europeu

CR- Comité das Regiões

COM – Comissão Europeia

CEC – Capital Europeia da Cultura

ECoC – European Capital of Culture

EC^yoC - European City of Culture

MoC – Month of Culture

DGOTDU – Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

INE- Instituto Nacional de Estatística

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

Unesco - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

CAEM – Centro de Artes Escénicas y de la Música

DA2 – Domus Artium 2002

1. Introdução

1.1. Objectivos, contexto temático, fontes e metodologias

A realização da presente dissertação insere-se no âmbito curricular do Mestrado Integrado em Urbanismo e Arquitectura na Escola Superior Gallaecia e enquadra-se no tema do Urbanismo, com o estudo de estruturas urbanas e do desenho que as suporta, recaindo sobre a 1ª Opção - Dissertação Científica.

A nomeação da cidade de Guimarães para Capital Europeia da Cultura em 2012 e o seu elevado interesse como cidade foram o mote para a realização da dissertação. Pretende-se que a dissertação constitua um contributo maior à temática investigada.

Um primeiro objectivo da dissertação é **a análise de cidades já nomeadas CEC**, nos seus objectivos, respectiva implementação dos programas previstos e resultados consequentes. Outro objectivo é **a análise não só da estrutura urbana das cidades, como das capacidades criadas no âmbito da CEC e do seu desenho**, permitindo a identificação de aspectos urbanos e dos valores intrínsecos do mesmo, valorizados e tidos em conta na realização deste tipo de eventos, **com resultados em casos de estudo**. O propósito maior será **o contributo que esta dissertação poderá dar à reflexão sobre a estratégia urbana da cidade de Guimarães** como Capital Europeia da Cultura 2012.

Na elaboração desta dissertação, o recurso a autores de referência são uma condição estruturante, de forma a enriquecer e a permitir a fundamentação dos conceitos utilizados. A pesquisa documental (BRUYNE, et al., 1991) junto de estâncias europeias¹ e a posterior análise, nomeadamente no que diz respeito à sua bibliografia específica sobre CEC, fornecendo os elementos necessários para o desenvolvimento da investigação, focando as cidades casos de estudo seleccionadas para a realização deste trabalho: Avignon, Porto e Salamanca. O estudo da morfologia urbana e do desenho urbano assenta em metodologias propostas por autores de referência e em informações gráficas recolhidas junto dos serviços de direcção de urbanismo das cidades estudadas.

¹ Centro de Documentação Jaques Delors, Centro de Documentação das Cidades Europeias da Cultura – Doc_ATHENS, European Cities of Culture – Policy Group, Centro de Documentação da Comissão Europeia.

No que respeita ao procedimento² metodológico previsto no projecto³ da tese, o mesmo concretizou-se, numa fase inicial, em leituras e em textos de autores de referência seleccionados, de forma a compor o quadro teórico e conceptual das temáticas alvitadas. Por condição do tipo de investigação, comparativa entre diversas realidades de cidade enquanto CEC, foram determinados uma série de critérios que suportaram a respectiva selecção e posterior análise.

Como técnicas de suporte considera-se a “*recolha de informação*” (QUIVY, et al., 1992 p. 14) relativa às cidades e aos seus conteúdos específicos, de forma a elaborar, a partir de uma breve contextualização histórica, uma análise à transformação da respectiva morfologia urbana. Posteriormente procedeu-se à identificação/análise das estruturas e capacidades criadas em contexto urbano no âmbito do evento CEC para cada uma das cidades casos de estudo através da “*análise documental*” (BRUYNE, et al., 1991 p. 14) dos diversos relatórios entregues à CE e dos trabalhos académicos relacionados com a temática e disponíveis nos centros de documentação europeus já referidos.

Metodologicamente a investigação dissecou por “*análise de dados*” (BOGDAN, et al., 1987 p. 74) obtidos de cada cidade caso de estudo para o efeito e desenvolve uma “*análise qualitativa*” (LESSARD-HÉBERT, et al., 1994 pp. 31-33), para cada contexto urbano das cidades estudadas.

Por fim, elaboram-se as conclusões particulares relativas a cada cidade, permitindo comparações e correlações entre as mesmas (QUIVY, et al., 1992 p. 244), possibilitando a identificação de aspectos a valorizar e a ter em conta enquanto contributo à estratégia urbana para a Cidade de Guimarães no âmbito do evento CEC em 2012.

² Determina os processos segundo o tema e conteúdos (QUIVY, et al., 1992)

³ Noção de projecto como visão global da investigação.

1.2. Estado da Arte

A problemática em causa é uma questão não muito evidenciada em estudos académicos, no que se refere directamente às potencialidades de um evento como a CEC na alteração de estruturas urbanas, ao nível dos equipamentos criados, por exemplo, bem como no desenho urbano da cidade. Existem uma série de estudos de teor documental no seio da UE⁴ sob a forma de apresentações; relatórios; estudos científicos ou de investigação, mas que, não obstante, constituem-se de matérias bastante abrangentes, designadamente em aspectos económicos, sociais e turísticos, logo, pouco práticas quanto à objectividade da arquitectura e do urbanismo, nomeadamente ao nível da estrutura urbana das cidades nomeadas.

A existência de investigações académicas, no âmbito de Provas Finais; Teses de Mestrado ou Doutoramento, que incidem sobre a morfologia, estruturas e desenhos urbanos inseridos em contexto urbano da cidade, no entanto, não incidem sobre a relação directa do evento sobre a morfologia/estrutura urbana da cidade e exposta no seu desenho urbano.

A componente afectiva à cidade de Guimarães, a actualidade do contexto cultural/urbano do evento como a nomeação de CEC, associado ao estudo académico em curso, resultaram numa proposta de investigação original, inovadora e singular da temática enquadrada.

Original pelo facto de não haver até ao momento, conforme resultado da procura nos diversos centros de documentação, biblioteca académicas visitadas, ou nos vários repositórios abertos das universidades portuguesas, estudos similares ao proposto, ou seja, uma ligação directa do evento Capital Europeia da Cultura e as suas consequências sobre a morfologia urbana da cidade.

Inovadora, pois permite aliar ao tema enunciado não só uma análise reflexiva sobre o desenvolvimento urbano da cidade ao longo do último século, como na identificação de novas imagens de cidade, assunto que se encontra na ordem do dia nas preocupações das cidades.

Singular, porque resulta também do estudo de uma análise comparativa de várias realidades de cidade europeia e capitais da cultura com algumas características idênticas nalguns aspectos da sua morfologia urbana.

Pela utilidade que este estudo revela, patente na apresentação de conceitos associados ao tema, alguns bastante contemporâneos, ao conhecimento de outras realidades comparáveis e aos efeitos sucedidos, possibilita um contributo à reflexão sobre a estratégia urbana da cidade, perspectivando uma intervenção no contexto urbano que perdure e seja uma mais-valia para quem habita, trabalha e vive a cidade de Guimarães.

⁴ Centro de Documentação Jaques Delors, Centro de Documentação das Cidades Europeias da Cultura – Doc_ATHENS, European Cities of Culture – Policy Group, Centro de Documentação da Comissão Europeia.

1.3. Estrutura conceptual da dissertação

A estruturação da dissertação teve, desde o início da sua realização, um certo número de requisitos, evidentes numa necessidade inicial de conhecimento de alguns dos conceitos inerentes e expostos ao processo de estudo, recorrendo para tal à bibliografia geral relacionada com o tema, bem como a uma bibliografia específica de autores de referência consubstanciando as noções e conceitos utilizados; o conhecimento dos procedimentos necessários para a realização de um evento como a CEC; a selecção de cidades já associadas ao evento e respectivas análises particulares; comparando os resultados obtidos; consubstanciem um possível contributo à cidade de Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012.

A dissertação assentou a sua estrutura conceptual em diferentes partes, que conjugadas e compreendidas, permitem consolidar o conhecimento sobre um evento como a da CEC, enquanto oportunidade para intervenção no contexto urbano da cidade ao nível da sua regeneração.

Na primeira parte da dissertação identifica-se os objectivos propostos e o respectivo enquadramento temático e metodológico no âmbito académico; expondo as diferentes fontes consultadas e o estado da Arte. A estrutura conceptual permite uma identificação das partes e a sua correlação com o fio condutor e objectivos pretendidos com o estudo em causa.

Na segunda parte, aborda-se a mudança de paradigma para uma nova cidade, estruturada na análise reflexiva sobre a transformação urbana a partir dos finais do séc. XIX, época de grandes mudanças e principizador de uma nova área de conhecimento: o Urbanismo; Equaciona-se identidades de cidades, a partir de novos conceitos, considerados como forma de actuarem face às novas realidades e circunstâncias do mundo globalizado; questiona-se a noção de regeneração urbana, quer pelo seu decurso evolutivo quer nos procedimentos de actuação, implementação e transformação da cidade.

Na terceira parte, desenvolve-se uma breve história da realização das CEC, tanto ao nível das acções de candidatura, quer dos diferentes procedimentos a ter em conta na concretização do evento.

Na quarta parte, procedeu-se ao estudo comparativo com a indicação inicial dos critérios subjacentes das CEC, casos de estudo, bem como dos conceitos e metodologias dedicados a análise dessas cidades; em cada cidade indicada, desenvolveu-se a pesquisa na vertente histórica referindo aspectos políticos, económicos e sociais, tendo especial atenção na respectiva transformação urbana ao longo do tempo; foi importante a análise documental dos relatórios presentes no âmbito da celebração do evento, percebendo as capacidades e os

equipamentos criados para o evento, permitindo notas de síntese para cada cidade. Por último refere-se a análise comparativa das diferentes CEC, casos de estudo.

A quinta parte foca Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012, na perspectiva que segue a mesma estrutura de estudo do caso de estudo anterior, mas denotando as devidas diferenças pelo facto do evento estar em fase de preparação. A nota de síntese sobre Guimarães centra-se na procura de uma nova imagem da cidade.

Por fim, a sexta parte, com as conclusões finais em que se dá nota das reflexões obtidas e em que se designam algumas observações e indicadores, de forma a dar um contributo para o processo de preparação de Guimarães enquanto CEC.

2. Mudança de paradigma – uma nova cidade

2.1. Reflexões sobre o desenvolvimento urbano

A procura de uma nova imagem de cidade desde os finais do séc. XIX. As cidades, de uma forma geral, estão a viver transformações acentuadas ao nível do seu tecido urbano, bem como nos aspectos económicos, sociais e ambientais. A inovação tecnológica (fotografia 2), nomeadamente com a evolução das telecomunicações, veio acelerar todo um processo de globalização até agora nunca observado, com as quebras das barreiras comerciais, o acesso à informação em tempo real, o desenvolvimento económico impetuoso dos grandes grupos económicos, apostando na sua expansão cada vez maior nos mercados mundiais, vem marcar de forma indelével a sociedade humana contemporânea, principalmente na sua forma de viver, se relacionar socialmente, e com as devidas implicações nos aspectos económicos e ambientais. (VEGARA, et al., 2004)



Fotografia 2 – imagens de um mundo globalizado

A cidade, como actualmente a conhecemos, é um processo de múltiplas transformações ao longo dos séculos, desde a sua génese, nomeadamente as da Europa, contudo a aceleração dos acontecimentos após a Revolução Industrial produziu um maior efeito, que antes eram impensáveis em tão curto espaço de tempo e em grande escala. O conhecimento heurístico e empírico do desenvolvimento ocorrido no último centenário nas cidades, aliado acontecimentos de ordem política, económica e social permitem reconhecer num âmbito mais alargado o seguinte quadro, identificando os diversos temas que estiveram na ordem do dia à sua respectiva época:

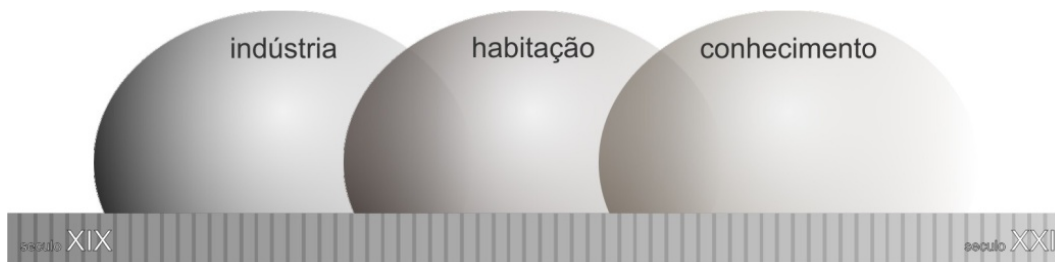


Gráfico 1 – esquema demonstrativo das preocupações da cidade do séc. XIX ao séc. XXI

Este apontamento (gráfico 1) circunscreve, na generalidade o teor das preocupações da cidade nos finais do séc. XIX e séc. XX, em que as temas enunciados se diluem uns nos outros, e que se misturam na sua cronologia a diferentes escalas de importância. Como tal, a sua apresentação e a sua referência, consubstanciam o fio condutor desta dissertação, tendo na sua na sua conclusão a sua devida fundamentação.

Uma forma de entender o planeamento urbano das cidades: a decorrência desta investigação, traduzida nos capítulos seguintes, teve em linha de conta as diversas noções e conceitos utilizados e assenta numa estrutura de apresentação de “modelos” (ASCHER, 1998 p. 155). A procura de autores de referência na matéria, promovendo uma leitura estratificada e comprovada de diversos temas (CHOAY, 2006), com uma outra, mais recente, a que diversos autores referem como “uma nova forma de mirar” (VEGARA, et al., 2004 p. 14) a cidade. A conjugação destas duas formas de entender a cidade permite a construção de modelos onde são identificados os ideais-tipo, que segundo ASCHER (1998) nunca existem na sua forma pura, denunciando nos discursos utilizados uma contradição, a de confrontação como de argumento para os referidos modelos, salientando a sua aproximação ao meio do seu eixo, da sua forma pura, servindo o urbanismo ao progresso e à defesa dos valores patrimoniais. Contudo, pelas características intrínsecas a cada modelo, corrente de pensamento ou escola urbanista, nem sempre é identificável o enquadramento mais correcto, permitindo todo o tipo de clivagens e favorecendo dogmatismos. A procura de uma sistematização de conceitos, enquanto formas de planeamento da cidade, encontram-se nos elementos textuais de diversos autores, com o reconhecimento dos referidos ideais-tipo, modelos, correntes de pensamento ou escolas que permitem desenvolver a reflexão, análise e a necessidade deste estudo, desenvolvendo com a noção do que ocorreu durante o último século em matéria de Urbanismo.

À procura de uma nova imagem de cidade desde os início do séc. XX. O termo Urbanismo, referido por Françoise CHOAY (2006), surge em 1910 por G. Bardet pela primeira vez⁵, com o intuito de promover o planeamento urbano da cidade industrial dos finais do séc. XIX. Esta preocupação de análise reflexiva e crítica, com características científicas, difere em parte de anteriores métodos da arte do desenho urbano. Aporta consigo a universalidade científica e metodológica para a resolução do planeamento da cidade maquinista, referida por CORBUSIER (2008) como o ponto de vista verdadeiro.

Com a invenção da máquina a vapor, consolida-se a revolução Industrial, transformando de forma permanente a sociedade do séc. XVIII, alterando o percurso do mundo ocidental. Factor dinamizador de mudanças, assiste-se, à época, ao êxodo de populações rurais em direcção às cidades, produzindo fluxos migratórios substanciais, desenvolvendo assim o seu tecido urbano sobre a estrutura urbana medieval/barroca nas cidades da Europa, o aproveitamento de capital e do valor do trabalho como factores de produção, a separação de classes entre a burguesia e o proletariado, o distanciamento social entre o campo e a cidade, sendo esta última caracterizada pelos bairros burgueses sofisticados e os bairros do proletariado com condições frágeis de habitabilidade (CHOAY, 2006).

O crescimento da cidade, no seu desenvolvimento e respectiva adaptabilidade a estas novas realidades são traduzidas, como exemplo, nos planos de Haussman para Paris, de Cerdá para Barcelona ou de Otto Wagner para Viena, e que vieram despoletar um novo sentido de observação e reflexão crítica, emergindo na nova sociedade industrial pensadores e críticos da cidade de então em transformação.

Segundo CHOAY (2006), estes dividiam-se em dois grupos: os com postura humanista, representados pelos membros da sociedade civil que assistiam diariamente aos problemas da população, como médicos e higienistas, por exemplo, que assistiam às maleitas provocadas pelo trabalho; um outro, os polemistas, representados pelos pensadores políticos, que denunciavam a degradação das condições de vidas da população, com sentido crítico à sociedade industrial que se impunha. Como a autora salienta, a construção de uma nova cidade assenta na dicotomia entre a nostalgia, o passado, e o progressismo, o futuro, a sua projecção espacial resulta uma imagem de cidade futura, referindo-os ou designando-os como “modelos” (CHOAY, 2006 p. 7).

Situando-nos no período temporal em questão, meados e fins do séc. XIX, estes modelos, em termos de conceitos urbanos, constituíam-se ainda numa fase de pré-urbanismo que derivavam em dois tipos: o modelo progressista, reconhecido em autores como Fourier (1777-1837), Owen (1771-1858), Richardson (1828-1896), Cabet (1788-1856) ou Proudon (1809-1863), identificando-se com uma cidade de certos requisitos: predominância de espaços

⁵ Referência enunciada no boletim da sociedade geográfica de Neufchatel (CHOAY, 2006 p. 2)

abertos, de diversos vazios e povoado com manchas verdes, com os espaços urbanos divididos conforme a análise das funções humanas, como a habitação, o trabalho, a cultura e o lazer (CHOAY, 2006). Outro autor, François Archer, confina a sua análise, na sua publicação “*Metapolis*” (ASCHER, 1998), em que os valores progressistas se orientavam pelo progresso, na higiene e no meio ambiente, da eficiência e de técnicas.

Já no modelo culturalista, com autores como Ruskin (1818-1900), Morris (1834-1896) e Howard (1850-1928), a cidade teria de estar circunscrita aos seus limites interiores, havendo para tal uma marcação, um limite reconhecido, separando a cidade da natureza, à semelhança das cidades medievais com os seus limites amuralhados, envolvidos pela mancha verde dos bosques e dos campos, não havendo qualquer geometria dentro dos limites, apenas identificados numa estrutura de tipo orgânica, em que a construção não poderia ser susceptível a repetições, e que cada caso era específico, particular às pessoas que iriam utilizá-lo (CHOAY, 2006). Este modelo é corroborado por ASCHER (1998 p. 155) como o que privilegia os valores culturais tradicionais (ASCHER, 1998 p. 235).

Com a Revolução Industrial em plena consolidação, aprofundando o distanciamento das várias classes sociais, verificou-se o aparecimento de movimentos revolucionários em defesa do proletariado, classe tida como uma das mais desfavorecidas na estrutura da sociedade industrial. Os pensadores políticos de referência e este “*não modelo*” (CHOAY, 2006 p. 15), como Marx e Engels, tinham como objectivo principal a defesa das condições de vida do proletariado mantendo contudo a referida projecção espacial da nova cidade num processo de indeterminação (CHOAY, 2006 p. 16). Não tinham nenhum modelo urbano associado ao movimento, tendo exclusivamente interesse em resolver as diversas questões, nomeadamente a dignificação da classe do proletariado e nivelar as diversas classes sociais.

Uma nova área do conhecimento - O urbanismo: segundo CHOAY(2006), podemos entender as diferenças entre o pré urbanismo e urbanismo pela forma como se abordam o planeamento urbano nas suas épocas correspondentes. O pré urbanismo, numa fase ainda preparatória das políticas para as novas cidades da sociedade industrial, eram observadas como ideais de historiadores, políticos, sociólogos, sempre na base de um pensamento teórico, generalista e/ou de âmbito muito alargado, sem se prender com a sua aplicabilidade, ao contrário do urbanismo, que contém uma parte teórica, de ideologia e pensamento dominante, mas sobretudo através do arquitecto, uma componente prática, de aplicabilidade no tecido urbano da cidade das teorias idealizadas, ou seja, colocar no contexto, de forma prática, os ideais dos modelos urbanistas. Contudo, o urbanismo, como área do conhecimento, também se presta a concepções imaginárias, de ideais utópicos, de não aplicabilidade ao contexto urbano como o conhecemos, permitindo novas, por vezes irreais, formas de

assentamento/agregação de população urbana, precursoras de novas realidades alternativas. Como referem VEGARA, et al. (2004) a arquitectura e o urbanismo demonstram uma extraordinária capacidade do Homem na busca de um ideal colectivo para uma determinada ordem espacial. Esta nova área de conhecimento, o urbanismo, percorre o séc. XX, segundo CHOAY (2006), segmentada por um conjunto de modelos⁶, os quais ASCHER (1998 p. 155) designa de: o modelo voluntarista–progressista⁷; o voluntarista–culturalista⁸; o enquadrador–progressista⁹ e o enquadrador–culturalista¹⁰. Já VEGARA, et al. (2004) seguem um quadro referência assente na decorrência cronológica das diversas correntes, tendo preocupação com a segmentação de ideais-tipo, de movimentos, de escolas, permitindo conhecimento do desenvolvimento das cidades ao longo do séc. XX, oferecendo novas ideias e tendências em forma de compêndio do conhecimento contemporâneo sobre o urbanismo.

○ “urbanismo progressista” (CHOAY, 2006 p. 20): conforme refere, o urbanismo progressista, tem a sua primeira expressão em, “*La cité industrielle*” de Tony Garnier (1869-1948), com um pequeno texto, acompanhado com diversas ilustrações onde se identificam as primeiras noções e regras para a intervenção nas novas cidades. E nesta ideia de modernidade que assenta a nova imagem de cidade do modelo progressista, reconhecida em autores como Le Corbusier, Gropius, Mies, Rietveld, entre outros. Indicam a necessidade de uma real revolução industrial nas cidades, com a necessidade da eficácia dos tempos modernos, da mecanização dos processos industriais, com métodos de standardização, a racionalização das formas e com a introdução de protótipos, de modelação, da pré-fabricação, entre outros.

Conforme refere ASCHER (1998), talvez não sejam alheios os movimentos económicos à época, de Taylor, Ford e Keynes com as suas preocupações em racionalizar, simplificar, medir e organizar de forma científica, mais tarde consagradas na Carta de Atenas em 1933. Este documento, reconhecido como prova dos princípios do urbanismo funcional (VEGARA, et al., 2004 p. 87), estava estruturada em três partes: as relações das cidades com a região; o estudo das cidades; e as conclusões, onde estavam os pontos doutrinários para a implementação deste modelo. Com a análise de trinta e três cidades em estudo prévio por parte do CIAM¹¹, com um método analítico claro e prévio, permitiram a estruturação da referida

⁶ Associação feita aos ordenamentos urbanos livremente construídos, orientados por duas direcções cronológicas, a do passado e do futuro, na forma de nostalgia ou do progressismo, recaindo em dois modelos, nomenclatura atribuída pelo autor.

⁷ Identificado pelo urbanismo funcionalista moderno

⁸ De tentativa de composição urbana da cidade contemporânea com aspectos da urbe clássica, ilustrado pelas realizações dos irmãos Krier e R. Boffil.

⁹ De planeamento e aplicação urbanista nas periferias, com uma preocupação mais enquadradora nas zonas centrais.

¹⁰ Representada pela Arquitectura Urbana e a corrente tipo-morfológica de Rossi, Ayamonino ou Muratori iniciada nos anos sessenta em Itália, com a preocupação de intervir em zonas e tipologias pré-existentes, de forma a manter a continuidade e homogeneidade.

¹¹ Fundado em 1928, na Suíça, assumiu-se como organização, na realização de vários eventos e na reunião de vários arquitectos ao nível mundial, em que se debatia o futuro da Arquitectura.

Carta, apontando a situação caótica da cidade herdada com a proposta de uma nova cidade aposta em vários pontos doutrinários. A primeira referência indicava o tema habitar, ao contrário das zonas densas dos centros históricos, das áreas residenciais periféricas excessivamente ocupadas pelos processos da expansão industrial do século anterior, com as mínimas condições de vida, próprio dos efeitos da Revolução Industrial, é proposta uma nova forma de habitar, com bairros residenciais em ocupação dos melhores locais do contexto urbano, com densidade de edificação razoáveis, a oposição à construção de habitação familiar única, pois contribuía para a formação da rua, o que não era desejável, mas sim a construção em altura, libertando o solo existente para grandes espaços verdes.

O trabalho, segunda preocupação, indicava as grandes distâncias a percorrer entre o local de trabalho e de habitação, contribuindo para as grandes deslocações, a excessivo gasto de tempo e a situação crítica dos congestionamentos, como tal, propunham o encurtar de distâncias entre o trabalho e a residência. As zonas de trabalho e de habitação seriam separados por zonas verdes e com boas acessibilidades, tendo na confluência das vias de circulação a melhor localização para os centros de negócios.

A terceira preocupação relacionava-se com o descanso do corpo e do espírito, vertente humanista do movimento. Definia o espaço público existente, à época, como insuficiente devido à elevada densificação construtiva das cidades herdadas, a má localização e deficiente conservação dos mesmos. A Carta sugere, neste capítulo, que os bairros residenciais novos se complementem com superfície verde suficiente e necessária para o ordenamento racional dos jogos e desportos das crianças, adolescentes e adultos. A atribuição de zonas específicas para os parques infantis, escolas, bibliotecas, centros juvenis, entre outros, que permitissem o descanso diário com o culminar do descanso semanal, em áreas lúdicas ou de lazer de excelência como as praias, bosques, colinas, vales, lagos, lugares de grande atractividade natural, estando servidas e ao alcance de um sistema viário adequado.

A quarta e última preocupação, inovadora pela determinação da nova estrutura urbana criada, reside na proposta de hierarquização de vias, com um desenho específico da via adaptada ao veículo que a utiliza, com cruzamentos em diversos níveis, a separação do trânsito automóvel do pedonal, com as artérias de maior tráfego separadas e limitadas por zonas verdes. Em resumo, a Carta de Atenas propunha funcionalidade estruturada no zoning espacial reconhecido na defesa da planificação urbana (VEGARA, et al., 2004).

Esta nova forma de pensar a cidade, conforme CHOAY (2006 p. 21), consubstancia-se na “arquitetura de bull-dozer”, atribuindo ao movimento a capacidade de moldar a paisagem, atribuindo-lhe um formato homogéneo de aplicação, pois em qualquer lugar é possível a implementação de ideais funcionalistas na cidade, alheados de valores tradicionais, culturais preteridos em função da liberdade, da razão e da eficácia, características próprias do Movimento Moderno.

O urbanismo do “*modelo culturalista*” (CHOAY, 2007 p. 26) e de composição (VEGARA, et al., 2004): o modelo culturalista tem a sua génese, ainda no período do pré-urbanismo, conforme afirma CHOAY (2007), em planos teórico-práticos, aplicados na Alemanha e Áustria em 1880 e 1890. Os fundadores deste modelo são entre outros, Camilo Sitte (1843-1903), urbanista austríaco e director da Escola Imperial e Real das Artes Industriais de Viena; Ebenezer Howard (1850-1928), considerado o criador dos ideais da cidade jardim; Raymond Unwin (1863-1940), que realiza a primeira cidade jardim inglesa com B. Parker, considerado também discípulo de Camilo Sitte; Theodor Fisher (1862-1938), arquitecto e urbanista alemão, identificado com este modelo pela forma flexível como implantou a zonificação de Munique, em 1904.

Seguindo o modelo culturalista, à época do pré-urbanismo, os seus princípios ideológicos reconhecem-se na totalidade: a aglomeração urbana prevalece sobre as partes e ou os indivíduos; o conceito cultural de cidade prevalece à noção material da cidade. O pré-urbanismo move-se por ideais políticos e sociais, reconhecidos, em parte, em ideais de Ebenezer Howard, enquanto o urbanismo tem nas considerações teóricas e práticas a sua fundamentação, com Raymond Unwin e Camilo Sitte. Este último desenvolve uma abordagem estética, recorrendo às fontes de arqueologia e da história, considerando que somente com o conhecimento dos predecessores se pode intervir nas cidades. Recorre à análise das cidades do passado, nos seus variados elementos: vias de circulação, os diversos espaços públicos, a forma como os edifícios são dispostos e limitam as ruas, a localização dos monumentos, entre outros aspectos, e fá-lo de forma sistemática em várias cidades. Este processo é limitado cronologicamente desde a Antiguidade até ao séc. XV, pois refere que com a utilização da perspectiva no Renascimento italiano, interrompe-se o planeamento urbano (CHOAY, 2006).

Para Camilo Sitte as características visuais do espaço urbano são centrais, denotando a sua forma de o viver. O conceito de desenho urbano de Camilo Sitte orienta-se pela escala humana, com intenção emocional, com percepções sequenciais e de constante surpresa. Insiste numa nova forma de construir a cidade, a rua é um elemento primordial no tecido urbano, sendo um factor de ordenamento de edifícios, de passagem e de encontro, traduzido em diversas ligações entre os espaços comuns, como as praças por exemplo. As manchas verdes no conjunto da cidade são colocadas de forma particular e com formalização específica com o intuito de causar admiração quando observadas no percorrer das ruas e das praças. É adverso ao ângulo recto, à simetria, aos eixos e às monótonas repetições, sendo completamente orgânico (VEGARA, et al., 2004).

Raymond Unwin, discípulo das teorizações e pensamento urbanista de Camilo Sitte (CHOAY, 2006), revê nos limites da cidade os meios de assegurar a particularidade e variedade do seu espaço interior como forma de fazer face ao processo pujante de crescimento urbano. Estrutura a cidade num formato de diversos centros, principais e secundários, com diferentes hierarquias, ligados entre si, permitindo a sua vivência social e económica, de serviço público e utilização particular. Reconhece em Camilo Sitte a sua preocupação obsessiva na resolução de problemas de ordem estética e formal do passado, mas que ignora as novas vivências e condições de trabalho da sociedade industrial, procurando nas suas diversas intervenções conciliar o modelo culturalista, a que pertence, ao desenvolvimento económico moderno (CHOAY, 2006). Outra das propostas na resolução da elevada edificação, parte de Theodor Fisher, na organização gradual da densidade do edificado, em função das ruas, em hierarquia e características, com intenção de criação de uma imagem mais coerente. Considera no habitar, na circulação e na envolvente natural os elementos básicos constituintes do urbanismo e revê na cidade histórica o manancial de saber acumulado onde se deve a procura de novas soluções (VEGARA, et al., 2004).

O espaço urbano na natureza: nos Estados Unidos, em particular, a cidade industrial era criticada com os mesmos argumentos usados na Europa, contudo este continente era precedido por uma longa tradição urbana, que se foi transformando ao longo dos séculos, ao contrário de um continente relativamente novo e que esteve associado aos pioneiros da descoberta do velho Oeste, conotado com uma ligação muito forte à natureza no seu estado selvagem, sendo pois o elemento de eleição da nostalgia provocado pela sociedade industrial americana, resultando mesmo em “*ideais anti-urbanos*” (CHOAY, 2006 p. 17). Frank Lloyd Wright (1869-1959) pertencia a uma tradição cultural norte-americana com ligações profundas à natureza e da forma como o Homem se lhe adaptava. Broadacre City¹² é o modelo de uma paisagem idealizada para o processo de urbanização do oeste americano, numa primeira fase, mas com objectivos da sua difusão e implementação pelo mundo inteiro (CHOAY, 2007) (VEGARA, et al., 2004). A sua proposta defende uma planta aberta e flexível, com a aplicação e crescimento para grandes escalas, experimenta a fusão de diversos modelos precedentes conhecidos, equilibrando o território com o transporte. Estabelece uma quadrícula na paisagem, com a utilização da cidade linear industrial, mas com uma zonificação sobre uma grelha viária estruturante, reconhecendo referências a uma visão orgânica. VEGARA, et al. (2004) referem que a descentralização para Frank Lloyd Wright era a base de todas as

¹² Projecto de localização ideal, realizado entre 1931 e 1935, por Frank L. Wright (CHOAY, 2006)

reformas, aposta numa cidade associada a uma democracia¹³ rural que se estendia pela pradaria, cruzando os espaços urbanos e rurais, passado e futuro. Segundo CHOAY (2006), este modelo é a conjugação dos dois modelos por si já referidos, o progressista e o culturalista, designadamente com os seus espaços ora abertos ora fechados, ora universal e particular, sendo “... *um espaço moderno que se oferece generosamente à liberdade do homem*” (CHOAY, 2006 p. 31).

O movimento da cidade bela – The City Beautiful Movement: apesar de ser um movimento, com objectivos específicos e sem dependência a um modelo ou ideal tipo reconhecido (sem identificação teórico-prática), é, no entanto uma particularidade a assinalar no contexto urbano da sociedade industrial na passagem do séc. XIX para o séc. XX. Localizado nos Estados Unidos, e com autores em número reduzido mas proeminentes na realidade urbanística de então, como Frederick Law Olmsted (1822-1903), considerado um movimento cívico com o intuito de embelezar as cidades, City Beautiful Movement, caracteriza-se pela fusão da tradição cultural europeia com o urbanismo norte-americano, em suma, a paisagem natural norte-americana em contexto urbano, serve-se dos parques, de tradição europeia, como parte de um conjunto e estruturante da geografia local com a cidade em expansão.

Parte dos ideais de Camilo Sitte podem ser reconhecidos e observados na disposição da habitação próxima das zonas verdes, em contacto com o verde da natureza e o ar livre, próprios para o descanso de uma cidade congestionada e saturada; este tema é particular aos ideais do modelo da cidade de Camilo Sitte nos finais do séc. XIX com a criação de jardins urbanos e a utilização de vegetação em ruas e praças (VEGARA, et al., 2004). Frederick Law Olmsted é autor do projecto da Central Park de Nova Iorque, em 1851, com a parceria de um arquitecto Inglês, Calvert Vaux, precursor da política do Estado de Nova Iorque, com a criação de espaços abertos em plena cidade, com o objectivo do desfrute e descanso dos seus habitantes.

Com o seu conhecimento de natureza, adapta o projecto à morfologia própria do terreno, garantindo um projecto de grande escala e à recriação dos valores da paisagem natural, com processos naturais, num contexto envolto de “*Arte Urbana*” (VEGARA, et al., 2004 p. 47). Este projecto é rampa de lançamento para a intervenção noutras cidades norte americanas, como Buffalo, em 1868 e 1870; em Boston, 1879, 1884 e 1887 com o conceito de Park System¹⁴; em 1909, com a cidade Chicago é já reconhecida a capacidade de Frederick Law Olmsted no planeamento urbano com a utilização de parques, em que os autores Burnham e Bennet,

¹³ Remete para o termo democracia, não como pensamento político, mas na liberdade de agir de cada indivíduo.

¹⁴ Sistema de parques e corredores (ligações) urbanos arborizados e ajardinados dispostos pela cidade.

precursores e idealistas do movimento, utilizam o espaço público conjugado com uma rede de transportes, rede viária, o rio com a frente do lago numa imagem característica e muito própria de centro urbano. Este movimento, muito conotado aos interesses da classe média e alta norte-americana, é pioneiro na procura pela sociedade civil do melhoramento das condições de vida dos seus cidadãos, na funcionalidade das cidades, mas sobretudo na qualidade estética e ambiental do espaço público.

Reflexões sobre o pensamento urbanista do pós-guerra: demonstrado por CHOAY (2006), a época do pré-urbanismo e do urbanismo conduzem-se entre diversos modelos, num espaço de tempo compreendido entre finais do séc. XIX e meados do séc. XX, nomeadamente com a II Grande Guerra: sendo que o progressista é o modelo que comporta mais variações, entendido na palavra progresso e o facto de ser identificado com uma sociedade industrial inovadora em todos os sentidos; já o modelo culturalista, mais saudoso de «tempos históricos», procura a reinvenção da cidade actuando sobre a própria cidade; o modelo naturalista, representa quase em exclusivo a realidade americana, sendo que os diversos autores se identificam com a particularidade histórica recente do país, a procura, por parte dos pioneiros, na natureza selvagem americana da sua forma de viver.

Mais refere que as diferenças entre o pré-urbanismo e urbanismo, nascem do sentido crítico sobre a sociedade industrial de então, reconhecida pelas motivações de cada parte. Os modelos daí derivados comportam as diferenças de cada género, com as suas características, que operam ou pensam a forma de actuar em contexto urbano. Esta crítica, com o segundo pós-guerra resulta, conforme refere a autora, numa nova crítica, esta de “*segundo grau*” (CHOAY, 2006 p. 35). Com todo o processo de reconstrução dos efeitos da Segunda Guerra Mundial, o urbanismo desenvolve uma maior actividade, permitindo todo o tipo de pensamentos urbanistas, dando azo a um conhecimento “*difuso*” (CHOAY, 2006 p. 35) e assente na constante dicotomia, progressista ou culturalista. Este conhecimento difuso, de certa forma referido por BENEVOLO (2009), caracteriza-se por diversos factos arquitectónicos, diferentes do que ocorrera no período anterior (início do séc. XX à II Guerra Mundial), explicados pelos diversos acontecimentos e transformações nos finais da década de cinquenta do séc. XX, com os acontecimentos políticos e religiosos dominantes¹⁵ bem como as descobertas no campo da biologia e da electrónica.

15 Nomeadamente com o relatório Kruchchev, a eleição de João Paulo XXIII ou a eleição de J.F.Kennedy nos EUA

O fim do CIAM e o seu legado: O Movimento Moderno, muito caracterizado pela Carta de Atenas de 1933, tem um percurso de vida relativamente curto, de 1928, com a primeira reunião em La Sarraz e com a última em 1958 (PINHO, 2000). A vivência dos congressos é demonstrada por BENEVOLO (2009), com o fervilhar de ideias no contributo a uma teoria arquitectónica (de 1928 a 1930). Nos anos seguintes com a comparação e sintetização das ideias em diversas experiências (segundo a Carta de 1933, entre 1930 e 1951), culmina o aparecimento de jovens arquitectos (que não fizeram parte da génese de movimento) e que começavam a pôr em causa os fundamentos doutrinários do mesmo, em 1953.

Para alguns autores, os princípios do Movimento Moderno eram considerados radicais, por vezes violento com a cidade histórica, sendo por vezes aplicados de forma parcial, deturpando assim as orientações emanadas da Carta de Atenas. Outra das críticas era o seu alheamento relativo às condições económicas, sociais e administrativas da realidade urbana vigente, acarretando todo o tipo de problemas na sua implementação, com a extrema racionalidade com que tentava organizar a vida social e individual dos indivíduos, preocupando-se única e exclusivamente com a sua condição física.

O grupo mais jovem, denominado Team X, sigla atribuída pela incumbência da organização do X Congresso, indicava a sua insatisfação para com o movimento, nas suas quatro funções doutrináveis: habitação, trabalho, lazer, circulação. Indicavam novas preocupações, nomeadamente com a participação dos indivíduos da cidade no processo de transformação, a atenção a ter com a envolvente, principalmente quando se tratava de operar em contexto urbano já existente e com sua tradição cultural. Esta contra corrente dentro do próprio movimento, ao contrário dos seus criadores, não se manifesta sob a forma de carta ou princípios doutrinários, mas no desafio permanente na procura de uma solução. No entanto guiavam-se pela busca de princípios estruturantes do crescimento urbano, na forma como o homem se detinha perante o espaço e a satisfação das suas necessidades intrínsecas enquanto. (PINHO, 2000). Na década de sessenta, ainda em processo de reconstrução europeia, este grupo representava uma nova fase do Movimento Moderno, desenvolvendo-se sem as barreiras colocadas pelas fórmulas ou modelos pré-estabelecidos pelos mestres (BENEVOLO, 2005).

Esta mutação do modelo progressista, em conjunto com o urbanismo funcionalista num contexto urbano ocidental, converte-se num modelo de centro-periferia (VEGARA, et al., 2004), caracterizado pela progressiva descontinuidade e heterogeneidade urbana. A reconstrução do pós-guerra perfilha uma dicotomia muito característica. Por um lado, a produção urbana na reconstrução e conservação do centro urbano, por outro, a produção urbana em território periférico, devido à eclosão urbana que se verificava, assistindo-se assim a um fenómeno de *periurbanidade/suburbanidade* (ASCHER, 2010 p. 159).

Esta crescente expansão urbana no pós-guerra implica a necessidade de planos urbanísticos, sendo reconhecidos neles os valores da Carta de Atenas. Contudo, este planeamento alarga, dentro do processo de expansão, a sua escala de intervenção, passando do plano da cidade ao plano de região, aumentando assim a complexidade dos seus problemas, implicando a transformação do território com base na quantificação meramente estratégica, deturpando o real valor «ideológico» de um plano urbanístico, a sua preocupação inicial, ao nível da organização espacial e formal do território, transfigura-se numa preocupação meramente política, económica e financeira (PINHO, 2000).

A crise dos anos setenta vem pôr a descoberto a evidência das críticas a este modelo centro-periferia. Conforme referem VEGARA, et al. (2004) este modelo é questionado pela sua zonificação radical, com um crescimento urbano descontínuo, constituído por elementos residências e industriais espalhados pela periferia, produzindo um espaço semi-ocupado, cheio de vazios intermédios. Em suma, o que se previa serem planos urbanos segundo um pensamento ou um modelo urbanístico, transforma-se num sistema emaranhado de zonas, de infra-estruturas, de normas e de legislação, conforme salienta PORTAS, et al. (2007).

Um urbanismo mais humanista: desde o início do séc. XX, com o modelo progressista em franca ascensão, produz-se na sociedade industrial, sentimentos radicais, antagónicos, resultantes de princípios doutrinários onde se despreza a tradição cultural bem como as diversas realidades socioeconómicas e os espaços intrínsecos a cada ser humano, tornando-se assim numa corrente de pensamento mais humanista. Este movimento deriva de um segmento da sociedade não integrante do meio especializado dos urbanistas, conforme refere CHOAY (2006), em que se incluem sociólogos, historiadores, políticos, entre outros. Todavia esta problemática humanista, refira-se social, iniciou-se ainda antes do princípio do urbanismo e dos problemas enunciados na modernidade.

Segundo CHOAY (2006), a problemática demonstra-se em Patrick Geddes (1854-1932), teólogo de formação e de gosto assinalado pela história, sociologia e pelo estudo das cidades, demonstrando os desequilíbrios entre as cidades industriais e solicitando a reintegração do homem no seu estado concreto e completo na planificação urbana. Confere extrema importância à história, afirmando que só com o conhecimento do passado se consegue criar novas localizações humanas. Tem na diversidade de modelos a sua metodologia, pois assegura que a cada particularidade de cidade ou aglomeração humana corresponde um modelo específico. Esta corrente de pensamento evolui na sociedade industrial, tendo Lewis Mumford (1895-1990) um dos seus principais seguidores desde a década de vinte do séc. XX. Reunindo o conhecimento de Patrick Geddes com a sua própria investigação da história e da

sociologia, torna-se crítico do modelo progressista. Reconhece no alheamento à tradição cultural, na perda do mundo rural e na prevalência da máquina sobre o homem (com reflexos na utilização crescente do automóvel) um modelo que não serve a sociedade de então, apontando para o redirecionamento para um modelo mais culturalista. Revê no planeamento das cidades medievais a inspiração para a integração da natureza no contexto urbano, estabelecendo a necessidade de um equilíbrio numa cidade mais urbana e mais moral que o modelo vigente e amplamente preconizado, o progressista.

Na mesma linha de pensamento encontra-se Marcel Poète (1866-1950), historiador e académico do início do séc. XX em França, é partidário de um urbanismo assente numa pesquisa sociológica e nas observações científicas¹⁶ como forma de entender e actuar sobre a cidade, aproximando-se de Patrick Geddes, conforme indica CHOAY (2006). Recomenda o estudo da cidade até ao seu estado primitivo chegando mesmo ao puro espaço vazio de onde a urbanidade nasceu, tendo a topografia e a geologia como primeiras disciplinas para estudo da evolução da cidade, sem descurar as restantes no processo. Conforme observa, o desenvolvimento industrial no início do séc. XX, com grandes deslocções humanas para os centros urbanos, para os bairros localizados na sua periferia e em grandes fluxos, desperta todo o tipo de movimentos sociais que advoguem a defesa das classes trabalhadoras, resultando por toda a Europa na consciencialização para uma melhoria de condições de vida: a génese do estado social.

É neste contexto, de reivindicações sociais, que o direito à cidade surge, solicitando o indivíduo que a habita a planificação do seu futuro, bem como a participação na tomada de decisões, conforme refere Lefevre (Cit. por VEGARA, et al., 2004). Está-se perante a escola da sociologia urbana francesa, que decorre dos ensinamentos de autores já enunciados, como Poète, em que se interpreta a produção de cidade, com o papel do estado no processo, na especialização e formação pecuniária, bem como na análise das necessidades sociais; mais refere que o direito à cidade é o direito de participar e desfrutar da vida urbana, ou seja, habitando, participando, com o direito de apropriação do espaço como acontece no âmbito individual, de apropriação cultural e social.

Outro autor de referência na lógica dos processos de participação no desenho urbano é Christopher Alexander. É na análise dos processos tradicionais de construção das cidades que se identifica a criatividade para se produzir as cidades e os edifícios mais harmoniosos, justificados pela experiência de mil anos de edificação. “*A cidade não é uma árvore*” (Cit. por VEGARA, et al., 2004 p. 135), referência de Christopher Alexander, em que traduz a representação de uma estrutura complexa de realidades interconectadas e justapostas, de padrões e intercepção de padrões, não podendo ser identificadas com uma só fórmula. Conforme refere PINHO (2000) a cidade, para Christopher Alexander, é composta por um

¹⁶ No campo da economia, geografia, história, entre outras.

sistema de conjunto de elementos, com pessoas, veículos, infra-estruturas, entre outros, que se interligam e operam de diversas formas. No entanto, a organização destes sistemas segue uma estrutura pouco flexível e bastante hierarquizada, à imagem de uma árvore, que se identifica com as cidades planeadas pelos arquitectos e urbanistas. Apela à participação, justificando que esta é viável, pelo facto dos indivíduos que compõem a sociedade e que partilham uma linguagem comum, viva em si mesma e útil na construção da cidade. A estratégia participativa nasce do próprio processo participativo dos indivíduos na construção da cidade (PINHO, 2000; VEGARA, et al., 2004).

A planificação urbana como preocupação de saúde mental: conforme já referido, o sentimento de “*crítica de segundo grau*” (CHOAY, 2006 p. 35) está também patente nas preocupações sobre aspectos de saúde mental por parte da sociedade urbana. Aquela autora, assegura que, por análise de outros autores da matéria, nomeadamente no âmbito da psicologia social¹⁷, a higiene física nem sempre é sinónimo da higiene mental, justificando que para o desenvolvimento equilibrado da personalidade e da sua sociabilidade, somente o factor afectivo é valor preponderante. Reconhecem no modelo progressista e nos princípios da Carta de Atenas a sua inviabilidade em populações com fortes ligações comunitárias, demonstrados em estudos do comportamento humano com a aplicação dos princípios doutrinários da Carta, em que identificam uma série de problemas de ordem psíquica: como a elevada apatia e monotonia no princípio de standardização e zoning; o perigo de delinquência nos grandes espaços vazios e as grandes extensões de manchas verdes, associados também ao sentimento de angústia sofrido pela grandeza dos espaços; por último a desintegração mental, atribuindo à perda da rua, elemento que permitia estruturar a cidade e por analogia a estruturação psíquica dos seus habitantes. Indica que a limitação do urbanismo progressista se identifica no seu carácter «traumatizante» e «limitador», pois remete o habitante para um «facto consumado», tratando-o como um objecto, apelando assim a uma necessidade de participação no planeamento urbano dos diversos interessados, reconhecido em estudos realizados por diversos autores, como L. Duhl, D. Riesman ou J. Jacobs (CHOAY, 2006). Afirmar a necessidade, em termos metodológicos, da contribuição do factor higiene mental, mas como dado complementar, sem servir de condição essencial ou fundamento no planeamento urbano, terá de ser a criatividade a debelar as suas consequências em situações novas.

¹⁷ Estudo desenvolvido com uma pesquisa sobre psicologia do bebé, em 1945

Uma forma de compreender o espaço urbano: a partir dos anos sessenta do séc. XX, com o desenvolvimento das ciências sociais e com o acentuado desencanto pela cidade contemporânea, à época muito identificada pelo modelo progressista, recupera-se o pensamento de ecologia urbana, a psicologia urbana, o interesse pela cidade história e pelo espaço público, em confronto directo com a cidade moderna. É no método de aprendizagem e na análise do tecido urbano que se procuram as regras de configuração da cidade tradicional, até histórica, conforme refere CHOAY (2006) e VEGARA, et al., (2004). Com autores de referência neste tema, como Gordon Cullen e Kevin Lynch, é demonstrado o interesse do conhecimento de forma da cidade tradicional, aliado à sua tradição cultural e respectivas especificidades.

A *“Paisagem Urbana”* (CULLEN, 1971) demonstra a forma de apreensão da imagem da cidade sob o ponto de vista do habitante, mais especificamente dos seus espaços urbanos: em movimento, e por uma visão serial dos diversos quadros/imagens que se compreende o espaço. A cidade é tanto mais «rica» maior for a sua capacidade de surpreender e despertar emoções em justaposição dos diversos elementos como texturas, escala, cor, estilo, conforme refere PINHO (2000 p. 99). A forma como percebemos o espaço urbano, sob o ponto de vista do utilizador do espaço, na compreensão da sua forma, função e significado, permite o conhecimento na melhor projecção dos espaços por parte dos urbanistas (VEGARA, et al., 2004).

Já a *“Imagem da cidade”* (LYNCH, 1996), constitui um documento referência para a percepção de estrutura da forma urbana. Refere PINHO (2000) que o conceito básico da análise de Lynch é a «imaginabilidade», a qualidade de um objecto físico que evoca uma imagem muito forte ao utilizador do espaço urbano e que a aplicabilidade do seu conceito traduz na uniformização de percepções permitindo uma imagem pública e colectiva da cidade. Lynch divide a imagem da cidade em vários elementos, como as vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes. O estudo de cada elemento nas mais variadas características capacita o autor na construção de uma imagem da cidade, sempre em referência aos aspectos do homem e de como ele percebe o espaço, logo uma visão humanista.

Como se constrói o espaço urbano: como se tem vindo a referir, os temas expostos têm tido eco nas diversas áreas de conhecimento que não têm a haver, por vezes, de forma directa com o urbanismo, mas que o contaminam, que o influenciam, como a sociologia urbana, a psicologia da percepção, entre outras, bem como nalguns autores referidos. Contudo, a construção do espaço urbano que se projecta nas características supracitadas, de uma

identificação teórica/prática não foram ainda suscitadas, reconhecendo no entanto o contributo dos estudos compositivos de Camillo Sitte como a própria cidade histórica e os seus elementos mais identificáveis. Nos anos setenta do séc. XX, os irmãos Krier são precursores desta renovada cidade histórica, com a produção de imagens fortes com o intuito da criação de uma nova urbanidade identificada na nostalgia da cidade do passado. Rob Krier, com a sua criação do ábaco de situações, tende no esforço da compreensão da herança histórica, dos diversos locais da cidade existente, reestruturando-os de forma a ter uma especificidade muito própria, conforme refere PORTOGHESI (1985). A rua e a praça são os elementos básicos do espaço da cidade, pois são necessários como elementos de ligação e de identidade. A praça com o seu pátio interior, de limites edificados, possibilita um controlo máximo do seu uso e é ao mesmo tempo suporte de simbologias. Por sua vez, a rua é a consequência do crescimento contínuo das diversas ligações (PINHO, 2000). Conforme refere VEGARA, et al. (2004), Rob Krier procura, com a sua publicação «El Espaço Urbano - Teoría e Práctica» de 1976, a reabilitação do planeamento urbano, muito identificado com Camilo Sitte, com uma nova linguagem, mais actualizada, para a planificação urbana. A história dos acontecimentos e uma cuidada análise permitem filtrar a experiência do passado em benefício da planificação do futuro.

Os Metabolistas: este movimento, característico dos tempos imediatos ao segundo pós-guerra, com o desenvolvimento do processo de reconstrução e na franca expansão urbana das periferias das grandes cidades, proporciona o aparecimento de jovens arquitectos com ideais de rebeldia e motivação de reacção ao que estava a ser proposto e implementado no contexto urbano. O movimento metabolista, nome auto denominado na sua apresentação do “World Design Conference of Tóquio” (BENEVOLO, 2009 p. 85), apoiando as suas teorias em modelos sobredimensionados, de características futuristas com o intuito de servir o crescimento rápido da sociedade industrial, identificadas e conotadas como pensamento utópico. Reconhecido em autores como A. Isozaki, Kikutako e Kisho Kurokawa definem a construção de infra-estruturas de grande escala: as mega-estruturas¹⁸, com uma imagem muito forte de pequenos invólucros para as funções específicas da actividade humana como o habitar e trabalhar. Outro autor, Kenzo Tange, que assiste ao CIAM de 1959 como convidado, apresenta dois trabalhos de características teóricas, como Sea City e Marine City, identificado já com a corrente japonesa vigente. Desenvolve este tipo de propostas já com a participação de outros metabolistas nos seus trabalhos de Boston (1959) e Tóquio (1960) (BENEVOLO, 2009). Recorrendo à ciência biomédica, em particular do ADN, descoberto na época, com seu projecto Helix City (1962),

¹⁸ “A megaestrutura é um artefacto, polifuncional e adaptável, concebido como substituto da cidade” (VEGARA, et al., 2004 p. 73).

Kenzo Tange procura a analogia entre a biologia do corpo humano com as mega-estruturas de construção em altura, com cerca de um km, para a explicação dos grandes artefactos na envolvente e no impacto causado.

Caracterizava-os o poder de “domesticação” da tecnologia emergente em função da sociedade, ampliando e adaptando as suas estruturas tecnológicas às necessidades programáticas, sem esta (a tecnologia) se sobrepor sobre as pessoas e ser pertença do quotidiano.

As mega-estruturas: um dos grupos mais representativos foram os Archigram, constituídos por Warren Chalk, Peter Cook, Denis Compston, Michel Web, David Green e Ron Herron, no início da década de sessenta do séc. XX, com os projectos de Plug in City, de 1964 e Instant City de 1969. O primeiro como cidade que caminha sobre a baía de Nova York, com as suas construções em forma de módulo e num formato de plugin, que cresce conforme as necessidades, deambulando sobre o território; o segundo projecto com uma imagem muito forte do entendimento de como o espaço público se alterava. Apostavam nas colagens como forma de comunicação dos seus projectos, com a intenção do choque e da impertinência, apontando assim à ilusão de escalas e à visualização múltipla e sobreposta, conforme refere (PINHO, 2000).



Fotografia 3 – Imagem do Centro Pompidou - Paris

O Centro Pompidou(fotografia 3), concurso ganho por Renzo Piano e Richard Rogers, em 1977, como um projecto autónomo para uma nova realidade de Paris, equipamento cultural como pólo centralizador de massas e de uma nova função urbana, a cultura como remanso. Mais tarde, em 2002, em Graz, com a realização do Kunsthaus, projecto de Peter Cook e Colin Fournier, um projecto cultural de imagem muito forte e reconhecido nos desenhos dos anos sessenta do grupo Archigram.

Rainer Banhan, em 1976, conforme refere VEGARA, et al. (2004), explica a utilização das mega-estruturas como solução para o futuro urbano de um passado recente. Reconhece a mega-estrutura como utensílio, forma ou objecto, quer pela sua adaptabilidade e funcionalidade, quer substituir a cidade, com a particularidade do autor considerar que este pensamento, movimento, se encontra a meio caminho da realidade, ou seja, entre a utopia da ficção científica e a realidade construída, identificado nas grandes estruturas, como: as plataformas petrolíferas, as centrais de indústria, os aeroportos e até as estações espaciais, como substitutos da cidade. Pode-se entender este movimento pela constante inquietude que desperta, com as suas mega-estruturas vivas e versáteis, com o seu poder de adaptabilidade e funcionamento em qualquer condição diferente. Confirmam-se nelas a imprevisibilidade, a liberdade, a reorganização de regras, como se de um jogo se tratasse, contudo são soluções de compromisso numa unidade muito particular de vivência e uso, não comparável ao conjunto de outros valores, como é a cidade num todo (VEGARA, et al., 2004).

Depois da Arquitectura Moderna: todos os movimentos como os estilos dominantes o contexto da arquitectura, durante séculos, tiveram a sua vigência durante períodos mais ou menos longos, mas que, em norma, se traduzem num nascer, desenvolver e morrer, quando muito, ressuscitado sob novas ideias, adaptado às circunstâncias da época. O mesmo se verificou com o Movimento Moderno, tendo a sua ascensão nos anos dez do séc.XX, plena vigência nos anos vinte e trinta, decaindo no segundo pós-guerra do século passado. Conforme refere PORTOGHESI (1985), atribuí a Charles Jencks a qualidade na precisão cronológica¹⁹ do fim do Movimento Moderno.

É unânime, entre autores de publicações de referência a dificuldade em categorizar, sistematizar e atribuir uma visibilidade ao pensamento vigente após a Segunda Guerra Mundial, conforme refere PORTOGHESI (1985) citando Charles Jencks.

“... não com base na pertença intencional a um movimento organizador, mas como criadores de um novo clima, participantes ainda que com diversas orientações pessoais” (Cit. por PORTOGHESI, 1985 p. 48).

¹⁹ A destruição do complexo Pruitt-Igoe, em 1982, construído em 1951, segundo os princípios progressistas dos CIAM, marca o fim do Movimento Moderno, segundo Charles Jencks.

É também exposto por BENEVOLO (2009), realçando a noção de que não existe um movimento uno, mas sim novas atitudes, referindo C. Ray Smith e a sua publicação das novas atitudes na Arquitectura Pós Moderna, consumando, como indica, o fim do Moderno e a introdução do Pós-Moderno. PORTOGHESI (1985) atribui ao Pós-Modernismo um carácter mais evolucionista do que propriamente revolucionário, em que este não nega a Arquitectura Moderna mas sim a sua aceitação, com os seus erros, glórias, reinterpretando-a, assumindo-se como uma corrente ambígua, irónica, pluralista dos diversos estilos, permitindo a citação histórica, o método compósito, permitindo-se ao conjunto de todas as orientações pessoais dos diversos intervenientes.

○ revivalismo eclético ²⁰: o processo de «revival» ao Movimento Moderno, a constante procura na sua antecedência, resulta no aparecimento de autores que por si só marcam o referido período, conforme refere BENEVOLO (2009). Louis Kahn é um exemplo paradigmático. Apesar de ter produção arquitectónica desde 1925, somente em meados dos anos cinquenta do séc. XX tem notória visibilidade na realização de algumas obras, nomeadamente na sociedade americana e de alguma mundial. PORTOGHESI (1985) salienta e justifica esta tardia descoberta pela sua segmentação produtiva, caracterizada em três fases: uma primeira (de 25 a 55), período de incubação; a segunda (de 55 a 61), com o período explosivo, rico e contraditório, reconhecido nos seus projectos de Filadélfia e nos laboratórios Richards; a terceira, período da formulação teórica e de produção arquitectónica, mais homogénea e programática.

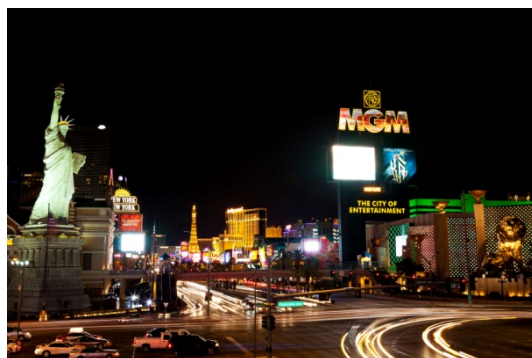
No que respeita a este tema, o terceiro período é o mais relevante, pois remete aos seus projectos de grande escala, à escala urbana e nos edifícios de grandes volumes a forma de produzir composição, garantindo a produção das partes num todo, remetendo a sua produção arquitectónica em contexto poético e na dicotomia forma-função. Joga e combina as diferentes referências, antigas e modernas, de uma forma séria, simples, irresistível e discreta, conforme refere BENEVOLO (2009). Ao contrário dos seus contemporâneos do Movimento Moderno, a rua e o espaço urbano readquirem o papel que sempre tiveram, conforme refere PORTOGHESI (1985), Louis Kahn deambula entre a sua educação Beux Arts de Paris, do início da sua formação e o interior de “*estatuto funcionalista*” (PORTOGHESI, 1985 p. 88). Foi também professor académico nos Estados Unidos, nas faculdades de Yale, Princeton e Pensilvânia desde 1949. Foram muitos os autores à época, nesta corrente Pós-Moderna, influenciados pelo seu conhecimento.

²⁰ Repertório figurativo contemporâneo com a utilização de geometrias antigas e modernas, de diferentes combinações, sem deixar prevalecer a predominância de qualquer estilo (BENEVOLO, 2009).

Robert Venturi não só recebeu formação, como trabalhou com Louis Kahn, tendo na sua primeira fase de produção uma correcta aplicação dos conhecimentos do mestre, conforme refere BENEVOLO (2009). Contudo em 1966, com a sua publicação, «Complexity and contradiction», em que expõe uma série de chaves de leitura e de interpretação, em conjunto com alguma manifestação poética, como Louis Kahn, mas que afirma o seu próprio gosto, a sua criatividade e os modelos de verificação. Atribui ao Movimento Moderno o simplismo artificial pela causa de separação de funções, indicando que a complexidade nos diversos níveis, pragmática e ambiental, conduz à multi-funcionalidade, enriquecendo o significado.

A transição do velho com o novo é observado de forma satisfatória, pois é na mudança e no crescimento da cidade que se identifica a re-significação, ou seja, os significados, velho e novo, conjugados dão um significado diferente. Tomando por exemplo a atribuição de novas funções, novas estruturas ou um novo programa, traduzem-se num novo contexto, como acontece com as re-urbanizações de antigos tecidos urbanos, com novos usos, o reperfilamento de ruas para novas utilizações e diferentes movimentos, conforme refere PINHO (2000) citando Robert Venturi. «Learning From Las Vegas», publicação de co-autoria, abandona de forma permanente a narração de Louis Kahn, reconhecida na sua renúncia na reabilitação plástica das forma históricas e da sua actualização, segundo refere PORTOGHESI (1985).

Identifica-se com os valores das cidades americanas modernas, traduzidas numa cultura de massas, com um conjunto de mensagens e sinais expostos (fotografia 4), servindo as primeiras necessidades da sociedade, a Americana, com base na informação e comunicação. Conforme refere PINHO (2000), a justaposição aparentemente caótica de elementos justapostos, dão uma noção de vitalidade e validade traduzindo uma inesperada unidade, pela dicotomia entre o controle e caos, adquirindo para tal muita força como imagem.



Fotografia 4 – imagem de Las Vegas

Charles Moore, outro dos autores de tradição Kahniana, conforme refere BENEVOLO (2009), atinge uma densidade de motivos formais, compostos com virtuosismo e ironia. PORTOGHESI (1985) confirma estas afirmações, indicando a sua analogia a uma rua de uma cidade medieval definida pela composição de vários bastidores colocados de maneira diferente em que cada um, em determinado ponto do percurso, se torna no pano de fundo de uma relação ao primeiro plano, tendo neste modelo a significação do método compositivo, antagónico à ortodoxia do Movimento Moderno. Charles Moore centra, no seu contributo teórico, a eleição dos temas da habitação, do corpo e da memória, próprio do seu conhecimento e da sua realização profissional.

Outro autor é Philip Johnson, formado por Walter Gropius em Harvard e colaborador de Ludwig Mies van der Rohe, declara o seu afastamento da Arquitectura Moderna no início dos anos sessenta do séc. XX, com a experiência nas suas realizações de elementos clássicos e referências históricas, salientando o apelo à mudança, em virtude dos novos tempos (BENEVOLO, 2009). Uma das alternativas apontadas na corrente Pós-Moderna surge com um grupo de cinco elementos, denominado por “New York Five”, com Peter Eisenman, Michael Graves, John Hedjuk, Charles Gwathmey e Richard Meier, em que experimentam a reinvenção do Movimento Moderno, com uma reciclagem da expressão racionalista de Corbusier e Terragni”, como refere PORTOGHESI (1985). São inúmeros os autores que produziram diversas realizações no âmbito cronológico referido, contudo os autores apresentados demonstraram, de certa forma, as diferentes tendências que marcaram a realidade americana na segunda metade do séc. XX.

A realidade europeia na arquitectura da cidade: segundo PORTOGHESI (1985), a realidade americana desenvolve-se numa linha de continuidade assente na reforma Kahniana e das declarações de princípio de Philip Johnson, desde os anos cinquenta do séc. XX até aos dias de hoje, mas o panorama Europeu tem um desenvolvimento diferente, assente em diferentes correntes, de oscilações, de hesitações e renúncias, de debate disperso e contraditório. Assegura que é na escola italiana dos anos sessenta do séc. XX que se afigura o combate à ortodoxia do Movimento Moderno, com Ridolfi, Albini, Gardella, seguidos por jovens arquitectos de então, como Gregotti, Canella, Rossi e Autenti.

O pensamento urbano italiano centra-se no discurso teórico da arquitectura, com especial atenção à história, tendo em Zevi, Benévolo, Tafuri e Argenti como precursores dessa linha de pensamento, reconhecendo na cidade histórica a importância do planeamento com a história local. A história, como estudo dos factos urbanos, permite por associação no conhecimento da cidade, na sua especificidade cultural, conforme refere PINHO (2000), citando Ignasi Solà-Morales. A Itália, país repleto de exemplos de cidades históricas, é o berço das bases conceptuais da recuperação da ligação da cidade e da arquitectura após o Movimento Moderno. Dedica-se, com especial particularidade, ao estudo da morfologia da cidade, reconhecendo o papel da arquitectura e do urbanismo como ordens de uma cultura urbanística precisa, salientando no estudo da arquitectura da cidade, não na limitação do conhecimento das partes, monumentos ou edificações, mas no tratamento de todo o tecido urbano edificado na sua dimensão global.

É com Savério Muratori que se assentam as bases do conhecimento para a análise tipomorfológica, com a sua publicação *“Studi Per Una Operante Storia Urbana de Venezia”* (VEGARA, et al., 2004 p. 150), em 1959, propondo, através de conceitos de forma urbana, tipo de edificações e crescimento, investigar a cidade e a sua forma, com a devida integração da história, da análise da arquitectura e do seu traçado urbano, resultando como conhecimento a história da construção da cidade. Os conceitos de Muratori, utilizados na *“Arquitectura da Cidade”* (ROSSI, 2001), editado em 1966, personifica Aldo Rossi como um dos autores mais influentes na arquitectura da segunda metade do séc. XX no contexto europeu, induzindo a relação existente entre os elementos urbanos irrepetíveis e a sua arquitectura: a arquitectura e o urbanismo como temas da mesma disciplina. A cidade deve ser entendida pela sua forma, significado e conteúdo arquitectónico, sem descurar os aspectos históricos, económicos e da sociedade. A análise urbana, de raiz morfológica, consolida-se com o momento anterior aos planos, pelo elevado interesse e esforço que é atribuído ao estudo da história da cidade, em que permitiu o desenvolvimento de uma nova forma de observar a cidade. (PINHO, 2000) (VEGARA, et al., 2004).

A terminologia “New” para novas cidades: são desde há muito tempo um ideário para qualquer urbanista, seja do tempo clássico, da descoberta do novo Mundo, como a particularidade da Revolução Industrial, em que se compõem os factos para um processo de localização humana, contidos em fenómenos de imposição, descoberta, crescimento, mas que têm por objectivo a conquista de novos territórios urbanos. Contudo, este processo produz um novo tipo de cidade, de tempo muito curto na sua edificação, bem como de traços de arquitectura bem definidos, assumindo-se como exemplos do urbanismo no período do séc.

XX. A sua proliferação pelo território europeu é a consequência dos movimentos expansionistas que ocorreram nas cidades, nas grandes metrópoles²¹, com a deterioração das condições de vida no seu interior. Contudo ter-se-á de entender as dificuldades inerentes ao processo de edificação de uma nova cidade, nascida de raiz, acarretando todo o tipo de problemas na sua humanização, conforme refere VEGARA, et al. (2004), em que somente com exemplos do pós-guerra se conseguiram reunir as condições económicas, sociais e principalmente políticas para este evento, no caso de Inglaterra com as New Towns.

O exemplo de “*Stevenage*” (VEGARA, et al., 2004 p. 112), localizado a quarenta e cinco quilómetros de Londres, como sendo a primeira cidade projectada segundo as características de uma nova cidade inglesa: com uma organização funcional a partir de uma estrutura rígida adaptada ao território; de acordo com os princípios de uma unidade “vizinha; espaços para indústrias; centro urbano completamente pedonal e com concentração do comércio e funções administrativas no centro urbano. Nestes itens resumem-se os princípios ordenadores urbanísticos para a organização formal e funcional do espaço urbano.

A procura nos exemplos das cidades Inglesas difunde-se pela Europa de forma generalizada, assumindo-se como ferramentas urbanísticas de planificação de grandes territórios urbanos. Conforme referem os autores, estes exemplos servem também como um tipo de cultura criado, próprio deste tipo de fenómeno, com características reconhecíveis, tais como: o conceito de estrutura urbana adaptável; a implantação correcta no território; a combinação de tipos residenciais públicos/privado; a organização estrutural e ambiental do tráfego viário; a hierarquização de vias; as ligações às grandes vias de acesso; a introdução de áreas exclusivamente pedonais; rede de transportes públicos; a ideia de centralidade; a mistura de diferentes usos humanos; o desenvolvimento compacto e de grande densidade. O desenvolvimento das novas cidades, serviu como contra corrente ao processo de suburbanização, mas que só foi possível em realidades muito dinâmicas coincidindo com uma vontade planificadora dentro de um crescimento urbano controlado, derivado da expansão demográfica e actividade urbana.

Como exemplo, Tapiola, cidade escandinava na envolvente de Hensinquia, integrada em plano regional de criação de várias cidades, em 1962, e na sua ampliação a nível regional em 1967. Cidade de trabalho, uso urbano e forma residencial, serviria como centro de distrito. A particularidade deste empreendimento resultou da audácia em construir de raiz uma cidade, apoiando-se primeiro nos elementos de serviço público, como pontos de atracção, servindo ao posterior desenvolvimento do tecido urbano, demonstrando arrojo económico e de atitude de grande risco sem outro exemplo igual na Europa (VEGARA, et al., 2004).

21 Conforme refere François Asher, este processo consiste no crescimento urbano organizado dentro, à volta e a partir das aglomerações mais importantes (ASCHER, 2010).

Como exemplos de novas cidades, não tão bem sucedidas, concentram-se nos Estados Unidos, com a cópia na íntegra do conceito europeu, mas sem o devido enquadramento regional, servindo como novas cidades privadas, de uso restrito a uma ou várias funções, mas bastante específicas no uso massivo do automóvel, redundando em casos de periferia suburbana, muito característico da paisagem americana.

○ **NEW URBANISM** da realidade norte americana: Apesar de ter sido referido, no início desta reflexão, o destaque ou preferência pelo universo urbanístico europeu, o New Urbanism sendo de origem norte-americana é destacadamente identificável com os ideais de dos autores europeus como Krier, Sitte, Howard, entre outros. Reconhecido como um movimento de fusão de ideias, de pensamento culturalista e naturalista, de novas e velhas ideias, à semelhança do conceito de novas cidades europeias tenta o combate à suburbanização e alia a qualidade do desenho urbano a uma mistura de paisagem naturalista americana com o movimento “civic art” (VEGARA, et al., 2004 p. 56) num âmbito preferencial pela ecologia e a sociedade burguesa, que frequenta e habita o subúrbio americano.

Este movimento compõe um vasto leque de ideias retiradas de várias fontes. Reconhece-se um traçado neo-barroco, padrões de desenho urbano e uma analogia marcada pela cidade jardim assente numa planificação: de controlo de crescimento; de ideal paisagístico; cuidados com a área envolvente; um tecido urbano intensificado com uma mistura de usos. Os princípios enunciados na carta do movimento estão neste momento na ordem do dia e são de abrangência nas diversas escalas, de uma cidade sustentável, regional, cidade, bairro, rua e edifício. Partilha das preocupações da cidade sustentável, podendo ser uma realidade no contexto europeu pela forma como se demonstrou no seu amplo e criativo cenário urbanístico, de utilização conceptual para as novas cidades (VEGARA, et al., 2004)

○ **retorno aos antigos centros urbanos**: após a Segunda Guerra Mundial, existia um sentimento generalizado na preservação dos centros históricos, os que tinham sido afectados pelo facto de terem sido palco de guerra, para além de outros, com variadíssimos exemplos por toda a Europa. Conforme refere BENEVOLO (2009), é neste período que se iniciam os planos reguladores, prescrevendo o respeito pelos centros históricos, sem no entanto apoiar estas atitudes num processo teórico científico de análise e intervenção. Gustavo Giovannoni, discípulo em teoria do processo de restauro de

Camillo Boito, introduz na conservação dos centros históricos uma perspectiva urbanística geral. VEGARA, et al. (2004) referem a inerente preocupação na dinâmica transformadora do contexto urbano, afirmando que Gustavo Giovannoni considera a conservação e a integração como chaves da doutrina para uma concepção dinâmica do património urbano. É em Itália que se inicia o aperfeiçoamento no estabelecimento de um procedimento técnico e prático de salvaguarda do património do tecido urbano nos centros históricos no final dos anos sessenta do séc. XX, que servirá como método para toda a Europa. Este procedimento tem como base a acção da intervenção na cidade, como forma de colmatar as diversas consequências que ocorreram: na desertificação humana dos centros pela deslocação dos habitantes para a periferia; o inflacionamento de rendas no centro histórico pela localização de escritórios e lojas em detrimento das actividades tradicionais e a usurpação do espaço público de centro histórico pelo automóvel, entre outras.

No início dos anos setenta do séc. XX, algumas das administrações das cidades italianas, cujos centros históricos estavam bem conservados mas que padeciam de uma degradação social generalizada, promovem uma nova metodologia que consiste na conservação integral, tanto no plano urbano como social, solicitando a estabilidade de relação entre os habitantes e o tecido urbano. Conforme refere BENEVOLO (2009), a reconciliação entre o homem e o ambiente, em referência ao que Corbusier apelava. Como tal era necessário intervir em toda a cidade, nomeadamente no seu tecido urbano original; nas partes contíguas já alteradas; na limitação do crescimento das periferias.

Esta metodologia de intervenção contrariava os interesses da dinâmica comercial imobiliária existente, havendo a necessidade de uma intervenção assertiva e de permanente apelo às administrações centrais sob a forma de regulamentação e legislação dando suporte legal ao que era proposto. De entre as inúmeras fontes que permitiam a concepção metodológica deste procedimento, estavam as considerações de análise de Saverio Muratori, já referenciadas, bem como os planos urbanos de Astengo (BENEVOLO, 2009) (VEGARA, et al., 2004).

Foi no plano para o centro histórico de Bolonha de 1961 e subsequente plano regulador de 1973 em que se evidenciam todas as consequências técnicas e administrativas de uma execução concreta, conforme refere BENEVOLO (2009) e no evidente sucesso traduzido no processo replicador por todas as cidades históricas de Itália, levando ao contágio a outras realidades da Europa, culminando na Carta de Restauro de 1976, em que se reconhece a existência e o método utilizado, sendo aceite como modelo geral, em 1974, no simpósio do Conselho da Europa (VEGARA, et al., 2004).

Nota de síntese

Apesar de existir movimentos de corte histórico, mesmo formal, o passado é sempre considerado um manancial de chaves para as soluções do futuro. Nos finais do século passado, marcado pela preocupação do património existente, reorienta-se o foco das estratégias de fixação da aglomeração humana, assistindo-se a uma tentativa de reverter o sentido. Produzem-se e aplicam-se planos, de cuidadas preocupações, com objectivos generalistas, mas que demonstram uma nova atitude perante as cidades, demonstradas no cuidado das acessibilidades, de integração nas estruturas globais da cidade, de manter e atrair a população, na melhoria de condições de vida, na qualidade das infra-estruturas, etc. É neste sistema complexo de tensões que se misturam os diversos fluxos, por um lado a pretensão expansionista para a periferia, vinda desde o séc. XIX, com o da reabilitação da cidade histórica, figura marcada pela sua qualidade sentimental.

Porém, neste período assiste-se a diversas incertezas, causadas pela dinâmica dos acontecimentos que ocorrem a uma escala global e em tempo real, que solicitam todavia, a procura de novas soluções.

2.2. Novas imagens de cidade

A realidade das cidades na década de setenta do séc. XX assume contornos de grandes incertezas e inquietudes, conforme refere BENEVOLO (1995), principalmente devido ao facto dos inúmeros progressos ocorridos, podendo destacar o que se refere no âmbito tecnológico antevendo uma sociedade de informação (BENEVOLO, 2001). Este mesmo sentimento é referido por VEGARA, et al. (2004) adiantando mais as consequências de tais progressos e salientando a concepção entre as cidades ao nível económico e da sua competência, indicando que a atitude tradicional dos comportamentos de uma cidade como mero produtor, prestador e consumidor ao nível local, perde importância com o desenvolvimento de mobilidade, das comunicações e na quebra das barreiras, permitindo o aparecimento de novas realidades contribuindo para a competição económica global.

Ao nível destas alterações, também consideradas por ASCHER (2010) como a terceira revolução urbana moderna, acrescenta-se as inúmeras inovações ao nível da vida urbana²² que influenciam directamente o território, dando indicação de que esta evolução está apenas a começar. Este processo de globalização, referido por ASCHER (2010), anuído por VEGARA, et al. (2004), reconhece na inovação tecnológica o desenvolvimento da telecomunicação, nomeadamente na rede global, a (w)orld (w)ide (w)eb e na generalização deste fenómeno, como no aspecto económico à escala global, com a quebra das barreiras comerciais, a formação de grandes grupos económicos com influência ao nível internacional, acrescentando BORJA, et al.(2003) nas alterações da cidade e numa nova forma territorial de organização social.

A capacidade das cidades, neste contexto de globalização, será o de atrair os melhores recursos humanos oferecendo o melhor ao nível de condições, seja nas oportunidades profissionais, no ambiente inovador, na educação, na oferta residencial, na qualidade de vida e bem-estar social, na segurança e na qualidade dos espaços urbanos, bem como todos os argumentos que favoreçam a competitividade e que mantenham a sustentabilidade ao nível ambiental, cultural e da coesão social. Estando as cidades sujeitas à economia global, ligadas na rede de comunicação e transportes, com a sua imagem exposta, de acesso fácil em todo o mundo e de forma global, colocam-se a um nível de competição entre as suas congéneres, incutindo-as assim, as cidades, a um processo contínuo de estudo, retirando e apreendendo o que de melhor se revela nos bons exemplos. Conforme refere Charles LANDRY (2008), neste processo dinâmico

²² As inovações de grande importância referidas por ASCHER (2010) como o telefone móvel, os computadores pessoais, a internet, a utilização do segundo automóvel, a ligações rápidas de grandes distâncias, etc.

global, todas as cidades, pequenas, médias e grandes têm de reavaliar e repensar o seu papel e posicionamento ao nível regional, nacional e mesmo internacional, implicando o desafio constante na quantificação e qualificação das oportunidades, nos problemas dos seus activos, procurando a sua própria marca, que a distinga de todas as outras, ambicionando a centralidade das atenções. Durante os últimos vinte e cinco anos desenvolveu-se a planificação estratégica como uma nova forma de trabalho, em que aplicada às cidades permite uma planificação urbana dominante, omnicompreensiva, de corte funcional e matriz especial, com uma planificação por objectivos. VEGARA, et al. (2004) aponta como planificação estratégica a forma de trabalhar a política urbana num contexto de competição entre cidades e regiões com a aplicação de metodologias com o intuito da melhor tomada de decisões e orientações, no que respeita ao posicionamento da cidade na aldeia global, ou seja, o mundo global.

Depreende-se das afirmações de ASCHER (2010) a necessidade num novo urbanismo, que permita fazer face a esta revolução urbana que ocorre no mundo globalizado assente na clarificação dos desafios e na formação de novos princípios. O “*projecto de uma cidade*” (VEGARA, et al., 2004 p. 295) são um conjunto de «chaves» para empreender projectos colectivos orientados pelo interesse comum, mas que, segundo ASCHER (1998) não existe uma só maneira de intervir e modificar, ou algum princípio formal que a organize, mas que, pelo facto desta resultar de um conjunto diversificado de lógicas, antigas e contemporâneas, não se pode usar os mesmos instrumentos em todo o lado para regular todas as transformações pretendidas. Os temas seguintes são um conjunto de reflexões e análises, reconhecida em autores de referência sobre a temática em questão, em que se identificam algumas das «chaves» que preconizam a marca muito própria de um projecto de cidade, em suma, a procura de uma nova imagem de cidade.

A metápole²³ sobremoderna²⁴: esta noção particular de entender o futuro da cidade, estimulada por uma série de premissas, indicadas por ASCHER (2010), enquadra-se no conhecimento do urbanismo nas diversas “*revoluções urbanas*” (ASCHER, 2010 p. 60), segmenta-as em diferentes modernidades: a primeira reconhecida nas novas concepções, o paleo-urbanismo; a segunda com os modelos, o urbanismo; a terceira é exactamente a que se está a presenciar e a viver, com a emergência de novas atitudes no confronto com o futuro, novos projectos e novas formas de pensamento e actuação, considerando-a de neo-urbanismo. Esta terceira modernidade, pelas inúmeras circunstâncias do desenvolvimento

²³ “...uma metápole é o conjunto de espaços em que a totalidade ou parte dos habitantes, das actividades económicas, ou dos territórios, está integrada no funcionamento quotidiano de uma metrópole.” (ASCHER, 1998 p. 16).

²⁴ ASCHER (1998) indica a noção de sobremodernidade como noção desenvolvida por Antony Giddens na caracterização de um novo ciclo, baseado na razão e na ciência.

económico, do crescimento dos transportes e a generalização do acesso à informação produzem sobre o território diversos fenómenos de ocupação, identificados em processos de metropolização²⁵ a uma escala considerável, sendo as metápoles uma consequência, reconhecida nas vastas e várias conurbações²⁶, de crescimento descontinuo, heterogéneo e multipolarizados. Sendo assim, o autor refere a apetência das pequenas e mega cidades estarem ligadas e inter-conectadas às grandes aglomerações urbanas, esperando tirar o máximo dos benefícios do seu potencial, em que tal como na globalização, induz a um processo de competição estabelecidos em parâmetros de homogeneização e de diferenciação, em que pela sua dinâmica, as diversas metápoles são impelidas a intervir num quadro de política urbana e de desenvolvimento local.

Sendo neste processo de intervenção que se indica a necessidade da metápole sobremoderna responder a uma série de exigências: de mobilidade e de relação com infra-estruturas de transportes, sejam colectivos ou individuais, com o desenvolvimento de inter-conectividade entre os centros; qualidade de vida com a oferta dos diversos equipamentos, nomeadamente de educação, cultura, desporto, comércio, bem como do parque residencial, permitindo o seu acesso às diversas camadas sociais; coesão social, na constante revalorização e revitalização de espaços em crise; a manutenção do seu território, com a preocupação permanente na reafecção e requalificação dos espaços vazios. O futuro destas metápoles, depende acima de tudo na possibilidade de uma governância urbana, como ASCHER (2010) indica, na necessidade de um sistema de governo que agregue os intervenientes políticos, os actores sociais, as organizações privadas, com o objectivo de operacionalizar as escolhas de política urbana, com a anuência todos os que pertencem à cidade, ou seja, a sociedade civil.

*“... o neo-urbanismo é portador de uma atitude particularmente ambiciosa que necessita de mais conhecimento, ou de mais experiencias e de mais democracia”
(ASCHER, 2010 p. 95)*

A cidade Difusa: nos finais do séc. XX, identificam-se nas cidades transformações territoriais que até então não eram passíveis de serem observadas, pelo simples facto de serem cidades com dinâmicas contemporâneas de crescimento disperso, à escala regional e com alguma complexidade, fenómeno referido por VEGARA, et al. (2004) como «urban sprawl», em que se explica o crescimento difuso das cidades com as necessidades expansionistas, na impossibilidade da cidade tradicional conter essas mesmas tensões de

²⁵ Processo a jusante da metrópole, que já não é somente a do crescimento e a multiplicação de grandes aglomerações, mas ainda a progressiva concentração das populações, actividades e riquezas no seu interior (ASCHER, 1998).

²⁶ Processo de unificação da malha urbana de duas ou mais cidades, em que pode resultar no que hoje denominamos de regiões metropolitanas (ASCHER, 1998).

alargamento, reconhecidas em algumas actividades urbanas colocadas fora dos limites da cidade, como as zonas industriais, os pólos universitários, os complexos residenciais de baixa densidade, alguns equipamentos específicos de cultura, de educação, de desporto, entre outros, personificando um modelo de cidade aberta ou cidade sem limites. A especialidade neste tipo de modelo, cidade difusa, é reconhecida nalguns autores italianos como Stefano BOERI (2001) e Francesco INDOVINA (1990). Este último indica que a cidade difusa não se constitui de forma autónoma e independente na organização espacial, mas sim na transformação de forma diversa da ocupação do território.

Assegura que este processo não é mais do que a evolução de diferentes fases de transformação do território, nomeando-o processo evolutivo. A distribuição no território das actividades urbanas, já indicadas não segue uma lógica aglomerativa mas sim distributiva, sem se preocupar com a especificidade da sua especialização, mas na relação directa com as acessibilidades e das infra-estruturas, permitindo assim a estruturação do território. Ressalva o facto de esta dicotomia do concentrado, cidade tradicional, para a difusão, cidade aberta, permitir uma relação de reciprocidade funcional na dotação e confirmação geográfica das pessoas, dos serviços e do processo produtivo (BOERI, 2001) (INDOVINA, 1990). Sendo este o tipo de imagem de cidade muito usual no contexto português PORTAS, et al.(2007) salienta como estratégia de solução para um território disperso, difuso, como o das nossas cidades, o encontrar soluções distintas que estructurem a cidade de uma forma mais coesa, densificar, e mais sustentável, diversificar, mas que acima de tudo se intervenha adaptando o que já existe, o reconhecido tecido urbano difuso.

A cidade sustentável: Apesar de o conceito ser ambíguo, conforme indica Jordi BORJA, et al. (1997), a noção de desenvolvimento sustentável está na habilidade de assegurar as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em assegurar as suas próprias necessidade. Mais indica, que o desenvolvimento sustentável comporta várias dimensões na estratégia do desenvolvimento urbano, seja na criação de riqueza, do aumento de qualidade de vida, no assegurar das condições sociais, materiais e institucionais, não tendo sequer uma dimensão ambiental, porquanto se inclui na visão integral do desenvolvimento urbano.

Cronologicamente, a tomada de consciência dos efeitos do mundo moderno e da cidade na dicotomia homem natureza, surge na década de sessenta do séc. XX, com a evidência da acção do homem na exploração dos recursos naturais. Assumindo a cidade como habitat humano e a sua centralidade no desenvolvimento económico, depressa se tem consciência da sua importância perante a crise que se avizinha. Referir, indicar ou projectar uma cidade sustentável é, a partir de agora, uma nova atitude perante o desenvolvimento urbano. Num

âmbito mais genérico, a referência na década de setenta dos séc. XX com a conferência das Nações Unidas para o meio ambiente, com a enumeração de diversos argumentos para as bases da economia humana e que a crise política da mesma década vem acentuar, em termos urbanos, a temática do desenvolvimento sustentável. Apesar de diversas iniciativas relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de âmbito nacional em alguns países, europeu no caso específico das cidades sustentáveis, entre outros, é na conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, realizado no Rio de Janeiro em 1992, que se globaliza a preocupação do desenvolvimento sustentável, com as conclusões aprovadas sob a forma da Agenda 21, com um programa de fomento para os princípios do desenvolvimento sustentável para o séc. XXI à escala do planeta. Em particular, um dos princípios da referida agenda, era o de estabelecer compromissos de sustentabilidade em comunidades locais com os seus próprios projectos, denominando-os de Agenda 21 Local. Como que por contágio, alguns dos participantes replicaram as suas Agendas, transferindo assim para as suas próprias realidades um vasto leque de experiências, traduzidos em efeitos de sustentabilidade local (VEGARA, et al., 2004).

Tomando por exemplo uma cidade sustentável, este autores fazem referência à cidade de Curitiba, no Brasil, considerada como cidade ecológica, que deriva exactamente, em termos de política ambiental, da Agenda 21 Local, mas com a experiência de trinta anos na precursão de políticas orientadas pela qualidade urbana e ambiental. O seu sucesso acentuou numa série de princípios inovadores e de componentes de excelência, traduzidos no Plano Director de 1966, como ferramenta no planeamento e gestão urbana de elevada qualidade, onde se podem enunciar alguns dos elementos do modelo urbanista sustentável de Curitiba: os seus eixos estruturantes; a harmoniosa estrutura urbana; o sistema de transportes colectivos; as áreas de actividade económica; as qualidades das áreas residenciais; no seu sistema de parques urbanos e principalmente uma forte imagem de cidade, sendo Curitiba hoje um modelo de referência como cidade sustentável, servindo de exemplo para outras cidades na procura sistemática do equilíbrio ambiental e o seu desenvolvimento urbano (VEGARA, et al., 2004).

A cidade informacional e a sua presença na rede global: as sociedades, bem como as cidades, estão a sofrer alterações estruturantes, produzindo quase que um corte histórico na sua dimensão mais tradicional. O centro destas grandes mutações concentram-se na revolução tecnológica, assente essencialmente nas tecnologias de informação. Instrumento com grande potencial, que em conjunto com a globalização económica e a mais recente forma de comunicação, alteraram de forma significativa, e talvez permanente, a nossa forma de produzir, consumir, informar e de pensar (BORJA, et al., 1997).

BORJA e CASTELLS (BORJA, et al., 1997) ressaltam que a actividade económica ou cultural não são em todo globais, tendo em conta a população participativa, mantendo assim alguma da sua dimensão local ou regional. Contudo as estratégias dominantes em todos os sectores estão inseridas em redes de acção global, onde se tomam decisões e se produzem intercâmbios. Referem, que o globo está interdependente e se articula em tempo real e permanentemente, através das tecnologias de informação e da comercialização. Este facto abre uma nova etapa na humanidade, a era da informação (BORJA, et al., 1997) (CASTELLS, 1989).

Os processos de urbanização, das cidades e dos seus habitantes não escapam e esta mudança estrutural, de alterações muito rápidas e de dimensões nunca antes observadas noutros períodos da história. Com a globalização a operar a todos os níveis assiste-se a uma certa volatilidade da realidade, onde a informação percorre grandes distâncias em tempo real, permitindo a transferência quase que imediata das atenções sobre o tema, a que o desenvolvimento dos centros urbanos não é alheio, demonstrando a dependência das cidades nestes fluxos incontroláveis do exercício da globalização. Contudo, CASTELLS (1989) questiona-se pelo facto dos novas tecnologias de informação permitirem a dispersão espacial dos centros de gestão, porque é que o mundo persiste organizado numa rede de direcções baseadas nas diferentes aglomerações de serviços, compacta e saturada, bem como as zonas de negócios.

Encontram-se nas investigações de SASSEN (2001) as hipóteses para a sua explicação, em que pela combinação da dispersão espacial e da integração global foi criado um novo papel estratégico para as cidades, acumulado com a sua histórica de centros de comércio e finanças internacionais têm agora mais quatro novas funções: pontos direccionais da organização da economia; localizações chave para a alta finança e nos serviços especializados; locais de produção de inovação e serviços avançados; ou como mercados de produtos e inovações produzidas (BORJA, et al., 1997) (SASSEN, 2001). Conclui, afirmando que a cidade global é uma rede de nós urbanos de níveis distintos e de diferentes funções, que se estende por todo o território, a nível global, em que tanto as cidades como as empresas têm de se adaptar à sua flexibilidade. Em suma:

“O sistema urbano global é uma rede, não uma pirâmide” (BORJA, et al., 1997 p. 43)

Demonstra uma preocupação social no impacto desta rede, afirmando o conhecimento a partir das investigações culturais cruzadas no estudo das reacções dos movimentos urbanos sociais, em que a globalização por um lado permite a circulação de poder e informação e por outro destrói a identidade histórica de uma dada sociedade, desconstruindo-a em pequenas comunidades com um identidade muito forte e avessa à referida rede. No entanto, indicia a

reversibilidade deste processo por uma série de estratégias políticas, económicas e tecnológicas, que podem contribuir para a recuperação dos aspectos sociais nesta nova realidade histórica. A era da informação está a introduzir uma nova forma urbana, com os seus projectos sociais inovadores, representados e implementados pelos seus governos, preconizando a revolução das tecnologias da informação, traduzida numa nova estrutura espacial composta por uma rede de comunidades locais, em que controlam e moldam os fluxos produtivos na rede, reconhecendo CASTELLS (1989) um novo momento histórico e de espaço social que converge para a reintegração do conhecimento e significados da nova cidade informacional (BORJA, et al., 1997) (CASTELLS, 1989)

Cidade ocasional²⁷ - o potencial de um evento: acontecimentos como os Jogos Olímpicos, Mundiais de Futebol, as CEC, as Exposições Mundiais, entre outros eventos, são polarizadores de grandes intervenções, e que estão amplamente comprovados pelo seu poder de transformação da cidade. Conforme refere VEGARA, et al. (2004), o efeito pulsar, que por analogia se refere como ocasião produzida, surge como um impulso urbanístico de um acontecimento singular, extraíndo daí diversos benefícios de uma oportunidade excepcional. Tradicionalmente, este tipo de acontecimentos vem já do tempo do séc. XIX, com as Exposições Universais como motor de intervenção no tecido urbano da cidade, conjugado com alguns equipamentos que marcaram a cidade, indicando o exemplo da Torre Eiffel como marco da realização da exposição em Paris.

Variando na escala dos acontecimentos, a respectiva transformação do tecido urbano correspondente, em boa medida, à capacitação de meios atribuídos para o efeito, para a ocasião. Algumas cidades, conforme a sua disponibilidade e conhecimento, concorrem a possíveis organizações de eventos, tendo como objectivo a revitalização de algumas zonas mais desfavorecidas, ou então para estrategicamente reorientarem o sentido de crescimento da cidade: pelo desporto, como os Jogos Olímpicos, em Barcelona, Atenas, Sidney; pelas CEC como a cidade de Glasgow, do Porto; pelas Exposições Mundiais, no caso de Lisboa ou Sevilha.

A organização deste tipo de eventos permite projecção ao nível mundial e a possibilidade, em termos financeiros, de intervir na cidade com diversas infra-estruturas no seu espaço público. Este processo, que poderia ser faseado com um cronograma extenso numa estratégia de âmbito local ou regional, passa a ser produzido num curto espaço de tempo pela elevada capacitação financeira, bem como pela anuência das populações locais, na expectativa das benfeitorias realizadas de uma forma generalizada na cidade e a todos os níveis, com uma exposição mediática assinalável (BINNS, 2010).

²⁷ Cidade “*occasione*”, título referenciado por Francesco INDOVINA (1990 p.56)

No entanto, somente as grandes cidades têm a possibilidade na organização deste tipo de eventos, ao contrário das pequenas e médias cidades, salvo raras exceções, como Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012. Nestes casos, o ónus da realização, diga-se, do suporte financeiro, fica-se pelas autoridades locais e com alguns apoios residuais ao nível do Governo regional ou nacional. A estratégia urbana concentrada com objectivos muito assertivos é a opção da maioria das cidades, e que hoje se comprovam nalguns casos de sucesso, na implementação de programas de regeneração e revitalização das áreas deterioradas. Como exemplo, conforme refere VEGARA, et al. (2004), Bilbao redefine o seu papel urbano e procura elementos catalisadores de intervenção de recuperação, mas assenta sobretudo na edificação de equipamentos da cultura, como elementos âncora e precursores das melhorias urbanísticas, demonstrado no: “...efecto Púlsar” (VEGARA, et al., 2004 p. 185)

A criatividade ao serviço da cidade: esta imagem de cidade, não é mais do que um conceito, que considera a cidade criativa como um novo método de planeamento estratégico urbano, que analisa como as pessoas pensam, planeiam e agem criativamente na cidade, conforme LANDRY (2008), o autor de referência da análise reflexiva, que explorou a possibilidade de como se pode tornar mais dinâmica e vital a cidade, aproveitando a imaginação e o talento dos seus habitantes, na expectativa da manifestação de inovações, demonstrando que o principal recurso das cidades são as pessoas, ou seja, os seus habitantes.

Esta preocupação relativa aos problemas das cidades, de âmbito muito alargado, com base na criatividade e inovação, relaciona-se directamente com o facto de como as cidades estão a proceder neste processo de globalização. A forma como estas lidam e transitam para este fenómeno, relativamente recente, variam de região para região, de país para país e de continente para continente. Enquanto se assiste ao crescimento acelerado das cidades asiáticas e arábicas, a Europa observa ao desaparecimento das suas velhas indústrias de manufactura em detrimento do conhecimento intelectual aplicado aos seus produtos, processos e serviço.

A cidade criativa demonstra uma mudança de paradigma, a de uma cidade típica dos anos setenta do séc. XX para uma cidade dos dias de hoje, onde as «velhas» soluções não funcionam para os problemas de hoje, em que a criatividade não está associada somente ao nível tecnológico dos intervenientes, como também ao nível criativo social, político e da inovação. No centro de criatividade encontram-se as pessoas e as organizações criativas com os seus particulares atributos, em que conjugados num dado território urbano estabelecem um

meio criativo, permitindo que a cidade detenha um ponto central de inovação, o «hub»²⁸. O planeamento urbano deriva das diversas abordagens e métodos do pensar criativo, planear criativo e actuar criativo por analogia à sua definição de cidade criativa. As cidades, de pequena, média e grande dimensão, neste processo de globalização, necessitam de reavaliar e repensar o seu papel e posicionamento em termos regionais, nacionais e mesmo globais. Ambicionam a sua centralidade na rede, como um espaço, «hub» de atractividade de altos valores, habilitado na sua capacidade criativa de incluir temas como: a investigação; de centros de criação de conhecimento; de fabrico avançado; de sedes de inovação, cultura ou criatividade artística. O principal objectivo das cidades é o de chamar a atenção do mundo global, criando por associação e reconhecimento um perfil identificativo de forma a gerar capacidades e condições de mais-valias futuras.

Considera a combinação de infra-estruturas, as pesadas «hard» como das mais leves «soft»²⁹ como potenciadores de gerar locais de serenidade e qualidade, espaços que não são considerados trabalho ou casa, em que as pessoas se possam reunir, com um sentimento de calma, estimulante num cenário de espaço verde ou elevado valor estético, com características técnicas inovadoras associadas às novas tecnologias de forma a trabalharem e comunicarem conforme se movem. Nesta cidade do futuro o planeamento terá de ter como preocupação a criação de bons ambientes, globalmente bem orientados e localmente autênticos, só assim se permite assegurar a atractividade de recursos altamente qualificados e flexíveis na cidade criativa, com a possibilidade de os fixar, tirando partido das suas capacidades e melhores qualidades.

Uma das estratégias expostas pelo autor, referem-se ao “*clustering*” e aos “*creative quarters*” (LANDRY, 2008 p. xli), considerados espaços criativos em que a conjugação de diversos espaços se designa por quarteirões ou bairros de criatividade, desenvolvidos através de infra-estruturas específicas para o efeito, mantendo reunidos o conjunto dos seus activos (LANDRY, 2008), ao serviço da economia criativa e do meio criativo. Entenda-se como um espaço de actividades, um activo urbano, com a concentração dos diversos activos criativos de um dado sector, como o design, ou da indústria biomédica, ou de alta tecnologia de informação, entre muitos outros, concentrando dentro um espaço físico a discussão, a vitalidade, a troca de ideias, com o desenvolvimento de um dado tema do sector, possibilitando assim o apoio mútuo financeiro, técnico e psíquico, com o aumento da eficiência, o estímulo da concorrência entre os diversos activos criativos, o acesso a centros de excelência, o facto da multiplicidade dos efeitos nas diversas sinergias criadas, como na troca de recursos. Assume-se assim o clustering como plataforma da criatividade em acumular a virtualidade do mundo de hoje, basicamente

²⁸ Este termo, usado por Manuel CASTELLS (2007) e Charles LANDRY (2008) como ponto, nó, posição da rede global.

²⁹ Entenda-se neste contexto, de espaços de inovação, que pela sua dimensão e escala, possam ser considerados de infra-estruturas pesadas ou leves.

estabelecida na comunicação, ao mundo real, físico no espaço geográfico e mantendo o contacto pessoal como uma das chaves de êxito. A criatividade, por si só, não é sinónimo de sucesso, a aplicabilidade do objecto/ideia criado é também factor preponderante, não basta ter ideias, é preciso implementá-las, necessitando-se para tal de equipamentos de ensino de âmbito formal e informal³⁰, o que também significa que os locais de maior estágio de educação, as universidades, considerem a necessidade na aplicação de mais deste tipo de ensino, o informal. Outra das referências estruturais reside no aspecto do seu sistema de comunicação interna, com as ligações entre os diferentes espaços, bem como ao mundo globalizado, formando o paradoxo de ser intensamente conectado localmente como intensamente conectado globalmente.

As cidades criativas, começaram por ser um movimento, em finais dos anos oitenta do séc. XX, em que desenvolviam a sua actuação em torno da cultura e das artes, com preocupações ao nível do planeamento cultural, recursos culturais e industrial cultural, temas como a criatividade tecnológica, científica ou de engenharia eram desconsiderados, mantendo a sua necessidade somente ao nível da sua contribuição ao trabalho realizado. Contudo, conforme refere LANDRY (2008) é com a noção de classe criativa, termo identificado com FLORIDA, no seu livro *“The rise of the creative class”* (FLORIDA, 2004), que o movimento cresce, associado ao desenvolvimento da informação digital e à importância redobrada do design, permitindo uma ligação estreita entre a tecnologia e a inovação, vinda do sector das artes. Com esta nova percepção, surgiram as primeiras discussões e combinações criativas entre o pensamento científico e artístico, que de igual modo se foi tomando consciência, de forma gradual, na economia da experiência, conforme refere o autor, aumentando assim a importância da criatividade artística na experiência sensorial.

Numa conjuntura global, com o incremento da uniformidade e homogeneidade, os recursos culturais são um dos principais activos que permitem a excepção entre os seus semelhantes, reconhecidos na história do seu povo, nos seus hábitos, nos seus costumes e nas suas tradições, que através da criatividade podem reverter em possibilidades únicas, práticas e com várias soluções. Os recursos culturais urbanos como o património histórico, industrial e artístico, bem como o património arquitectónico e a paisagem urbana, são também activos a explorar pela criatividade. Recursos como a língua, gastronomia, artesanato, trajes, entre outros, por vezes negligenciados, podem servir para expressar particularidades de um dado local, e/ou cidade. A criatividade é o método que explora todos os recursos enunciados e que os auxilia no seu desenvolvimento. O papel dos responsáveis do planeamento urbano

³⁰ a educação que está relacionada com o processo livre, não institucionalizado de transmissão de conhecimento, como o ensino da cultura de um povo, nos mais variados aspectos.

está no reconhecimento, gestão e desenvolvimento desses recursos de forma responsável. O seu conhecimento da cultura terá de ser um aspecto a ter em conta, na mesma medida que o planeamento urbano tem em questões da habitação, circulação e rede viária, ao nível do território. Aos responsáveis pelo planeamento urbano é-lhes exigido conhecimento e capacidade de intervenção no aspecto cultural, no mesmo grau de conhecimento em desenvolvimento económico, como de assuntos sociais. Em suma, os recursos culturais, de forma geral, reflectem o posicionamento de cada cidade e o potencial para o seu desenvolvimento, chamando a si a atenção para o que é distinto, único e especial. A forma de fazer cidade na era da produção em massa, da indústria pesada difere em boa parte dos activos usados nesta nova era de alta tecnologia e de conhecimento. Anteriormente o planeamento era produzido de forma descendente, ou seja, de cima para baixo da hierarquia, em que as decisões eram facto consumado e de teor construtivo, quase sempre baseado na engenharia urbana.

A mudança de paradigma neste aspecto, do planeamento urbano, está no conceito de cidade criativa, propondo aos responsáveis do planeamento ampliarem os seus horizontes e os seus conhecimentos, com o intuito de serem imaginativos e entenderem a experiência vivida da cidade, encorajando o público em geral pela criatividade. Neste contexto, o uso de equipas de trabalho multi-disciplinares, com conhecimentos das mais variadas áreas, como urbanismo, economia, história, sociologia, ambiente, etc., sem descuidar os representantes de vários segmentos da sociedade, promovam os equilíbrios necessários para a sociedade da cidade criativa. O planeamento e a concepção das diversas estratégias permitem procedimentos cujo objectivo reside na criação de condições do contacto, vitalidade e vivência. Os recursos humanos são por inerência um aspecto primordial, em que a estrutura organizativa da cidade se preocupa com o seu bem-estar. Ao longo do desenvolvimento do conceito apreende-se que é com talento pessoal dos indivíduos, da sua capacidade inventiva, criativa e inovadora que se constrói o futuro, ou seja, o sucesso da cidade.

Neste contexto demonstra-se a primazia atribuída aos recursos humanos em detrimento da localização dos recursos naturais. Segundo refere LANDRY (2008), a melhor forma de fazer cidade está na maximização e desenvolvimento dos diversos activos, nomeadamente os considerados urbanos. Actuando inclusive sobre tecido urbano descaracterizado mas que, potenciado, possa ser reconhecido como um nicho único, distinto, com uma presença efectiva na rede global e o centro de atenções, se usar da persistência, conforme indica (LANDRY, 2008). A gradação dos indicadores da cidade foi-se alterando ao longo das últimas décadas em que, conjugados, mediam a importância da cidade perante as suas congéneres. Tradicionalmente, os

indicadores urbanos de maior importância recaem na sua localização; características físicas; infra-estruturas; recursos humanos; capital (financeiro); conhecimento e tecnologia; estrutura industrial; capacidade institucional e área de negócio. Nos tempos de hoje, os indicadores recaem no perfil económico; prospecção de mercado; carga fiscal; código do trabalho; clima laboral; fornecimento e conhecimento; incentivos; qualidade de vida; logística; identidade comunitária e imagem. Como uma terceira via de indicadores, LANDRY (2008) refere o sentido crítico das actividades; a identidade e distinção ou a capacidade inovadora local; a diversidade e acessibilidades; níveis de protecção e segurança; articulação e sinergias; competitividade, capacidade organizativa e liderança.

Quantifica em forma de “*capitals*” (LANDRY, 2008 p. 35) como novo método de análise dos aspectos urbanos da cidade, dos quais se referem: capital identitário, capital de inteligência, capital financeiro e capital relacional. O activo mais relevante na cidade criativa é o da liderança, depositado na qualidade intrínseca o grupo que comanda todos os procedimentos, requer por parte destes a imaginação, trabalho, reflexão, algum risco e de um conhecimento profundo de urbanismo e de como a cidade funciona na globalidade. Deposita nas suas qualidades analíticas os recursos que possam potenciar a cidade, aproveitando-os nas diversas soluções, desde a iniciativa de uma regeneração urbana, nos seus aspectos mais clássicos, de uma antiga área urbana a uma estratégia participativa que possa gerar consensos.

A liderança é o activo dos activos, pois é neles que reside a capacidade de inspirar, comunicar, e converter uma ideia numa imagem apelativa com a utilização de um discurso directo e assertivo. Refere seis qualidades na liderança urbana que considera essenciais: a previsão; a visão estratégica; os conhecimentos de urbanismo; o desenvolvimento de uma cultura de abertura e curiosidade; a agilidade organizacional e o cumprimento dos objectivos. O desenvolvimento da liderança e o planeamento estratégico são as primeiras tarefas no arranque da implementação de uma cidade criativa.

A cidade criativa é um conceito com o intuito de a cidade ser pensada, planeada e intervencionada criativamente, num processo dinâmico e evolutivo, potenciador dos seus activos. A cidade criativa assenta no pressuposto de um pensamento horizontal, na observação das partes e do conjunto em simultâneo. Como refere o autor:

“...as well as the woods and the trees at once.” (LANDRY, 2008 p. 1)

Nota de síntese

Foram enunciadas algumas das novas imagens de cidade, que confrontadas com um processo de globalização, de constante competitividade, concorrem directamente com as suas congéneres, actuam num espaço físico sem limites caracterizado pelo usos das novas tecnologias de informação e da comunicação, apostam no conhecimento como indústria, sendo colocada na governância das cidades a procura da vantagem competitiva, que se traduz na primazia do conhecimento, do capital humano em detrimento das características naturais e ou físicas do local, com a implementação de zonas específicas, de clusters de actividades, centros de excelência de um conjunto de actividades, coordenadas com intervenções a diferentes escalas do território, dentro de planos estratégicos estruturados e de objectivos bem delineados.

O urbanismo do séc. XXI é reconhecidamente influenciado pelo capital humano, do conhecimento e da inovação, numa sociedade participativa onde se procuram os equilíbrios, a sustentabilidade de ordem económica, social e ambiental, tendo como propósito uma imagem única, própria e reconhecível pelas suas especificidades no mundo globalizado.

2.3. Regeneração urbana um processo de transformação da cidade

A realização do evento Capital Europeia da Cultura tornou-se já numa iniciativa de realização apetecível à maioria das cidades europeias, principalmente as de pequena e média dimensão, com características muito próprias de composição industrial tradicional, de implantação em frentes ribeirinhas ou com centros históricos reconhecidos, em que depositam na realização deste evento uma forma de revitalizarem³¹ a cidade nas mais variadas vertentes, complementando com a exposição da cidade como uma nova marca em termos internacionais e com um novo posicionamento perante a Europa assente nos temas da Cultura, Conhecimento e Inovação.

É reconhecido no conceito da regeneração urbana (EVANS, 2005) (COLQUHOUN, 1995) (ROBERTS, et al., 2000) uma ferramenta de proveito, pois permite ao tecido urbano de uma cidade, seja em termos sociais, económicos, ambientais e do seu património edificado (público e privado), uma transição benéfica, ou digamos, uma mudança de paradigma como conceito de cidade, reconhecida numa nova política urbana. Como tal, o conhecimento exaustivo desta ferramenta de transformação da cidade, a regeneração urbana, é de todo o interesse, permitindo a real noção de como todo o processo evoluiu, se implementou e dando alguns exemplos de cidades europeias onde o processo se verificou, com a especial particularidade do contexto nacional português.

A evolução das áreas urbanas: por época da Revolução Industrial no seu auge identificavam-se áreas urbanas bastante densificadas com indústria e habitação, principalmente nos centros urbanos das cidades. Com o aparecimento da indústria automóvel por volta dos anos vinte e trinta do século passado, conhecem-se as primeiras grandes migrações demográficas para a periferia, resultante do aparecimento das redes de transporte (COLQUHOUN, 1995), fenómeno que ainda nos dias de hoje se verifica. No entanto, as primeiras políticas urbanas concertadas para a inversão deste movimento migratório têm já início nos anos 50 com o processo de reconstrução da Europa após a II Guerra Mundial. Apesar da realidade entre países europeus ser diferente, ocorrer com grandes intervalos, os problemas eram idênticos na sociedade europeia com as mesmas condições criadas: com a migração das indústrias e empregos, a classe média desloca-se para os subúrbios das áreas urbanas, a própria forma de trabalhar alterava-se, o desenvolvimento das grandes áreas

³¹ Revitalizar – “operação de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, orientada por objectivos estratégicos de desenvolvimento urbano, em que as acções de natureza material são concebidas de forma integrada e activamente combinadas na sua execução com intervenções de natureza social e económica”. (DGOTDU, 2008: 64)

comerciais nas periferias e a dependência do automóvel (COLQUHOUN, 1995) (BINNS, 2010). Em suma, no decorrer da segunda metade do século XX as vivências nas áreas urbanas assentavam numa série de condicionalismos, que alteram todo o tipo de políticas urbanas, mas que se identificam nos seguintes temas: as condições de vida e as políticas sociais; habitação e saúde nas áreas urbanas; o desejo de desenvolvimento social a par do desenvolvimento económico; a contenção do crescimento urbano; o papel desempenhado pelas diferentes políticas urbanas. É com estas temáticas que o processo de regeneração urbana, nos seus primórdios de actuação, tem efeito, como se destaca na seguinte tabela:

Period Policy type	1950s Recon- struction	1960s Revital- isation	1970s Renewal	1980s Redevelop- ment	1990s Regener- ation
Major strategy and orien- tation	Reconstruction and extension of older areas of towns and cities often based on a 'masterplan'; suburban growth.	Continuation of 1950s theme; suburban and peripheral growth; some early attempts at rehab- ilitation.	Focus on <i>in- situ</i> renewal and neigh- bourhood schemes; still development at periphery.	Many major schemes of development and redevel- opment; flagship projects; out of town projects.	Move towards a more com- prehensive form of policy and practice; more emphasis on integrated treatments.
Key actors and stakeholders	National and local government; private sector developers and contractors.	Move towards a greater balance between public and private sectors.	Growing role of private sector and de- centralisation in local government.	Emphasis on private sector and special agencies; growth of partnerships.	Partnership the dominant approach.
Spatial level of activity	Emphasis on local and site levels.	Regional level of activity emerged.	Regional and local levels initially; later more local emphasis.	In early 1980s focus on site; later emphasis on local level.	Reintroduction of strategic perspective; growth of regional activity.
Economic focus	Public sector investment with some private sector involvement.	Continuing from 1950s with growing influence of private investment.	Resource constraints in public sector and growth of private investment.	Private sector dominant with selective public funds.	Greater balance between public, private and voluntary funding.
Social content	Improvement of housing and living standards.	Social and welfare improvement.	Community- based action and greater empower- ment.	Community self-help with very selective state support.	Emphasis on the role of community.
Physical emphasis	Replacement of inner areas and peripheral development.	Some continuation from 1950s with parallel rehabilitation of existing areas.	More extensive renewal of older urban areas.	Major schemes of replacement and new development; 'flagship schemes'.	More modest than 1980s; heritage and retention.
Environmental approach	Landscaping and some greening.	Selective im- provements.	Environmental improvement with some in- novations.	Growth of concern for wider approach to environment.	Introduction of broader idea of environmen- tal sustain- ability.

Tabela 1 – evolução da regeneração urbana.

De assinalar as palavras-chave indicada em cada década da segunda metade do século XX, dando nota do tipo de política urbana adoptada: os anos 50, com preocupações ao nível da reconstrução do pós-guerra com especial atenção em erradicar os problemas do passado, com a construção em altura e do desenvolvimento das técnicas de construção (COUCH citado por ROBERTS, et al. (2000)); nos anos seguintes, década de 60, continua o processo de reconstrução e que, em meados da mesma, se introduz a temática da reabilitação dos centros urbanos, redescobrimo assim os centros das áreas urbanas. É com esta última ideia que se permite o desenvolvimento do conceito de requalificação dos centros urbanos, num estado ainda muito embrionário; a década de 70 com o aparecimento das primeiras políticas concertadas ao nível patrimonial, social e ambiental, valores já conhecidos da regeneração urbana, conforme a conheceremos; os anos 80, com a manutenção das políticas iniciadas na década anterior, revelam uma aplicação mais estruturada e de um maior controlo sobre o conceito, iniciando ao mesmo tempo uma nova atitude, a de celebração de parcerias com os privados, retirando algum peso que o estado aportava ao processo, na qual se identificava uma postura mais comercial dentro dos centros urbanos.

Com os devidos ajustamentos nas políticas urbanas, os anos 90, é época em que a noção real de regeneração urbana revela a sua essência e toma a sua forma, com a implementação de políticas consensuais e o reconhecimento de novos desafios e problemas, com a identificação de um novo tema e contemporâneo, o desenvolvimento sustentável (ROBERTS, et al., 2000). Conforme já foi descrito, os vários temas enunciados mais este último, na década de 90, permite a construção de uma definição para o conceito de regeneração urbana como a conhecemos:

“ Uma compreensível e integrada visão e acção que resulta na resolução de problemas urbanos, procurando desenvolver a condição económica, social, ambiental e patrimonial nas áreas sujeitas a intervenção” (ROBERTS, et al., 2000 p. 17).

Em adição temos de entender o processo e regeneração urbana como um fenómeno de natureza dinâmica, alterando conforme o decorrer da prática; é também um processo a ser realizado em contínuo, obtendo resultados positivos, debruçando-se de imediato sobre novos surgidos; com uma longevidade própria, com um ciclo de actividade longo, em que não existem soluções rápidas, mas a constatação de diferentes prioridades próprias de cada resolução do problema; e com uma actuação espacial em grandes áreas.

Princípios da regeneração urbana: pela definição exposta de regeneração urbana, depreende-se a conjugação de uma série de princípios que identificam o referido processo, neste campo e conforme o estudo efectuado existem similitudes entre os princípios enunciados pelos autores de referência COLQUHOUN (1995) e ROBERTS, et al.(2000), tais como: a iniciativa terá de partir de um factor catalisador; estudo e análise detalhada da condição da área urbana; uma visão global e assertiva do processo na sua decorrência; a adaptação em simultâneo do tecido urbano, a sua base económica, as estruturas sociais e o meio ambiente às áreas urbanas; a estratégia e os programas implantados se desenvolvam de acordo com os objectivos de desenvolvimento sustentável; os objectivos operacionais, sempre que possível, sejam quantificados; a utilização dos recursos humanos, naturais, económicos entre outros; a obtenção de consensos entre os diversos participantes do processo, bem como a população pertencente às áreas intervencionadas; a avaliação constante da implementação dos processos, bem como a certificação e monitorização dos objectivos propostos, a sistemática adaptação do processo de implantação às diversas condicionantes e alterações; o reconhecimento das diferentes realidades, com a resolução em tempos diferentes, as com uma preocupação constante de equilíbrio entre os diferentes temas da regeneração urbana. A implementação da regeneração urbana como ferramenta de intervenção está condicionada ao local de actuação, tempo ou época específica, entre as diferentes escalas das áreas, ou seja, cada caso é um caso.

Teorias e estratégias de implementação: sendo um processo complexo, a regeneração urbana, não se propõem com uma única teoria que cubra todas as possibilidades ou nuances que podem ocorrer na transformação urbana, em que diversos pontos de vista que constituem a percepção do processo compõem a própria regeneração urbana (ROBERTS, et al., 2000). Assim sendo, não existe uma única, mas sim várias teorias de regeneração urbana, contudo pode-se identificar alguns factores comuns que a identificam. A regeneração urbana é por natureza uma actividade de intervenção, em que os resultados esperados sejam de alargado consenso público, ou seja, o estabelecimento de objectivos em simultâneo com o esforço solicitado ao colectivo permita ou intua à mudança. A teoria de regeneração urbana é em parte constituída pelas dinâmicas organizativas e institucionais na gestão da mudança, caracterizada pela operacionalidade nas diversas e seguintes componentes: uma actividade de intervenção; uma actividade que implica o sectores publico e privado; uma

actividade que altera as estruturas institucionais para dar resposta às mudanças económicas, sociais, ambientais e políticas; a mobilização colectiva de esforços para dar lugar às soluções pretendidas; meios para determinação de políticas e acções específicas na alteração das áreas urbanas. Outro elemento que induz à teoria de regeneração urbana é o do sistema de funcionamento urbano como um todo e que a operacionalidade dos processos ao nível económico, social, ambiental e patrimonial determina o conteúdo da regeneração urbana. Dado o alargado âmbito de matérias envolvidas na gestão das mudanças urbanas, com diversas acções individuais, é de extrema relevância uma agenda estratégica, devendo ser dada importância a uma clareza dos objectivos, em que nas diversas acções realizadas, como: planos específicos e projectos possam ser desenhados e implementados; estabelecer e manter as ligações ao sistema de políticas; identificação dos papéis e responsabilidades dos actores e organizações envolvidas no processo de regeneração; tenham ou desenvolvam um sentimento de propósito comum e de cooperação (ROBERTS citado por ROBERTS, et al., 2000).

O desenho urbano no processo de regeneração urbana: nas diversas políticas urbanas disseminadas por toda a Europa, em que o conceito de regeneração urbana está presente, é de inegável importância a forma como se operacionaliza no espaço urbano, na condição física do fenómeno, seja este público ou privado. Para tal, este implica que os profissionais associados ao processo de gestão e desenho urbano tenham uma visão integrada, possuam capacidades em planeamento urbano, com uma noção especial e particular no trabalho em grandes escalas (COLQUHOUN, 1995). Outra das considerações a terem conta nos urbanistas e arquitectos é a devida formação em História e Filosofia, aumentando assim a sua capacidade de análise nas diversas matérias relacionadas permitindo uma produção enriquecida e com o máximo de conhecimento na actuação sobre o tecido urbano (BIANCHINI citado por BINNS, 2010). Com a implicação de grandes investimentos e com as respectivas aspirações e expectativas, o desenvolvimento de medidas na qualidade do desenho urbano assume elevada importância e consideração, nomeadamente no que diz respeito à qualidade intrínseca do espaço, à sua mobilidade, à sua sustentabilidade, bem como à condição/vivência social do mesmo, como observa LEFEVRE: *“O espaço utilizado é vivido, não representado”* (LEFEVRE citado por EVANS, 2005)

A experiência europeia em regeneração urbana: algumas das cidades do mundo ocidental, em particular a Europa, deparam-se nos últimos anos, talvez décadas, com um processo lento mas inevitável de desindustrialização, com a inversão de um tipo de indústria assente na manufactura e engenharias para uma indústria de novas tecnologias e inovação; cidades com as suas frentes ribeirinhas e respectivos portos em que detêm os mesmos problemas e procuram novas soluções.

Reconhece-se a sua preferência pelos planos estratégicos, com grandes investimentos públicos, em que resultam numa nova geração de cidades emergentes, competitivas e com confiança (COLQUHOUN, 1995). Uma particularidade entre as cidades referidas, é a procura de uma imagem muito própria e distinta, reconhecida numa marca única, em que os diversos governos, ao nível nacional, regional ou municipal, disponibilizam investimentos públicos que estimulam a transformação no tecido urbano nos mais variados sectores. Refira-se alguns dos exemplos que marcam este tipo de atitude perante a mudança de paradigma das cidades e ao qual não é alheia a sua selecção, pelo facto de terem sido já nomeadas Capitais Europeias da Cultura.

Glasgow: Cidade ribeirinha do rio Clyde, reconhecida como das primeiras cidades europeias a sofrer com o declínio da pós-industrialização em que num curto espaço de tempo, década de 60 a finais dos anos 70, perde grandes quantidades de emprego devastando assim a sociedade activa, produzindo mesmo perda de população efectiva, em cerca de 100 mil pessoas nas duas referidas décadas. (COLQUHOUN, 1995). Com um desemprego endémico, declínio industrial, problemas na habitação, saúde e higiene, conjugado com um nível de educação baixo, estavam instalados as condições para um declínio generalizado da sociedade. Em 1976 surge o primeiro programa, GEAR³², que opera em cerca de 1600 hectares, dando início ao processo de regeneração urbana. Estrategicamente, em 1983, a cidade é composta com um novo elemento cultural, a colecção Burrell, desenvolvendo assim a componente cultural, traduzida em novas infra-estruturas e em sectores relacionados com a criatividade cultural, passando a competir com as grandes cidade britânicas, personificada no lema/imagem da cidade na frase “Glasgow Miles Better”³³. Com a nomeação de Glasgow para Cidade Europeia da Cultura, em 1990, o processo de regeneração urbana tem um novo alento e assume o papel principal como motor da cultura, prontamente reconhecido pela CE (Transatlantic Cities Network (TNC))

³² Programa GEAR – Glasgow East End Project, subsidiado pelo Scottish Development Agency (SDA). (COLQUHOUN, Ian, 1995: 80)

³³ Frase promocional que caracterizou o processo de regeneração urbana em 1983 (BINNS, Luke)

Roterdão (Holanda): umas das principais portas de entrada do continente europeu. A sua riqueza económica é tradicionalmente originária do porto de mar, nas suas docas, tanto na sua indústria naval como no seu entreposto comercial. É nos finais dos anos 70 que a sua economia rapidamente declina pelas mais variadas razões, traduzidas particularmente surto migratório para as periferias. A destruição do seu centro urbano, no decorrer da II Guerra Mundial e a posterior reconstrução, capacitou a sua população em vários momentos no apelo à mudança (COLQUHOUN, 1995). O conselho municipal opta por uma estratégia de regeneração urbana, já precursora dos trabalhos iniciados na época da reconstrução (finais da década de 40), em que assento no trabalho, na renovação da cidade, com principal incidência no modo de vida. Esta estratégia tinha dois objectivos bem definidos e específicos: a criação de oportunidade atraindo novos negócios e investimentos para o centro urbano da cidade; novas oportunidades no campo social, principalmente a habitação.

Já em 1985, com um plano a 10 anos, o «BINNENSTADSPLAN» e consequentemente em 1987 com a carta-branca «venieuwing van Rotterdam» (COLQUHOUN, 1995), em que consistia numa política específica de regeneração urbana com princípios e objectivos muito específicos, nomeadamente comerciais; o desenvolvimento da sua frente ribeirinha; cultura e lazer; estruturas e equipamentos multi-usos; o complexo «Kop van Zuid»; transportes; posse do território e a habitação no centro urbano. Em conclusão, os planos estratégicos consistiam numa cidade compacta e densificada num ambiente urbano estruturado. Em 2001, a par com o Porto, Roterdão é CEC, evento que permite à cidade a possibilidade no desenvolvimento da imagem da cidade, ao nível cultural e internacional, envolvendo toda a população; aproveita a capacitação financeira do evento na recuperação das suas infra-estruturas culturais e estabelece prioridade ao nível do turismo. Em suma, como já se referiu, uma boa parte das cidades europeias vêm na cultura, não só mas também, uma forma de alterar a imagem da sua cidade, de pós-industriais a cidades da cultura, do conhecimento e da inovação.

Bolonha: cidade com tradição universitária, considerada a mais antiga do mundo ocidental, dando o nome à cidade da “educadora”, conhecida também por ser a capital da gastronomia italiana, a “gorda”, assumindo também o cognome de a “vermelha” por ser liderado politicamente desde à muitos anos pela ala esquerda. Capital da região Emilia-Romania, caracteriza-se pelo seu centro histórico medieval, na tradição do ensino universitário, no turismo económico, feiras e de conferências, na mobilidade e na sua qualidade de vida. (HOLTKAMP, 2006). Bolonha está na dianteira dos planos

urbanísticos desde os anos 60, em que consistiam numa acção reformista urbana, exposta nos seguintes parâmetros: crescimento contido, resistindo à obsessão de massificação na construção para habitação ou indústria, bem como o da população; Objectivos sócio e económicos, na procura de um planeamento urbano que integrasse toda a população dos mais variados extractos sociais, sem densificar populacionalmente as áreas urbanas e criando através do desenho urbano grandes manchas verdes, garantindo que a qualidade de vida é também um factor económico (COLQUHOUN, 1995). A recuperação e reabilitação³⁴ - em que o conselho municipal destinou grandes montantes de investimentos para o efeito. Começa por uma zona específica da cidade, com o intuito de induzir aos privados a mesma metodologia de reabilitação nas outras áreas da cidade, ou seja, fazer com que a população se aproprie do conceito da cidade na forma de reabilitar o seu tecido urbano. Contribuindo assim e ao mesmo tempo para a recuperação social da população. Emprego: as principais políticas de assentam no desenvolvimento ecológico e no artesanato, dando assim inversão do processo de declínio industrial que acontecia à época. Esta forma de actuar era consentânea, pois Bolonha era o centro de uma indústria muito especializada que vinha dos tempos dos artesãos medievais e era traduzida nas chamadas «lojas de transição».

O seu objectivo era o de manter vivo um certo número de profissionais e tipos de negócio que sendo altamente especializado e culturalmente válido, que combinados, poderiam atrair tanto o sector publico como privado. Transportes: apostada uma politica integrada de mobilidade sustentável, no correcto e intensivo uso dos transportes públicos, bem como nas grandes áreas de acesso e circulação exclusivamente pedonal. (COLQUHOUN, 1995). Em 2000, Bolonha é CEC, e à semelhança de outras cidades vê no evento a possibilidade de marcar uma nova imagem para a cidade, no caso, uma cidade universitária e de formação, de feiras e congressos, mas também promotora da arte e da cultura aliado ao turismo do seu centro histórico, ambicionando tomar a dianteira relativamente às suas congéneres italianas na criação de actividades profissionais na área das artes e da cultura, adicionando uma mais-valia à cidade – um sector cultural criativo.

A regeneração urbana no contexto nacional: no contexto português este tema poder-nos-ia reportar a datas anteriores às já referidas, visto o conceito de regeneração urbana ter a sua génese no pós-guerra. Contudo, neste caso particular, a leitura poderá exposta a tempos anteriores, somente como breve enquadramento, reportando-nos à época do

³⁴ Por reabilitação urbana entende-se uma intervenção sobre o tecido urbano existente em que o património urbanístico e imobiliário é mantido e modernizado, através de obras de beneficiação das infra-estruturas urbanas e de obras de reconstrução, alteração, conservação, construção ou ampliação de edifícios. (DGOTDU, 2008)

Marques de Pombal (PAULINO, 2004), passando pela Revolução Liberal, com a posterior criação da Comissão dos Monumentos Nacionais. Portugal, como é sabido, não sofreu com as consequências da 2ª Guerra Mundial, como aconteceu com a maior parte dos países europeus, nem tão pouco com o processo industrial que se seguiu a este grande acontecimento, sendo notória a sua ocorrência em território português em tempos mais tardios. Este retardamento dos acontecimentos tem explicação na condição política da altura, em que o país vivia para si mesmo, sem o contacto generalizado com a restante Europa. Em 1949, com a instituição dos Concelhos, se tenha dado os primeiros passos para defesa do património, nem que fosse pela procura de identificadores da identidade nacional por parte do regime vigente no território nacional (FLORES citado por TAVARES, 2008). Coincidindo a crise com o choque petrolífico (1973) com a mudança de panorâma político português (1974), fez com que se iniciasse uma tomada de consciência dos efeitos da expansão urbana e a forma de se travar as consequências desse modelo. É por esta altura, que em Portugal, se começa a ter consciência e preocupações ao nível da reabilitação do tecido urbano e na resolução dos problemas de uma forma concertada em termos sociais, económicos, culturais e ambientais, temas próprios do conceito de regeneração urbana.

Esta nova atitude na abordagem já não só as preocupações com o património público, mas também com o privado na sua vertente social e habitacional (TAVARES, 2008). Em finais da década de 70, inícios de 80 do séc. XX, a protecção ao tecido urbano era evidente numa política de revalorização do espaço urbano, com a realização de intervenções no património edificado, bem como no espaço público, objectivando uma melhoria na qualidade de vida a todos os níveis da população. Como exemplo, pode-se referir o caso de Guimarães como precursor nesta nova atitude de intervenção sobre património, personificado no seu GTL³⁵ (PAULINO, 2004). Ao longo dos últimos anos, foram surgindo uma série de programas, que conforme o seu objectivo de requalificação, de revitalização, entre outros, foram sendo implementados, uns com mais sucesso do que outros (PORTAS, et al., 2007).

A forma sistematizada de como se observa, se constrói a estratégia e se a implementa, tem de se ter em conta os diversos temas e problemas que cada um aporta e como tal a regeneração urbana considera-se como uma ferramenta de intervenção no tecido urbano da cidade. No caso particular português são já os diversos programas que contêm o conceito de regeneração urbana como ideia de intervenção, como:

- Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, lançado em 1999, promove a requalificação das cidades, melhora a sua competitividade, permite a organização do território e melhora a qualidade de vida dos seus habitantes.

³⁵ Gabinete Técnico Local – da responsabilidade das Câmaras Municipais em que promoviam a reabilitação de áreas urbanas

- Política das Cidades XXI – nova ferramenta ao dispor das cidades, permite o acesso a políticas e fontes de financiamento complementares, tendo como principal instrumento a celebração de parcerias para a regeneração urbana, redes urbanas de competitividade e inovação, acções inovadoras para o desenvolvimento urbano. (TAVARES, 2008)

- Sociedades de Reabilitação Urbana – Sociedades constituídas pelos municípios em que detêm o poder de autoridade e de licenciamento, com objectivos da reabilitação urbana.



Fotografia 5 – Baixa do Porto, Porto Vivo SRU

Esta nova atitude perante o tecido urbano (fotografia 5), como forma de inverter o processo migratório dos centros urbanos, permite o retorno da vida ao centro, na procura da qualidade de vida dos seus habitantes em que resulta na melhoria das condições sociais e ambientais das populações, tornando o património pertença das pessoas, traduzido numa nova atractividade das cidades, em que permite o desenvolvimento económico com sustentabilidade.

3. Capital Europeia da Cultura breve história e procedimentos

3. Capital Europeia da Cultura – breve história e procedimentos

A decorrência dos factos – uma história recente: a origem do evento Capital Europeia da Cultura surge com uma conversa informal entre a ministra da cultura Grega, Melina Marconi, com o seu homólogo francês, Jack Lang, em pleno aeroporto de Atenas, em Janeiro de 1985, ambos retidos pelo temporal que assolava a região e que teve como consequência o atraso de todos os voos, enquanto aguardavam a normalização da situação, vindos de uma reunião conjunta com todos os ministros da cultura dos estados membros à época, trocavam impressões sobre os assuntos relacionados com as suas pastas, e que segundo relato dos próprios, a ministra grega demonstrava a sua ideia na nomeação ou o lançamento de um evento anual, que ocorreria numa cidade europeia, promovendo o seu papel e sua cultura na Europa (European Communities, 2009), afirmando mesmo *“unir os povos dos estados membros através da sua celebração cultural”* (COGLIANDRO, 2001 p. 10). O seu homólogo francês depressa anuiu na ideia e ambos puseram em andamento o evento que hoje é uma realidade, a CEC.

Numa proposta inicial, referida como CEC, a decisão não era do PE, mas sim do Conselho de Ministros³⁶ com uma decisão intergovernamental, em que tinha por certo a noção de que a Europa é um continente de uma variedade e riqueza cultural, onde as cidades são os principais propulsores e dinamizadores da criação e disseminação da cultura europeia. Reporte-se a afirmação da Ministra da Cultura Grega, Melina Mercouri, *“era tempo da nossa voz”*³⁷ (COGLIANDRO, 2001 p. 10) ser ouvida ao mesmo nível dos tecnocratas. A cultura, a arte e a criatividade não são menos importantes que a tecnologia, comércio ou economia. O objectivo inicial da Cidade Europeia da Cultura era o de abrir e tornar comum no espaço europeu certos aspectos particulares da cultura da cidade, região ou mesmo do país, no que lhes dizia respeito e era na cidade designada onde se concentravam todos os contributos culturais dos restantes estados membros³⁸.

Numa fase inicial, era nomeada uma cidade de um estado membro, por ordem alfabética, em que ficava responsável pela organização do evento. A primeira cidade nomeada, decisão tomada por unanimidade e por todos os ministros da cultura dos estados membros, foi Atenas, como forma de tributo à ideia inicial referida pela Ministra da Cultura, Melina Mercouri. O poder decisório do evento, CEC, reconhecia na cultura o poder de transformação das sociedades para melhor e que a sua negligência era factor de o esquecimento das singularidades de cada nação europeia.

³⁶ Resolução 85/C153/O2 – Resolução dos Ministros responsáveis pelos Assuntos Culturais, reunidos no seio do Conselho, de 13 de Junho de 1985, relativa à organização anual da Cidade Europeia da Cultura

³⁷ Referência ao discurso proferido na conferência dos Ministros da Cultura Europeus

³⁸ Resolução 85/C153/O2 – Resolução onde ficava estabelecida a ordem de nomeação das cidades a acolher o evento Cidade Europeia da Cultura.

À época, o conceito era recente e as primeiras manifestações do evento não tiveram preocupações a vários níveis, como a integração das diversas minorias, tais como: os imigrantes; a população nos mais variados segmentos de idade; a população com mobilidade condicionada. Contudo, nos eventos seguintes foram sendo colmatadas algumas lacunas e dadas prioridades ao que anteriormente foi referido, como tendo sido algo negligenciado ou pouco tido em conta.

Atenas 1985 - Grécia, o primeiro evento CEC, teve início na Acrópole de Atenas, berço da civilização clássica, com a ocorrência de diversas exposições enaltecendo o papel da cultura e tradição grega ao longo do desenvolvimento da civilização. Seguiram-se todos os outros estados membros, com as seguintes designações:

1986 Florença – Itália
1987 Amesterdão - Holanda
1988 Berlim – Alemanha
1989 Paris - França
1990 Glasgow – Grã-Bretanha
1991 Dublin – Irlanda
1992 Madrid - Espanha
1993 Antuérpia - Bélgica
1994 Lisboa - Portugal
1995 Luxemburgo - Luxemburgo
1996 Copenhaga - Dinamarca
1997 Thessaloniki - Grécia
1998 Estocolmo - Suécia
1999 Weimar – Alemanha

Em 1990, os ministros da cultura acordaram na elaboração de mais um evento, o MoC (Resolução 90/C162/01, de 03 de Julho), de curta duração e que se destinava essencialmente às cidades e países europeus, não estados membros, mas que tinham já demonstrado interesse pelo evento CEC, fomentando e servindo como ferramenta de integração, principalmente aos países de leste e do centro da Europa, onde ocorriam grandes mudanças políticas.

As primeiras nove cidades nomeadas foram:

- 1992 Cracóvia – Polónia
- 1993 Graz – Austria
- 1994 Budapeste – Hungria
- 1995 Nicósia – Chipre
- 1996 São Petersburgo – Rússia
- 1997 Liubliana - Eslovénia
- 1998 Linz – Áustria e Valletta – Malta
- 1999 Plovdiv - Bulgária

Em 1992, o Conselho de Ministros chegou a diversas conclusões relativas à selecção das cidades para o evento EC^yoC. Depois de 1996³⁹ foi proposta a alternância entre a selecção de cidades europeias dos estados membros e não pertencentes à comunidade. Tinha por objectivo cimeiro a selecção de diversas cidades, de diversos quadrantes geográficos, em anos consecutivos e que variavam de cidades capitais a cidades de província, sendo nomeadas duas por ano. No ano de 2000, excepcionalmente foram seleccionadas nove cidades, pelo facto de ser o ano do milénio e motivo de celebração:

- Avignon – França
- Bergen – Noruega
- Bolonha – Itália
- Bruxelas – Bélgica
- Cracóvia – Polónia
- Helsínquia – Finlândia
- Praga – República Checa
- Reiquiavique – Islândia
- Santiago de Compostela – Espanha

Para o período compreendido entre 2001 e 2004 foram seleccionadas sete cidades para a organização do evento:

- 2001 Roterdão – Holanda e Porto - Portugal
- 2002 Bruges – Bélgica e Salamanca – Espanha
- 2003 Graz (Áustria)
- 2004 Génova – Itália e Lille – França

³⁹ com as Resolução 92/C151/01, de 16 de Junho e a Resolução 92/C336/01, de 16 de Dezembro

A elegibilidade da CEC: o processo de elegibilidade advinha das decisões dos Conselhos de Ministros da Cultura da EU sob a forma de uma resolução, a partir de 1999, o PE e o CE deliberam que a ECyC deveria passar a ser uma acção comunitária, assumido sob a forma de uma decisão 1419/1999/EC⁴⁰. Inicia-se um novo processo de selecção, em que são determinados critérios de planeamento e avaliação do evento. A ter em conta o Artigo nº 3 da referida decisão, a cidade nomeada teria de possuir no seu programa cultural uma dimensão Europeia, baseado na cooperação cultural, tendo por base os objectivos e acções emanadas do Artigo nº 151 do Tratado Europeu. Por unanimidade do CE, com a recomendação da COM designaria oficialmente a cidade nomeada, com o intuito de atribuir em tempo útil, quatro anos, para a preparação do evento. À cidade nomeada terá de demonstrar através do seu programa cultural dois principais critérios. O primeiro será o de possuir no referido programa uma dimensão europeia, quer através da demonstração do papel que a cidade desempenha no contexto cultural europeu, bem como com a conjugação de parcerias com outras entidades culturais do universo europeu. O segundo critério consiste no envolvimento da população local e com todos os cidadãos europeus, estabelecendo assim laços de cooperação cultural entre os diferentes povos.

Na decisão, 1419 /1999/EC, a cidade nomeada terá de ter em conta nos seus critérios de planeamento e avaliação dos doze possíveis itens do Anexo II da mesma. Incluindo assim no programa cultural um maior número de objectivos:

- Valorização das correntes artísticas comuns em cuja formação as cidades em questão tenham desempenhado um papel importante,
- Realização de manifestações culturais (música, dança, teatro, artes visuais, cinema, etc.) e melhoria da promoção e da gestão da cultura,
- Valorização, junto dos cidadãos europeus, de personalidades e acontecimentos que tenham marcado a história e a cultura da cidade,
- Organização de actividades específicas destinadas a incentivar a inovação artística e criar novas formas de acção e diálogo cultural,
- Realização de iniciativas em matéria de sensibilização e de acesso ao património cultural móvel imóvel e às criações culturais da cidade,
- Realização de projectos culturais específicos que promovam o acesso dos jovens à cultura.,
- Realização de projectos culturais específicos destinados a reforçar a coesão social,
- Divulgação de acções programadas, especialmente através dos meios multimédia e audiovisuais e de uma abordagem multilingue,
- Contribuição para o desenvolvimento da actividade económica, particularmente nos domínios do emprego e do turismo,

⁴⁰ A decisão consiste na nova designação para a realização do evento, a CEC, apontando todas as condições e procedimentos necessários à nomeação, selecção e atribuição do título.

- Promoção de um turismo cultural de qualidade e inovador tendo em conta a necessidade de assegurar, neste contexto, uma gestão sustentável do património cultural e de conciliar as aspirações dos visitantes com as aspirações das populações locais,
- Organização de projectos que incentivem o estabelecimento de ligações entre o património arquitectónico e as novas estratégias de desenvolvimento urbano,
- Realização conjunta de iniciativas destinadas a promover o diálogo entre as culturas da Europa e as restantes culturas do mundo.

Outras das referências a ser feita é no artigo 4º, em que a nomeação poderá contemplar cidades de estados não membros, bastando para tal a sua apresentação junto do PE, CE, COM e CR. No artigo 6º é indicada a obrigatoriedade por parte da Comissão da elaboração de relatórios de avaliação de resultados da manifestação do ano anterior, incluindo uma análise por parte dos organizadores e na sua apresentação às diversas entidades, como o PE, CE e ao CR. Relativamente ao Anexo I da referida decisão, enumera a lista dos estados membros com o respectivo ano estabelecido para a nomeação da sua cidade seleccionada.

Esta lista refere-se aos anos de 2005 a 2019, tendo em linha de conta possíveis alterações, estando eminente o alargamento da UE.

2005 Cork – Irlanda

2006 Patras – Grécia

2007 Luxemburgo – Luxemburgo e Sibiu – Roménia

2008 Liverpool – Reino Unido e Stavanger – Noruega.

A terminologia usada no contexto europeu relativamente ao evento EC^yoC toma, a partir de 1999, outra designação, a CEoC, assumindo a terminologia de CEC em português. Em suma e por extenso, de European City of Culture passa a European Capital of Culture, reconhecida em português como Capital Europeia da Cultura. Termos usados regularmente nos relatórios e documentos afectos ao evento

Em Novembro de 2003 a CE submeteu ao PE uma proposta de alteração à decisão 1419/1999/EC, indicando a designação, a partir de 2009 e até 2019, de duas cidades CEC por ano, tendo em conta o alargamento da UE a novos membros. Os estados membros designados para o respectivo ano tinham por indicação a nomeação de pelo menos duas cidades a apresentar ao Parlamento Europeu, Conselho e Comissão Europeia, bem como ao Comité das Regiões, a quatro anos de distância para o início do evento podendo ser acompanhada de recomendação.

○ processo de selecção: a cada estado membro designado para a nomeação da sua CEC no respectivo ano, indicado no Anexo I da referida decisão 1419/1999/EC, lança uma competição interna entre as suas cidades, demonstrado no elevado interesse manifestado pelos diferentes

governos das edilidades na organização deste tipo de evento. Esta competição interna entre cidades terá de ter início a seis anos da abertura do evento, sendo apresentadas as suas candidaturas a um painel de júris constituído por treze elementos, dos quais seis elementos são personalidades do país com elevado reconhecimento no contexto cultural e os restantes sete elementos são nomeados pelo Director Geral para Educação e Cultura da UE (DGEC), assente no elevado conhecimento da cultura, nomeadamente no contexto europeu.

Com o parecer favorável dos diferentes organismos da UE, o Conselho de Ministros Europeu⁴¹ atribuiu o título de CEC à cidade seleccionada, baseada na recomendação do já referido painel de júris, a quatro anos do início do evento, permitindo uma distância temporal necessária à preparação, organização e lançamento do evento, auxiliados por um painel de consultores nomeados pela COM. Com o desenvolvimento do evento CEC nos últimos vinte e cinco, 1985 a 2010, reconhece-se a transversalidade entre as diferentes áreas de actividade. Enquanto nos inícios do evento a cultura era praticamente a área de exclusiva actuação, os eventos seguintes exigem por parte dos diversos organismos conhecimentos das mais variadas vertentes, não tão só a cultura, como os temas de ordem económica, social, turística, inovação, formação, regeneração urbana, etc.

O financiamento da União Europeia: relativamente ao que concerne do financiamento do evento, está plenamente relacionando ao desenvolvimento do evento. Tradicionalmente os fundos atribuídos pela UE não eram significativos nos montantes envolvidos, em que nas primeiras realizações eram atribuídos fundos de montante variáveis e de valores contidos ou pequena monta, conforme se identifica na seguinte tabela.

Contudo, conforme se verifica, a partir do ano 2000, com as suas nove nomeações⁴², até ao ano de 2004 os montantes foram fixados numa quantia fixa de quinhentos mil euros. O montante envolvido era fraccionado em duas tranches, uma de cento e vinte e cinco mil euros entregues na nomeação para a preparação do evento e uma segunda, no valor de trezentos e setenta e cinco mil euros, com os intuitos da sua implementação. A partir de 2004 os valores foram sendo aumentados em que podem variar entre os duzentos mil euros e o milhão de euros, em que por regra aos valores de apoio não podem ultrapassar os 60 % do investimento do financiamento total. Por decisão da CE, a partir de 2010 será atribuído o prémio Melina Mercouri⁴³, no valor de um milhão e quinhentos mil euros, sendo entregue à cidade organizadora após a certificação de que os objectivos propostos no momento da selecção foram inteiramente cumpridos. Na questão dos fundos europeus atribuídos ao evento CEC dizem somente respeito aos montantes atribuídos por parte da Comissão à organização e realização do evento em si. Contudo, refira-se que existem inúmeros tipos de financiamento

⁴¹ Grupo intergovernamental europeu, constituído pelos representantes dos diferentes governos dos estados membros da UE

⁴² Ano de milénio em que foram nomeadas 9 cidades, (descrever as cidades nomeadas e a decisão que lhe está associada)

⁴³ Antiga Ministra da Cultura Grega que esteve na génese da realização da ECoC.

associados ao evento, sejam estes de natureza nacional, regional, autárquico, privado e mesmo de fundos europeus, mas de outros programas operacionais.

1985	Athens	108
1986	Florence	136
1987	Amsterdam	137
1988	Berlin	200
1989	Paris	120
1990	Glasgow	120
1991	Dublin	120
1992	Madrid	200
1993	Antwerp	300
1994	Lisbon	400
1995	Luxembourg	40
1996	Copenhagen	60
1997	Thessaloniki	300
1998	Stockholm	590
1999	Weimar	desconhecido
2000	Avignon	220
	Bergen	220
	Bologna	220
	Brussels	220
	Cracow	220
	Helsinki	220
	Prague	220
	Reykjavik	220
	Santiago	220
2001	Porto	500
	Rotterdam	500
2002	Bruges	500
	Salamanca (sem confirmação)	500
2003	Graz	500
2004	Genoa	500
	Lille	500

(em milhares de euros)

Tabela 2 – valores de financiamento às CEC

Conforme o relatório Palmer, o quadro de financiamento europeu (tabela 2) específico para o evento representa tão-somente 1,5% (gráfico 2) de toda participação financeira obtida pelas cidades nomeadas.

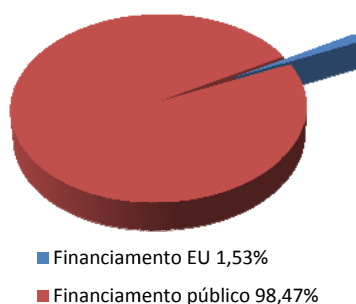


Gráfico 2 – valores de financiamento

A grande quota-parte do financiamento ao evento, e para que tenha uma noção dos valores envolvidos, é entre os oito e setenta e quatro milhões de euros, entre 1985 e 2004. Estes montantes provêm essencialmente dos programas nacionais/regionais de desenvolvimento, apoios directos das autarquias envolvidas, dos patrocinadores, com cerca de 43% do total de financiamento (European Communities, 2009). Outras das componentes de financiamento são os programas operacionais específicos e dos fundos estruturais associados ao desenvolvimento como o Interreg, Leader, Equal e Urban, não contando oficialmente para os valores totais e como tal não fazem parte dos cálculos de investimento.

A operacionalidade do evento

O programa cultural: Uma das componentes que o evento agrega é sem dúvida o programa cultural, ferramenta que serve e permite o desenrolar dos diferentes eventos durante a realização do mesmo. O referido programa incorpora por norma um âmbito bastante largo e de maior alcance no espectro da sociedade da cidade nomeada. Caracteriza-se, na maior parte dos casos, como elemento central na organização do evento, com anos de consultas, estruturação e preparação. O seu desenvolvimento é um dos maiores desafios para a governância das Capitais Europeias da Cultura, resultante das inúmeras pressões da sociedade local, regional ou nacional, proveniente dos mais variados sectores, nomeadamente o político, cultural e artístico.

A questão está na correcta aplicação de uma estratégia de programa cultural que se identifique com a sociedade da cidade e contemple o máximo de «sensibilidades» existentes. Em suma, que varie entre as seguintes disposições: visão artística e os interesses políticos; cultura tradicional e a contemporânea; grandes eventos e as realizações de iniciativa local; o centro da cidade e a periferia; a arte popular e mais eclética; as instituições culturais e os diversos grupos de artistas independentes; cativante a turistas e à população local; a alternância na utilização de nomes internacionais e dos talentos locais; com actividades tradicionais e inovadoras projectos de realização profissional e as de tipo amador ou comunitário.(PALMER, 2004)

Importante referência a ser feita, independentemente dos dilemas e das diferentes escolhas ou opções a serem tomadas, é a que este evento decorre por um ano e tem um objectivo primordial e em que consiste na sua perspectiva europeia. (DECISÃO 1419/1999/CE.: Artigo 1º), traduzido nos diversos acontecimentos culturais, cerca de quinhentos (PALMER, 2004), que ocorrem na cidade/região e que vão desde grandes eventos internacionais realizados em espaço aberto, com a utilização de artistas de elevado reconhecimento internacional, aos de realização em pequena escala, de cariz mais intimista e de dimensões culturais local.

A gestão do evento: área de maior importância na realização do evento, sendo a componente ou entidade que sustenta toda a realização do evento, nomeadamente na vertente gestão e finanças. Como já foi referido, apesar do evento ter a durabilidade de uma ano⁴⁴, todo o processo de preparação e fecho do respectivo evento enquadra-se num espaço temporal de quatro a seis anos. Nas CEC já realizadas foram implementadas as mais variadas formas de gestão, recorrendo a entidades eminentemente municipais associadas aos departamentos da cultura; à criação de fundações com os seus conselhos de administração; ou a empresas sem fins lucrativos. No decorrer dos vinte e cinco anos de realização do evento CEC estas estruturas organizacionais foram as mais empregadas.

Nos relatórios apresentados (PALMER, 2004) identificaram-se três diferentes estruturas ou modelos de gestão, em que os objectivos se assemelham: uma estrutura autónoma de gestão com estatuto legal, sob a forma de fundo, fundação ou empresa sem fins lucrativos; a administração directa pela edilidade municipal ou então um modelo compósito das duas. Como exemplos das estruturas ou modelos de gestão municipal indicam-se as cidades de Avignon e Santiago de Compostela. Cracóvia com a utilização inicial de uma estrutura autónoma, mas que com o decorrer da gestão do evento envereda pela gestão por parte da edilidade municipal. Salamanca e Porto optaram por um modelo de gestão de estrutura autónoma. De referir que Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012 utiliza uma estrutura autónoma de gestão, a Fundação Cidade de Guimarães⁴⁵.

Independentemente do modelo de gestão utilizado, os princípios que a orientam e as responsabilidades atribuídas são a tomada de decisões financeiras e a supervisão/controlo dos aspectos financeiros; o desenvolvimento de políticas e estratégias de operacionalidade; a elaboração e implementação dos projectos culturais; a angariação de fundos e na procura/realização de parcerias. De todos os modelos de gestão das CEC já realizados e indicados não existe algum como modelo ideal, contudo é reconhecida a utilização do modelo autónomo (PALMER, 2004), dando as melhores garantias de sucesso num evento desta envergadura.

⁴⁴ Ano civil, de 365 dias com início no mês de Janeiro

⁴⁵ pessoa colectiva de direito privado e de utilidade pública e tem duração indeterminada. A Fundação foi criada, e estatutos aprovados, no Conselho de Ministros do dia 9 de Julho de 2009 e por decreto-lei a 28 de Agosto de 2009.

Financiamento da cidade nomeada: Conforme referência própria aos montantes de financiamento do evento, constatou-se uma pequena percentagem do valor total, cerca de um e meio por cento, proveniente da EU para a realização do evento CEC, o restante financiamento provém de outro sectores, identificados nos investimentos municipais, no apoio governamental e nas diversas utilizações ou realizações de parcerias, bem como na angariação de patrocinadores.

A operacionalidade do evento, em termos de custos, reconhece-se em três parcelas ou rubricas distintas: as despesas da programação cultural; a promoção e marketing; as despesas, salários e os custos extras. (PALMER, 2004). É reconhecido nos diversos documentos consultados e analisados a dificuldade em ter a noção exacta do montantes aplicados neste tipo de eventos, visto alguns dos projectos terem participação directa de entidades fora do âmbito da gestão do mesmo. Como tal, os valores referidos são da exclusiva responsabilidade da organização da CEC. Tendo por base a informação referida foi efectuada uma comparação entre os montantes de financiamento das cidades, demonstrado no seguinte quadro:

	<u>Number of Cities</u>	
Under 15m Euro	4	
15 - 29m Euro	3	
30 - 44m Euro	6	
45 - 59m Euro	5	
60m Euro +	2	
20 cities that submitted information		
	<u>lowest</u>	<u>highest</u>
Range	7.9m Euros (Reykjavik)	73.7m Euros (Lille)

Tabela 3 – intervalos de valores atribuídos às CEC

Verifica-se um intervalo significativo entre o evento com um valor mais baixo de financiamento, de sete milhões e novecentos mil euros, e o de valor mais alto, de setenta e três milhões e setecentos mil euros, não havendo uma relação directa entre os diversos factores que caracterizam a cidade, seja no índice de população, no orçamento total do município, até pelo programa cultural próprio de cada realização do evento. O quadro seguinte demonstra, em termos de investimento total, os valores aplicadas em cada cidade na realização do evento CEC.

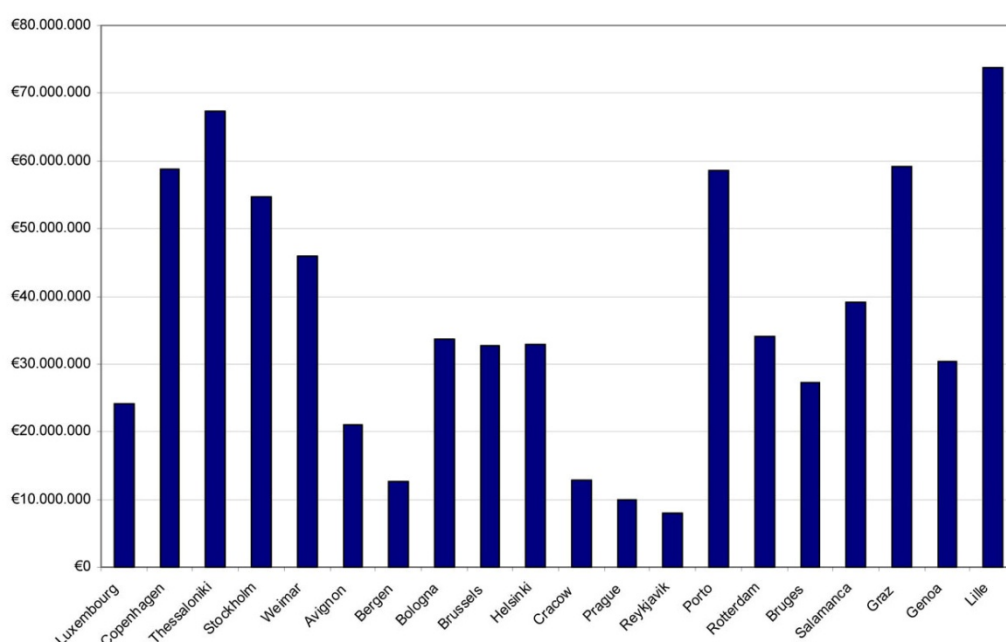


Tabela 4 – valores de financiamentos totais às CEC.

Apesar da informação estar bastante sistematizada nos diversos valores apresentados, ter-se-á de ter em conta a especificidade de cada cidade e em detalhe, visto a operacionalidade de cada evento e as suas diversas condições na realização alterarem de forma significativa os montantes solicitados (tabela 4).

Comunicação: no decorrer dos últimos 25 anos de realizações do evento, a comunicação foi um dos principais objectivos de cada cidade nomeada, fosse no enaltecimento e promoção da imagem da cidade à escala global, fosse a sua atractividade perante o turismo, passando mesmo pela captação de interesse nos diversos extractos da sociedade local. Assim sendo, cada cidade nomeada, conforme a sua estratégia adoptada, pré-estabelece uma série de objectivos e metas a atingir, utilizando para tal as mais variadas técnicas e formas de comunicação. Na análise dos diversos documentos PALMER (2004) e COGLIANDRO (2001) são indicados uma série de premissas, generalizadas na sua utilização das diversas cidades Capitais Europeias da Cultura: aumento da exposição do perfil da cidade; a mudança e melhoria da imagem da cidade; o aumento do turismo, estrangeiro e nacional; e o alargamento de audiências no sector da Cultura.

Relativamente às técnicas e meios de comunicação utilizados, a referir a os meios audiovisuais e gráficos, a utilização de merchandising⁴⁶ nalguns casos, a realização de pequenos eventos especiais, sendo no entanto a utilização das novas tecnologias a melhor forma de massificar o processo, com a particular utilização da Internet e o de mensagens escritas. Independentemente da forma como se promove e se produz a comunicação, passa sempre pela aplicação intensiva ao nível local, regional, nacional e internacional.

Impactos económicos: A organização de um evento com estas características aporta sempre uma série de expectativas, sejam de ordem económica, cultural ou social. No que concerne ao aspecto económico, são manifestadas expectativas quanto ao retorno na realização da CEC mensurável no impacto, visto terem sido realizados uma série de investimentos decorridos num dado tempo e antecedentes ao evento. Consta-se na análise aos diversos documentos a dificuldade na real quantificação em números e no pormenor do impacto económico do evento, contudo permite ter uma noção, em termos percentuais, das diversas componentes, por comparação aos anos anteriores da realização.

Também se indica a importância de um evento como a CEC em comparação com outro tipo de eventos, similares nas suas características, mas de diferentes escalas. O autor considera o evento como um *“Megaprojecto”* (PALMER, 2004 p. 106) de teor cultural, a sua importância é bastante superior às diversas realizações culturais e por vezes pontuais que decorrem num programa cultural da cidade, contudo em comparação com outros projectos de grandes dimensões, seja por exemplo nos transportes, infra-estruturas, etc. a sua oneração ou importância financeira diminui comparativamente. Em suma, a CEC começa a evidenciar-se com características idênticas aos mega-projectos económicos, concluindo:

«um mega-projecto cultural = um mega-projecto económico» (PALMER, 2004)

Torna-se patente que a realização deste tipo de evento, CEC, traz e/ou arrasta consigo uma série de grandes investimentos, que de outra forma não seriam possíveis ou de realização muito prolongada no tempo, assumindo-se assim de grande importância e por parte das cidades europeias de pequena e média dimensão, resultando num impacto expectável em termos económicos.

⁴⁶ “Merchandising é o conjunto dos estudos e das técnicas de aplicação utilizados, separada ou conjuntamente, pelos distribuidores e pelos produtores com vista a aumentar a rentabilidade do local de venda e o escoamento de produtos, através de uma adaptação permanente dos aprovisionamentos às necessidades do mercado e da apresentação apropriada das mercadorias.” in LINDON D., LENDREVIE J., LÉVY J., DIONÍSIO P., RODRIGUES J., Mercator XXI, Teoria e prática do Marketing, 10.^a edição, Dom Quixote, Lisboa, 2004

Impacto cultural: apesar do impacto económico ser o factor mais preponderante nas cidades nomeadas, as últimas realizações do evento demonstram o impacto cultural a assumir a sua relevância. Como é seu objectivo, a cultura é motor do desenrolar dos acontecimentos resultando, à priori, num impacto cultural reconhecível. Por comparação, a realização de um evento como a CEC é superior relativamente a uma realização de umas Olimpíadas ou Exposição Mundial, em termos culturais.

Outro dos benefícios apontados é o do programa cultural da realização da CEC contaminar, por assim dizer, toda a região onde a cidade está inserida, funcionando como elemento âncora regional na realização de eventos culturais (PALMER, 2004). Talvez o impacto cultural mais visível seja, como é reconhecido, nas novas ou remodeladas infra-estruturas culturais criadas para albergar as diversas realizações culturais, que decorrem durante o evento. Ficando subjacente a posterior aposta na cultura por parte da governância das cidades, que de outra forma seria muito difícil esta mesma atitude.

Exemplos a referir como a criação e desenvolvimento de espaços públicos para albergar a realização dos variados eventos artísticos, teatrais ou musicais, a recuperação ou reabilitação⁴⁷ de monumentos, bem como a construção de novos equipamentos, como museus, auditórios, salas de exposição, etc. Até por uma nova atitude urbanística perante a cultura, com a criação de locais específicos na cidade, como os bairros ou distritos da cultura, onde se concentram as mais variadas manifestações culturais. É verificável nos relatórios apresentados (PALMER, 2004) a necessidade de manter uma extrema vitalidade na vida cultural da cidade, expressa numa estratégia bem idealizada, programada de forma global para que a cultura se revele não só enquanto decorre o evento, mas que perdure no tempo e se instale definitivamente no tecido social da mesma cidade.

Impacto social: a CEC é também um evento identificado como um veículo que contribui para o progresso social da cidade ou mesmo da região. No entanto os objectivos sociais nem sempre são uma prioridade na principal estratégia do evento. Contudo, algumas das realizações mostraram preocupações na matéria, identificadas na inclusão de projectos de cariz social integradas na programação cultural. Uma das formas de incluir o máximo de pessoas na participação na realização do evento passa pela organização subsidiada de eventos de grande escala e de forma gratuita, obtendo assim uma maior abrangência no espectro da sociedade da cidade/região. Outras das preocupações na programação cultural do evento é o de inclusão de todo o tipo de minorias com a criação de oportunidades culturais

⁴⁷ Reabilitação - entende-se uma intervenção sobre o tecido urbano existente em que o património urbanístico e imobiliário é mantido e modernizado, através de obras de beneficiação das infra-estruturas urbanas e de obras de reconstrução, alteração, conservação, construção ou ampliação de edifícios (DGOTDU, 2008 p. 61)

para os grupos sociais não pertencentes à maioria, com objectivos específicos de inclusão cultural. Iniciativas com públicos alvo muito específicos como jovens, reformados, minorias e diferentes etnias, pessoas com deficiência de diversa ordem, até sem-abrigo. As críticas apontadas a algumas organizações do evento CEC é o da suas preocupações sociais não serem mais do que retórica, confirmado na realização de eventos culturais tendo por objectivo servir algumas das elites, extractos da classe média, pessoas com um nível superior de instrução escolar e académica, sem ter em conta uma população local, em grande número e que vive por vezes em grandes dificuldades, não tendo assim acesso às diversas manifestações culturais (fotografia 6).



Fotografia 6 – espectáculo de ballet

Reconhece-se, em particular, nos relatórios (PALMER, 2004) uma série de advertências com o objectivo de minorar os impactos ao nível social na organização e posterior realização da CEC. A diversidade tem de ser um factor primordial no programa cultural, permitindo uma maior abrangência na sociedade da cidade. Terá de ter a participação com o maior número de grupos sociais em debate do referido programa, aportando assim um maior enriquecimento e alargamento na sua dimensão social. Está estabelecido que alguns problemas identificados nos objectivos sociais, aquando da concepção da ideia como CEC, resultam num mau planeamento, implementação e avaliação do processo. É solicitada à COM a possibilidade de troca de experiências entre as diversas CEC, passadas, presentes e futuras, de forma a não se cometerem erros e a minorar os impactos sociais de um evento desta dimensão.

Nota conclusiva: a CEC, ao longo dos seus vinte e cinco anos de existência, passou de um acontecimento «moderado» como evento cultural a um projecto de diversas manifestações culturais, com uma grande projecção europeia, até mundial. Tornou-se numa forte ferramenta e de grande apetência por parte das cidades europeias como motor de desenvolvimento e como alavanca, nalguns casos, da regeneração urbana⁴⁸ da cidade.

A sua candidatura e posterior nomeação pautam pela elevada exigência nos seus variados critérios para o título de Capital Europeia da Cultura, em que é notória a preocupação no sucesso do evento e que este perdure no máximo tempo possível, dando assim notoriedade à cidade nomeada. Contudo o título não é sinónimo de sucesso por si só, mas que depende de diversos factores ilustrados na forma como a cidade prepara e programa o evento; assegura os diversos financiamentos; a gestão e organização; o envolvimento dos diversos actores da sociedade com predominância ao nível cultural; finalizando na estruturação de um programa cultural de elevado nível e com objectivos bem delineados.

Uma das principais características deste evento é a criação de uma imagem de marca que defina a cidade e a exponha perante os seus parceiros europeus, almejando o seu elevado reconhecimento. Para a realização do evento CEC, existem uma série de premissas essenciais à realização e posterior sucesso: a qualidade intrínseca do programa cultural; o suporte por parte da comunidade empresarial da cidade e das diversas autoridades políticas.

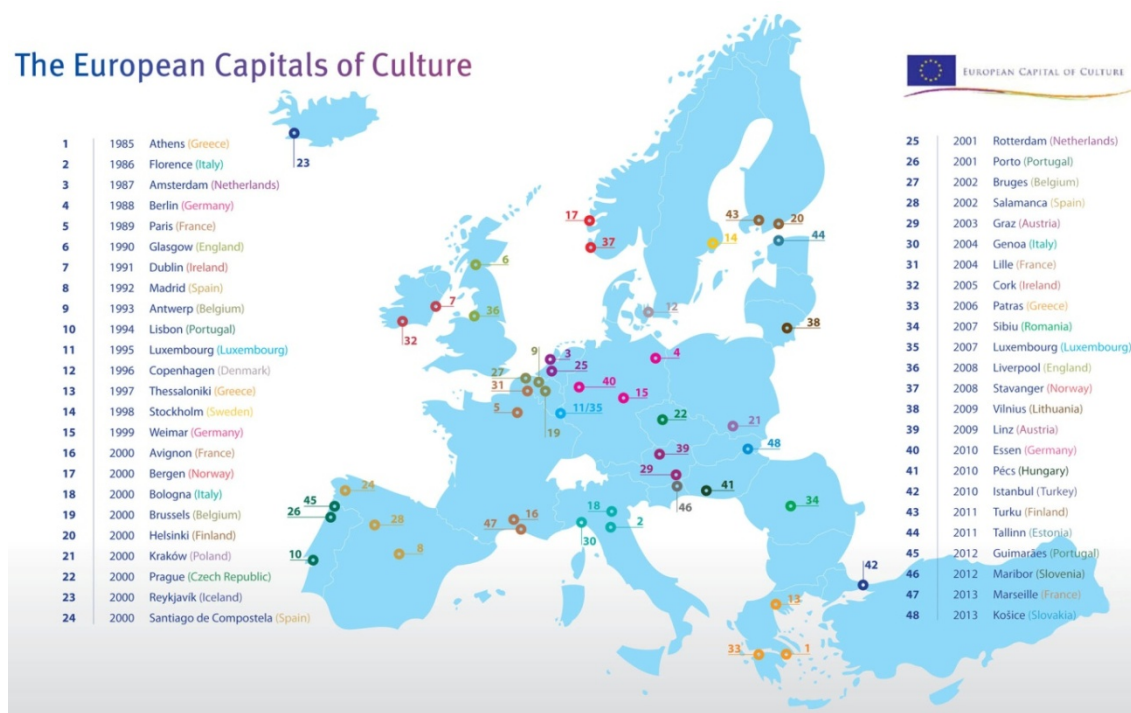
Uma das principais chaves para o sucesso na realização do evento passa pelo comprometimento político dos governos nacionais dos países organizadores, dando assim cobertura à sua realização exposto na estratégia delineada e que resulte numa cidade com desenvolvimento económico, integrada socialmente e culturalmente criativa.

⁴⁸ Por regeneração urbana entende-se uma operação de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, orientada por objectivos estratégicos de desenvolvimento urbano, em que as acções de natureza material são concebidas de forma integrada e activamente combinadas na sua execução com intervenções de natureza social e económica. (DGOTDU, 2008 p. 64)

4. Estudo comparativo de Cidades Europeias da Cultura

4.1. Critérios de selecção das cidades

A realização da CEC, com vinte e cinco anos de realizações, desde 1985, e cerca de quarenta cidades nomeadas (mapa 1) formam um conjunto considerável de acontecimentos, aos quais se permite o dissecar dos resultados obtidos, assentes maioritariamente sobre a informação cedida pelas respectivas cidades, nomeadamente nas acções de candidatura, objectivos propostos, planos actividades e diversa documentação, e/ou através dos relatórios realizados por entidades independentes, com as indicações sobre os impactos/efeitos consequentes e por último na observação “in situ” das cidades.



Mapa 1 – a Europa e as realizações CEC [2010]

Para a realização da dissertação, procedeu-se a uma estratégia de selecção das cidades, aposta num conjunto de critérios, servindo o propósito dos objectivos pretendidos e garantindo a uma análise comparativa entre as cidades CEC, convertidas em casos de estudo. O facto de a investigação recair sobre a cidade de Guimarães, especificamente na estratégia urbana para celebração do evento, condiciona em parte o âmbito de selecção:

- o critério geográfico, a selecção das cidades que se encontrem na faixa sul da Europa e que partilham alguma da sua história, dos costumes e vivências culturais.



Mapa 2 – o critério geográfico.

- o critério temporal, as celebrações CEC, em que o espaço temporal fosse o mais curto possível, contendo assim os efeitos do processo evolutivo de evento para evento, como é normal e espetável.



Mapa 3 – o critério temporal.

- o critério da nacionalidade, com cidades do sul da Europa, de países diferentes, discernindo forma como cada país se envolve na celebração da CEC



Mapa 4 – o critério da nacionalidade.

- o critério populacional, selecção assente na dimensão demográfica, de características o mais próximo possível de cidade média (PORTAS, et al., 2007).

Avignon – 85. 937 Hab.

Porto – 257.800 Hab.

Salamanca – 156.006 Hab.

- o critério da forma urbana, com as particularidades de todas serem estruturas medievais, de crescimento orgânico a partir de assentamentos rurais (MORRIS, 1995) e serem Património Mundial, título atribuído pela Unesco.



Mapa 5 – o critério da forma urbana.

Considerados os critérios supra-citados e demonstrados pela inforgrafia apresentada, as cidades escolhidas para a dissertação recaem sobre Avignon 2000, Porto 2001 e Salamanca 2002.

4.2. Conceitos e metodologia na análise das cidades

Neste momento da realização da Dissertação, após decisão tomada sobre quais cidades a estudar, com a atribuição de caso de estudo para cada uma, importa conhecer o “*meio urbano*” (LAMAS, 2010), dispondo de um conjunto de instrumento de leitura, permitindo o conhecimento da cidade no seu aspecto de forma urbana (MORRIS, 1995). O estudo da evolução e transformação da morfologia urbana têm em conta os diversos factores que influenciaram a produção do espaço urbano, designadamente nos aspectos políticos, económicos, sociais e que resultaram na forma da cidade.

O que se pretende é o manifesto dos factos mais relevantes neste processo de transformação da morfologia, identificando as diversas alterações da forma urbana da cidade e as suas inter-relações, conforme refere LAMAS (2010). A desenho urbano da cidade, consequência das referidas transformações, é exactamente onde assentou a estratégia de celebração do evento CEC para cada cidade e assentará no caso particular de Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012. Assim se verifica a necessidade do conhecimento na evolução da morfologia urbana para cada cidade, identificando a sua forma e respectivo desenho urbano. Outra das problemáticas é a análise das infra-estruturas criadas, os programas de regeneração urbana e ambiental, como das diversas intervenções ao nível do espaço público, possibilitando o saber de qual a estratégia implícita na celebração da CEC no que respeita ao uso da cidade e se for o caso, identificar qual o novo desenho urbano (CANDEIRA, 1999).

Na realização das tarefas enunciadas, o procedimento metodológico define-se pelas decorrências textuais, fundamentadas em autores de referência na temática, consubstanciada em imagens de ortofotomapa das cidades, com a respectiva orientação e escala, aposta a uma análise interpretativa sob forma de infografia em que se identifica quais os aspectos relevantes nesse período histórico da cidade. Para as infra-estruturas criadas no âmbito da CEC, dá-se continuidade ao procedimento, com a exposição dos diversos elementos, bem como a sua identificação junto do mapa, acrescentado pela oferta cultural já existente na cidade. Com as informações reunidas, procede-se a uma análise interpretativa da estratégia urbana da cidade no que respeita à realização da CEC, apontando as considerações em forma de “nota de síntese” e um esquema gráfico interpretativo, salientando a imagem/desenho cultural de cada cidade caso de estudo.

Sentido da expansão	
Elementos reguladores da Expansão	
Linha de desenvolvimento	
Polo de atracção	
Barreira de Expansão	
Transposição dos limites	
Alteração da barreira	
Densificação	

Mapa 6 – simbologia da análise interpretativa

A legenda indicada (mapa 6) estabelece a simbologia a usar nos mapas das cidades, dispostos por diversos períodos, identificando os vários crescimentos (PANERAI, et al., 1983). Este método pretende que, através da informação disponível da morfologia urbana, se aponte (por simbologia) as características de dado momento, seja político, económico ou social, complementando assim a informação textual decorrida.

Neste sentido, os símbolos propostos são os indispensáveis para reconhecer as transformações no tecido urbano da cidade:

- o sentido da expansão, designadamente o rumo da expansão urbana
- os diversos elementos que regulam a expansão urbana, nomeadamente as linhas de desenvolvimento (exemplo: rede viária), os elementos que servem como pólo de atracção na cidade (exemplo: castelos, igrejas, etc.), as barreiras de expansão (muralhas, rios).
- a transposição dos limites ou das barreiras, como acontece no caso das pontes.
- a alteração da barreira, tendo como exemplo a destruição dos perímetros amuralhados.
- a densificação, usualmente após a implantação de um pólo de atracção, a consequente densificação do tecido urbano junto deste.

Já os mapas com os esquemas interpretativos relativos à oferta cultural nas CEC, seguem uma inforgrafia simplificada, com o intuito de se definir qual o cunho característico de cada cidade CEC identificada neste estudo.

4.3. A cidade e a realização da Capital Europeia da Cultura

4.3.1. AVIGNON 2000 “arte e criatividade”



Fotografia 7 – cidade de Avignon e rio Rhône.

4.3.1.1. História e evolução da morfologia urbana



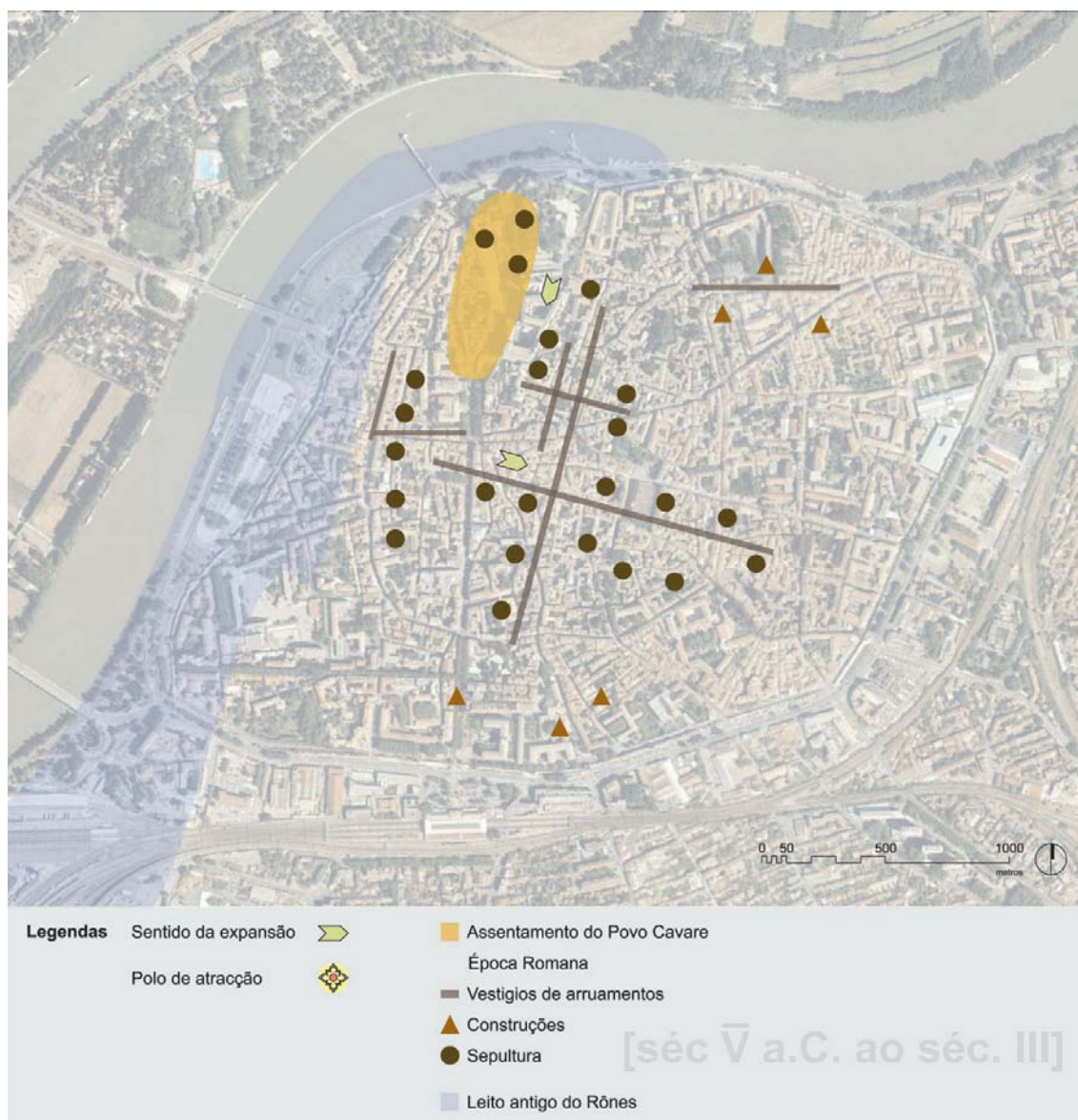
Mapa 7 – localização de Avignon.

Avignon, cidade francesa do departamento⁴⁹ de Vaucluse, com limites no departamento de Gard e de Bouches-du-Rhône. A comuna⁵⁰ desenvolve-se na margem esquerda do Rio Rhône, limitado a sul pela comuna de Durance. Localizada numa zona central estratégica, visto estar a meio da distância entre Espanha e Itália, com um posicionamento no ponto intermédio do arco mediterrâneo francês, serve de plataforma central, tendo nos seus eixos a ligação norte/sul, a Europa do Norte e o Mediterrâneo respectivamente, a este/oeste, nas regiões dos Alpes e de Languedoc, respectivamente. A sua génese encontra-se no Rochedo de Doms, a uma altura de quarenta metros, banhado pelo rio Rhône, servindo de refúgio defensivo natural, o seu planalto encontra-se geograficamente livre das inundações do referido rio, permitindo ao local o controlo de passagem fluvial.

⁴⁹ Parte da divisão administrativa na organização territorial francesa, uma colectividade territorial (INFOPEDIA, 2003)

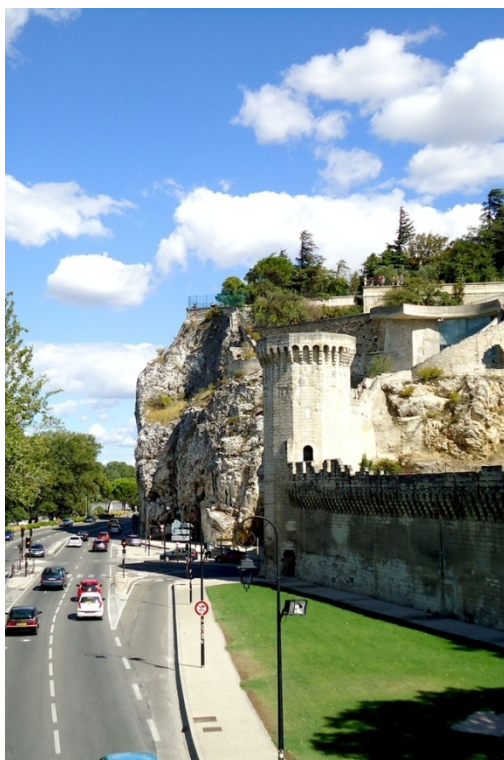
⁵⁰ A comuna francesa é a unidade básica da divisão administrativa da organização territorial da França (INFOPEDIA, 2003)

O centro antigo caracteriza-se pela sua forma ovalizada, com uma limitação física reconhecível nos seus panos amuralhados, servindo de corte ao resto da cidade, com uma zona intermédia, de avenidas perimetrais entre a muralha e a via ferroviária de localização muito próxima, a sul, com o rio Rhône, a norte. Os seus pontos mais distantes, entre a porta de St.^a Lázare e a porta Raspail medem cerca de 2km, o acesso á zona intra-muro é efectuado por dezasseis portas no total, dando uma leitura muito própria do tecido urbano condicionando à partida a escolha do acesso, posterior trajecto e circulação no seu interior. A zona de troca, deriva directamente dos acontecimentos ocorridos na passagem do séc. XIX para o séc. XX com a chegada dos caminhos-de-ferro, reconhecido na faixa intermédia que percorre o perímetro amuralhado entre a linha do caminho-de-ferro e o rio Rhône (WAGON, et al., 2007b) (WAGON, et al., s.d.)



Mapa 8 – a antiguidade em Avignon, desde o Bronze final ao séc. III.

Desde a antiguidade (mapa 8), local privilegiado pelas suas condições naturais, aliado ao seu posicionamento estratégico no sul de França é desde o tempo neolítico (5000 a.C.), conforme refere o arqueólogo F. Guyonnet (citado por WAGON, et al., s.d.), ocupado pelo povo Cavares na zona de Aouennion, Avenion ou Avennio, conforme relata o geógrafo latino Estrabão no séc. II a.C., na designação do nome celta com o significado de “*Vila do Rio*” ou “*Vila dos Ventos*” (WAGON, et al., 2007b p. 11). O Oppidum⁵¹ do povo Cavares no rochedo de Doms mantinha, relações comerciais com os povos de Massaria, vulgo Marselha, o de Ourance. Estas referências justificam-se pelos achados localizados no rochedo, na zona do Palácio dos Papas como na zona do Hôtel da Ville.



Fotografia 8 – muralhas de Avignon e o rochedo de Doms.

Durante o domínio do Império Romano a vila é revitalizada e organizada pelos princípios romanos, com o traço ortogonal, reconhecido nas vias de acesso, com os quarteirões rectangulares, mas que, segundo refere WAGON, et al. (2007c), a localização das habitações estavam desviadas do Oppidum, a zona monumental, o fórum romano, encontrava-se mais a sul, hoje Praça de Horlage, mantendo ainda actualmente o centro da cidade da antiguidade. Estes factos comprovam-se pelos diversos achados na abside da Igreja de Saint Agricol, e reconhecidos presentemente nos arcos da rua Little Fusterie. Convertida em colónia latina nos tempos de Cláudio, mas é com Adriano que se torna cidade Romana, contudo tinha um papel

⁵¹ A principal povoação da área administrativa do Império Romano

secundário relativamente a outras cidade como Orange, Arles e Nimes. A estrutura urbana do tempo da antiguidade mantém-se durante a Idade Média, reconhecido no eixo norte/sul, Cardus romano, pela rua da Bonasterie, e no eixo este/oeste, Decumanus romano, nas ruas Marchands e Saint Agricol. A organização romana da cidade também se afirma pelo número de sepulturas encontradas na parte exterior da cidade, rua das Enfermeries e no bairro periférico de Monclar. A cidade de cinquenta e quatro hectares, confinado pelo registo de outras cidades provençais, vai perdendo importância nos finais do domínio Romano, séc. III, chegando a ocupar um sétimo da superfície dos tempos da antiguidade (WAGON, et al., 2007c).



Mapa 9 – o período românico em Avignon.

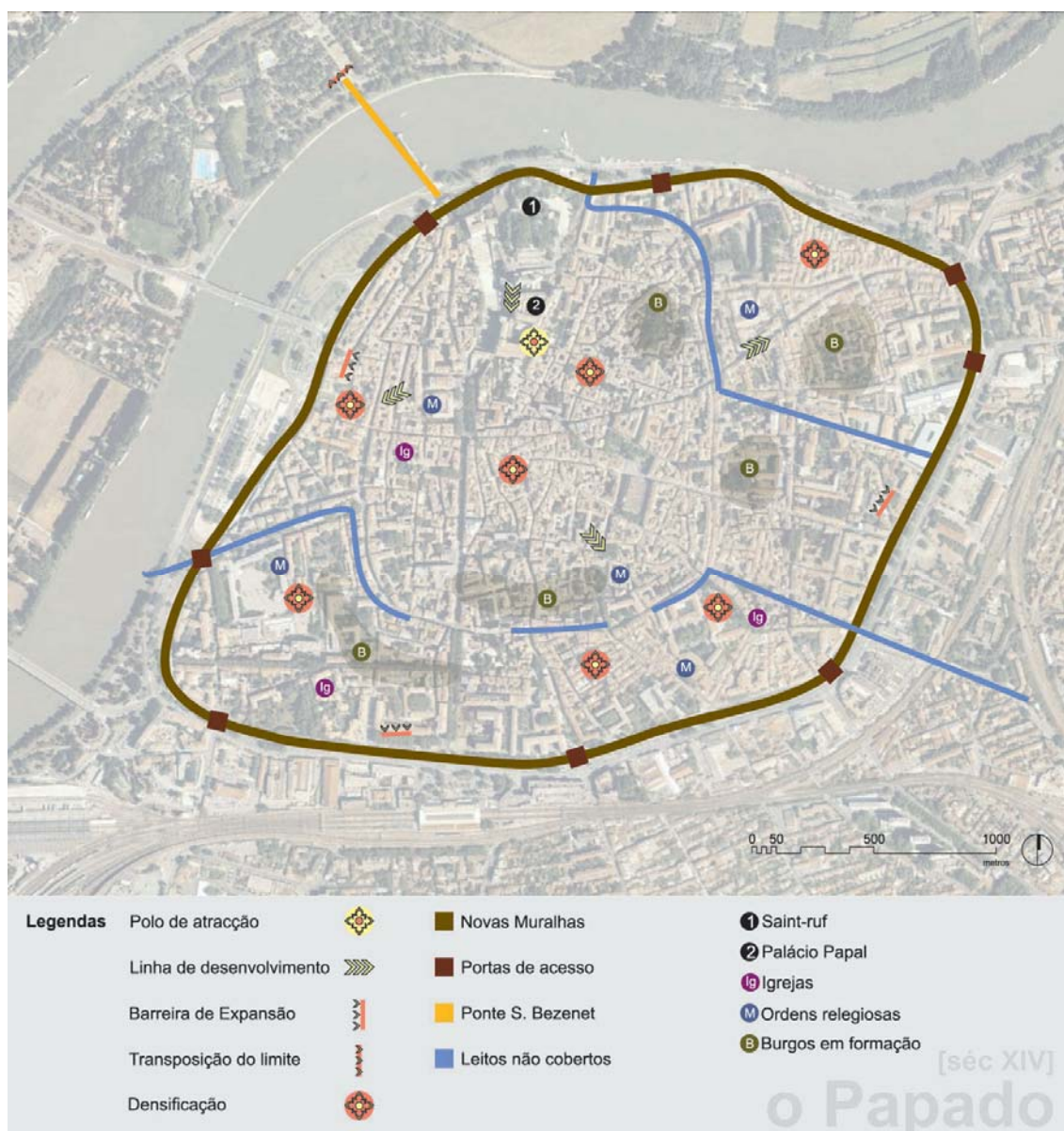
Na antiguidade tardia e Alta Idade Média: nos finais do séc. VII, segundo a tradição (WAGON, et al., s.d.), Saint Marthe é padroeira da igreja de Avignon e na Sé de Saint-Ruf, com o seu primeiro Bispo. O berço do cristianismo na cidade comprova-se pela metrópole Paleocristã do séc. V nos subúrbios da cidade, situada na abadia românica de Saint-Ruf. Este período, da antiguidade tardia, de grandes conturbações, justificado pela sua apetecível localização é palco de diversas lutas pelo seu controlo e que perdura durante séculos, culminando com as incursões dos sarracenos⁵² no séc. IX e nas lutas entre diversas facções do império carolíngio.

A cidade Românica (mapa 9): do reino dos Arles, formado em 936, pela união dos territórios de Borgonha e de Provence, a cidade de Avignon torna-se na capital do reino, administrada por um conde, com poderes reais, mas é o poder eclesiástico que assume o poder real através do Bispo. O papel relevante da igreja, consumado pelo elevado número de ofertas, permite um processo de reconstrução dos monumentos religiosos, como Notre-Damme de Doms (1060), a edificação de várias igrejas espalhadas pelos quinhentos priorados da cidade e arredores, conforme refere WAGON, et al. (2007b). No crescimento da cidade sobressaem as classes dos comerciantes e da pequena aristocracia urbana, começando a ter proeminência decisória em detrimento das habituais classes mandatárias, como o Conde e o Bispo. No início do séc. XII, a Provence foi dividida em três partes, Avignon localizava-se no limite destas divisões, contudo foi tornada indivisível em 1129, em que o poder, a competência e a senhoria eram entregues ao bispo, nobres e burgueses.

Em 1161 nasce a cidade de Avignon, com o poder presidencial nas mãos do Bispo delegado nos cônsules, eleitos anualmente. Este período, da comuna de Avignon, personificada no senhor feudal, com o território espalhado pela Provence, que durante um século a prosperidade prevaleceu, permitindo a construção de diversos monumentos e infra-estruturas. Entre elas, a ponte de S. Bezenet (entre 1177 e 1185), constituindo a primeira passagem sobre o rio Rhône, desenvolvendo de sobremaneira o comércio, trazendo ainda mais riqueza e prosperidade (WAGON, et al., 2007b). Este período histórico de Avignon demonstrou-se pela elevada produção de arquitectura, nomeadamente pelas casas fortes, em grande número e dentro da primeira cintura amuralhada, a diversos conventos e hospitais localizados perto das vias de comunicação, e fora da cidade de forma a protegerem-se dos possíveis contágios na passagem dos peregrinos. O calcário, o material utilizado nas construções, identifica a Avignon como a cidade branca, pelo seu aspecto cromático nas suas construções, conforme refere WAGON, et al. (2007b)

⁵² Nome dado aos Árabes que invadiram a Península Ibérica

A primeira cintura das muralhas românicas, talvez a mais antiga, (meados do séc. XI) conforme refere F. Guyonnet (citado por WAGON, et al., 2007b), era de extrema importância, pois permitia uma linha defensiva da cidade. Numa estratégia do reforço da defesa, pela vigorante e próspera cidade, é edificado uma segunda cintura, paralela à primeira, entre 1215 e 1225 (WAGON, et al., 2007c), com a construção de um fosso, alimentado pela água do desvio do canal de Sorgue, canal de Vaucluse, sendo no entanto insuficiente, construindo-se uma segunda parte da cintura de forma a ser alimentado pelo canal Bonpas, canal de Durancoles. A passagem para o interior da cidade era efectuada por doze portas. Este pano amuralhado, inexistente nos dias de hoje, é perceptível na estrutura urbana identificada nas ruas Joseph Vernet e Lices.



Mapa 10 – o Papado durante o séc. XIV.

Contudo, este perímetro amuralhado, composto por um fosso de água, teve pouco tempo de uso, pois as quezílias entre o Conde de Toulouse e o Rei de França, Luís VIII, precipitaram os posteriores acontecimentos. O Rei de França, impedido da passagem para Languedoc, cercou a cidade com o seu exército, sendo capitulada ao fim de três meses de cerco e como condição de derrota foi-lhes imposto a destruição das muralhas, o enchimento do fosso e a demolição de trezentas casas fortes. A cidade durante algum tempo não resistiu à revés do ocorrido, perdendo a comuna em 1251. No final do séc. XIII, evidencia-se algum crescimento e desenvolvimento urbano, identificados nos novos burgos localizados perto dos mosteiros das ordens mendicantes⁵³, como os dominicanos, os franciscanos, os carmelitas, entre outros, com a edificação de novos mosteiros dentro e fora do desaparecido perímetro amuralhado, conforme refere WAGON, et al. (2007b).

○ papado de Avignon e o séc. XIV (mapa 10): Período de acontecimentos marcantes para a cidade, determinando o seu destino até aos dias de hoje, com a presença da corte papal na cidade desde os inícios do séc. XIV, permitindo uma nova fase de prosperidade, aportando de imediato o desenvolvimento urbano e que marcará a cidade de forma permanente (WAGON, et al., s.d.). Por um período de um século (1309-1403), Avignon e a sua corte papal, instalam-se na cidade, dando à França o poder religioso sobre o mundo católico. O desenvolvimento da cidade ocorre de forma muito rápida e é incrementada a cada sucessão do Papa. Cada período papal é reconhecido numa série de novos elementos urbanos, que se vão expandir a partir de um núcleo central, assente tanto no tecido urbano pré-existente como nas novas edificações.

○ Papado de Clemente V (1305): conforme refere WAGON, et al., (2007c), a presença da corte papal em Avignon é consequência de diversas circunstâncias. Após a sua nomeação, Clemente V, por razões políticas escolhe Avignon como residência papal, a qual não será alheia a beleza natural e o clima ameno. Escolhe o convento dos dominicanos como residência temporária, mas percorre o território do condado instalando-se em diversos locais. Morre em 1314.

○ Papado de João XXII (1316): tendo já sido bispo da cidade de Avignon, escolhe o palácio Episcopal como residência temporária e com utilização do castelo de Sorgues. A presença da corte papal em Avignon vem contribuir de forma decisiva para o aumento da população, vindo essencialmente pelas pessoas associadas ao poder papal⁵⁴, como pela própria dinâmica criada pelo facto político como na presença do poder papal na região. Esta forte procura de habitação e afins provoca movimentos expansionistas na própria cidade, reflectidos

⁵³ Ordens religiosas cujos filiados faziam voto de pobreza, vivendo da caridade pública (INFOPEDIA, 2003)

⁵⁴ Com a comitiva de cardeais, bispos, padres e toda a população constituinte de uma comitiva papal, um pouco à semelhança das cortes régias.

no seu tecido urbano. Após a saturação do perímetro amuralhado românico existente em ruínas, a estrutura urbana desenvolve-se para as zonas extra-muros. Conhecida a eficácia da administração do Papa João XXII (WAGON, et al., 2007b), este desenvolve um poder centralizado, com tributação papal eficiente, recolhendo e angariando uma elevada fortuna e riqueza às hostes papais. O desenvolvimento da cidade ultrapassa, o já referido, perímetro românico e estende-se por pequenos burgos ao longo dos acessos viários e fortalece-se junto dos antigos mosteiros e conventos das zonas periféricas recuperadas e reconstruídas por ordem do Papa João XXII. Segundo indicação do autor, a população atinge rapidamente as 45.000 pessoas concentradas num pequeno território.

○ Papado de Bento XII (1334): este papado é reconhecido pela sua vontade numa edificação condigna para o poder papal, materializando-a no novo Palácio Papal. A cidade de Avignon sob os destinos deste Papa conhece uma transformação muito rápida. Segundo WAGON, et al. (2007b) a arquitectura particular tem uma elevada expressão, traduzida nas casas de luxo dos bispos, arcebispos, abades; nas habitações de alguns nobres que gravitam em volta do papa em representação dos interesses do mundo católico; as habitações de alguns mercadores, comerciantes e banqueiros; em suma a cidade era o epicentro de uma sociedade cosmopolita à época.

○ Papado de Clemente VI (1342): na mesma linha de actuação, este papa continua o trabalho do seu antecessor, mantendo e aumentando o tamanho do palácio com uma nova edificação, o novo palácio, mais exuberante, em contraste com a austeridade cisteriana⁵⁵ do velho palácio. O seu papado é marcado pelo grande apogeu na cena nacional, mesmo internacional da vida eclesiástica, denotando características de um reinado régio (WAGON, et al., 2007a) Na senda do seu antecessor, a vida cosmopolita da cidade era de grande interesse e prática artística pelos diversos artistas presentes, principalmente os italianos. Próprio de um reinado, a vida opulenta da corte papal e o financiamento das guerras com Itália causam acentuadas perdas no tesouro papal. No entanto, por vontade do próprio Papa, em 1348, compra a cidade à Rainha Joana de Nápoles, detentora dos direitos sobre a comuna. Neste mesmo ano surge um surto de Peste Negra, dizimando uma boa parte da população (WAGON, et al., 2007b).

○ Papado de Inocêncio VI (1352): por força das circunstâncias, este papado envereda por uma gestão de poupança orçamental, tendo de fazer face às inúmeras calamidades ocorridas. As diferentes quezílias entre britânicos e franceses conhecem um período de tréguas, libertando todo o tipo de guerreiros e mercenários, que atraídos pela opulência da

⁵⁵ Facto directamente relacionado com a Ordem de Cister, a que o Papa Bento XII pertence.

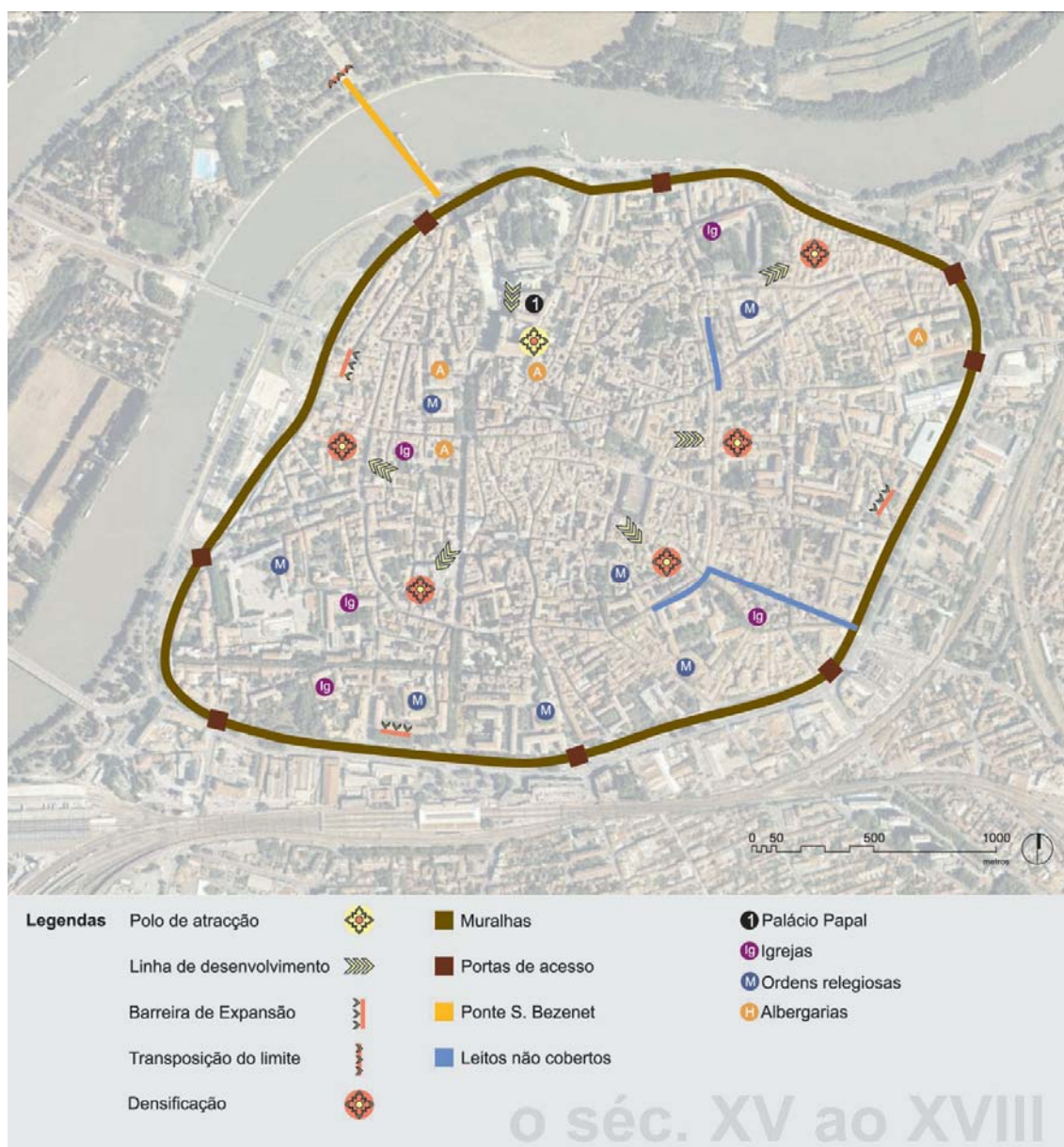
cidade papal sacam e pilham os seus habitantes e os frequentadores de comuna, levando o papa ao constante pagamento de resgates. Como protecção inicia a construção de uma cintura amuralhada, em 1355, englobando todos os burgos e conventos no exterior da antiga muralha românica em ruínas.

○ Papado de Urbano V (1362): responsável pelo término dos trabalhos na cintura amuralhada da cidade, com um perímetro de quatro quilómetros e meio, limitando cento e cinquenta e um hectares (WAGON, et al., 2007b). Em 1367, o Papa deixa Avignon rumo a Itália para o retorno do poder papal ao seu estado soberano, no entanto as diversas hostilidades entre França e Inglaterra entretanto iniciadas, levam o Papa, em 1370, de volta a Avignon com a garantia de maior segurança e na melhor forma de intermediar o conflito. Morre três meses depois da sua chegada à cidade.

○ Papado de Gregório XI (1370): Considerado o último papa de Avignon, o sétimo, deixa a cidade definitivamente em 1376, falecendo dois anos mais tarde, dando início ao grande Cisma do Ocidente, Período conturbado da igreja católica, conhecido pelo confronto de duas facções na tomada do poder papal.

○ fim do Papado de Avignon (1370-1403): em conclave papal em Roma, Urbano VI toma o poder papal, mas a sua nomeação é considerada nula pelas diversas pressões sobre os cardeais franceses e do excessivo número de nomeações. Um novo papa é nomeado, Clemente VII, com o apoio dos franceses, espanhóis, reino napolitano e escoceses, entretanto retornado a Avignon. Mas o confronto entre estes dois papas, Urbano VI em Roma e Clemente VII em Avignon estava latente, representando uma guerra aberta entre duas grandes facções europeias. Clemente VII aperfeiçoa as muralhas em detalhes, dando-lhe a autoria dos trabalhos finais na cintura. Esta preocupação na estrutura defensiva deve-se ao facto, das constantes incursões armadas, entre 1378 e 1394 (WAGON, et al., 2007b).

Com o seu afastamento, Bento XIII toma o seu lugar de papa residente em Avignon em representação de uma das facções, conforme já foi referido. Contudo em 1403, a França retira o apoio ao papado residente em Avignon, marcando assim o término do poder exercido durante 100 anos, conhecido pelo Papado de Avignon. Este século de prosperidade e acção papal, reconhecido no tecido urbano da cidade, identificado nos diversos monumentos edificados, nas diversas habitações espalhadas pelos pequenos burgos e principalmente na grande cintura amuralhada que persiste até aos dias de hoje (WAGON, et al., 2007c) (WAGON, et al., 2007b).



Mapa 11 – período do séc. XV ao XVIII em Avignon.

Avignon do séc. XV ao séc. XVIII (mapa 11): Após a permanência do papado em Avignon, a cidade retrai-se devido à perda de importância e influência que o poder papal tinha, contudo a sua faceta espiritual, comercial e económica manteve-se durante este período. A presença, principalmente de negociantes e financeiros florentinos, de Itália, manteve a cidade como placa giratória de influência sobre os mercados de Lyon, Génève e o porto de Marselha. Artisticamente, Avignon demonstra vitalidade em diversas áreas, apesar da sua perda demográfica, com Enguerrand Quarton e a Escola de Avignon na

pintura, e na grande expansão pelas realizações ao nível da escultura gótica. Na arquitectura, em diversos trabalhos de restauro em edifícios arruinados após o grande Cismo do Ocidente, com as novas edificações ao nível religioso e na habitação particular, nomeadamente nas casas dos banqueiros e comerciantes (WAGON, et al., 2007a).

Durante o séc. XVIII a cidade de Avignon renova-se na sua paisagem urbana, grandes alterações no tecido urbano pelas diversas políticas de alinhamentos, higienização e salubridade, com as construções de composição clássica e barroca que proliferaram na cidade, tendo como causa a existência de uma escola de arquitectos reconhecida ao nível nacional e internacional. As diversas ordens religiosas também edificam as suas realizações e a arquitectura monumental é demonstrada grandes seminários, teatros, mercados, conforme refere o WAGON, et al. (2007c).

Os mais variados hotéis, construídos na zona intra-muros românica, na zona medieval dos antigos burgos, no centro da cidade e muito próximo dos palácios papais, com um aspecto elegante e de extrema riqueza (WAGON, et al., 2007a). A cidade até à revolução Francesa, praticamente mantém o seu aspecto medieval no seu tecido urbano e não ultrapassa o pano amuralhado do séc. XIV do reinado papal. Neste período cronológico, da vida dos habitantes de Avignon como da sua própria cidade, a referência a alguns factos históricos que marcam a comuna de Avignon: os diversos motins relacionados com os direitos de passagem na cidade de Avignon, durante o séc. XVI e XVII; a malograda grande peste de 1721, dizimando uma grande parte da sua população, restando apenas dois mil e quatrocentos (WAGON, et al., 2007b); a integração económica no tecido comercial francês, perdendo a influência do poder papal convertendo-se a uma gestão municipal própria.

Nesta época, finais do séc. XVII, a cidade vivia da sua localização estratégica, às actividades eclesiásticas e espirituais próprias de um local religioso, na sua vertente rural e agrícola das zonas extra muros, trabalhadas pelos habitantes que viviam na zona intra-muros, essencialmente do trabalho e comércio da seda. Facto primordial na história da França é a sua revolução, que marca por todo o território a nova ideologia, condicionando toda a sua sociedade, Avignon sofre, como outras cidades francesas, com grandes motins, de 1788 a 1791, na ruptura em definitivo da influência papal vinda de Roma, na assinatura do Tratado de Tolentino⁵⁶, em 1795, na plena municipalidade da cidade, entre 1795 e 1815, com Guillaume Puy, dotando a comuna de Avignon com meios para o seu desenvolvimento em infra-estruturas e equipamentos, garantindo o crescimento da sua economia como centro de trocas regionais (WAGON, et al., 2007c).

⁵⁶ Tratado onde o Papa renúncia aos seus direitos sobre o Condado de Venaissin e Avignon, a favor da República Francesa.



Mapa 12 – a época moderna em Avignon.

A época moderna de Avignon (mapa 12): no seguimento dos acontecimentos anteriores (séc. XVIII), Avignon perde a sua influência política, contudo o comércio da seda, iniciado nos séculos anteriores, bem como a descoberta/exploração do mundo rural, nomeadamente na vertente de jardinagem, coloca a cidade de Avignon como centro agrícola regional (WAGON, et al., 2007a). À semelhança de outras cidades europeias, a chegada do caminho-de-ferro, em 1859, e com a ligação Lyon/Marselha, vem mudar de forma significativa a orientação da expansão urbana como próprio desenvolvimento da cidade. A proeminência do transporte fluvial tem a partir desta altura um forte concorrente, o comboio. A orientação tradicional da

cidade em função do rio, norte/nascente, passa agora para a orientação sul com a linha do comboio implantada a poucos metros do pano amuralhado.

Coincidente com este acontecimento, a cidade é também contaminada pela atitude Haussmanniana⁵⁷ que ocorre em quase todas as cidades francesas, em que no caso particular de Avignon, entre 1853 e 1865, traduz-se num plano de alinhamentos⁵⁸ e abertura de novas vias de forma a favorecer a circulação e alimentação do centro medieval, contudo esta intervenção no tecido urbano é efectuada na antiga estrutura rádiocêntrica e pontualmente na abertura de vias e alargamento de ruas, mantendo assim a orgânica da cidade dos tempos românicos (Préfecture du Vaucluse, 2007). Esta nova visão do espaço, de ruptura, é reconhecido na nova Rua da República, como na Avenida Raspail e Rua Thiers, com grandes espaços vazios, ocupados por jardins, com a colocação dos serviços da cidade nos antigos conventos, nas novas áreas residenciais mais a este e a sudoeste. Facto a salientar nesta actividade urbanística da cidade é a intervenção de Viollet La Due, em 1860, nos panos amuralhados com as doze portas e noventa e duas torres.

Já no séc. XX, a cidade desenvolve-se para lá da zona intermédia, recorrendo a processos de zonificação, como as zonas de habitação e comércio e que se desenvolveu de forma radiocêntrica, exactamente como vinha sendo feito ao longo de séculos (WAGON, et al., 2007c). Nos finais deste século, o advento das auto-estradas, permitindo ligação muito rápida aos centros urbanos próximos, como nas ligações aéreas, com o alargamento de pistas no aeroporto e o impulso dado pela chegada do TGV na nova estação de La Courrine.

4.3.1.2. A organização, realização e os impactos do evento



Fotografia 9 – logótipo de Avignon 2000, CEC

Avignon é a segunda CEC de França das três já nomeadas, Paris 1989 e Lille 2004. E a sua nomeação demonstra o reconhecimento pela sua história, a sua riqueza cultural e na sua recente reputação no domínio do teatro, nomeadamente com o seu festival. Detém um incremento assinalável como destino turístico e identifica-se o seu desenvolvimento como centro universitário (COGLIANDRO, 2001). Conserva por tradição a sua economia agrícola, tendo no processamento de alimentos e nas suas indústrias relacionadas um forte sector. A

⁵⁷ Princípios de reforma urbana de Georges-Eugène Haussmann implementados em Paris, na segunda metade do séc. XIX.

⁵⁸ Plano de alinhamentos homologado pela comuna em de 1854.

fertilidade das suas terras fazem da região uma fornecedora natural de bens alimentares e florais, reconhecendo na sua gastronomia outro dos elementos culturais relevantes. Goza de uma localização estratégica na zona mediterrânica de França, e pela sua proximidade com o Rio Rhones a sua denominação de “*Capital of the Côtes du Rhône* “ (COGLIANDRO, 2001 p. 19). Servida por diversas vias de comunicação, salientando a sua ligação directa a Paris, por TGV, com uma duração média de duas horas e meia.

Dados demográficos

Cidade	85.937
Região (Provence-Alpes-Côte d’Azur)	4.568.975
Nacional	58.895.702

Tabela 5 - População em 2000

Objectivos e prioridades: a principal motivação da realização do evento CEC foi o de promover a o seu turismo cultural reforçando a sua imagem como cidade cultural no panorama internacional. Teve no seu lema “*Avignon, un spectacle permanent*” (PALMER, 2004 p. 79), Avignon, um espectáculo permanente, estimulando a criatividade permanente e a sua internacionalização como cidade cultural no novo milénio. Principal objectivo na realização da CEC consistiu no aumento do perfil do perfil internacional da cidade, seguido de diversos temas a ter conta na realização do evento: o melhoramento e qualificação das infra-estruturas, o desenvolvimento económico, a cativação e o aumento da audiência para os aspectos culturais, a participação em programas e actividades culturais, a criação de uma ambiente permanente de celebração da cultura, promoção de inovação e criatividade, a atracção de visitantes do próprio país como dos além-fronteiras, o desenvolvimento de parcerias com outras cidades europeias e reforço do orgulho e auto-confiança das pessoas da cidade. Este processo de consulta e auscultação dos objectivos, bem como das prioridades, passou por um conjunto de reuniões, workshops, visitas, inquéritos à população, campanhas nos vários meios de comunicação, convites a diferentes sectores da sociedade local, e representados pelos políticos, organizações culturais, artistas, representantes económicos, turísticos e sociais, como das organizações comunitárias e dos residentes locais. Tendo como evento inaugural, a organização de uma reunião geral, organizada pelo responsável da Cidade, realizada no Palácio dos Papas, em 1996, com a participação de mil e trezentas pessoas (PALMER, 2004).

A organização e gestão: a estrutura de gestão do evento recaiu, a início, em 1996, sobre uma administração do tipo municipal, com direcção directa do responsável pela cidade, no caso da prefeita municipal Marie-Josée Roig, contudo, após estudo efectuado para o efeito, em 1997, foi criada uma estrutura independente, a Associação da Capital Europeia da Cultura, sendo renomeada mais tarde, em 1998, para a Missão Avignon 2000, alinhando com o

programa nacional francês da celebração do milénio, Missão 2000, no entanto salienta-se a manutenção da gestão e responsabilidade directa da prefeitura municipal. Um comité de direcção, da área da Cultura era também criado, como um equipa de sete pessoas, com a função de desenvolver os temas, orientações e participar na selecção dos programas. Ambas as estruturas dependiam directamente da autoridade do prefeito municipal e tinham um conjunto de poderes atribuídos conforme as suas acções.

O comité de direcção, com desenvolvimento de políticas e estratégias, as decisões finais sobre as actividades e projectos culturais, as decisões de teor financeiro, a angariação de fundos e patrocinadores, a avaliação dos programas e projectos, bem como todas as funções de relações públicas. Missão Avignon 2000, a coordenação do programa cultural, comunicação, promoção e marketing, o desenvolvimento das infra-estruturas, finanças e orçamentos. De referir também o envolvimento das restantes autoridades governamentais, como a da região de Provence-Alpes-Côte d’Azur, o departamento de Vaucluse e do Governo nos seus departamentos estatais (PALMER, 2004).



Fotografia 10 – museu Yvon Lambert (arte contemporânea).

O programa cultural: com o tema “arte e criatividade”, foi composto por três componentes distintas; uma europeia, que continha toda a cooperação entre as estruturas, associações e artistas das outras cidades europeias nomeadas⁵⁹; uma nacional, em linha com a celebração do milénio, Missão 2000, evento sob a tutela de governo francês em que a cidade foi o palco da apresentação da exposição Beauty numa tentativa de descentralização; uma local, com o objectivo principal no enaltecimento da riqueza cultural como do património da região, que abrangia a prática social, económica e artística da sociedade local, como tal seriam três as categorias, as artes visuais⁶⁰, as artes performativas⁶¹ e o património cultural⁶².

⁵⁹ Nove cidades nomeadas CEC no ano 2000, Avignon, Bergen, Bolonha, Bruxelas, Cracóvia, Helsínquia, Praga, Reiquiavique e Santiago de Compostela

⁶⁰ Artes plásticas e as artes de imagem em geral

⁶¹ Teatro, dança e música

⁶² Arquitectura, mobiliário, iconografia e obras literárias

A estrutura do programa, baseada na realidade histórica, humana e geográfica de Avignon, subdividia-se em dois fortes conceitos: a sua continuidade histórica e o seu futuro. O tema “arte e criatividade” dava nota da riqueza artística da cidade como do prenúncio da sua entrada na era digital. Como tal o programa evidenciava duas grandes áreas:

- A cidade de Avignon, com as suas tradições, a sua identidade e as suas festividades;

- A capital cultural, com a realização de grandes projectos: Avignon, a Capital Mundial de Teatro, como seu Festival de Avignon e o da Europa Oriental; as reflexões sobre as mudanças estéticas no séc. XX com a exposição Beauty; o património artístico do séc. XX no Museu de Arte Contemporânea com a colecção Yvon Lambert (fotografia 10); a preparação do séc. XXI com o AVIGNONumérique e Les Mutalogues; a dimensão europeia, com a realização do Trans-Dance-Europe, Lide, Voices of Europe, Transplant´Heart, European Portraits, Comunicacion, Restitution of Beauty. (COGLIANDRO, 2001)

Início do programa cultural a 31.12.1999

Fim do evento a 31.12.2000

Tempo de preparação do programa cultural - 3 anos

A localização preferencial para a celebração do evento ficou limitada à zona intra-muros e nos espaços suburbanos imediatamente a seguir, com uma maior concentração temporal na época do verão. O programa cultural procurava ser o mais abrangente possível, alcançando vários sectores, tais como: o teatro, opera, artes visuais, literatura, arquitectura (clássica, tradicional, moderna, contemporânea), cinema, design, moda, artesanato, musica (em todos os estilos), património e história, biblioteca e arquivos, informática, eventos ao ar livre, festivais, desfiles, gastronomia, contudo os sectores que tiveram um maior número de realizações foram de teatro, artes visuais, musica património e história. Quanto aos programas realizados com um público-alvo específico, a proeminência foi dada às crianças, adolescentes, nomeadamente com as escolas, a deficientes, projectos europeus e internacionais.

Os projectos culturais em números

Números de projectos	Número	Publico
Número total de projectos	200	1.500.000
Exibições individuais	25	-
Eventos ao ar livre	10	-

Tabela 6 – número de projectos realizados e a participação do público

Financiamento e investimentos

Receitas operacionais	
1. Público	
Governo nacional	7.470.085
Cidade	5.327.944
Região	1.372.573
EU(apoio geral)	219.274
EU(apoio ao projecto)	73.794
Conselho geral	1.676.183
2. Privados	
Patrocinios	2.209.610
3. Outros	
Vendas (Bilhetes)	2.698.761
Merchandising	33.735
Total de receitas operacionais	21.081.959
Despesas operacionais	
Salários e vencimentos	---
Despesas	---
Promoção e marketing	---
Despesas de programa	---
Total de despesas operacionais	21.081.959
Exposição La Beauté	---
custos suportados pelo Ministério da Cultura Francês	
Infra-estruturas da CEC (despesas)	8.000.000

Tabela 7 – totais dos valores na realização da CEC

No que respeita aos números apresentados (tabela 7), que constam em valores de percentagem nos documentos de COGLIANDRO (2001), revelam por aproximação os totais disponibilizados na realização do evento, aludindo na dificuldade do seu rigor, visto os valores terem a proveniência de vários departamentos do município.

Comunicação e promoção do evento: O perfil e a imagem da cidade foram o tema principal de promoção, em que a prioridade foi segmentada por públicos-alvo e prioridades. A primeira prioridade recaiu sobre os formadores de opinião, a segunda prioridade sobre políticos, profissionais da cultura, população jovem e sénior, a terceira e última prioridade nas crianças, pessoas com deficiência e minorias étnicas. Por ordem de utilização, foram usados os seguintes suportes para a comunicação do evento: brochuras promocionais, radiodifusão,

merchandising, tecnologias de informação e eventos. No caso específico das tecnologias de informação foram usados um website, correio electrónico, vídeo-conferência, debates e pontos de informação digitais. Relativamente à promoção junto da comunicação impressa, foram efectuados 3.400 recortes com colocação ao nível local, regional e nacional, e 100 recortes ao nível europeu e internacional. Os valores para a cobertura da comunicação e promoção do evento foram de dois milhões de euros (COGLIANDRO, 2001).

Impacto no turismo: no que se refere ao turismo, os objectivos passavam pelo aumento de visitantes e turistas, como no enaltecimento do perfil da cidade e o fortalecimento da sua imagem como cidade cultural junto destes. Estimaram-se em cerca de um milhão e meio de pessoas que assistiram aos eventos culturais, com referência ao esforço na cativação do turismo ao mercado cultural da cidade, sendo investidos cerca de um milhão de euros na promoção turística. Nomeadamente na imprensa nacional e internacional; com a promoção, através de parcerias, em hotéis e restaurantes, operadores turísticos e agentes de viagem, bem como nas companhias aéreas. Os meios utilizados variaram entre diversos formatos, designadamente nos postos de turismo locais, nas secções do turismo internacionais, em jornais e revistas, anúncios de rádio e televisão, feiras de turismo e na internet.

Número de visitantes

	1999	2000	2001
total de dormidas (pernoitas)	1.050.000	1.200.000	1.150.000
total de dormidas - turistas estrangeiros	---	52,7%	---
Estadia média	---	2,5 dias	---

Tabela 8 – número de visitantes e médias de permanência

Impacto económico: no decurso da programação do evento, foram criadas estratégias para a gerar impactos económicos, assinaladamente com programas de criação específica de postos de trabalho atraindo capitais internacionais, sedes de empresa, desenvolvimento de turismo, a expansão do mercado de eventos culturais, atracções e serviços, reforço do ambiente cultural em geral, o melhoramento das infra-estruturas culturais, intervenções no espaço público, a melhoria da imagem externa da imagem. Em resumo, comprovou-se 25% de aumento no turismo cultural.

Impacto social: no que se refere aos aspectos sociais do evento, foram delineados uma série de objectivos, entre os quais se destacam a coesão social na sociedade em geral da cidade, a ligação mais estreita entre o centro da cidade e os seus subúrbios e o aumento da participação e na acessibilidade da cultura. A operacionalidade desses objectivos incidiram sobre os programas e projectos desenvolvidos, especificamente na coesão e inclusão social,

na educação dos valores culturais, a formação e emprego para os grupos excluídos, a participação democrática da sociedade civil, e a diversidade cultural. Alguns dos exemplos apresentados pelo autor PALMER, Robert [et al.] (2004) referem o uso de novas tecnologias em que possibilitaram o acesso à ópera nos subúrbios de Avignon, com a participação de crianças no referido evento, a redução de preços nas entradas de eventos e nalguns com a entrada livre.

4.3.1.3. As capacidades criadas, o desenho urbano e o uso dado



Mapa 13 – conjunto de intervenções no âmbito da CEC [2000]

A realização do evento CEC, no caso particular de Avignon, constou num conjunto de equipamentos, culturais e não culturais (fotografia 13), sem recorrer a construção nova, de raiz. Apostou na (ver termos) recuperação e reabilitação de edifícios dentro do seu centro histórico, como na intervenção ao nível do espaço público, nomeadamente no que respeita ao mobiliário urbano e mobilidade PALMER.

Os equipamentos no âmbito da CEC foram: o Museu de Arte Contemporânea Yvon Lambert e no Palácio dos Papas. Em termos de espaço público, os arranjos exteriores junto da Ponte Saint Bézénet e na ilha de Barthelasse, em particular na marginal pedonal. No que se refere à mobilidade, o evento CEC preparou um conjunto de iniciativas na decorrência do evento, como a gratuidade nos parques automóveis, de ligeiros e pesados (autocarros), como na travessia fluvial, da margem esquerda do rio Rhône até à ilha da Bartelasse. Para a mobilidade cultural, promoveu-se a criação de um passe, de acesso aos diferentes museus e monumentos, com diversos descontos conforme a quantidade de equipamentos a visitar.

Conforme indica PALMER (2004), a oferta cultural noutros equipamentos históricos que sofreram intervenções ao nível de manutenção, como nos trabalhos de substituição e conservação do diverso mobiliário urbano espalhado pela cidade.



Fotografia 11 – museu Yvon Lambert (pátio interior).

O Museu de Arte Contemporânea Yvon Lambert (fotografia 11), é uma antiga mansão do século XVIII doada nos anos sessenta do século XX e que alberga a colecção de Yvon Lambert. Galerista e coleccionador, decidiu depositar o seu acervo pessoal, com trezentas e cinquenta obras do seu primeiro fundo, mas que no momento ascendem a mil e duzentas referências.

Local de troca, criação e difusão, a colecção Lambert propõe cinco áreas implantadas em dois mil metros quadrados da antiga mansão, com exposições no museu, conservação preventiva, actividades voltadas para o público mais jovem, a biblioteca e edições próprias dos seus artistas.

O Palácio dos Papas (fotografia 12), castelo feudal do Séc. XIV, construído durante o papado de Avignon, na vigência de Bento XII, Clemente VI e Inocêncio VI. Caracteriza-se por ser um complexo defensivo medieval, composto pela junção de dois edifícios, o palácio velho e o palácio novo. Quinze mil metros de implantação, com aspecto de fortaleza e alberga no seu interior elementos próprios de um palácio medieval, como a decoração nas paredes, pinturas de frescos, tapeçarias, entre muitos outros. Identificado com uma vivência abastada dos seus ocupantes, a corte papal. No seu interior, o grande pátio, que todos os anos, pelo mês de Junho, se realiza o Festival de Avignon, criado em 1947, por Jean Vilar (Préfecture du Vaucluse, 2007)



Fotografia 12 – Palácio dos Papas de Avignon.

A ponte Avignon, Saint Bézénet, do séc. XII, foi a primeira ponte de travessia que vinha do Mediterrâneo e se dirigia para o interior do território francês. Demolida quase na totalidade com os episódios históricos do séc. XIII, parcialmente recuperada no séc. XVII, mas votada ao abandono desde então. Elemento histórico da imagem de Avignon, sofreu intervenções ao nível dos seus arranjos exteriores, no âmbito da celebração da CEC, recuperando-o como um dos elementos icónicos da cidade de Avignon.

A estratégia de intervenção no espaço público da cidade, no âmbito da CEC, ocorreu principalmente nos espaços públicos junto dos monumentos de referência histórica, nomeadamente no Palácio dos Papas, com uma praça de grandes dimensões (fotografia 13), local de permanência “*inactiva*” (CANDEIRA, 1999 p. 267) de população residente, mas principalmente turista, convertendo-se como elemento focal do monumento a ser contemplado, e como ponto de distribuição para as diversas ruelas, pertença de uma estrutura orgânica, que conduz, por ligação, até aos vários elementos de permanência e contemplação dos diversos registos históricos. Esta grande área agrega em situações pontuais e em simultâneo a realização de manifestações artísticas e culturais, incentivando e apelando à sua utilização. A continuidade deste espaço público, na sua parte mais a norte, permite a ligação com os jardins do Rocher des Doms, rochedo onde nasceu o burgo de Avignon, de um espaço verde constituído por diversos elementos naturais, que servem não só como protector de uma área geográfico e paisagístico de elevado valor para a população local, como é o maior elemento verde dentro da zona intra-muros e que permite a contemplação do rio Rhône em primeiro plano e da região em segundo plano.



Fotografia 13 – espaço público junto ao Palácio dos Papas.

Os corredores verdes (CANDEIRA, 1999), em contiguidade com as muralhas foram outro dos elementos intervencionados, mantendo a tradição de espaço natural, comum ao que acontece desde o XIX. Ponto de união dos espaços verdes, localizado junto ao rio, a ponte de

Saint Bézénet, elemento de importância histórica contemplado nos planos de intervenção no âmbito da CEC. Muito próximo da ponte, a colocação de infra-estruturas de atracagem para o barco de travessia, gratuita e a toda a hora, de passageiros e veículos não motorizados para a ilha de Barthelasse (fotografia 14), intervencionado com arranjos paisagísticos, nomeadamente no passeio pedonal, Promenade Antoine Pinay, na sua frente ribeirinha, permitindo a contemplação de Avignon, designadamente a ponte, o palácio papal e o pano amuralhado da cidade medieval, servindo ao mesmo tempo como espaço de lazer, passeio e outras actividades.

A praça de L'Horloge (fotografia 15) é por tradição histórica e social o centro da cidade, função que exerce desde os tempos da antiguidade (WAGON, et al., 2007c) comprovada pelos diversos registos arqueológicos. Situa-se a cerca de um quilómetro da principal entrada da cidade, junto das muralhas, em percurso pela rua da República. Espaço desafogado, de permanência e palco de diversas actividades, servido pelos diversos elementos comerciais junto do seu perímetro é também centro administrativo no edifício do “Hotel de Ville”, onde se encontra a “la Mairie”, a Câmara Municipal de Avignon, e local de realização em eventos cénicos com o edifício do teatro, ambos do lado poente da praça. A sua localização estratégica na cidade, coloca-a no acesso directo às principais saídas salientando a sua proximidade ao complexo do Palácio dos Papas.



Fotografia 14 – Promenade Antoine Pinay, Ilha de Barthelasse

Junto da referida praça, encontra-se uma zona de estrutura medieval por excelência, de crescimento histórico (candeiras 34), de cariz orgânico, ruelas de perfil curto, com tratamento específico para o trânsito pedonal, reconhecido como zona de comércio tradicional, mas onde se identificam as características de um centro histórico, com a particularidade de ser o elemento

catalisador de intervenção na cidade, nomeadamente no seu plano de salvaguarda (WAGON, et al., s.d.), estando localizado geograficamente no centro da cidade e junto das principais ligações à entrada/saída da zona intra-muros. A estratégia de mobilidade na zona intra-muros demonstra-se na ordenação do trânsito, no caso automóvel, e na sua hierarquização, filtrando o seu acesso de forma a reduzir ao máximo a sua permanência, servido pela colocação estratégica de parques gratuitos, para os diversos tipos de veículos, junto das principais entradas da zona intra-muros. É dada a preferência à circulação pedonal, tendo no entanto a zona intra-muros a uma hierarquia de rede estabelecida por ligações distribuidoras locais⁶³, rua de acesso⁶⁴, e ruas pedonais/mistas⁶⁵



Fotografia 15 – praça de L'Horloge, Avignon

Na estrutura urbana da cidade, principalmente localizada no seu centro histórico, zona intra-muros e zonas adjacentes, decorreu o programa cultural com os mais variados eventos, de onde se destacam:

- A exibição La Beauty, organizada pela Missão 2000 de França, com três exposições temáticas, bem como de outros projectos, espalhados pela cidade, que conforme refere PALMER citando os organizadores, demonstrar a essência da beleza através da arte contemporânea;
- O Trans Dance Europe, organizado pelos Les Hivernales, festival de dança contemporânea composto por oito companhias com actuações em Avignon, percorrendo durante o ano de 2000 as outras cidades nomeadas para o evento;

⁶³ Rua de ligação do exterior da cidade ao interior, com características de utilização automóvel a baixa velocidade, com preferência sobre os peões, mas admitindo uma proporção de tráfego pedonal.

⁶⁴ Com a função de servir os edifícios e os espaços públicos, de velocidade lenta, de tráfego misto, mas dada preferência ao trânsito pedonal.

⁶⁵ Ruas de exclusivo trânsito pedonal, onde o trânsito é por regra excepção, com autorização restringida.

-
- A apresentação da Colecção Lambert, no Museu de Arte Contemporânea de Yvon Lambert, com a mostra de trabalhos de escultura, pintura, várias instalações, vídeo e fotografia;
 - A realização por parte da Opera de Avignon de uma actuação, “a ópera de mil anos como um dia no céu” (PALMER, 2004 p. 82) composta por diversas crianças das escolas da região;
 - O Festival de Teatro de Avignon, com a particularidade de incluir na realização da CEC, doze produções criadas nos Balcãs;
 - Concertos de jazz, organizados pela AJMI⁶⁶ com a inclusão de músicos e estudantes;
 - O banco de imagens de Avignon, com a apresentação, recorrendo ao Arquivo Municipal e no uso de novas tecnologias, de imagens da cidade explorando o passado e presente;
 - Os passeios insólitos, com a o envolvimento de artistas na apresentação ocasional e de surpresa no espaço público da cidade;
 - A “Fête du Peuple Provençal”, festival de diversos eventos com o objectivo de apresentação da vida e tradição do povo;
 - O Baile dos Seis Continentes, com a realização junto dos espaços públicos contíguos ao Rio Rhônes, de acesso gratuito, sendo um dos eventos com maior adesão; o Tremplin Jazz 2000, organizado desde 1982 a nível nacional, permitindo o lançamento de jovens músicos franceses; entre muito outros (PALMER, 2004).

4.3.1.4. Nota de síntese

A cidade de Avignon com os seus noventa mil habitantes, em que somente vinte por cento destes reside na zona intra-muros, tem nas muralhas o elemento divisório de uma geografia particular, a que se junta a divisão social e cultural, com o segmento de população mais baixo da hierarquia social se encontrar fora dos limites amuralhados e os principais equipamentos culturais estarem localizados na zona intra-muros (PALMER, 2004). A cidade, no centro histórico, é de crescimento “orgânico”, conforme refere CANDEIRA (1999 p. 34) e que ocorreu durante séculos em momentos de vários crescimentos, identificados nos seus anéis (CANDEIRA, 1999). Foi durante a presença do Papado, séc. XIV, que a forma urbana da cidade se consolidou, designadamente a zona intra-muros, marcada pelo seu elemento mais identificativo, o Palácio dos Papas.

Entenda-se que a referida presença do Papa, foi sem dúvida o elemento precursor da cidade como imagem de marca na sociedade francesa e internacional. Comum a muitas cidades da Europa, de tradição histórica, vê na época da Revolução Industrial, mais precisamente durante o século XIX e com a chegada do comboio, como elementos de impulso

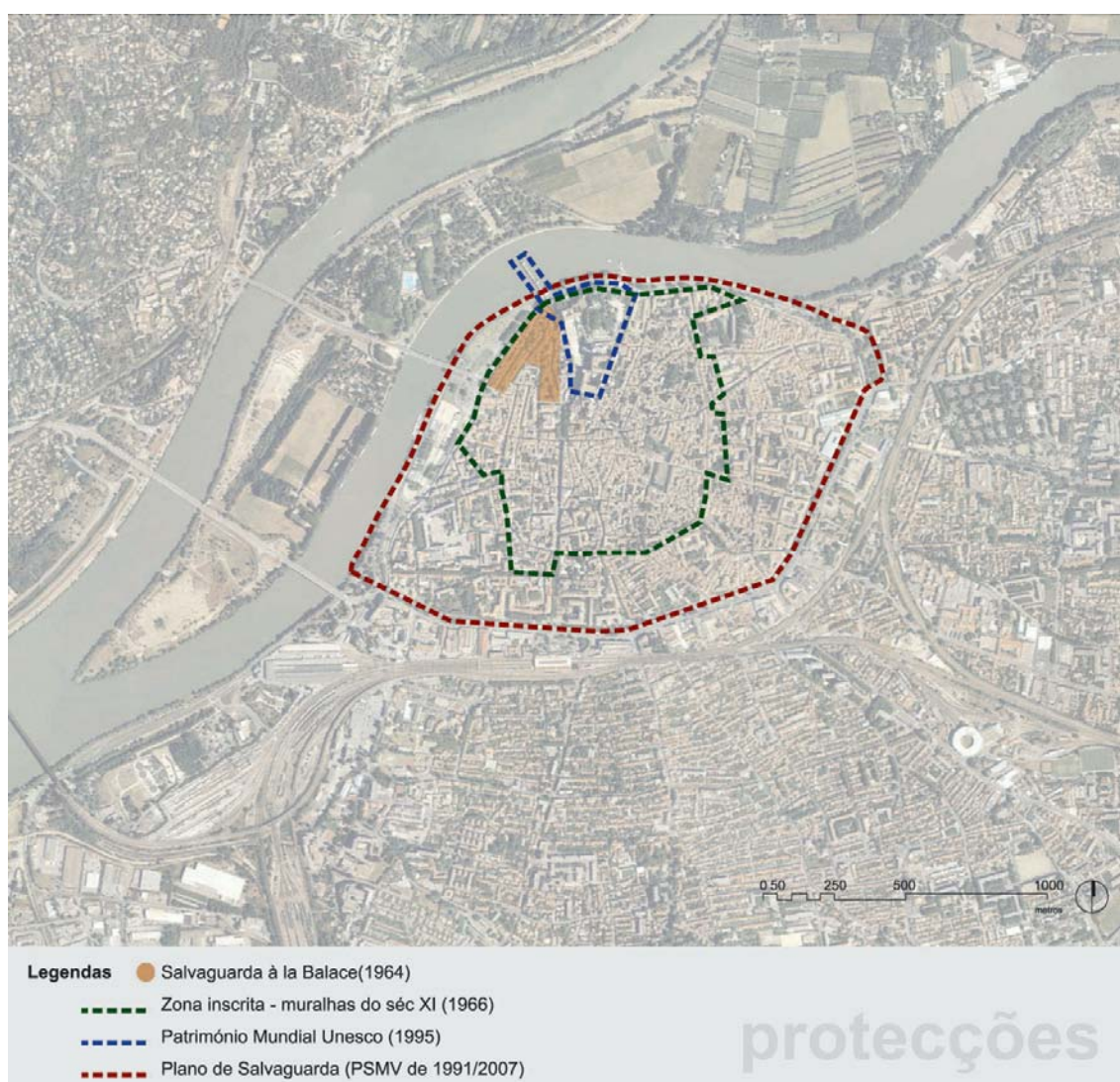
⁶⁶ Avignon Association for Jazz and Improved Music

expansivo urbano, tendo no entanto a cidade de Avignon a particularidade de ter mantido intacto o seu burgo medieval com os seus diversos elementos, onde se destacam, as muralhas, sem sofrer com a já referida atitude haussmaniana, de ímpetos de modernização, higienização e salubridade, com o seu desenho geométrico, sendo residual a sua identificação na forma urbana intra-muros da cidade.

Como cidade histórica e conforme referem os responsáveis de Avignon:

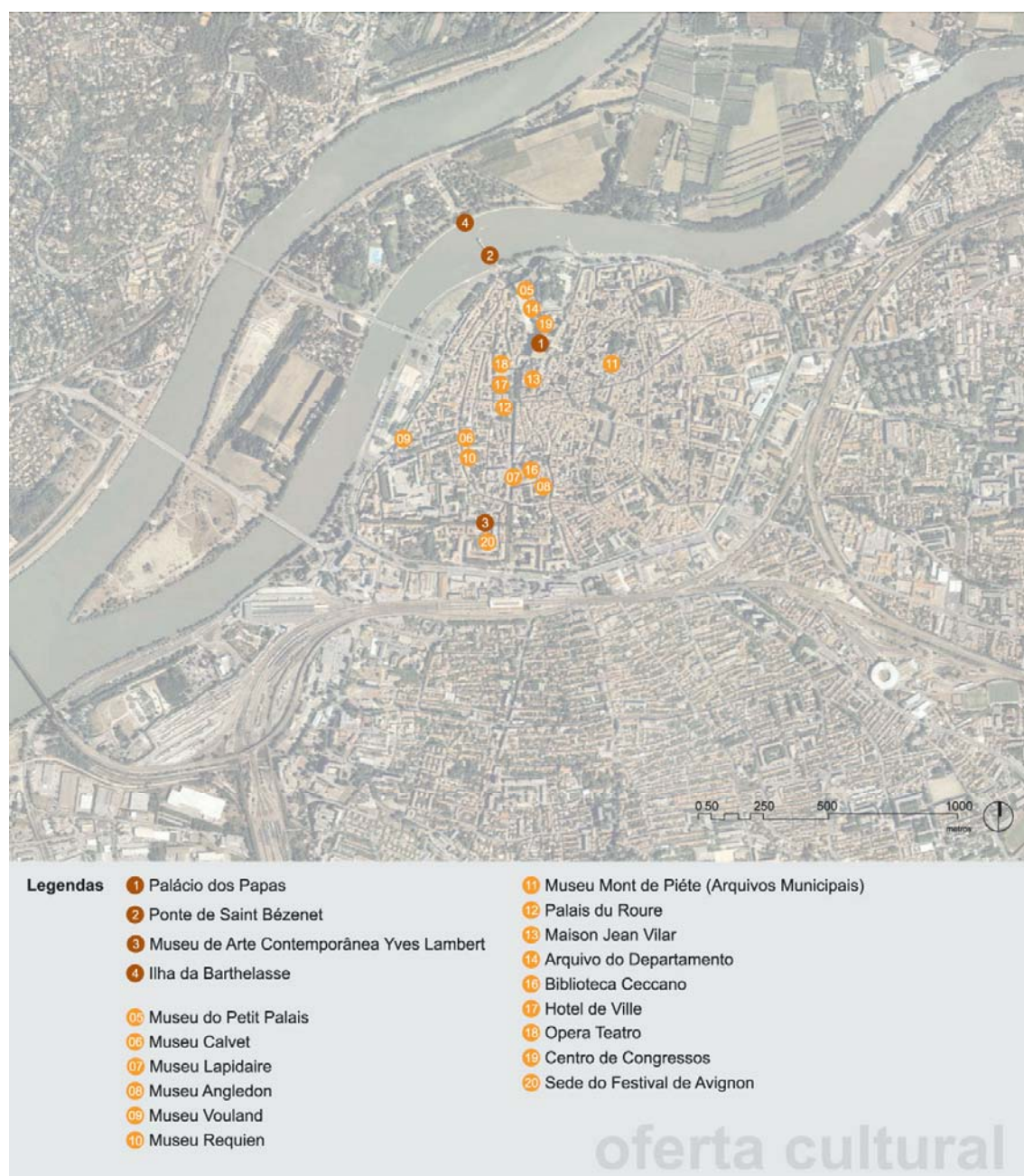
“esta é uma área que apresenta um carácter histórico, estético e natural, que justifica a sua conservação, restauração e o desenvolvimento de todas ou parte de um grupo de edifícios”

Tradução directa (WAGON, et al., 2009 p. 12)



Mapa 14 – perímetros de salvaguarda de património

O Plano de Salvaguarda, processo que se inicia nos anos sessenta do século XX, com a primeira zona de salvaguarda criado com a La Balance, em 1964, com a inscrição do seu perímetro amuralhado do século XI em 1966, a concepção de um Plano de Salvaguarda, o PSMV (atenção à abreviatura), que compreende a inclusão de todo o perímetro amuralhado do século XIV e zona limítrofe junto do rio Rhône, iniciado em 1991, apresentado em 2005 e aprovado em 2007, e por último o reconhecimento por parte da Unesco como Património Mundial desde 1995 no perímetro compreendido entre o Palácio dos Papas e ponte de Saint Bézénét, elementos de maior identificação histórica da cidade de Avignon (mapa 14).



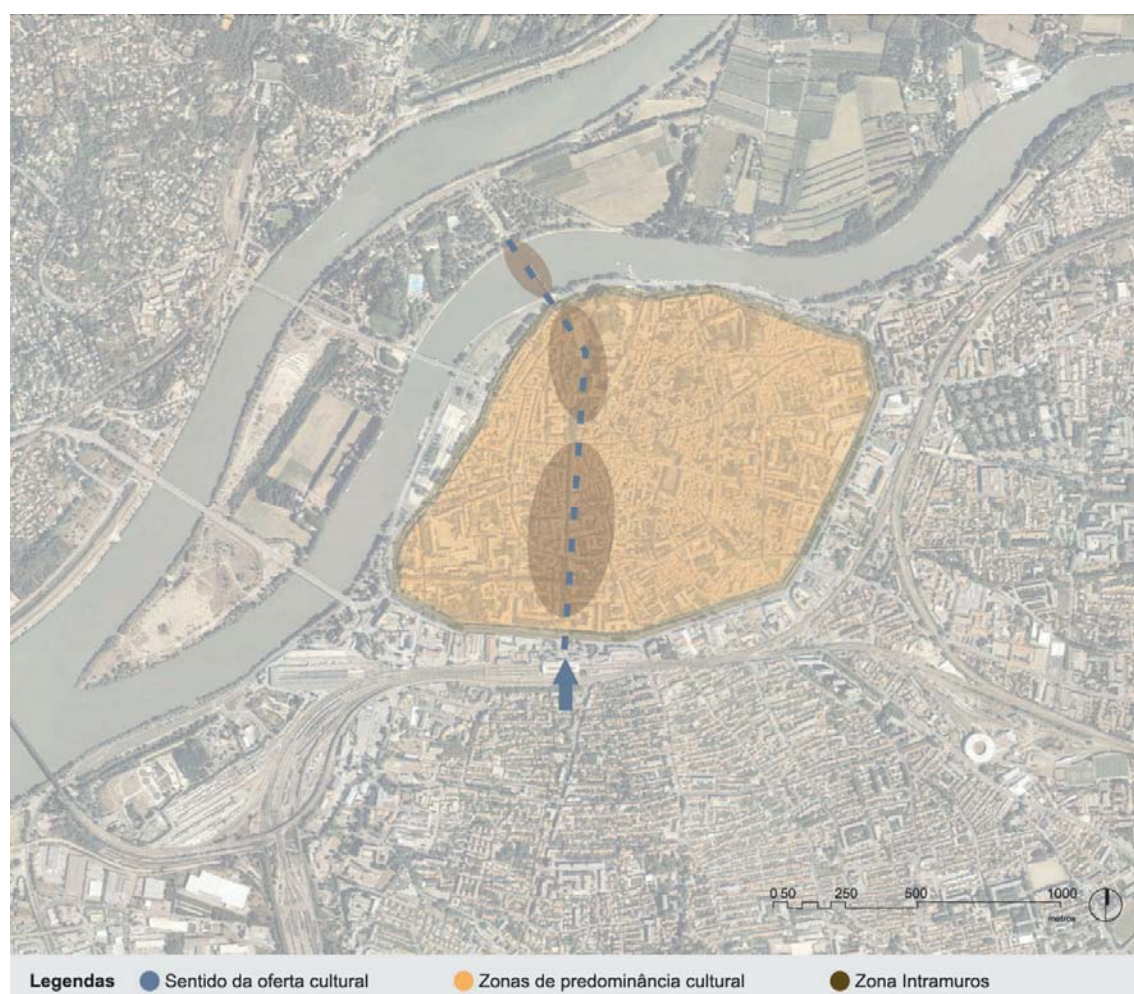
Mapa 15 – a oferta cultural na cidade de Avignon.

As considerações finais no que se refere à realização do evento CEC, reportadas nos diversos relatórios COGLIANDRO (2001) e PALMER (2004), permitem enunciar algumas ponderações sobre o que de melhor aconteceu e de lastro ficou, bem como na referência do menos alcançado com a realização do evento na cidade. Os objectivos propostos por Avignon 2000 foram múltiplos, destacando o desenvolvimento do turismo cultural na cidade e o reforço da sua reputação, consubstanciada pela realização do seu evento anual, o Festival de Teatro, marcando a cidade como ícone internacional no sector da cultura, na esperança de atrair o máximo de visitantes durante o período de realização da CEC, não descurando o aumento de visibilidade a nível mundial do perfil da cidade, bem como no desenvolvimento e apoios da criatividade ao nível local.

O apoio por parte do poder central, com a realização do evento nacional La Beauté, a ocorrer na cidade de Avignon, com todo o apoio e suporte, nomeadamente financeiro para sua realização, estando na base da criação da estrutura organizativa do evento CEC, a Missão Avignon 2000. As infra-estruturas afectas ao evento, nomeadamente o Museu de Arte Contemporânea Yvon Lambert, considerado o maior símbolo do legado da realização CEC, dando uma elevada notoriedade às artes visuais acumulando com a existente reputação da cidade nas artes performativas, designadamente o teatro. Outro dos apontamentos à realização do evento CEC no ano 2000, o crédito na realização do evento Trans Dance Europe, com a participação de duas companhias, de funcionamento em rede e de actuação nos palcos das cidades CEC nesse ano, mas que pelo seu sucesso comprovado na cooperação europeia de diversos artistas do mesmo universo, perdurou nos anos seguintes, sendo inclusivamente apoiada pelas autoridades culturais europeias.

De entre os vários indicadores enunciados como menos alcançados, destacam-se organização e realização do evento depender directamente do responsável municipal, partidizando o evento, tirando partido pessoal em função das eleições no ano seguinte, 2001. Referências à falta de representatividade cultural e da comunidade local, como na carência de experiência e conhecimento na realização de um evento deste tipo. O facto de o evento perder a liderança, visão e direcção quando o director geral resignou ao cargo, em 1998, não tendo sido preenchido o seu lugar com uma personalidade com as características que o cargo impunha. O sentimento generalizado da população da cidade da CEC como um evento nacional, importado de Paris, sem a participação dos locais, facto atribuído em boa parte à realização do La Beauté. Apesar deste evento se ter traduzido numa vasta audiência, de elevada satisfação artística, mas que no aspecto financeiro se ter traduzido num grande prejuízo, ascendendo a quatro milhões e meio de euros, consumindo um terço do orçamento para a realização do evento, e com alguns movimentos contra a sua realização, designadamente em conferências de imprensa e

comunicações nos media. A indicação de críticas à organização do evento pela realização se ter situado preferencialmente na zona intra-muros, não descentralizando para a periferia, local de concentração de grande parte da população. A falta de estratégia e desenvolvimento de mais programas ao nível de cooperação europeia, apesar deste tema ser um objectivo enunciado no início da realização, como no facto do maior evento deste género ser atribuído a companhias independentes, sem relação com a organização. Directamente confrontado com os problemas de financiamento, a impossibilidade na realização de alguns eventos já consagrados e agendados para a CEC. Apesar de ter existido uma grande exposição mediática do evento, a notoriedade reduziu-se aos seus dois maiores eventos, o La Beaté e o Festival de Teatro de Avignon, sendo também referido a falta de verbas, recursos humanos e experiência na forma como o evento foi comunicado (COGLIANDRO, 2001) (PALMER, 2004).



Mapa 16 – esquema interpretativo da oferta cultural na cidade de Avignon.

Podemos destacar, de entre as inúmeras apreciações ao evento, o desenvolvimento das infra-estruturas culturais, reconhecendo no Museu de Arte Contemporânea o seu maior símbolo, a oferta de uma maior mobilidade regional, com a chegada do TGV, permitindo a ligação a Paris em duas horas e meia, como indicadores positivos da CEC, mas no sentimento geral da população de Avignon como um acontecimento de prestígio para a cidade, mas de efeito efémero.

Com a colocação de todos os equipamentos propostos para a realização da CEC, em conjunto com a já existente oferta e lendo a estrutura urbana na sua forma, depreende-se a predominância de um eixo sul/norte do centro histórico da cidade (mapa 16), reconhecido no seu perímetro amuralhado, com início na entrada de acesso à rua da Republica até à ilha de Barthelasse, transpondo o rio Rhône, com o canal cultural predominante da cidade, de utilização dos seus espaços públicos, os de maior dimensão, um pouco à semelhança do que ocorrera séculos antes, em tempos da sua formação como cidade, a partir do seu burgo medieval (fotografia 16).



Fotografia 16 – as muralhas da cidade Avignon

4.3.2. PORTO 2001 “pontes para o futuro”



Fotografia 17 – a Ribeira do Porto

4.3.2.1. História e evolução da morfologia urbana



Mapa 17 – localização do Porto.

A cidade portuguesa do Porto, localizada na região noroeste da Península Ibérica, na zona norte relativamente ao território nacional português, com duzentos e dez mil, quinhentos e cinquenta e oito habitantes⁶⁷ e com quarenta e dois km² de área, é a capital de distrito e da área metropolitana, constituído por vários municípios, agrupando um conjunto urbano com cerca de um milhão e meio de população, tornando-o na maior do noroeste peninsular e o segundo do país, logo a seguir à capital. Situa-se na margem direita do rio Douro, junto da sua foz, desaguando no Oceano Atlântico.

⁶⁷ Conforme dados do Instituto Nacional de Estatística de 2009 (INFOPEDIA, 2003).

A cidade do Porto ocupa uma plataforma litoral, que se identifica com o litoral norte português, próprio de assentamentos e depósitos marítimos, em que pelos cursos de água vindos do interior “entalham” (RAMOS, 1995 p. 46), conforme refere o autor, diversas gargantas, no caso particular do Rio Douro, naturalmente esculpida pela acção fluvial e marítima na sua foz, culminando numa escarpa modelada pelos aspectos já referidos, a rede hidrográfica e o Oceano Atlântico, provocando uma dinâmica que transformaram as características do lugar, nomeadamente nos seus aspectos climáticos e tectónicos. Estas condições, conforme refere LOZA (1998), permitem uma paisagem impressionante, nos seus diversos conjuntos, vistos pela Ribeira, na margem de Gaia ou a uma cota mais alta, nas várias pontes, de um local elevado, tornando a cidade num elemento cénico, digno de ser observado.



Mapa 18 – as origens do Porto [Bronze Final ao séc. XI]

As origens do burgo (mapa 18): a ocupação do território no que respeita à cidade do Porto provém de tempos da pré-história, como os diversos achados arqueológicos e principalmente pela toponímia, referidos nas Antas, Arca da Samigosa, Mamoa Pedrosa, Mamoa Furada (LOZA, 1998), tendo no entanto a sua localização na zona mais a nordeste, concentrados nas zonas de planalto, resultado da escolha, por parte destes povos, de terrenos propícios à pastorícia. A procura das zonas ribeirinhas acontece mais tarde, no período neolítico, comprovado pelos diversos achados: no Castelo do Queijo, com diversos utensílios e ferramentas que asseguram a presença humana e no período referido; na zona de Campanhã, de elementos mais arcaicos, mas de datação duvidosa, conforme refere (LOZA, 1998); e junto da Sé, com a descoberto arqueológica de elementos construtivos que comprovam a ocupação no período final do Bronze.

Local denominado pela Pena Ventosa, determinada pela sua saliência granítica, com cotas altas sobre o rio, ladeados por vertentes acentuadas em declive servem e detêm as condições ideais de topografia e hidrografia para um assentamento defensivo, dando por consequência ao nascimento da urbe, de nome Cale nos primórdios da época romana, Porto Cale, Portuscale e posteriormente Portucale na época de castro luso-romano. Durante o período do séc. VIII a V a.C., com a permanência de populações no local de cultura castreja, de V a II a.C. de ocupação céltica, com os seus castros de planta redonda, no período seguinte, as guerras lusitanas, dos povos lusitanos encabeçados por Viriato contra a invasão romana. É neste período de romanização que assentamento se consolida como estrutura defensiva militar, e ao que se atesta, na construção da primeira muralha defensiva, mais tarde reconstruída e conhecida por Cerca Velha, com construções de planta rectangular e na construção de instalações portuárias, onde hoje se encontra a Casa do Infante (LOZA, 1998).

Neste período de ocupação romana, a cidade desenvolvia-se dos dois lados da margem, visto o atravessamento do rio ser condição de pernoita e estada, tendo no entanto a margem direita a condição militar, de protecção e trocas. Tal facto permite à cidade a sua expansão no sentido do morro da Cividade e para as zonas ribeirinhas. A localização estratégica e sua posição perante o panorama itinerário romano à época, fazia de Portucale estação de paragem na via XVI, de Bracara Augusta a Olissipo, dinamizando a sua hegemonia e preponderância na região até aos finais do séc. V. Por esta época acontece as invasões visigóticas, identificados na sua presença com o cunho de moeda é época na regência dos quatro reis visigóticos, como na presença de um bispo portugalense no III Consílio de Toledo, em 589. Em 716 dão-se as invasões muçulmanas, derrubando a cidade e quase postando-a quase ao abandono, mantendo no entanto a sua actividade portuária, conforme refere (LOZA, 1998), até à presúria⁶⁸ de Vimaranes Peres, em 816. Libertando o cidade do poder sarraceno e

⁶⁸ Título atribuído à classe nobre por serviços prestados na reconquista do território portugalense aos muçulmanos.

repovoando-a, permitindo o seu crescimento a diversos níveis, resultando na criação do seu condado. Contudo a presença de muçulmanos na região era uma constante, conforme se confirma, por volta do ano mil (987) (LOZA, 1998), na presença da Almançor, com a concentração de tropas em Portucale, onde se lhe juntam mais vindas pelo mar, com o intuito de tomar Santiago de Compostela. Em 1096, com a concessão de governo da província de Portucale, a D. Henrique de Borgonha, associado à estabilidade política do território cristão, com a atribuição do condado de Coimbra, como na estrutura de defesa dos guerreiros portugalenses das Terras de Santa Maria, referência ao castelo de Santa Maria da Feira (RAMOS, 1995).



Mapa 19 – a expansão do burgo [séc. XII ao XIV]

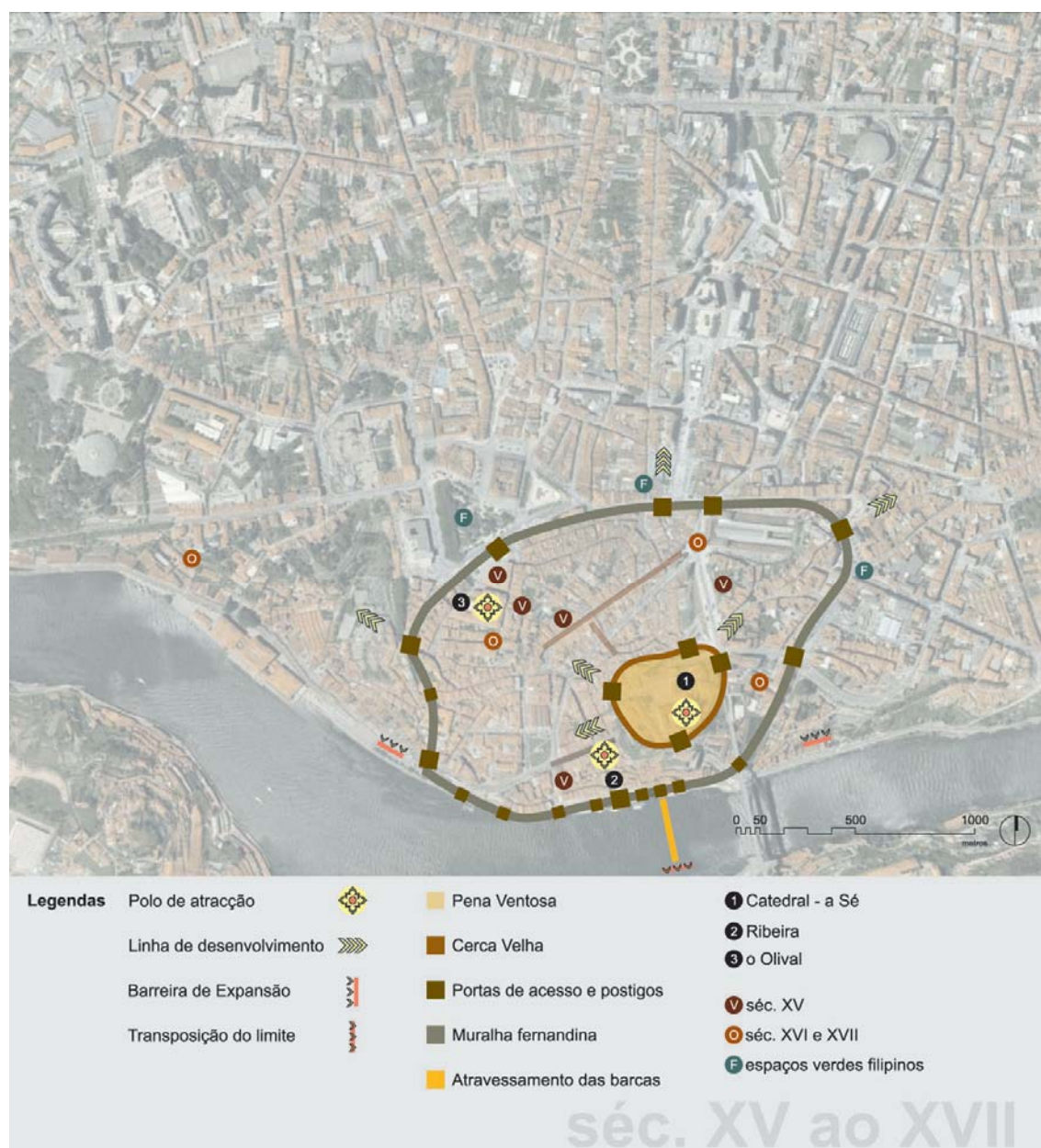
A expansão do burgo a partir do séc. XII (mapa 19): o desenvolvimento da cidade é, à época, marcado por uma série de acontecimentos que marcaram de sobremaneira a cidade: a nomeação de D. Hugo, em 1114, numa estratégia de domínio eclesiástico do condado (LOZA, 1998); a doação, por parte de D. Teresa, deste território, o couto de Portucale; como no seu plano de atribuição de foral aos habitantes da cidade, de condição inovadora e autónoma de condicionalismos régios, veio impulsionar o povoamento e o desenvolvimento do burgo. Esta expansão, em pleno séc. XII verifica-se em torno da Catedral, que inicia a sua construção em 1120, onde existia uma pequena ermida. A partir deste novo elemento a edificação do casario pelas ruas e vielas, acompanha a topografia, como nos largos e becos, em plena plataforma da Pena Ventosa, situado nas Ruas das Aldas ou da Rua da Pena Ventosa como exemplos. Outro facto reside na reedificação antiga muralha, agora Cerca Velha, pelo facto de esta se construir a partir da muralha pré-existente da época dos finais do Bronze (LOZA, 1998).



Fotografia 18 – a muralha Fernandina

O séc. XIII apresenta um crescimento assinalável, em todas as direcções (LOZA, 1998), seguindo a topografia, onde se identificam as quatro portas de acesso ao burgo, tendo contudo, a identificar os sentidos da expansão: na zona em redor da Pena Ventosa; nas ruas e vielas da escarpa que davam acesso à portas das Verdades; na margem direita do pequeno rio, o da Vila, que permitia o acesso à zona ribeirinha, pela rua da Fonte Taurina, rua da Reboleira dando acesso ao local onde acontecia o trânsito fluvial, ou para o Arrabalde de Miragaia. Neste processo expansivo, denotou-se uma bipolarização, confirmados na Pena Ventosa e na Ribeira, densificando a malha urbana que no decurso dos séculos seguintes. A instalação das ordens mendicantes, São Francisco, em 1233 e a de São Domingos, em 1238, vem contribuir para o movimento expansivo da cidade para um local até à época ainda pouco povoado. Este período, de quezílias e conflitos, entre o rei e o bispo, disputando o poder sobre as terras e bosques dos edificadas conventos, mosteiros e

até hospedarias. Contudo é na parte direita do rio da Vila, com a construção do convento de São Francisco e na casa da Alfândega, hoje Casa do Infante, em 1325, que o conflito se exacerba, como o poder régio a tentar impor-se sobre o eclesiástico, a Mitra⁶⁹. Ao longo do séc. XIV a cidade consolida-se junto das zonas ribeirinhas, fruto das actividades comerciais e marítimas. Neste sentido, o poder régio, com D. Afonso IV, reconhece na necessidade de uma nova muralha, com o intuito de protecção ao casario, rossios e às ordens mendicantes instaladas, dando início à sua construção em 1334, finalizada no reinado de D. Fernando em 1374, recebendo o seu nome, muralha Fernandina (LOZA, 1998) (fotografia 18).



Mapa 20 – a consolidação intra-muros e a transposição das muralhas [séc. XXV ao XVII]

⁶⁹ Dignidade ou jurisdição episcopal; diocese (INFOPEDIA, 2003).

A localização das portas deixa transparecer a continuidade das zonas intra-muros para o exterior com as ligações ao restante território, como São João da Foz, Braga, Guimarães e Penafiel, tendo no Largo de São Domingos a estrutura de confluência dos sentidos enunciados e nas ligações internas da cidade. Em 1387, a cidade recebe D. João I, para o seu casamento com Filipa de Lencastre, com a realização da boda na Sé do Porto. Mais tarde, nasce o infante D. Henrique, no Porto, em 1394. Na mesma altura, em 1406, D. João I negocia a passagem do poder eclesiástico para o poder régio, confirmado pelo Papa Inocêncio VII, iniciando o processo de autonomia administrativa da cidade do Porto (LOZA, 1998) (RAMOS, 1995).

Do séc. XV ao séc. XVII (mapa 20), a consolidação intra-muros e a transposição das muralhas. Por iniciativa do rei D. João I, a criação da judiaria em zona intra-muros, salvaguardando a segurança dos judeus, o local para a sua implantação recaiu sobre o morro do Olival, hoje morro da Vitória, condicionando a expansão da malha urbana na zona, inícios do séc. XV, mas que se pautou por edificações de grande escala e com alguma preocupação formal patenteando a preocupação num planeamento urbano nunca observado, conforme refere (LOZA, 1998). Na mesma altura a ordem régia na abertura da rua Nova, iniciada em 1395 e que termina cem anos depois, hoje rua do Infante D. Henrique, para uma ligação paralela à zona ribeirinha e com um perfil aceitável, o que veio a consolidar-se como local da edificação preferencial por parte dos habitantes mais influentes da cidade e que passou a ser porta de entrada para os altos de signatários que visitavam o Porto. Com a densificação da malha urbana dentro dos limites da muralha Fernandina, a cidade constituía-se com um conjunto orgânico por natureza, de elevados declives altimétricos, como a identificação em três núcleos: a Sé, local da Igreja e do Bispo; a Ribeira, dos mercadores e comerciantes ligados às áreas do rio e do mar; e o morro do Olival, tardiamente ocupado.

Uma particularidade neste movimento expansivo da cidade, não se reconhece as edificações da classe nobre, ao contrário de outras cidades, com as suas casas nobres, pelo facto do poder régio não permitir a permanência de que mais de três dias no interior amuralhado da cidade, nem possuir habitação própria por parte dos nobres. O séc. XVI, inicia-se com a concessão por D. Manuel I com o foral à cidade, em 1517, o Foral Novo, atribuindo uma série de privilégios, desencadeando o desenvolvimento económico e urbano da cidade. Este facto demonstra-se nos novos arruamentos propostos, como a rua das Flores, permitindo a ligação da Ribeira à Porta dos Carros, com o Largo de S. Domingos como elemento central de distribuição, desenvolvendo assim a parte/margem direita do pequeno rio Vila. Outro elemento que serve o crescimento referido, foi a substituição da ponte de madeira por uma de pedra com a posterior ligação como o novo arruamento, a rua da Ponte Nova, ligando a rua das Flores à rua da Bainharia (LOZA, 1998). Neste período, pelas circunstâncias enunciadas, a cidade assiste uma edificação de grandes edifícios monumentais, de ordem religiosa e

assistência, como o convento de Santa Clara, dos Lóios, São João Novo, São Bento da Ave-Maria e Monchique, Hospital do D. Lopo (rua das Flores) ou do Mosteiro de S. Bento da Vitória. Relativamente ao desenvolvimento do sector marítimo e comercial, as primeiras medidas para regular o acesso ao porto fluvial, como na acostagem pelos navios, as medidas sanitárias de fiscalização, desencadeado pela disseminação de peste, corso e fome a partir da segunda metade do séc. XVI. É de referir a circunstância política à época, do poder régio ter sido transferido para Espanha, com a monarquia Filipina (1580-1640) (LOZA, 1998). No início do séc. XVII o poder régio manda erguer o edifício da Relação e Cadeia, em 1603, na zona do Olival, mas que virá a ruir em pleno séc. XVIII.



Mapa 21 – da restauração da independência até ao séc. XVIII

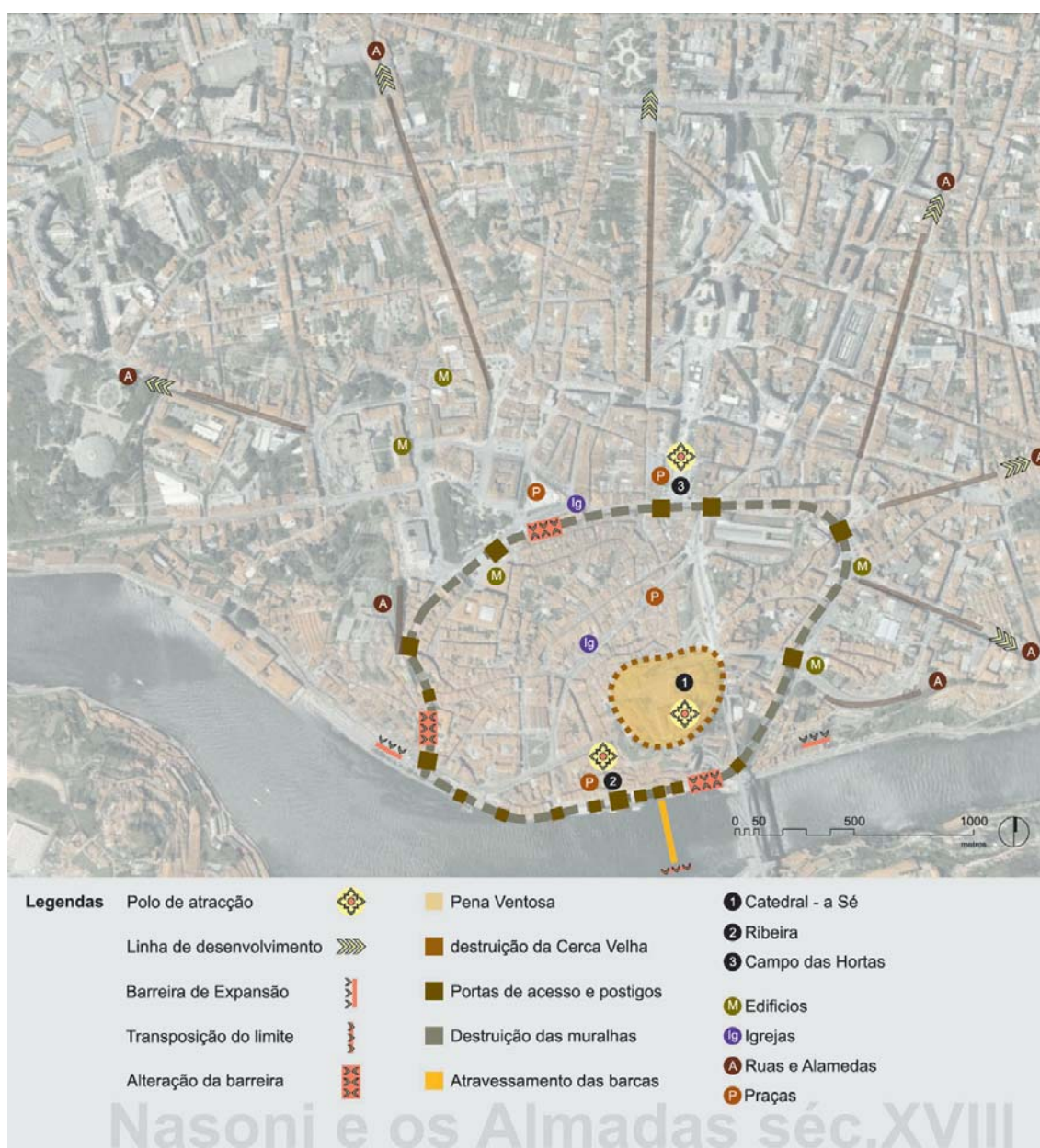
Uma das singularidades da regência filipina, foi o seu cuidado e gosto pela implantação de grandes jardins no centro da cidade, locais de lazer e descanso, com os seus bancos de repouso. Refira-se a preocupação, à época, em território espanhol com as mesmas preocupações, com a implantação de praças, exemplos no Porto, como as alamedas do Olival, das Hortas, da Batalha e o Jardim da Cordoaria (LOZA, 1998) (RAMOS, 1995).

Da Restauração ao séc. XVIII (mapa 21): Com a restauração da monarquia portuguesa, o vazio do poder fez-se sentir no Porto, conforme refere (LOZA, 1998), no entanto o poder eclesiástico toma a iniciativa, erguendo o Misericórdia, o colégio dos Órfãos, em 1651 ou o do Recolhimento do Anjo, em 1672. A igreja de S. Nicolau, em 1671, em plena zona ribeirinha do Porto, dinamizando a baixa do Porto, acompanhada pelo obras da alfândega, em 1677 e a Casa da Moeda, em 1688. Com o fim do período Filipino, o sentimento de defesa do território é uma realidade e que se demonstra na construção do Castelo do Queijo, em 1661 a 1662, que em conjunto do castelo de Leça viriam a marcar como elementos de defesa e protecção à cidade do Porto, mas que também marcam o sentido da expansão urbana da cidade. Esta época, segundo o autor, demonstra já uma preocupação urbanista, visto estarem planeados praças e alamedas pela cidade do Porto, ainda dentro da muralha Fernandina, como no caso junto da rua das Flores, onde estava projectada uma grande praça, aproveitando o desnivelamento altimétrico e o rio da Vila para alimentar as fontes, enaltecendo assim as casas burguesas e os grandes jardins.

A data de 1725 na cidade do Porto revela a chegada de Nicolau Nasoni, artista italiano que desenvolve trabalhos em termos da arquitectura e da pintura barroca, conforme refere o autor LOZA (1998) nas suas obras mais identificativas, como o conjunto dos Clérigos, bem como na frontaria da igreja da Misericórdia. A partir da segunda metade do séc. XVIII, com o continuo o desenvolvimento económico da cidade, o desenvolvimento urbano é também uma realidade, transformando-a invariavelmente no seu aspecto. Facto directamente relacionado com o referido reside no incremento assinalável de comércio fluvial, nomeadamente com o comércio do Vinho do Porto, o crescimento da agricultura na sua vertente vinícola, resultando na criação da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1757, (LOZA, 1998), e por fim a nomeação de João de Almada, comandante militar que veio debelar o levantamento popular contra a referida Companhia pelo seu monopólio. Conhecido não só pelas suas qualidades de militar, foi particularmente influente na condução expansionista urbana do Porto.

É-lhe atribuída a criação da Junta de Obras Públicas do Porto, em 1762, composta por engenheiros da Câmara e Arquitectos que coordenarão os trabalhos de intervenção na

cidade até 1804. O facto de existir legislação disciplinadora para acorrer ao que sucedera em Lisboa, com o terramoto de 1765, a Junta das Obras Públicas usa da sua aplicação, em conjunto com os fundos colectados pela Junta da Agricultura, nos seus impostos sobre o vinho, para iniciar um processo de expropriação, sob o interesse público, com objectivos de higienização, salubridade e ordenamento do território com o plano global de desenvolvimento de João de Almada (mapa 22).



Mapa 22 – o séc. XVIII no Porto

Conhecido pela sua preocupação na aplicação de novos conceitos de urbanísticos, como a salvaguarda de conjuntos de edificações e não o edifício isolado, a abertura de novas ruas, perfiladas e estudadas com alçados de conjunto, mantendo a coerência e o equilíbrio na relação rua/conjunto edificado, conforme refere o autor LOZA (1998). Um dos objectivos era a transposição da muralha Fernandina, mas de forma racional e espaçada, ao contrário da forma desordenada e caótica que operava, como tal na abertura de vias largas e de perfil estudado, reconhecida nas ruas da Cedofeita, Santa Catarina, Direita (hoje Santo Idelfonso), Quartéis (hoje rua D. Manuel II), Calçada da Natividade (hoje rua dos Clérigos, entre outras. Neste processo de intervenção da cidade, são também contempladas a implementação de praças, como a de São Roque, a das Flores (onde hoje passa a Av. Mouzinho da Silveira), a renovação da Praça da Ribeira, etc. As alamedas junto ao rio Douro são também uma condição deste plano, identificados na Alameda das Virtudes, de Massarelos e das Fontainhas (LOZA, 1998). Em termos de edifícios que marcam a cidade, demonstram-se na nova Cadeia da Relação, no Hospital do Carmo, a Casa Pia, o Teatro S. João, entre muitos outros.



Fotografia 19 – a praça da Ribeira no Porto

No decurso do plano de desenvolvimento da cidade, as muralhas Fernandinas acabaram por ser um elemento barreira à expansão urbana, sendo demolidas em parte, durante o séc. XVIII até finais do séc. XIX, restando somente pequenos trechos. Contudo o Porto era ainda uma cidade virada para o rio Douro, de onde lhe retirava todo o sustento e onde se encontravam as ruas de maior movimento comercial, identificada por uma imagem de grandes navios estacionados junto à ribeira e a navegar pelo rio (LOZA, 1998) (RAMOS, 1995).

O séc. XIX (mapa 23) – as invasões e a revolução liberal, precursores de expansão: o início deste século é marcado pela invasão francesa em território nacional, chegando ao Porto em 1808, registando-se a sublevação da população à ocupação francesa. A segunda invasão francesa e posterior ocupação do Porto, ocorre de forma violenta, com batalhas em plena cidade, sucedendo a tragédia da Ponte das Barcas, edificada 3 anos antes, com a população em fuga para sul, que com a sobrecarga de peso sobre a ponte, fê-la ruir afogando 4 mil pessoas (LOZA, 1998).



Mapa 23 – o séc. XIX no Porto

Tempos conturbados a seguir às invasões francesas, foram as lutas liberais, com o Cerco do Porto⁷⁰, 1832 e 1833, com a vitória dos Liberais de D. Pedro, mas que produziram consequências sobre o tecido urbano, com a destruição parcial da baixa ribeirinha e das encostas adjacentes. Uma das consequências reside no facto deste acontecimento, pela sua durabilidade e nas circunstâncias de como ocorreu, demonstrar ao comando da estratégia militar da população cercada de como a cidade dependia da sua ligação ao mar, ao seu lado ocidental. Apesar da sua preferência norte-sul, em particular nos planos almadinos, no seu porto fluvial e ribeira, era agora evidente a orientação este-oeste, dando força à projectada Avenida da Boavista, que marcará a expansão oitocentista da cidade do Porto.

O crescimento da cidade reflecte-se nos variados regulamentos administrativos, onde se salientam a atitude reformista: com os decretos de 1832 e 1835, com a divisão da cidade em três bairros, Santa Catarina, Santo Ovídio e Cedofeita, confirmando a influência regional da cidade; na incorporação de pequenas aglomerações rurais, em 1897, como freguesias de características urbanas, como Lordelo do Ouro, Foz do Douro, Nevogilde, Ramalde, Aldoar e Paranhos.

O período a seguir à vitória liberal (1834) e o advento da Regeneração⁷¹ (1851), caracteriza-se pela paulatina evolução da cidade, tendo na burguesia mercantil, agora detentora dos bens do clero pelo processo de nacionalização e venda de bens em hasta pública, uma das únicas classes que demonstrava algum dinamismo, assumindo a dianteira no movimento reformista do liberalismo na cidade do porto, com a instalação da Associação Comercial (1834) no antigo Convento de São Francisco, a construção do Palácio da Bolsa (1839) e as intervenções nas cercas de São Francisco e São Domingos, áreas ainda não consolidadas à época; e nas reformas urbanísticas dos anos 40 do séc. XIX, preparando a cidade para as grandes transformações da segunda metade do século ao nível industrial.

A partir deste período adensa-se a malha urbana, com a abertura de novas ruas, já fora do velho burgo, como a rua dos Bragas, a rua de Álvares Cabral, proporcionando novas áreas de construção e de variados tipos, desde as casas de operários, às casas da burguesia como às reconhecidas casas dos brasileiros. Outra das preocupações da cidade prendia-se com o abastecimento de géneros, em que pela colocação estratégica na cidade, de mercados e feiras, se edificou o mercado dos Anjo (1837-1839), do Bolhão (1837) e na manutenção do mercado da Ribeira (fotografia 19) com apertadas medidas de higiene, tendo no entanto o mercado Ferreira Borges vindo a substituí-lo, em 1885 (LOZA, 1998).

⁷⁰ Facto histórico ocorrido durante a Guerra civil portuguesa entre os liberais de D. Pedro e os Absolutistas de D. Miguel na cidade do Porto.

⁷¹ Período da influência política do Partido Regenerador português, com objectivos de implantar de forma definitiva o liberalismo em Portugal, permitindo a renovação do sistema político e a criação de infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do país (INFOPEDIA, 2003).

A segunda metade do século XIX é um momento da vida da cidade do Porto que mais transformações se verificam, sejam nos fluxos demográficos, nos aspectos económicos e financeiros, nos transportes, como na sua estrutura urbana. O aspecto demográfico é, conforme refere o autor LOZA (1998), um tema que identifica de sobremaneira o desenvolvimento económico ocorrido na cidade e de grande concentração comercial e industrial. De vinte mil habitantes em 1732, de quarenta e três mil habitantes em 1801, cinquenta e cinco mil habitantes em 1838, oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta e um habitantes identificados no primeiro recenseamento em 1864, atingindo os cento e trinta e oito mil oitocentos e sessenta habitantes em 1890, demonstrando um incremento considerável de habitantes na cidade, e que se concentravam pelas freguesias de Bonfim, Campanhã, Paranhos, Cedofeita e na Sé, sendo no entanto esta última a que menor aumento teve. Esta procura por parte das populações rurais numa melhoria de condições económicas na cidade, dentro do seu tecido comercial e industrial, confirma os fluxos migratórios e traduz-se na malha urbana na grande difusão de fábricas, oficinas e nos bairros operários da cidade fabril, principalmente nas freguesias de Massarelos, Cedofeita, Lordelo do Ouro e Ramalde (LOZA, 1998), como também no sector de alojamento e habitação das classes trabalhadores, em que na resposta a este fenómeno, surge uma nova estrutura, muito particular da cidade do Porto, na construção de pequenas casas, bastante organizadas e de forma compacta dentro dos quarteirões, a que se denominam de “ilhas” (LOZA, 1998 p. 96) , espalhando-se pela cidade e localizadas principalmente junto das grandes fábricas, nas Fontainhas, S. Victor, Montebelo, Antas, Largo da Maternidade e Carvalhido (LOZA, 1998).

Outro tema, os transportes, marcam a nova condição citadina, com o início dos transportes públicos, em 1872, de tracção animal e que servia a Foz do Douro e posteriormente a ligação a Matosinhos, a uma cota mais alta, do centro, passando pela Boavista até à Foz, em 1874. E a utilização do carro eléctrico pela primeira vez em 1895. Mas facto significativo traduz-se na chegada do comboio, na sua linha de caminho de ferro com ligações regionais, entre 1875 e 1877. As ligações com Vila Nova de Gaia, vencendo a barreira do Rio Douro, são desde há muito tempo motivo na procura de resolução, mas é com o advento da revolução industrial e na indústria do ferro que se intensifica a sua implementação, desde a famigerada Ponte das Barcas (1806), na Ponte Pénsil ou Ponte D. Maria II (1843), que se inicia a construção de diversas pontes com a utilização desta nova tecnologia, a Ponte Maria Pia de características ferroviárias (1877) e a ponte D. Luís I de utilização rodoviária (1886), vêem colmatar as necessidades de ligação à margem sul e à época (CRUZ, et al., 2001). Outra das referências à pujante actividade económica e comercial da cidade, associada à renovação tecnológica da altura, realizam-se diversas e importantes exposições agrícolas e industriais, com a primeira em 1855, e que dez anos depois, na realização da Exposição Internacional no novo edifício do Palácio de Cristal, com referências directas ao Crystal Palace

de Londres. Toda esta actividade manifesta-se na estrutura urbana com diversas intervenções e que marcam o séc. XIX na cidade do Porto, com a transferência progressiva do centro social, político e económico, da Ribeira/São Domingos para a nova localização, na Praça Nova e nas suas imediações, resultando num novo pólo atractivo e concentrador de actividades, reorganizando a velha cidade, o velho burgo, com novas vias, como a rua de Ferreira Borges, a Rua Mouzinho da Silveira, e a Rua Nova da Alfândega, permitindo novos eixos de distribuição de tráfego entre a zona alta da cidade à zona baixa, a Ribeira. O Porto do século XIX é reconhecidamente um novo pólo industrial, comercial, cosmopolita, e de cariz moderno social, cultural e político, mantendo a sua tradição, muito própria dos habitantes da cidade (CRUZ, et al., 2001) (LOZA, 1998) (RAMOS, 1995).

○ séc. XX (mapa 24) – o advento da modernidade: na mesma linha do período anterior, o século XX caracteriza-se pela continuidade dos fluxos migratórios para a cidade, com os condicionalismos próprios deste fenómeno, já referidos, que associados ao aparecimento do automóvel, vem suscitar preocupações ao nível do planeamento urbanístico, reconhecidos nos mais variados planos e grande número dos quais se destacam alguns: o plano de Jaime Cortesão no seu Plano de Geral de Arruamentos (1914), o plano apresentado pelo inglês Barry Parker de Renovação da Zona Central (1915), como o Plano Regulador de Antão Almeida Garret (1952), o Plano Director de Robert Auzelle (1962) e no Plano Director Municipal (1993). Uma das imagens reconhecidas nalguns dos planos, nomeadamente os relacionados com Ezequiel de Campos, conforme refere LOZA (1998), a cidade identifica-se com um crescimento radial, com os seus eixos em forma de leque e ligados entre si transversalmente, como uma forma de via de cintura interna, denotando antevisão do que viria a ser uma realidade alguns anos depois.

Factos relacionados com a estrutura urbana, que marcam a transformação do tecido urbano, demonstram-se na conclusão da Avenida da Boavista, em 1915, iniciada em meados do século XIX, permitindo a já referida ligação este-oeste, de expansão urbana em direcção ao mar, com a ligação próxima ao porto de mar, Porto de Leixões, inaugurado em 1895, a abertura da Avenida dos Aliados em 1916, traduzido nas diversas alterações, como a demolição dos antigos Paços do Concelho, no desaparecimento do Parque do Laranjal, desencadeando a deslocalização da centralidade de São Domingos para Praça Nova, processo já iniciado no séc. XIX. No que se refere estrutura urbana da cidade, nomeadamente a parte baixa da cidade, esta não sofrerá alterações significativas de registo, salientando no entanto acontecimentos que marcaram a cidade, nos mais variados aspectos, como na arquitectura de Marques da Silva, com a recuperação do Teatro de S. João, após incêndio de 1908, a estação de S. Bento, o quarteirão das Carmelitas e algumas dos edifícios dos Aliados

com a sua arquitectura Beaux-Arts, a casa de Serralves, com a arquitectura Art Déco. Com as alterações políticas ocorridas na década de trinta, a cidade conhece algumas realizações, como a abertura da rua Júlio Dinis, em 1935, a demolição do Palácio de Cristal, com a localização do Palácio dos Desportos no seu lugar e hoje denominado Pavilhão Rosa Mota, em 1951, a transferência da Câmara Municipal do Paço Episcopal para o lugar onde hoje se encontra, em 1957, a abertura da Ponte da Arrábida, em 1963 (RAMOS, 1995).



Mapa 24 – o séc. XX no Porto

A partir da segunda metade do séc. XX, o crescimento das periferias, nos seus bairros e blocos habitacionais, provocado por um processo de migração da população do centro da cidade para subúrbios, na procura de melhores condições de habitabilidade. Contudo, a partir de 1996, com a nomeação da Cidade do Porto como Património Mundial, em particular no seu centro histórico, reconhecido pelos antigos limites da muralha fernandina e algumas áreas adjacentes, a cidade sustém o referido processo de desertificação e tenta, através dos diversos programas, em reabilitar e revitalizar o seu tecido urbano, na sua componente patrimonial, comercial e social, intentando a recuperação de um lugar que outrora foi a grande precursora do que hoje conhecemos como a Cidade do Porto.

4.3.2.2. A organização, realização e os impactos do evento



Fotografia 20 – logótipo da Porto 2001, CEC

Porto é a segunda CEC de Portugal, depois de Lisboa em 1994. É-lhe reconhecido como perfil uma cidade histórica, portuária fluvial e marítima, de cariz pós-industrial com uma grande tradição como centro de formação e educação académica, sendo a maior do país em número de alunos (PALMER, 2004). Tem no seu centro histórico o reconhecimento por parte da Unesco como Património Mundial desde 1996, com uma imagem muito forte associada ao Vinho do Porto, numa versatilidade turística ligada ao Rio Douro e na sua Ribeira, cidade de forte tradição comercial, historicamente rica, com uma população envelhecida e a segunda maior cidade do país.

Dados demográficos

Cidade	257.800
Região (Norte)	3.657.813
Nacional	10.356.117

Tabela 9 - população em 2001

Objectivos e prioridades: o principal objectivo na realização da CEC consistiu no aumento do perfil internacional da cidade e na capitalização do evento como forma de regenerar e desenvolver a cidade. Como tal, os objectivos na realização do evento passaram por uma série de prioridades, que segundo a sua importância, baseavam-se em primeira instância, a melhoria das infra-estruturas culturais, a execução de um programa de actividades culturais, no desenvolvimento de sentimentos de orgulho e auto-estima; seguido dos melhoramentos nas infra-estruturas gerais, crescimento económico, no aumento de audiências culturais na população local, a criação de um ambiente festivo, o aumento cultural a longo prazo e no aumento do perfil internacional da cidade; por fim, a coesão social e a desenvolvimento das comunidades locais, atrair visitantes do próprio país como do estrangeiro. Relativamente ao processo construção dos objectivos a atingir, foram indagadas as organizações políticas, culturais e artísticas, usando como instrumento de consulta uma pequena comissão constituída pelos elementos acima referidos em Julho de 1998, com o intuito de desenvolver o programa cultural.

A organização e gestão: a candidatura na realização do evento contou com o envolvimento das autoridades municipais e no apoio do Governo nos vários ministérios, o da Cultura, o das Obras Públicas, do Ambiente e da Economia.

A estrutura de administração

Quanto à gestão do evento, a solução encontrada foi a de uma estrutura independente, a Porto 2001, S.A., criada a 31 de Dezembro de 1998, com um número total e dezanove membros até Novembro de 1999 e dezassete elementos após esta data. O papel desempenhado pelo conselho da administração da Porto 2001 era o de nomeação das equipas de trabalho, o desenvolvimento de políticas e estratégias culturais, na tomada de decisões finais sobre os projectos culturais e nas diversas actividades, as decisões de teor e controlo financeiro, angariação de fundos e na procura de parcerias, a monitorização do processo e na evolução dos projectos e programas.

A estrutura operacional – a Porto 2001: a responsabilidade na realização do evento dividiu-se por diversas entidades: a da estrutura operacional da Porto 2001 com o lançamento e desenvolvimento dos projectos, a coordenação do programa cultural, a comunicação, promoção e marketing, angariação e parceiros do evento, o desenvolvimento das infra-estruturas, orçamentos, finanças e desenvolvimento económico; entidades exteriores ao evento a que foram entregues algum dos projectos de infra-estruturas e de regeneração económica, nomeadamente às autoridades municipais. Porém, no que respeita à estrutura da Porto 2001, existem dois momentos, o período compreendido entre a sua criação, Dezembro de 1998, tendo como presidente o Dr. Artur Santos Silva, e um segundo, a partir de Novembro de 1999,

com a Dra. Teresa Lago como presidente da referida organização. No primeiro período, a estrutura operacional era composta por um presidente, com a responsabilidade total, assistido por um gestor de relações públicas que coordenava três departamentos: o financeiro, de comunicações e marketing com um director e onze membros na equipa, com apoio exterior da Arthur Anderson; o programa cultural com um director e treze membros na equipa, sendo apoiados por uma equipa exterior, a Culturporto; a regeneração urbana e infra-estruturas culturais com dois directores e dois membros na equipa, com apoio exterior na avaliação de arquitectura, gestão dos projectos e programas comerciais.

Num segundo período, a estrutura sofreu alterações significativas, sendo agora composta por um presidente, com a responsabilidade total e tendo a seu cargo sete departamentos: o da gestão e finanças com um director e uma equipa de nove membros, com apoio exterior da Arthur Anderson; o da comunicação e marketing com um director e cinco membros; o das relações públicas com quatro membros; o de relações institucional e inter-regional com um director e um assistente; o do programa cultural com um director e seis sectores artísticos: o da música com nove pessoas, o do audiovisual e multimédia com sete pessoas, o do património e artes visuais com quatro pessoas, o da participação pública com quatro pessoas, o da ciência e literatura com quatro pessoas, o da animação da cidade com 5 pessoas e uma unidade de produção de dez pessoas; o da Casa da Musica com um director e um assistente; e por fim o da regeneração urbana e infra-estruturas culturais com um director e uma equipa de seis membros, com apoio exterior na avaliação de arquitectura e gestão geral dos projectos. No pico da realização do evento a estrutura operacional atingiu um número de oitenta pessoas, ficando vinte e três após término do evento com o objectivo de finalização de contas, realização de relatórios e arquivamento de material, que terminou com a extinção da Porto 2001, SA, em 30 de Junho de 2002, e na preparação do lançamento de uma nova estrutura, a Fundação Casa da Música, que assumiria a responsabilidade e gestão deste novo equipamento, a Casa da Musica (PALMER, 2004).

○ programa cultural: o programa cultural de CEC, com o tema *“Pontes para o Futuro”* (PALMER, 2004 p. 205), tinha como orientação a criação de novas iniciativas e estruturas culturais que perdurassem após a realização deste evento, contribuindo para a inspiração e importância do Rio Douro e suas pontes. Foram indicados três subtemas dentro do tema principal, a ligação da *“paisagem e a cidade”*, *“memória e o futuro”* e *“eu e os outros”* (PALMER, 2004 p. 205). Tendo como critérios na selecção de programas a qualidade e o custo, a experiência nos organizadores, a relevância dos projectos versus objectivos e temas, e o potencial educacional e de formação nas oportunidades criadas.

A consulta no desenvolvimento e selecção dos projectos recaiu sobre os políticos, as organizações culturais e os artistas, com a apresentação de seiscentas propostas, sendo trezentas e cinquenta seleccionadas, permitindo desenvolver o programa cultural entre a Porto 2001 e as instituições culturais locais num ambiente de parceria. O programa cultural pretendeu e dispôs de uma abrangência cultural demonstrada nos diversos sectores, nomeadamente no teatro, dança, artes visuais, literatura, arquitectura, design, contendo temas clássicos/tradicionais e contemporâneos/modernos; a música clássica, tradicional e contemporânea; património e história; nas bibliotecas e arquivos; no audiovisual e novas tecnologias; ciência; festivais e cortejos de rua, sendo que os de maior predominância foram os programas de musica, artes visuais e performativas (representação), audiovisuais.

Início do programa cultural a 13.01.2001, com realizações ainda em 2000

Fim do evento a 22.12.2001

Tempo de preparação do programa cultural – dois anos e meio

(PALMER, 2004)



Fotografia 21 – instalações nos jardins da Cordoaria

A localização preferencial para a celebração do evento circunscreveu-se aos limites da cidade e nos subúrbios imediatamente a seguir e na realização de alguns eventos espalhados pelo país, com a decorrência cronológica de eventos dispersa pelo ano cultural, havendo contudo uma diminuição de eventos durante o inverno e um pico no mês de Maio. Relativamente à preocupação de programas realizados com um público-alvo específico, a proeminência foi dada às crianças, adolescentes, às escolas, a deficientes, projectos europeus e internacionais.

Os projectos culturais em números

	Número	Público
Eventos culturais	1.959	1.246.545

Tabela 10 – número de eventos e a participação do público

Financiamento e investimentos

CEC 2001	
Receitas operacionais	
1. Público	
Governo nacional	182.870.000
Município (Porto)	5.480.000
EU (diversos apoios)	500.000
Capital próprio	930.000
2. Privados	
Patrocínios	12.210.000
3. Outros	
Concessões e outras receitas	13.670.000
Vendas (Bilhetes)	465.000
Merchandising	605.000
Outras	9.725.000
Total de receitas	226.455.000
Despesas operacionais	
Salários e vencimentos	7.500.000
Equipamentos	9.500.000
Promoção e marketing	11.500.000
Despesas de programa	30.000.000
Total de despesas operacionais	58.500.000
Infra-estruturas Culturais	83.500.000
Espaços Públicos	85.000.000
Total de despesas	227.000.000

Tabela 11 – totais dos valores na realização da CEC

Comunicação e promoção do evento: a comunicação e promoção do evento demonstravam dois objectivos distintos, a promoção do evento CEC e a promoção da imagem da cidade assente na comunicação do seu perfil, específico e único, tendo como prioridade os formadores de opinião, políticos, os profissionais na área da cultura, seguidos das crianças e adolescentes, e por fim as minorias étnicas, pessoas de idade e deficientes. No processo de comunicação foi a imprensa escrita que prevaleceu, seguido dos meios audiovisuais, novas tecnologias, com o uso de website, newsletters e correio electrónico, eventos promocionais para o efeito e o merchandising como última ferramenta utilizada para a promoção e comunicação do evento, dando primazia geográfica aos locais, regionais, nacionais, europeus e por fim internacionais.

Algumas das campanhas publicitárias estabeleceram-se com os sessenta e três mil posters, nas cerca de cem mil brochuras, quatrocentos mil folhetos e setecentos mil programas distribuídos, com a emissão de dois mil e seiscentos anúncios de televisão, mil e duzentos de rádio, e quinze mil e seiscentos no cinema, tendo perto de onze mil e quinhentas visitas ao website. No mês de Março de 2000 foi lançada uma conferência de imprensa, com o lema – nasceu uma nova Cidade – apresentando o evento à cidade e com a abertura de centro de informação – Espaço 2001 – em Abril, recebendo cerca de trinta e um mil visitas, no mês de Junho, com a apresentação no Parque da Cidade das pinturas realizadas por crianças da cidade cobrindo doze mil metros quadrados, entrando no Guinness Book, tendo grande cobertura mediática. O retorno da promoção e da comunicação do evento demonstrou-se com cerca de vinte mil e novecentos recortes de imprensa e sete mil e quinhentas reportagens sobre o evento (PALMER, 2004).

Impacto no turismo: No que se refere turismo da cidade do Porto na realização do evento, os objectivos constavam na atractividade da população portuguesa em geral e especificamente na população universitária que não residia no Porto, como na estrangeira, reorientando a imagem do Porto como novo pólo cultural, aumentando as audiências e a sua fidelização nas actividades culturais, envolvendo a população local e apelando à sua auto estima como orgulho na cidade.

Número de visitantes

	2000	2001	2002
Total de dormidas/estadias	---	662.593	647.133
Estadia média por visitante (dias)		4,2	

Tabela 12 – número de visitantes com dormida e estadia

Conforme refere o relatório PALMER (2004), cada turista despendeu em média 110 € diários, sem incluir o transporte, contudo o turista de visita à cidade e especificamente relacionado com a CEC e presenciando aos eventos, despendeu em média 237 € diários. A organização manifestou desde o início a promoção do evento junto de agentes e operadores turísticos locais como internacionais, desenvolvendo programas em parceria com as entidades do turismo nacional, regional e local, nas feiras internacionais de turismo, na imprensa e website do sector turístico.

Impacto económico: conforme já foi referido, o desenvolvimento económico era um dos quatro principais objectivos na realização da CEC, apostando num conjunto de estratégias de forma a gerar proveitos económicos. Entre os quais, no desenvolvimento do turismo, a expansão do mercado de eventos culturais, a atracção de serviços, o reforço do ambiente cultural na cidade, a construção e a melhoria dos equipamentos culturais, a regeneração urbana, aumento de confiança económica junto do comércio tradicional e por último no aumento na exposição exterior da imagem da cidade.



Fotografia 22 – a Sé do Porto e a ponte D. Luís I

Em termo de impacto económico o autor PALMER (2004) refere que o maior impacto económico traduziu-se nos inúmeros programas de investimento em infra-estruturas e equipamentos, correspondendo a cerca de trinta e sete por cento do investimento total o que diz respeito à cultura, directamente relacionado com a realização da CEC.

Impacto social: o programa cultural evidenciou preocupações sociais nos seus objectivos, demonstrados em detalhes como no aumento de qualidade de vida através da regeneração urbana operada e zonas específicas da cidade e no aumento de auto-estima das populações abrangidas, na atractividade de público para os eventos, envolvendo escolas no projecto e no arranque de iniciativas de formação. Desenvolvendo programas específicos de coesão e integração social, na educação dos valores culturais, numa sociedade democrática e participativa, actividades junto das comunidades locais e na diversidade cultural (PALMER, 2004).

4.3.2.3. As capacidades criadas, o desenho urbano e o uso dado



Mapa 25 – conjunto de intervenções no âmbito da CEC

A realização da CEC na cidade do Porto constou de dois objectivos dos quatro principais apresentados: o investimento em infra-estruturas culturais e na requalificação urbana⁷² e ambiental de determinadas zonas da cidade.

⁷² “Por requalificação urbana entende-se uma operação de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, em que a valorização ambiental e a melhoria do desempenho funcional do tecido urbano constituem objectivos primordiais da intervenção” (DGOTDU, 2008 p. 67)

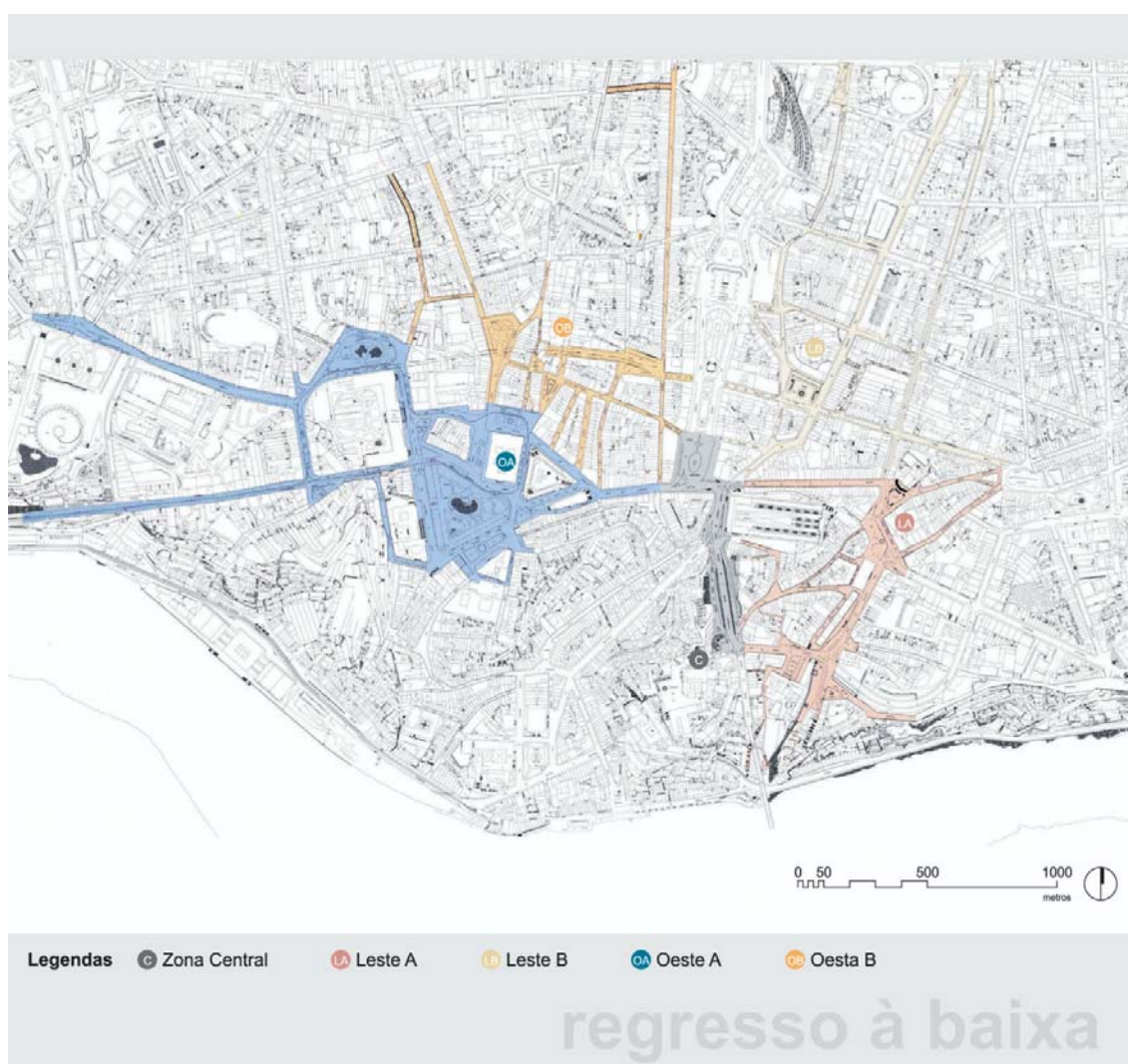
Dos principais projectos infra-estruturais para a cidade do Porto (mapa 25), destaca-se o novo equipamento da Casa da Música, o Museu Nacional Soares dos Reis, o Teatro Carlos Aberto, a Biblioteca Almeida Garret; a remodelação do Coliseu do Porto, a reabilitação dos Claustros do Convento de São Bento da Victória; o Centro Português de Fotografia e a criação da Casa da Animação. Relativamente ao espaço público os programas de requalificação urbana com o “regresso à Baixa”, a regeneração ambiental do Parque da Cidade e dos Caminhos do Romântico, e a melhoria de condições em termos de mobilidade e acessibilidade ao centro da cidade. Conforme refere (PALMER, 2004), foram intervencionados uma série de equipamentos de interesse histórico e patrimonial para a cidade do Porto, salientando o processo de requalificação da Baixa do Porto, com objectivos de regeneração do espaço público, no desenvolvimento do comércio, o incentivo à camadas mais jovens e demais população para a utilização e permanência nesta zona da cidade, acreditando no aumento do sentimento de segurança como no enaltecimento da imagem da cidade.



Fotografia 23 – zona da Sé do Porto

A zona da Baixa, designação comum que identifica a zona central da cidade, de vivência comercial e social, local de desenvolvimento urbano acentuado durante os dois últimos séculos, de alta densidade urbana, contém no respectivo tecido os elementos mais identificativos da cidade, nomeadamente os monumentais, comerciais e de representatividade cívica, marcando a imagem da cidade no contexto nacional e mesmo internacional. O processo

de requalificação (mapa 26), conforme refere (FERNANDES, 2000), em continuidade com a instalação de diversos equipamentos culturais e não só, as novas formas de mobilidade, nomeadamente com Metro e a retoma de carreiras dos eléctricos, o reconhecimento por parte da Unesco do núcleo mais antigo do Porto, o seu centro histórico, como Património Mundial, são condições que facilitam a implementação de processos, de acção “pró-activa” (FERNANDES, 2000 p. 33), de forma a desenvolver o citado movimento de regresso à Baixa, considerado mesmo como fundamental para a continuidade do Porto como cidade. A Sociedade Porto 2001 desenvolveu uma programação de acções, que concertadas e coordenadas, traduziram-se nos seguintes campos de actuação: espaço público, edifícios, habitação, revitalização económica e mobilidade.



Mais refere FERNANDES (2000) a importância do processo ser realizado sobre uma zona de dimensões consideráveis do tecido urbano da cidade, servindo ao mesmo tempo como elemento catalisador para a restante cidade, com a necessidade da requalificação ser “global e real” (FERNANDES, 2000 p. 40), participativa por parte dos cidadãos e das diversas instituições, apresentada como uma nova forma de cultura de intervenção sobre a cidade, e que perdure no tempo como se um movimento se tratasse e não de um acontecimento efémero e circunstancial. A Área de Intervenção da Porto 2001 engloba toda a área central da cidade, sendo definidas cinco zonas devidamente identificadas, sobre as quais actuariam diversos arquitectos da cidade, convidados e por consulta, levando a cabo a materialização do movimento de regresso à Baixa. A Área de Intervenção Central (fotografia 24), da responsabilidade do arquitecto Siza Vieira e arquitecto Souto Moura, que compreende o corredor entre a Ponte D. Luís I e a estação da Trindade, com a Avenida da Ponte, a Praça Almeida Garret, a Avenida dos Aliados, a Praça General Humberto Delgado e o Largo da Trindade.



Fotografia 24 – Estação de S. Bento, uma parte da Área de Intervenção Central.

A Área de Intervenção Oeste A, da responsabilidade da equipa do Arquitecto Camilo Cortesão, com a rua da Restauração, o Jardim da Cordoaria, a Praça de Lisboa e zona envolvente ao Clérigos; a Área de Intervenção Oeste B, da responsabilidade da equipa do arquitecto Virgínio Moutinho, com as ruas da Cedofeita, Breiner, Miguel Bombarda, Júlio Dinis e Largo da Maternidade; a Área de Intervenção Leste A, da responsabilidade da equipa do arquitecto Adalberto Dias, com a zona dos Guindais, Parque das Camélias, Batalha (fotografia 25) e a encosta que confina com a Estação de S. Bento; por fim a Área de Intervenção Leste B, da responsabilidade da equipa do arquitecto Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez, com as ruas de Santa Catarina, Passos Manuel, Formosa, Fernando Tomás, Sá da Bandeira, e Praça D. João I (FERNANDES, 2000).

As intenções do programa, com referência às supracitadas acções, têm especial relevância neste capítulo, com as orientações anunciadas quanto ao tema de espaço público, que por inerência influenciam o desenho da cidade, destacando a requalificação do espaço público, operando sobre as diversas componentes, melhorando a sua funcionalidade e estética; a predominância da imagem de espaço público nesta zona da cidade; a adaptabilidade deste mesmos espaços a diferentes utilizações, controlando a circulação; reavaliar e reformular as áreas especializadas dentro do espaço público; a colocação de equipamento ou mobiliário urbano de forma a aumentar o conforto; a colocação de elementos no espaço público com o intuito de aumentar a imagem da cidade, dando como exemplo a iluminação de monumentos, salientando a iconografia do espaço; regulamentos e normas de aplicação em espaço público de qualquer elemento, precavendo a legibilidade da cidade e a uniformização, através de uma “carta de princípios” (FERNANDES, 2000 p. 34) de vários elementos identificativos do espaço público.



Fotografia 25 – praça da Batalha, Área de Intervenção Leste A.

Como parte integrante da consulta para um programa de requalificação para a Baixa Portuense (FAUP, 2000), algumas considerações foram enunciadas por MENDES (2000), das quais se ressalva para este propósito a menção a uma actuação na cidade com a necessidade de um conjunto de intervenientes que operem de forma concertada, que apesar de terem diferentes leituras e entendimentos sobre a forma de fazer cidade, são-lhe exigidos a uniformidade na intervenção no seu todo. Reconhecendo no projecto de requalificação a coesão, a claridade suficiente e na participação pluridisciplinar a procura de uma imagem forte, única e aceite pela comunidade que a vive, trabalha e usa, em vez de vários elementos icónicos espalhados pela cidade, com uma identificação directa a qualquer um dos intervenientes. A preocupação no sentimento generalizado que a comunidade possa ter perante os conceitos, a cultura urbana e/ou dos vários procedimentos nas intervenções da Porto 2001, e não tanto nas obras realizadas, com a confiança de que os utilizadores da cidade saibam reconhecer, debater e apontar qual o sentido que pretendem para a cidade e qual a sua imagem.

De entre o vasto programa cultural, que ocorreu na Porto 2001, destacam-se os seguintes eventos, conforme refere PALMER (2004):

- A realização de projectos de Opera, com três companhias britânicas de Opera a participar em projectos de educação e actuação;
- O Festival de Dança Contemporânea, com a vinda de diversas companhias internacionais ao Porto;
- O FITEI, festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica com a participação de quinze companhias de teatro, de sete países, com a realização de trinta actuações, entre Maio e Junho do ano de 2001;
- O evento Squatters, projecto iniciado em Roterdão, com a participação do Museu de Serralves, envolvendo vários jovens artistas com a exibição de trabalhos em vários locais da cidade, com localização inesperada;
- A Odisseia da Imagens e o festival de cinema Fantasporto, com a projecção de filmes, debates e workshops durante todo o ano, com especial participação do Fantasporto na sua 21ª edição no mês de Fevereiro;
- A antologia “Rosa do Mundo”, com a publicação de 2001 poemas para o futuro;
- A conferência com Dalai Lama, realizado em Novembro no ciclo “o Futuro do Futuro”, atraindo seil mil pessoas ao evento;

O festival “um Porto de Fado”, com a apresentação da tradicional música portuguesa, realizada entre Agosto e Setembro, no reabilitado claustro do Convento de São Bento da Vitoria, envolvendo cinquenta artistas; dança tradicional e opera de Ryukyu, do Japão, com actuação no Coliseu do Porto em associação com a EU-Japão Fest;

- “os lugares de uma experiência” com colocação de diversas instalações, de dez artistas, em locais de ciência do Porto.

Os eventos que se distinguiram pela elevada interesse e participação do público:

- As cerimónias de abertura, a 13 de Janeiro, com a assistência de cento e catorze mil pessoas;
- A “Ponte dos Sonhos”, realizada em 15 de Julho com a animação da Baixa do Porto num desfile de oitocentas pessoas participantes, com a assistência de setenta e cinco mil pessoas;
- A Elektro Parade”, baseada no fenómeno idêntico que ocorre em Berlim, na Alemanha, envolvendo quarenta e cinco DJ, oriundos de sete países, misturando diversos tipos de música, com a assistência de trinta e cinco mil pessoas;
- E as cerimónias de fecho do evento, a “vigésima quinta hora”, realizado em 22 de Dezembro, com a assistência de trinta mil pessoas.

O desenvolvimento do talento criativo, dos diferentes gestores artísticos e culturais demonstrou-se na comissão e preparação das novas realizações e instalações; com a formação e desenvolvimento de competências ao nível artístico como na capacidade da sua gestão cultural; no intercâmbio de experiências, vivências e visitas na assistência ao evento Porto 2001. Com a realização do evento, a Porto 2001, no âmbito do seu programa cultural publicou, nove catálogos, quarenta e seis livros e editou nove CD.

4.3.2.4. Nota de síntese

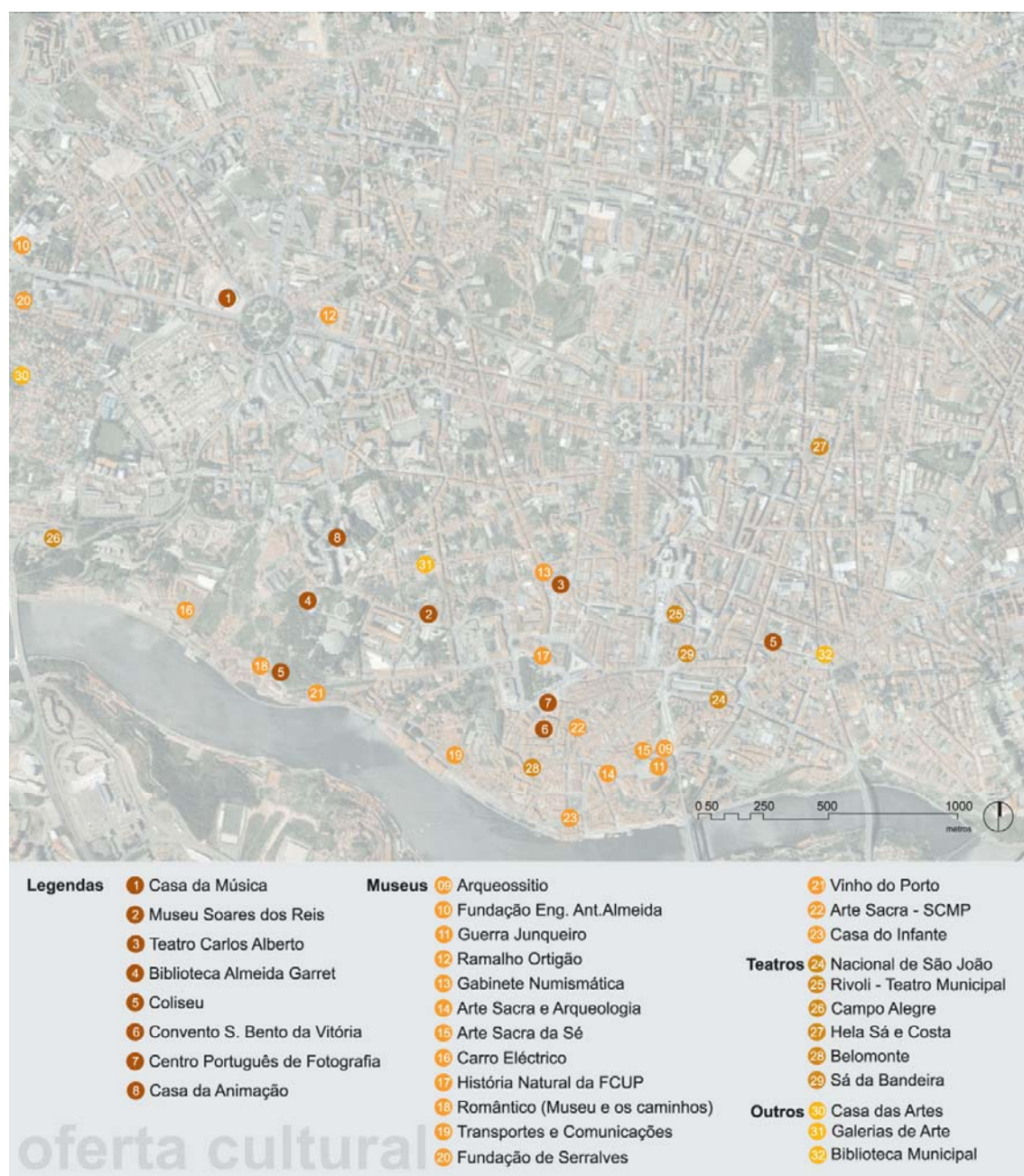
Conforme referia a Presidente do Conselho de Administração da Porto 2001, S.A., à época, Dr.^a Teresa Lago, a realização da CEC era uma oportunidade única para a cidade, indicando a legitimidade do Porto usar o acontecimento para se valorizar e reforçar a sua imagem a nível nacional, como internacional, de uma nova rota na cultura contemporânea europeia aliada à sua riqueza patrimonial, reconhecido inclusive pela Unesco como Património Mundial (Teresa Lago).

Evidenciada por referência nos relatórios PALMER (2004), a indicação do desenvolvimento cultural em Portugal, praticamente teve início na década de oitenta do séc. XX, razão atribuída às condições políticas da época, sendo debeladas pela revolução de Abril, facto que permitiu a exposição da população portuguesa, a maior parte, ao mundo e à cultura. População que, cerca de oitenta por cento, vivia na pobreza e maioritariamente no campo, não dispondo de um grande perfil cultural, comparativamente com as suas congéneres europeias, facto que tem vindo a mudar nas últimas décadas. A cultura não tem um papel relevante no planeamento local, sendo excessivamente concentrados a nível governamental, nomeadamente no Ministro da Cultura, centralizando os recursos e mantendo dependências nas realizações culturais.

A realização do evento CEC, no caso específico do Porto, foi visto como uma oportunidade de “conceito adaptado” (LAGO, 2000 p. 9) deste tipo de eventos, sendo abrangente, dinâmico e multifacetado, considerando a actuação e intervenção em diversos campos, havendo no entanto inter-relação, nomeadamente com o programa cultural proposto, as infra-estruturas culturais, a renovação urbana e ambiental como na revitalização económica e habitacional, tendo este último caído durante o processo de realização da CEC.

A cidade do Porto, de morfologia urbana (LAMAS, 2010) reconhecível nas várias intensidades ocorridas durante a sua história: com o seu centro histórico, de crescimento “orgânico” (CANDEIRA, 1999), reconhecível nos seus dois limites, a Cerca Velha e na muralha fernandina, ambas visíveis em alguns elementos, mas de fácil detecção na forma urbana da cidade; a transposição dos limites da “cidade histórica” (MENDES, 2000 p. 19), com uma

consolidação efectiva ocorrida durante os dois últimos séculos, detém um património histórico exemplar (CUNHA, 2000 p. 11), concentrando uma intensa actividade comercial e de serviços; com uma identidade muito própria na sua forma de direcção expansionista em direcção ao mar; como nos diversos limites (anéis), comprovando a sucessiva densificação do tecido urbano e que culmina com a barreira de outros territórios, outras cidades, que competem, sob forma de periferia, mas que se assumem como novas centralidades, concorrendo directamente com a “cidade histórica” e a Baixa do Porto.



Mapa 27 – a oferta cultural na cidade do Porto.

As considerações finais no que se refere à realização do evento CEC, reportadas no (PALMER, 2004), permitem enunciar algumas ponderações sobre o que de melhor aconteceu e de lastro ficou, bem como na referência do menos alcançado com a realização do evento. A cidade do Porto, com uma população com cerca de duzentos e oitenta mil habitantes (PALMER, 2004), teve na realização da CEC o motivo de se integrar no centro da cultura europeia, arredada pelo sentimento periférico a que se postava, mas que se inverteu após a nomeação da cidade como Património Mundial, em 1996, pela Unesco. Os principais objectivos da Porto 2001 dividiam-se em quatro grupos: o programa cultural; o desenvolvimento de infra-estruturas culturais; a regeneração urbana e ambiental; o desenvolvimento económico e habitacional. A decisão na criação de uma estrutura independente e autónoma, permitindo a célere organização e realização de acções, tendo inclusive a responsabilidade directa do processo de regeneração urbana e ambiental, por norma a cargo do município.

A decisão antecipada de parceria com as principais instituições culturais da cidade, nomeadamente o Teatro Nacional de São João, a Orquestra Nacional do Porto, O teatro Rivoli e o Museu de Serralves. O programa cultural baseava-se num conjunto de actividades culturais anuais, que pela realização da CEC foram desenvolvidos e expandidos, sendo inclusivamente solicitado às instituições organizadores a sua expansão internacional nos seus programas culturais, como dos contactos, referindo como exemplo a possibilidade do Museu de Serralves angariar peças de arte para a sua colecção.

Um dos impactos verificados no programa cultural relacionou-se com o aumento de intercâmbio artístico ao nível internacional. A dimensão europeia foi tida em conta na realização do evento com comprovado intercâmbio ao nível de estruturas culturais de diversos países. No aspecto social, a demonstração de resultados na consolidação dos seus programas com uma ligação directa à sociedade civil. Sem prever, a vinda de pessoas para trabalhar no desenvolvimento das infra-estruturas, criou na cidade uma dimensão multi-cultural. A elaboração de estudos independentes comprovou um número significativo de audiências por parte dos jovens e estudantes, indicando a permanência média de quatro noites por parte dos visitantes tendo uma boa impressão da cidade, ao contrário dos locais relativamente à amplificação da imagem da cidade na realização da CEC (PALMER, 2004).

De entre os vários indicadores enunciados como menos alcançados, a indicação de comentários relativos a um programa bastante ambicioso para tão curto espaço de tempo disponível (PALMER, 2004). O primeiro presidente da estrutura Porto 2001, Dr. Artur Santos Silva, tinha como prioridade na realização da CEC as infra-estruturas e a regeneração urbana e ambiental, ao contrário do Ministro da Cultura, resultando na resignação do cargo pelo primeiro em Novembro de 1999. As alterações sofridas pela estrutura nesta alteração da presidência vieram a reflectir-se na realização do evento. Outras das considerações foi a da administração estar dominada por interesses políticos, sem a devida representação dos sectores culturais e da

comunidade. A falta de um director artístico na estrutura operacional do evento, indicando a falta de experiência, da sua gestão, em termos culturais. A falha de comunicação entre os diversos sectores culturais durante o ano da realização do evento. A particularidade da cultura ser só um dos quatro objectivos principais do evento. A crítica ao programa cultural por este privilegiar as mesmas organizações pondo de parte grupo e artistas independentes. O corte drástico de verbas, logo a seguir à realização do evento, em 2002, por parte da autarquia e do estado. Do orçamento total, sessenta por cento foram destinados para as infra-estruturas e a regeneração urbana e ambiental. Um programa de obras bastante extenso e de objectivos bastante ambiciosos para o tempo disponível e sem a devida dotação financeira, resultando no cancelamento de algumas iniciativas.

Razões de ordem meteorológica foram também indicadas para o desagrado da população, com cerca de seis meses de chuva a partir de Setembro, perdurando na memória da população a cidade em obras e cheia de lama, contribuindo também para os atrasos na abertura de alguns equipamentos a tempo da realização da CEC, como nas acessibilidades dos espaços culturais. Os problemas enfrentados pela Porto 2001, com a cobertura negativa por parte dos órgãos de comunicação social, com queixas de má gestão, desperdício de fundos, falta de planeamento, contribuíram para um sentimento de frustração da população local. A Casa da Música (fotografia 26), inicialmente prevista para a Porto 2001, abriu em 2005, com uma derrapagem três vezes superior ao seu valor inicial.



Fotografia 26 – a Casa da Música

No que respeita à cooperação entre cidades nomeadas no mesmo ano, a falta de interesse por um dos lados nos programas de cooperação. A gestão de um orçamento de duzentos e vinte e seis milhões de euros, subsidiados principalmente pelo Ministério da Cultura e das Obras Públicas, com diversos problemas financeiros, exclusivamente atribuídos às derrapagens das obras. O cancelamento por completo do quarto objectivo, o desenvolvimento económico e da habitação, por problemas financeiros em parte, por outro a não assinatura do acordo com a Associação Comercial

do Porto. Apesar de se terem desenvolvido diversos projectos educacionais e campanhas de apelo à participação, não havia uma estratégia clara em de objectivos sociais para a Porto 2001.

Outra das queixas à Porto 2001, foi a de não ter encurtado a diferença entre pobres e ricos. E o sentimento generalizado que a realização da CEC não melhorou a sua imagem junto dos seu habitantes. Um dos objectivos subjacentes à realização de um evento como a CEC, está directamente implícito o lastro que um acontecimento desta natureza deixa na cidade, como tal, referindo PALMER, uma das principais e mais visíveis foram claramente as infra-estruturas culturais deixadas pela Porto 2001 e o seu espaço público reabilitado, em parte. A Casa da Música como elemento icónico de uma nova centralidade cultural na cidade do Porto. Apesar de algumas das realizações positivas apontadas, a perda do efeito precursor e da dinâmica criada pela CEC, directamente relacionada com a falta do apoio político, principalmente nos últimos anos (PALMER, 2004).



Mapa 28 – esquema interpretativo da oferta cultural na cidade de Porto.

Conforme referia (LAGO, 2000 p. 9), o lema da Porto 2001 recorrendo à metáfora “pontes para o futuro” simbolizava a ligação entre áreas; entre o efémero e o duradouro; entre a intervenção estrutural e o palco dos eventos; entre os equipamentos, novos e renovados, e os percursos que os ligam; entre a regeneração urbana da Baixa, como recuperador de potencialidades urbanas, e os Caminhos do Romântico (fotografia 27), como redescoberta de um passado rural não muito distante através dos seus percursos; sem esquecer o Parque da Cidade de frente recuperada para o mar.



Fotografia 27 – Caminhos do Romântico, Porto

De forma bastante sumária (mapa 28), poder-se-á afirmar que está implícito a orientação nascente/ponte que em tempos do Cerco do Porto, com as lutas liberais, se tomou consciência de qual o sentido de expansão urbana para a cidade. A realização da Porto 2001, CEC, quase que se permite uma colagem metodológica, não do seu conteúdo, de implementação/expansão cultural, mas na forma, de um centro histórico e Baixa pontuados por diversas ofertas culturais em termos de equipamento, na direcção da Casa da Música, elemento icónico da Porto 2001 e de oferta cultural por excelência, apontando em direcção ao mar, passando pela referência cultural contemporânea, o Museu de Serralves, muito próximo do mar e do espaço reabilitado ambientalmente, designadamente o Parque da Cidade.

4.3.3. SALAMANCA 2002 “cidade do pensamento, de encontro e do conhecimento”



Fotografia 28 – a cidade de Salamanca

4.3.3.1. História e evolução da morfologia urbana



Mapa 29 – localização de Salamanca.

A província de Salamanca, em que a capital é a cidade com o mesmo nome, situa-se na parte oeste da Península Ibérica e na parte sudoeste relativamente à comunidade⁷³ de Castela e Leão, a que pertence. É uma das nove províncias da referida comunidade, limitada a norte pela de Zamora, a noroeste por Valladolid, a este por Ávila, a sul por Cáceres (que já pertence à comunidade da Extremadura) e a oeste pelo território Português. É composta por trezentos e sessenta e dois municípios, sendo uma das maiores de Espanha em espaço territorial (doze mil, trezentos e cinquenta km²). A cidade de Salamanca assenta a oitocentos metros de altitude relativamente ao nível do mar, sob o nome de Campo Charro, também Campo de Salamanca.

⁷³ Unidade territorial no contexto político administrativo espanhol

O seu núcleo mais antigo, localizado mais a sul, sobre uma plataforma mais elevada e próximo do Rio Tormes, com um declive de vinte metros sobre o mesmo, produzido pelos anos de erosão sobre o maciço montanhoso. A referida plataforma constitui-se de sedimentos arenosos, localizada na margem direita do Rio Tormes, ladeada pelos barrancos dos seus afluentes de menor dimensão como Los Milagros e Sto. Domingo e Los Palominos (que hoje não são perceptíveis), servindo de barreira natural à expansão urbana no sentido Norte Sul. (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002)

As origens da Salamanca (mapa 30): o assentamento que dá origem à cidade, datado do séc. VII e V a.C., localiza-se na colina de São Vicente, zona mais ocidental da cidade, sendo o primeiro de três⁷⁴ reconhecidos nas escavações arqueológicas (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002). Com castros de forma circular, com paredes em tijolo adobe, típicos da 1ª Idade do Ferro, comuns nas habitações dos povos celtibéricos e mantendo assim uma homogeneidade cultural destes povos. A importância deste local é demonstrada pelos relatos, sob a forma de crónicas⁷⁵, do sitiar da cidade em 220 a.C. por Aníbal, general e estadista cartaginês, em que se refere à grandeza do seu povo e à sua numerosa população, salientando a fortificação existente, denominada de Salmantina ou Salmantica. Esta fazia parte de um sistema defensivo do território, em conjunto com a fortificação de Ocello Duri, em Zamora. As fortificações, à época, passavam de mão em mão entre os povos Váceos e Vetões, ambos celtibéricos e que ocupavam as mesmas zonas no território ibérico.



Fotografia 29 – figura do verraco, símbolo de Salamanca.

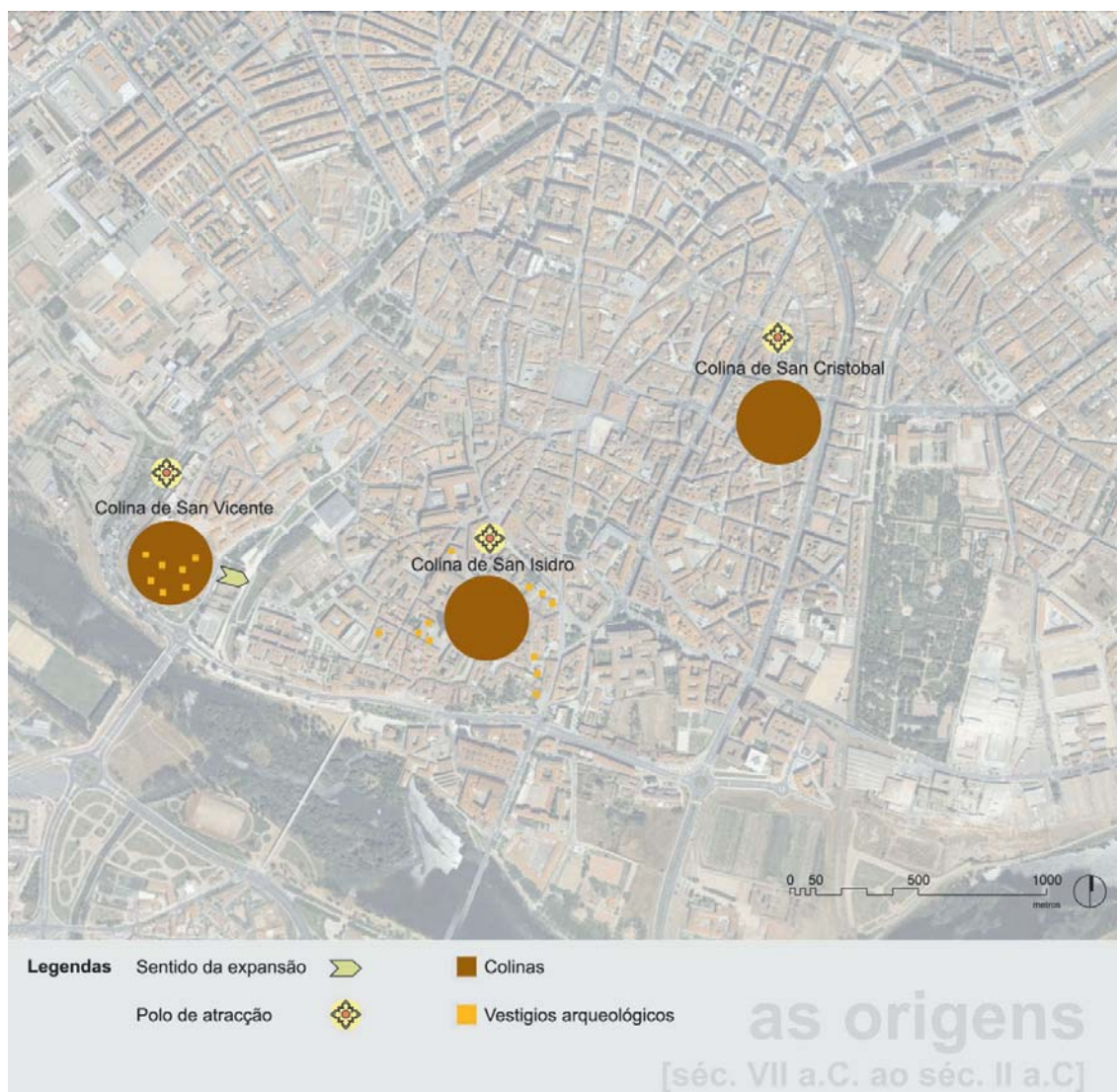
A romanização do território: o processo de conquista por parte dos romanos, que viria a ser conhecido como o território de Hispânia, inicia-se em finais do séc. III a.C.⁷⁶, prolongando-se pelo séc. II a.C. com as guerras contra os povos celtibéricos e lusitanos. Em particular no território de Salamanca, este teve como episódio marcante a derrota de Aníbal, dando assim início ao processo de romanização. Este período caracteriza-se pela construção da ponte romana, ano 98 d.C., que ainda hoje existe, mas que à época seria um artefacto mais rudimentar, com a colocação

⁷⁴ Colina de San Vicente (1), Colina de San. Isidro (2) e Colina de San Cristoba (3).

⁷⁵ De Políbio, Tito Libio, Plutarco e Polieno (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002)

⁷⁶ A II Guerra Púnica contra os cartagineses (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002)

de grandes maciços de pedra, permitindo o atravessamento do Rio Tormes, dando assim continuidade à conhecida Via de Prata, que ligava Astorga, Mérida e Saragoça. Este caminho largo, via lata romana (VICENTE, 2010), de percurso marcado e assinalado, tinha de quando em quando (vinte e cinco milhas) uma zona urbana, com o seu distinto casario, permitindo a pernoita e as trocas comerciais. No caso, Salamanca era um dos pontos de paragem, com a entrada pela sua porta do rio, também conhecida como a Imperial ou a de Aníbal.



Mapa 30 – os assentamentos, origens de Salamanca.

A ponte romana como hoje existe é uma mescla das diversas intervenções ao longo das épocas, contudo salvaguarda-se alguns dos elementos originais ainda do tempo de conquista, como o verraco (fotografia 29), símbolo zoomórfico do povo Váceo e Vetão (celtibéricos) criado para a protecção do gado, assumindo-se assim como símbolos de Salamanca, a escultura e a

ponte romana, figuras da génese da cidade. Do domínio romano restam algumas das muralhas com algumas inscrições, construídas sobre as antigas muralhas celtibéricas. O seu perímetro de formato elíptico, de expansão para norte, com cinco portas de acesso ao interior amuralhado, ao que se julga CASANOVA Y TODOLÍ (2002), ainda hoje se reconhece nos seus bastiões de defesa (fotografia 30) ao longo do pano amuralhado, um de planta circular e os outros três de planta quadrangular. Do império romano ainda se verifica a cristianização do território, após a subida ao trono de Constantino, no ano de 305, terminando assim com as perseguições. Em finais do séc. IV o cristianismo é proclamado religião oficial do Império.



Fotografia 30 – bastião da muralha romana.

A debilidade da autoridade do império, motivada pela sua divisão na parte oriental e a ocidental, no ano de 395, Salamanca fica a fazer parte desta última até ao ano de 476, quando Roma é tomado pelos ostrogodos. Com o desmoronar do império, o território Hispânia é assolada pelas invasões dos povos do norte, os bárbaros como os suevos e os alanos. Deste período, em termos urbanos, a sua reestruturação urbanística com a atribuição do título de Cívitas, com a evidência da sua muralha romana, as ruas pavimentadas, os aquedutos de águas limpas e o casario na zona intra-muros, bem como algumas edificações junto ao Rio Tormes.

O período visigótico (mapa 31) – a decadência de Salmantica⁷⁷: após conquista de Salamanca por parte dos visigodos, princípios do séc. V, a cidade sofreu momentos conturbados, resultante da inconstante autoridade régia nos diversos assassinatos dos imperadores visigóticos, contudo é no ano de 416 que Vacia, imperador sucessor de Serico, assina um pacto com os romanos, convertendo-se num estado federado do Império Romano.



Mapa 31 – o período da romanização, do séc. III a.C ao séc. V.

Esta nova situação política permitia-lhes uma estabilidade aparente, circunstanciada pela poder delegado dos romanos, em defesa do seu território por parte dos povos do norte e ao mesmo tempo a sua expansão para França, fruto da permissão romana, onde fundam o seu império. Até à invasão muçulmana do séc. VIII, o território de Salmantica desfruiu de certa

⁷⁷ Título atribuído pelo povo visigótico, pela conquista ao povo alano da cidade de Salamanca (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002)

tranquilidade, salvo pelas lutas constantes entre o povo visigótico, nas várias guerras civis, pela tomada do poder do império.

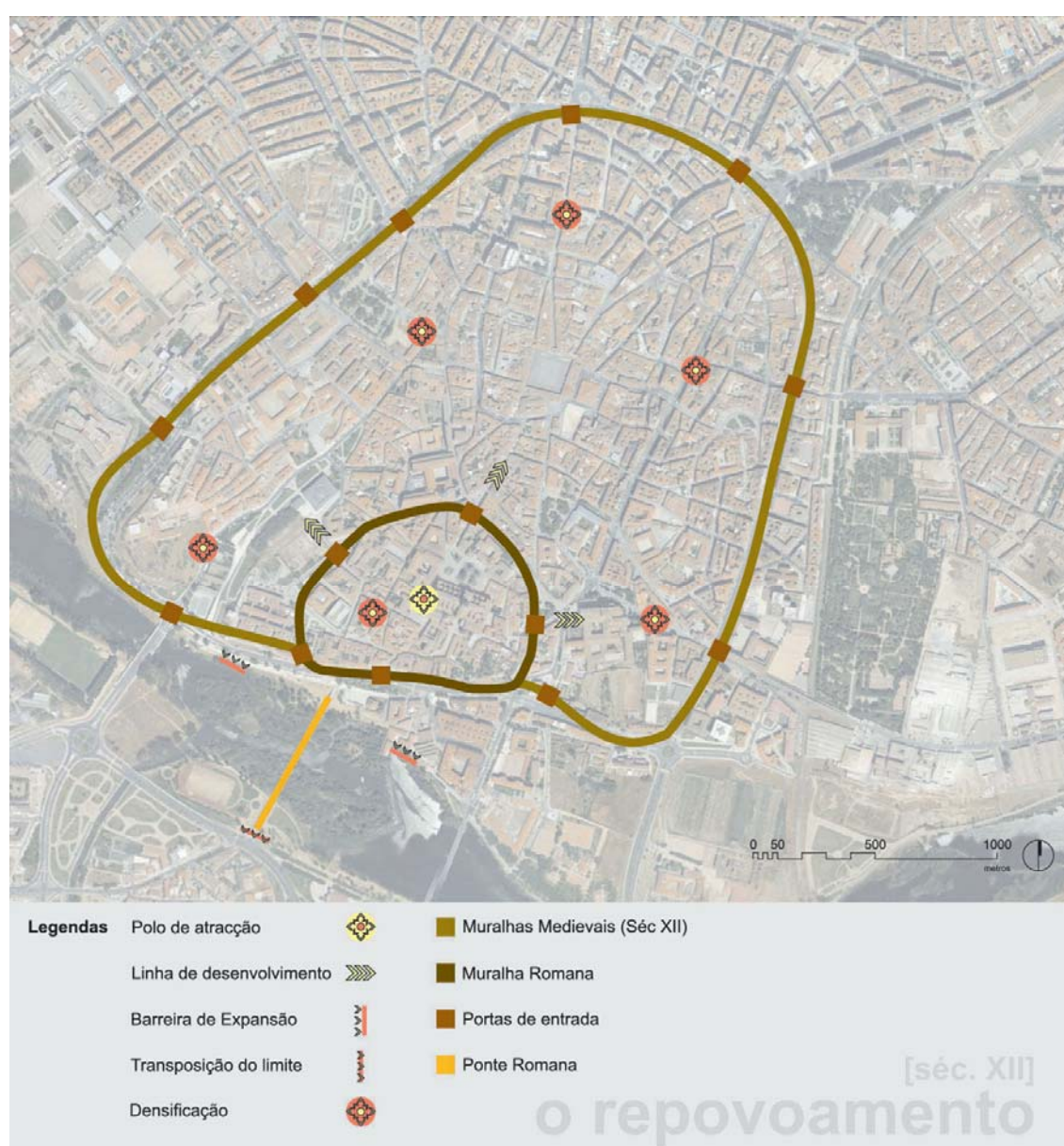
A ocupação sarracena do território de Salamanca: no ano de 712, Muza-bem-Noseir, na sua incursão pelo território da Península Ibérica, usando as vias romanas, chega a Salamanca, conquistando a cidade sem qualquer resistência, no entanto indica-se (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002) que é somente no ano de 715 que a cidade cai definitivamente em mãos muçulmanas, na pessoa do seu filho Abdelariz. No processo de conquista da cidade, é permitida à cidade a manutenção de todos os usos e costumes, à exceção da autoridade, que passaria para as mãos militares islâmicas. Talvez se explique neste caso particular, a manutenção da estrutura urbana já existente sem se verificar grandes vestígios da passagem muçulmana por este território, salvo algumas exceções.

Em 743, Afonso I de Leão, reconquista a cidade aos muçulmanos, perdendo-a logo de seguida pela falta de guarnição. Com estas alterações de poder, ora cristão ora muçulmano, a população em consonância com a autoridade régia, arrasa com grande parte das casas e fortalezas, tornando Salamanca terra sem pertença (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002). Nos séculos seguintes, a situação manteve-se, com as inúmeras mudanças de autoridade, a muçulmana e a cristã, não havendo grandes alterações à debilitada estrutura urbana motivada pela guerra santa.

O repovoamento da cidade (mapa 32): os tempos conturbados nas terras de Salamanca durante os três séculos referidos, votam o território ao abandono, com a população a refugiar-se nas montanhas galegas e asturianas. Com a conquista de Salamanca, por Afonso VI, inicia-se o processo de repovoamento da cidade, chefiada pelo monge beneditino Jerónimo Perigueux, como das áreas entre o Douro e a Cordilheira Central. Contudo, é em 1102, com Raimundo de Borgonha e sua mulher, D. Urraca (VICENTE, 2010) que o repovoamento ganha incremento com a vinda de diversos povos, como: os Serranos, os Castelhanos, os Toreses, os Francos, os Bragançanos, os Portugueses e os Moçárabes, instalando-os em diversas partes da cidade. Nesta época também se dá início à construção da catedral, tendo como bispo o referido monge nomeado por Afonso VI, sendo no entanto com o seu sucessor, Berengario o Berenger, que a construção se intensifica, até ao seu término em 1220 (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002).

Com um sentimento de paz generalizado pelo território, a cidade de Salamanca cresce nos arrabaldes da antiga muralha romana, fruto do repovoamento afonsino, com a constituição das nove paróquias, espalhadas pelas diversas igrejas extra-muros, constituindo-se como elemento expansivo da malha urbana. Como tal, os responsáveis da cidade, em 1147, encetam a construção de um novo pano amuralhado, um segundo, dispondo assim de uma área

superior em dez vezes o tamanho da original (a romana), com cerca de cem hectares. Este novo perímetro defensivo desenvolve-se pelo que hoje ainda se reconhece na toponímia da cidade, pelos Paseos del Rector Esperabé y Canalejas, Avenida Mirat, Paseo de las Carmelitas, de San Vicente, Paseo del Densengañó e San Gregório, com as suas treze portas, a porta de San Juan de Alcazar, a do Rio, a de San Pablo, a que se juntam as de Santo Tomás, Sancti Spiritus, Toro, Zamora, Villamayor, San Clemente, San Vicente, San Lorenzo, Nueva e Los Milagros, mas que na figura apenas se identificam dez portas. (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002)



Mapa 32 – o repovoamento de Salamanca no séc. XII.

A centralidade da cidade estava localizada onde se edificava a catedral, conhecida como a zona do Azoque Viejo, mas que com a nova configuração da muralha a centralidade desloca-se para junto da Igreja Martin, local relativamente equidistante às novas portas do novo perímetro amuralhado (VICENTE, 2010), local para onde passou a convergir todo o tipo de acontecimentos relevantes para a vida quotidiana da edilidade, como as conhecidas feiras de Setembro e os mercados das quintas-feiras. No antigo perímetro amuralhado ficavam localizados as habitações das pessoas proeminentes da cidade, bem como as diversas dependências governamentais do poder civil e eclesiástico.

Para lá deste recinto e dentro do novo pano amuralhado ficavam as restantes habitações e as oficinas dos artesãos, dispostos pelas ruas conforme o seu ofício. Nos arrabaldes da nova muralha, particularmente junto do Rio Tormes, localizavam-se os trabalhos com os curtumes, os currais, as azenhas e as hortas. É com todo este desenvolvimento e nesta nova forma de vida que se evidenciam as novas correntes artísticas, nomeadamente o românico, de expressão acentuada no aspecto religioso e cultural. As igrejas paroquiais são um exemplo do dinamismo, à época, dos habitantes de Salamanca com as diversas edificações religiosas em campo aberto, permitindo o desenvolvimento do tecido urbano dentro das muralhas como nas suas zonas limítrofes, processo que se inicia no séc. XI e que se intensifica séc. XII.

O processo de repovoamento de Salamanca progride ao longo de diversas décadas, inícios do séc. XIII, impulsionado pelos diversos regentes, como Afonso IX, delegando às ordens militares e ao clero a sua realização. Facto a referir e de extrema relevância para a cidade de Salamanca é a fundação da Universidade, em 1218, com constituição dos Estudos Gerais, primeira de Espanha e a quarta mais antiga no velho continente.

A sua actividade está desde o início associada ao desenvolvimento social, económico, bem como urbano (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002), nomeadamente na edificação das diversas albergarias e hospitais, a introdução de novas ordens religiosas com a construção dos seus mosteiros. Durante a regência de Afonso X, em 1256, são estabelecidos benefícios fiscais à população de Salamanca, como na concepção de privilégios aos estudantes e professores. Contudo, o território de Castela e Leão era assolada pelas epidemias, tendo na peste negra o seu efeito mais devastador, contribuindo para um estado de fome generalizado e de guerra constante entre facções rivais, contribuindo assim para um retrocesso demográfico, o que acontecia um pouco por toda a Europa.

O impulso criador do séc. XV (mapa 33): esta época na província de Castela e Leão era vivida de forma um tanto ao quanto conturbada, vinda ainda dos finais do séc. XIV, com a lutas entre facções de nobres, o controlo do poder régio, em suma, um estado permanente de guerra civil. Apesar da cidade de Salamanca se manter à margem destas pelepas, gozava de algum prestígio junto do rei soberano, o qual, e por agrado atribuíu em 1467 o título de feira franca, em Setembro, ao povo de Salamanca (VICENTE, 2010). Em 1475, já com o Rei Fernando (o católico), é prestado apoio através da cavalaria salmantina na Batalha do Touro, consolidando assim o poder dos Reis Católicos.



Mapa 33 – o impulso criador do séc. XV.

A que estes retribuem com as inúmeras visitas a Salamanca, atribuindo franquias e privilégios aos nobres, bem como na honra e prestígio atribuído à cidade. Nesta conjuntura de desenvolvimento social, económico e político está subjacente o crescimento da cidade, coincidindo com aparecimento de novas classes sociais, afectas ao processo comercial como ao desenvolvimento dos serviços, permitindo o aparecimento de grandes fortunas. Como tal, de entre a aristocracia e do povo comum, surge esta nova classe, de comerciantes e negociantes, que por interesse se aliam e tomam em mãos o poder político e económico da cidade. É neste período da história de Salamanca, séc. XV, que surge uma boa parte da arquitectura civil (fotografia 31), identificada maioritariamente nas casas forte dos habitantes mais proeminentes da cidade.



Fotografia 31 – Casa das Conchas, Salamanca

Nos finais do séc. XV contam-se cerca de vinte mil habitantes dentro do perímetro amuralhado, e de trezentos nas zonas dos arrabaldes e margem esquerda do Rio Tormes. O predomínio expansionista da malha urbana da cidade identifica-se no eixo sul/norte. Por esta época eram já conhecidos os predicados do ensino na universidade de Salamanca, coadjuvados pela anuência dos reis Católicos, e em que contribuem para edificação das diversas escolas (Escuela Mayor e Menor), dando também início à construção da nova catedral.

O impulso demográfico e universitário de Salamanca (séc. XVI): Salamanca, cidade universitária em plena expansão, nesta fase do advento de novas formas e de conceitos renascentistas, constitui-se como elemento de desenvolvimento económico como intelectual, assinalado pelos seus 5.133 alunos que frequentavam as dezasseis escolas maiores e menores, no ano de 1546. No entanto, a sua situação política era bem diferente, com a guerra das comunidades e religiosa com o surgir e expansão dos “*alumbrados*” (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002 p. 105), culminando com a execução de alguns elementos da população por degolação. A prosperidade da cidade, identificada pelo elevado número de novas construções, particularmente nos grandes monumentos, traduziu-se no aumento da população, principalmente causado pelo processo de migração dos campos para a cidade na procura de melhores condições de vida e da sua condição económica, nomeadamente com a procura dos ofícios de artesanato, do comércio, da indústria e das finanças.



Fotografia 32 – pormenor da fachada principal da Catedral Nova

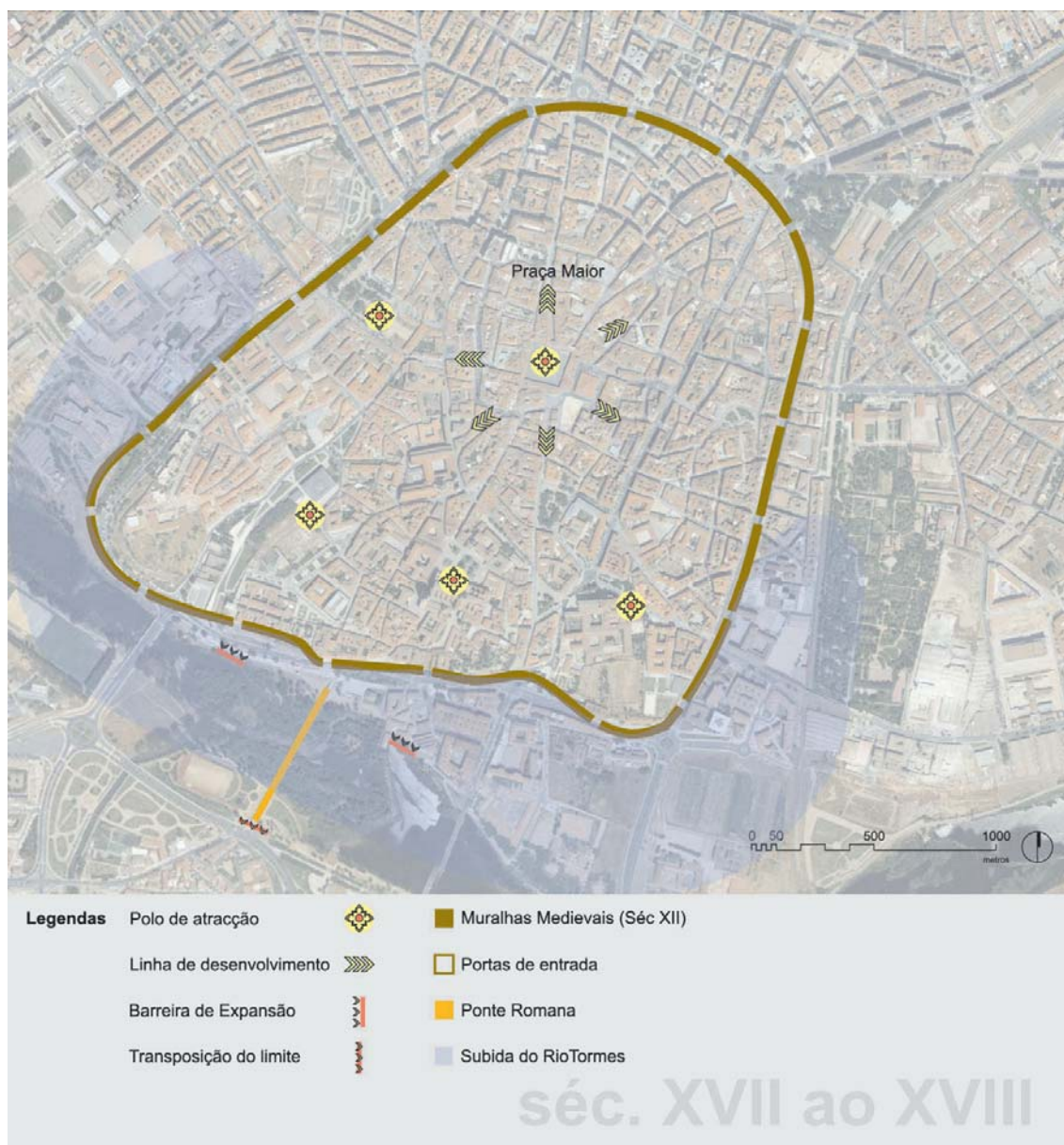
Outro dos pólos atractivos da cidade era o da sua hegemonia intelectual, já considerada como a principal do reino, em que pelo ensino das várias matérias, era motivo de procura por parte dos alunos de toda a Espanha, mantendo o seu estatuto de influência junto do poder. Neste decurso de franca expansão económica, é subjacente o crescimento de edificações, principalmente de arquitectura civil, reconhecido nos diversos palácios e casas senhoriais construídos à época, de grande imponência e considerados excelentes

exemplares da arquitectura deste período na realidade espanhola (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002). Contudo, as grandes obras que marcam esta etapa da cidade, observam-se na construção da sua Catedral Nova (fotografia 32), com 270 anos de trabalhos; e no convento de San Esteban. A particularidade a assinalar nesta evolução da malha urbana está identificada numa contradição metodológica, em que numa estrutura urbana de cariz medieval, de crescimento orgânico se implantam os diversos elementos arquitectónicos desprendidos da sua envolvente, marcando assim o local com a sua monumentalidade.

O período de transição (mapa 34): o séc. XVII é entendido pelos autores CASANOVA Y TODOLÍ (2002) como um período de transição entre séculos, mas com a particularidade de se evidenciar como prelúdio da decadência do séc. XVIII. Marca a perda da hegemonia castelhana na Europa, em detrimento da corte francesa. O território, com esta evidência, sofre as consequências da regência absolutista, perdendo as suas características constitucionais. Facto preponderante neste período reside na decisão de Filipe III com a expulsão de quinhentas famílias mouriscas (1609), a que se seguiu a saída de quatrocentas famílias portuguesas, sendo no número total de três mil e quinhentas pessoas num total de vinte mil pessoas que habitam a cidade. Outro facto enunciado é a tragédia que ocorre com a inundação da parte sul da cidade (1629), provocando cento e cinquenta vítimas e a destrui o de grande parte urbana desta zona da cidade. Com este acontecimento, a cidade interv m na muralha com a abertura de 31 portas e inventaria todo o conteúdo da cidade.

Durante este período, a região sofre os efeitos de despovoamento, com uma crise social e de perda económica, com o declínio das indústrias e do comércio. Os centros urbanos sofrem agora o processo inverso, o de ruraliza o, de migra o da popula o urbana para o campo, como da imigra o para os territórios da monarquia hisp nica, causados em parte pelo forte pressão fiscal do poder régio para fazer face ao estado generalizado de crise. Neste contexto, a referir as condi oes políticas do território, que coincidem com a Restaur o Portuguesa da Independência, a subleva o da Catalunha e a guerra da sucessão. No âmbito acad mico, a perda da camada estudantil   também evidente, com a fuga de estudantes para Valladolid, onde se encontrava a corte. Apesar do declínio evidenciado em todas as actividades da cidade, Salamanca inicia a constru o do edifício da Clerec a, o Convento das Madres Augustinas Recoletas e a Igreja de Pur ssima, assumindo-se a Catedral Nova como expoente máximo da imagem de Salamanca.

O início da dinastia dos Borbones (séc. XVIII): com a morte de Carlos II, sem sucessores, a casa real passa para o Duque de Anjou, Filipe de Bórbón, designado por Filipe V, em que assume o poder régio com dezassete anos de idade. No entanto, assistia-se à guerra da sucessão, conflito entre as diversas casas reais. Salamanca toma o partido de Filipe V, sofrendo para tal com as incursões dos aliados da facção contrária, com pilhagens e perda de bens materiais (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002). No entanto, com o apoio demonstrado ao monarca e aquando da sua passagem pelo território, Salamanca tem a autorização régia, em 1710, na construção da sua grande praça, elemento central da cidade.



Mapa 34 – do séc. XVII ao séc. XVIII

A Praça Maior inicia-se nesse mesmo ano, 1710, de estilo barroco e localizado na antiga praça de San Martín del Mercado. O Pavilhão Real na parte oriental conclui-se em 1733, a parte norte edifica-se o Ayuntamiento, desde 1728 a 1755, assumindo-se como elemento central da cidade, onde se celebram os grandes eventos e se desenvolve grande actividade comercial.

Como acontece no resto da região, nos finais do séc. XVIII, o território começa o processo de recuperação económica, principalmente assente na actividade agrária, reactivando a indústria e o comércio adaptando-se à estrutura económica existente. Em termos demográficos a realidade era de declínio acentuado, em que se contavam cerca de quinze mil habitantes na cidade (1769) de Salamanca, com perda acentuada de população estudantil para outras regiões de Espanha; a retirada dos nobres para o campo, deixando as suas casas urbanas; acentuando a perda de utilização dos diversos equipamentos, como hospitais, escolas e mesmo a habitação. Todavia, salienta-se a capacidade edificatória da cidade, assente em parte à retoma económica no segundo quartel do séc. XVIII. Com a já referida Praça Maior, como nas pousadas dos colégios de San Bartolomé y Arzobispo Fonseca, as Calatrava Y Espósitos de San José e as igrejas de San Sebastián e dos Capuchinos.

A invasão francesa, a independência e a 1ª república (mapa 35): o início do séc. XIX, no território de Salamanca, é assinalado por diversas crises de subsistência, pelo facto da província manter a sua estrutura económica eminentemente agrária, com a praga das lagostas (1798), as secas (1803 e 1805), bem como pela praga do “*tabardilho pintado*”⁷⁸ (citado em CASANOVA Y TODOLÍ 2002) (1804). A acumular com as agruras da natureza, surgem os desejos expansionistas de Napoleão Bonaparte, com a invasão do território espanhol e a resistência ao contingente francês por levantamento popular, em 1808, em território de Castela e Leão. Contudo, é destronada a dinastia dos Borbones e história da península ibérica é marcada indelevelmente por este período da história, em que Salamanca é particularmente afectada pela vasta destruição consumada pelos franceses na ocupação da cidade, entre 1809 e 1813.

Salamanca começa por ser o centro de operações militares do exército francês, com cerca de vinte mil homens (VICENTE, 2010), iniciando assim um processo de destruição planeado com objectivos defensivos às investidas do contingente luso-britânico no flanco sudoeste, arrasando com ruas inteiras da zonas dos Los Milagros, de San Vicente, assim como as igrejas, colégios e palácios entre a zona da Universidade e Los Milagros. Referência feita à sensibilidade do então governador militar francês, general Thiébault, com a permissão para a

⁷⁸ Maleita similar ao tifo, com febres altas e continuas, alterações nervosas e sanguíneas, erupção cutânea que cobre o corpo (INFOPEDIA, 2003).

186

Em termos políticos, a regência de Espanha estabelece-se por uma monarquia absolutista com Fernando VII, em 1814. No entanto, por esta época disseminava a revolução liberal numa boa parte dos países europeus, a que Espanha não era alheia, como se verifica no período de 1820 a 1823, com o Triénio Liberal. Com a morte de Fernando VII, em 1833, entra-se num período de guerra civil até 1840, sendo Isabel II regente da monarquia até à sua queda em 1968, período em que é instaurada a 1ª república, por Amadeo I de Saboya, proclamando Salamanca como cantão⁷⁹ da República. A universidade, ao longo dos dois últimos séculos, sofre um decréscimo acentuado, com os seus 300 alunos e reduzida somente a três cursos: Teologia; Direito; Filosofia e Letras, chegando a temer-se a sua extinção pela Lei do Instrução Pública de 1857.

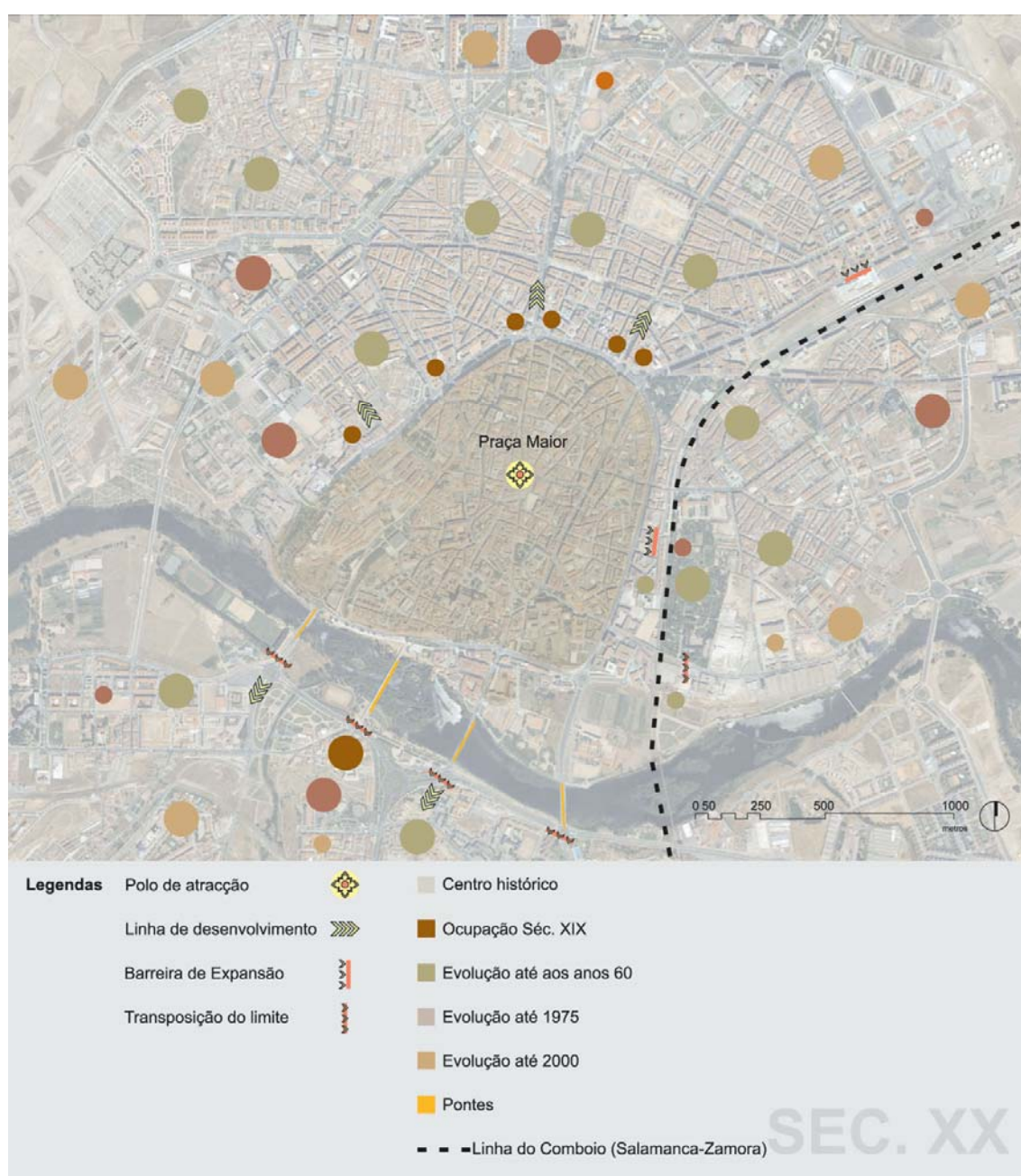
No entanto com as subvenções concedidas pelo governo provincial e local, a universidade consegue-se manter, atingindo no ano de 1876 o número de oitocentos e setenta e quatro alunos. Desde meados do século XIX, a cidade de Salamanca inicia um processo de transformação nos mais variados sectores, nomeadamente com a nova forma de organização territorial, assumindo-se como capital da província desde 1933. O despontar de uma nova classe dominante na sociedade salmantina, a burguesia, altera de forma significativa a estrutura social, com a sua mentalidade e forma de vida, permitindo a prosperidade e desenvolvimento da cidade numa escala de valores económico-sociais, muito próprio do pensamento liberal à época, acompanhada com um crescimento demográfico acentuáveis, de cerca de dezasseis mil habitantes em 1860 para vinte e quatro mil em 1897 (VICENTE, 2010).

No aspecto da estrutura urbana da cidade de Salamanca, evidenciam-se alterações de forma: pelas já referidas circunstâncias das invasões francesas; a lei de Desamortizaçon⁸⁰, de 1837, com a conversão de algumas hortas e pomares dos conventos em praças, exemplos da Praça de Colon e a Praça de Los Bandos; nos finais do século XIX surge outro facto relevante, a destruição de uma grande parte do pano amuralhado medieval, entre 1868 e 1869, impelidas pelo dinamismo expansivo para o exterior dos velhos limites; a chegada dos caminhos-de-ferro são também um elemento ordenador e condicionador, limitando o crescimento a norte, pela linha de Salamanca-Portugal e a este com a linha Salamanca-Zamora, transformação esta que se encontra já fora dos velhos limites amuralhados (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002) (VICENTE, 2010).

⁷⁹ Divisão territorial (INFOPEDIA, 2003).

⁸⁰ Processo de expropriação por leilão público das terras e bens não utilizados, sendo a igreja católica e as ordens religiosas as mais afectadas por este processo.

A cidade moderna (séc. XX) (mapa 36), o primeiro terço do séc. XX esteve sob o governo régio de Afonso XIII, até à instauração da 2ª república, em 1931, a que se seguiu a guerra civil espanhola com a vitória do regime fascista liderado por Francisco Franco, em 1939. Salamanca foi a 1ª capital da Espanha franquista, em conjunto com Burgos, este regime governou até à sua queda em 1976, passando a uma monarquia parlamentar (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002).



Mapa 36 – o séc. XX em Salamanca.

Este novo período, o século XX, a cidade de Salamanca demonstrou uma forte vitalidade e dinamismo, em que se evidenciou no crescimento nunca antes observado, reconhecido na melhoria de condições de higiene, saúde e alimentação, diminuindo assim a taxa de mortalidade. Entre o início do século e sua metade, a população cresce em grande número, de cerca de vinte e cinco mil para setenta e cinco mil, um valor assinalável em termos demográficos. São este tipo de fenómenos que permitem explicar as alterações e transformação em termos urbanos da cidade. Como tal o conhecimento da situação demográfica e a sua evolução, a da população urbana, possibilita a compreensão dos principais aspectos urbanos.

GRUPOS	1900	1950	1975	1998
CAPITAL	25.690	74.223	131.374	158.457 ¹
PROVINCIA	320.765	415.127	356.540	353.020
% CAP / PROV ^a	8'0	17'9	36'8	44'9
PROV ^a . SIN CAP.	295.075	340.904	215.175	194.563
UNIVERSITARIOS	820	3.672	10.353 ²	34.622 ³
% POBL. URB ^a	3'2	4'9	7'9	21'8

FUENTES: I.N.E. “Censos de población española”. “Tipología normal. Universidad de Salamanca”.

¹ Los datos se refieren a la población de derecho, esto es, la empadronada en Salamanca.

² En esta fecha ya están incluidos los alumnos de las Escuelas Universitarias.

³ Datos referidos a alumnos de ambas universidades matriculados en los centros de Salamanca.

Tabela 13 – a população salmantina, INE

Conforme se evidencia no quadro anterior (tabela 13), no período referido, o aumento da população e dos universitários na cidade, explica em boa e grande parte a expansão urbana, bem como das características do urbanismo salmantino. Outra das peculiaridades reside no facto de se evidenciar o decréscimo na população da província em detrimento da população do capital, a partir dos anos cinquenta, o que indica um processo de migração do campo para a cidade. A diferença de ritmo no crescimento da população e dos universitários, no terceiro quartel, o que demonstra o incremento expansivo na estrutura urbana em termos de oferta de habitação, instalações universitárias e serviços para o especial incremento das camadas estudantis.

O desenvolvimento demográfico teve uma relação directa com o desenvolvimento socioeconómico da província salmantina, evidenciado no tecido urbano edificado, que no início do séc. XX tem um crescimento lento, mas que a partir dos anos cinquenta incrementa de forma significativa no território limítrofe do antigo pano amuralhado, bem como na estrutura urbana da zona do seu centro histórico. Esta expansão urbana verificou-se em direcções muito particulares, um pouco à semelhança do que ocorria até então, uma preferência pelo lado norte, de campos e caminhos já pré-estabelecidos, em plataforma altimétrica constante e de caminho a outras cidades da província. Outro facto reside na fronteira natural do Rio Tormes, nas suas hortas e ribeiras, como no terreno acidentado. Esta expansão ocorreu até à década de 40 do séc. XX de forma espontânea, até ao Plano Geral de Ordenamento Urbano, estabelecendo as normas para um planeamento ordenamento urbanístico.

Segundo o autor, ZARZA (2001), a expansão urbana salmantina ocorreu de forma diferente em termos espaciais e temporais ao longo deste período, e que lhe adjectiva de muito importante e de teor bastante complexo. Foram muitas as mudanças ocorridas, tanto na ampliação do tecido urbano, como na reabilitação do seu caso histórico, adaptando-os assim às novas exigências da população. Mais refere que o estudo deste período, pela sua importância e complexidade já referida, se oriente pela segmentação em várias etapas, facilitando assim a análise e compreensão dos vários aspectos do urbanismo da cidade de Salamanca.

Uma primeira etapa, de 1989 a 1913, com a recuperação urbana motivada pelo crescimento do ensino universitário, a transformação de Salamanca como capital provincial e a sua centralidade estratégica determinada pelo centro ferroviário.

Uma segunda etapa, de 1914 a 1943, com a expansão urbana para zonas fora dos antigos limites amuralhados e as transformações no seu centro histórico.

Uma terceira etapa, de 1944 a 1984, com o primeiro Plano Geral de Urbanismo, motivado pela expansão demográfica e na sua consequente ampliação urbana como alterações morfológicas e espaciais dos bairros periféricos da cidade.

Uma quarta parte, de 1985 a 2000, período associado ao processo de reabilitação urbana do seu centro histórico, da continuidade da expansão urbana na periferia, bem como na execução de procedimentos para o ordenamento e consolidação do tecido urbano já existente, e na formação de Área Metropolitana de Salamanca.



Fotografia 33 – a curiosidade no património salmantino

Salamanca, cidade de tamanho médio, de localização estratégica nos grandes eixos de comunicação, de uma grande tradição universitária, de um longo percurso histórico e identitário das suas gentes, aposta forte na especialização como centro cultural, detendo uma qualidade de vida e ambiental assinalável. (CASANOVA Y TODOLÍ, 2002)

4.3.3.2. A organização, realização e os impactos do evento

Fotografia 34 – logótipo de Salamanca Porto 2002, CEC

Salamanca é a terceira CEC de Espanha das cidades já nomeadas, depois de Madrid, em 1992 e de Santiago de Compostela, em 2000. É-lhe reconhecido um perfil particular e único, nomeadamente na sua história como na educação universitária, em que nos remonta aos tempos da Idade Média, atribuindo-lhe o título da universidade mais antiga de Espanha, das mais importantes e a que mais alunos estrangeiros possuem, cerca de 40.000 alunos no total, correspondendo a um quinto da sua população; outra das particularidades do seu ensino reside no sucesso da sua escola de verão no ensino do espanhol aos estrangeiros. Desde os anos oitenta que a cidade se tem vindo a evidenciar como local de congressos e feiras, assumindo mesmo a realização dos encontros dos líderes europeus, demonstrando o desejo na realização de grandes eventos internacionais.

Detentora de um papel preponderante na literatura, na história e na arquitectura espanhola, assume-se desde os últimos anos como um destino turístico preferencial, a nível nacional como internacional. O seu centro histórico é, desde 1989, reconhecido pela Unesco como património mundial. Cidade voltada para sua tradição histórica, no seu ensino universitário e na sua mais recente vertente cultural, tendo contudo uma componente de pequena indústria, exactamente por indicação e consciência política.

Dados demográficos

Cidade	156.006
Região (Castilla y Leon)	2.480.369
Nacional	41.837.894

Tabela 14 - População em 2000

Objectivos e prioridades: a principal motivação da realização do evento CEC residiu na consolidação e continua promoção da cidade na sua imagem tradicional, no desenvolvimento do turismo cultural ao nível da província, como no empenho da cidade em divulgar as artes e a cultura, facto demonstrado no objectivo principal do seu programa cultural, o de associar a arte contemporânea à imagem tradicional da cidade.

Como tal, os objectivos na realização do evento passaram por uma série de prioridades, entre elas, o de aumentar o perfil internacional da cidade, a criação de uma ambiente festivo na cidade, a criação e melhoria de equipamentos culturais, a criação de um programa de actividades culturais e um de captação de turistas ao nível nacional e internacional. Esperavam-se resultados ao nível do desenvolvimento cultural a longo prazo, o aumento e a expansão da audiência local nos eventos culturais, o desenvolvimento económico, a captação de turismo nacional e o reforço do orgulho como da auto-confiança. No segmento da cultura propriamente dita, o desenvolvimento de talentos e percursos profissionais dos artistas locais, a promoção da inovação e da criatividade, o relacionamento e troca de acções culturais com outras cidades europeias como no estímulo do debate artístico. Relativamente ao processo de consulta dos objectivos a atingir, foram consultadas as organizações da cultura e as artísticas, como o sector turístico de Salamanca. (PALMER, 2004).

A organização e gestão

A estrutura de administração: quanto à gestão do evento, a solução encontrada foi a de uma estrutura independente, sob a forma de um consórcio autónomo, criado especificamente para a realização da CEC e que seria responsável pela organização do programa cultural e a gestão dos novos equipamentos da cultura. A composição do conselho executivo era constituída por uma estrutura pública/privada. Este consórcio formado em Setembro de 1999, foi substituído por uma fundação após a realização do evento, em 2003, fazendo agora parte do governo municipal. O consórcio era constituído por trinta e um membros, sendo oito das autoridades municipais, oito das autoridades provinciais, cinco das autoridades nacionais, três das instituições culturais, três do sector privado e quatro de outros, sendo no caso das universidades.

O seu conselho executivo era formado por dez membros, tendo como responsabilidade a gestão CEC durante o ano da celebração. Presidido pelo dirigente do município, incluía responsáveis da equipa operacional da CEC, representantes dos dois principais partidos espanhóis, um representante do governo, da região, da província, da universidade e do maior patrocinador da CEC, o banco Caja Duero. As funções do conselho consistiam no desenvolvimento de políticas e estratégias, as decisões finais nos projectos e actividades culturais, as deliberações e o controlo sobre a gestão financeira, bem na administração dos novos equipamentos culturais.

A estrutura operacional: as responsabilidades desta estrutura constavam no impulso inicial e posterior desenvolvimento dos projectos; a coordenação do programa cultural; a promoção, comunicação e marketing; angariação de fundos e parcerias; o desenvolvimento das infra-estruturas; orçamento e finanças e o desenvolvimento do turismo. Esta estrutura

constituía-se por um director geral e num director artístico, tendo por dependentes cerca de cinquenta pessoas dos mais variados sectores da cultura (com evidências no teatro, musica, artes visuais e opera), com a ajuda de duzentos voluntários. O evento CEC contou com o apoio das diferentes autoridades públicas, nomeadamente no Município de Salamanca, seu município, na região de Castilla e Leon e no Governo espanhol (PALMER, 2004).

O programa cultural, o programa cultural de CEC, com o tema “*a cidade do pensamento, dos encontros e do conhecimento*” (Salamanca 2002 Consortium, 2011), tinha como orientação a associação das artes contemporâneas às tradicionais da cidade. As selecções dos projectos baseavam-se numa série de critérios, tais como: a qualidade e o custo do projecto; a experiência organizadora; a relevância do projecto perante os objectivos e temas delineados; o seu potencial educacional e ou formador; o seu impacto a longo prazo, como a sua sustentabilidade; a localização do projecto e a sua importância perante a realidade europeia. A consulta no desenvolvimento dos projectos recaiu sobre as organizações culturais e os artistas, as organizações sociais e comunitárias da cidade, bem como dos seus residentes. A forma encontrada para o efeito incidiu nas reuniões públicas na Praça Maior e nas campanhas publicitárias, versando a televisão e a rádio, nomeadamente com pedidos de opinião.

Conforme referia o Consórcio (Salamanca 2002 Consortium, 2011), na sua apresentação de Dezembro de 2000, as linhas orientadoras do programa cultural permitiram uma abrangência significativa do panorama cultural salmantino, designadamente no teatro, na dança, na ópera, nas artes visuais, audiovisual, literatura, arquitectura, design, moda, e música, na sua componente clássica/tradicional e contemporânea/moderna, no artesanato, história e tradição, multimédia, festivais e desfiles. Mais mencionava na estreita relação com os programas culturais já existentes da cidade e na sua colaboração, designadamente no programa Salamanca Cultural 2002, a ser incluído no programa da CEC, bem como do programa regular da Sociedade de Concertos de Salamanca e na colaboração do Ministério da Cultura Espanhol, com as companhias nacionais de teatro clássico, dança, opera e drama. Outras das referências mencionadas, a colaboração de maiores companhias públicas das Regiões Autónomas Espanholas.

Início do programa cultural a 19.01.2002

Fim do evento a 29.12.2002

Tempo de preparação do programa cultural - 2 anos

(PALMER, 2004)

A localização preferencial para a celebração do evento circunscreveu-se aos limites da cidade, a toda a região em torno da cidade, bem como em produções noutras regiões e mesmo

países, mantendo as realizações dispersas num período temporal constante durante o ano da CEC. Relativamente aos programas realizados com um público-alvo específico, a proeminência foi dada aos adolescentes, aos idosos, às escolas, a deficientes e aos projectos internacionais.

Os projectos culturais em números

	Número	Público
Total de eventos	1.100	1.927.444
Exposições	46	900.000
Espectáculos (circense, dança, teatro)	167	-
Concertos	170	-
Publicações	60	-
Seminários e conferências	53	-

Tabela 15 – número de projectos realizados e a participação do público

Financiamento e investimentos

	2000	2001	2002	Totais
Receitas operacionais				
1. Público				
Todas instituições públicas	2.740.627	4.303.253	15.474.802	22.518.682
2. Privados				
Patrocínios	0	0	14.849.839	14.849.839
3. Outros				
Vendas (Bilhetes) e Merchandising	60.450	183.951	1.541.285	1.785.686
Total de receitas operacionais	2.801.077	4.487.204	31.865.926	39.154.207
Despesas operacionais				
Salários e vencimentos	251.644	884.441	1.546.038	2.682.123
Equipamentos	412.294	444.042	4.021.324	4.877.660
Promoção e marketing	210.354	683.883	2.779.093	3.673.330
Despesas de programa	1.364.297	1.873.969	19.892.503	23.130.769
Outros	562.488	600.869	3.626.968	4.790.325
Total de despesas operacionais	2.801.077	4.487.204	31.865.926	39.154.207
Total do orçamento operacional				39.154.207
Infra-estruturas da CEC				46.500.000

Tabela 16 – totais dos valores na realização da CEC

Relativamente aos números apresentados (tabela16), constam os valores da operacionalidade do evento, com referência ao período de preparação, bem como do ano da celebração, denota-se o equilíbrio de contas, justificado não só nos relatórios Palmer (2004) como no estudo do impacto económico de eventos culturais, realizado por Herrero [et al.] (2006).

Comunicação e promoção do evento: a promoção do evento CEC foi o principal foco da estratégia da comunicação, tendo como prioridade os formadores de opinião, políticos, responsáveis culturais e os deficientes, logo seguidos das crianças, adolescentes, idosos e as minorias étnicas. No processo de comunicação foram as tecnologias de informação que prevaleceram, seguidos da imprensa escrita, audiovisuais, eventos de promoção e por último o merchandising. Dando primazia geográfica aos locais, regionais, nacionais, europeus e por fim internacionais. Cerca de quinze mil recortes de imprensa, dos quais sessenta por cento foram locais. No que respeita aos valores indicados no processo de comunicação e promoção, a referir os valores da tabela anterior, em se denota um crescimento acentuado na aproximação do evento, estimado em cerca de dois milhões e oitocentos mil euros no ano da CEC.

Impacto no turismo: o aumento de estadias e dormidas por parte dos turistas, como o incremento da imagem da cidade como destino turístico cultural junto destes, foram os principais objectivos no que se refere ao tema de turismo. Conforme refere o relatório PALMER (2004), cada turista despendeu em média 80,47 € diários em estadia, viagens pela cidade, alimentação, compras e as despesas na frequência dos eventos culturais. A organização manifestou desde o início a promoção do evento junto de outros mercados, nomeadamente regionais, europeus e internacionais, desenvolvendo mesmo programas específicos para as cidades de Madrid, Barcelona, e em países como Portugal e Brasil. Os programas de promoção e comunicação desenvolveram-se em grande parte com a colaboração dos postos de turismo locais e regionais, nos operadores turísticos, nas companhias aéreas e nas feiras culturais tomando como exemplo a ARCO em Madrid. Os suportes utilizados diversificaram entre a imprensa escrita nacional e internacional, na informação disponibilizada nos postos de turismo, em feiras de turismo e na internet, nomeadamente em sítios de turismo cultural.

Número de visitantes			
	2001	2002	2003
Total de visitantes	---	3.000.000	---
Total de dormidas/estadias	677.000	823.700	---
Total de dormidas (turistas estrangeiros)	177.200	212.000	---
Pedidos de informação (Turismo)	347.013	721.493	579.645

Tabela 17 – número de visitantes/permanência e pedidos de informação

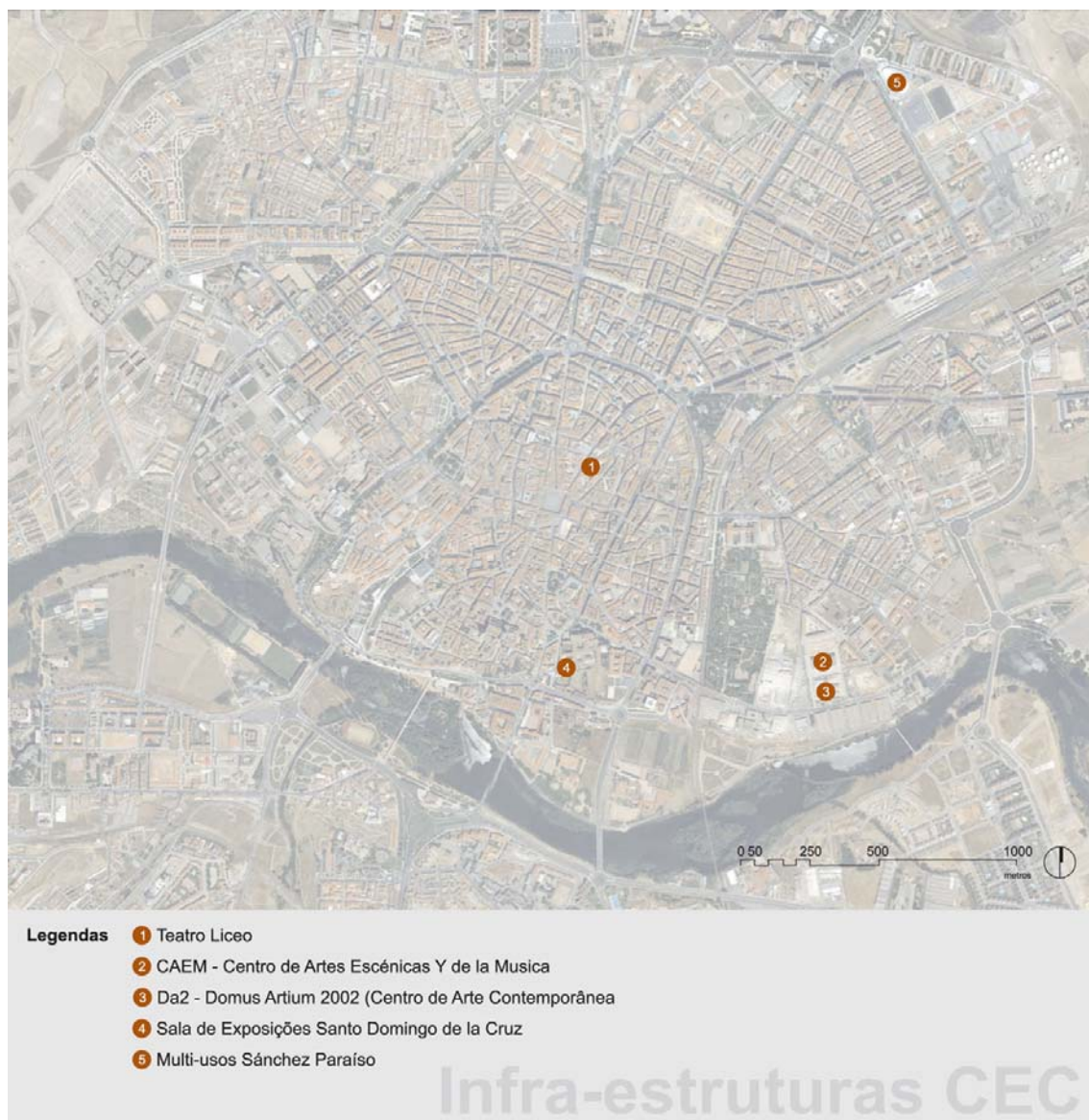
Impacto económico: a preparação na realização do evento indicaram uma série de estratégias, com o intuito de gerar impactos económicos, nomeadamente com a captação de investimento estrangeiro; a localização de sedes de empresa; o desenvolvimento do turismo; a expansão do mercado cultural, com a criação do seu quarteirão, desenvolvendo o ambiente cultural em geral, referindo a importância no incremento da qualidade da imagem externa da cidade. Contudo o que mais se salienta como impacto económico é o desenvolvimento das infraestruturas culturais e do seu turismo. A indicação no relatório do Impacto Económico de Eventos Culturais, Caso de Estudo de Salamanca 2002 (HERRERO, Luis César [et al.], 2006), é referido o valor total de cento e vinte milhões de euros em despesas de instalações e equipamentos com relação directa à cidade, no entanto os valores apresentados para os efeitos directos e indirectos ascendem a duzentos e setenta e nove milhões de euros com o evento CEC na cidade, e quando calculados os valores num âmbito regional, provincial e nacional, totalizam em cerca de quatrocentos e trinta milhões de euros, demonstrando assim o significado económico na realização de um evento com estas características.



Fotografia 35 – celebração da CEC na Praça Maior de Salamanca.

Impacto social: apesar dos aspectos sociais não terem sido tidos em conta em termos de objectivos, foram elaborados programas com enquadramento social em termos de coesão, na educação da cultura e dos seus valores, como de programas de formação e emprego para grupos excluídos. Alguns exemplos são referidos no relatório consultado (PALMER, 2004), como dos programas para jovens audiências: com ciclos de cinema, visitas especiais à cidade, teatro, música e leituras; programa de ensino para audiências de idosos, como a “*Universidad da Experiência*” (PALMER, 2004 p. 255) para pessoas da terceira idade; esquemas de formação de competências para os voluntários; para os deficientes, com o programa “*Todos somos 2002*” (PALMER, 2004 p. 255) do governo regional.

4.3.3.3. As capacidades criadas, o desenho urbano e o uso dado



Mapa 37 – conjunto de intervenções no âmbito da CEC [2002]

A riqueza artística de Salamanca, de território do conhecimento com um património histórico de elevado valor e a sua identidade como cidade de cultura, fazem-na merecer o título da CEC conforme refere SASTRE (2001), alcaide de Salamanca, reconhecendo na realização deste acontecimento cultural um antes e um depois, de marca indelével deixada na cidade.

Na consulta aos relatórios PALMER (2004), no âmbito de estudo sobre a realização CEC, identificou-se as infra-estruturas (mapa 37) para a realização do evento e variavam entre a construção de novos equipamentos, na remodelação ou reabilitação de edifícios culturais e

nas intervenções no espaço público, nomeadamente ao nível de iluminação e sinalização. Destaca-se a reabilitação do Teatro Liceo, uma sala de teatro do séc. XIX, edificado sobre as ruínas do convento de San António del Real do séc. XVIII, sobre os seus claustros e na sacristia da sua igreja. A construção do CAEM, equipamento destinado à realização de todo o tipo de espectáculos de arte cénica, principalmente de grandes formatos, com a característica particular de possuir duplo palco. O novo Multiusos Sanchez Paraíso, equipamento para a organização de grandes espectáculos em recinto fechado, com a capacidade máxima de seis mil pessoas. O Centro de Arte DA2 (fotografia 36), com a utilização da antiga prisão provincial, construída em 1930, dispondo de diversas salas expositivas, centro documental, biblioteca, entre outros serviços e com parque gratuito. A Sala de Exposições de Santo Domingo, antigo colégio do séc. XVI, serve como espaço expositivo, principalmente de fotografia. O Auditório San Blas, antiga igreja românica do séc. XIII, entretanto dessacralizada, serve como recinto para concertos. O Museu Histórico de Automocion de Salamanca, com um acervo de dezenas de automóveis. E a composição de uma zona cultural, onde se encontram dois dos principais equipamentos culturais de Salamanca (PALMER, 2004).



Fotografia 36 – o museu DA2, Salamanca .

As últimas décadas foram para Salamanca de grande transformação urbanística, com as diversas ampliações, remodelações no centro histórico com projecção da sua influência urbana para os municípios mais próximos, dando forma a uma nova estrutura urbana de grandes dimensões, a Área Metropolitana de Salamanca. O crescimento dos diversos núcleos na periferia e a deslocação de algumas funções, influenciaram o crescimento demográfico na cidade estancando-o, permitindo o seu uso, o da cidade, para o trabalho devido às boas condições de mobilidade, sem esquecer a referência ao desenvolvimento das comunicações.

Todos os factos apontados são, em parte, consequência de um conjunto de planos, que surgidos desde a década de oitenta do séc. XX marcam a cidade na sua história contemporânea. Compõem-se de um conjunto de regras e normas de preocupação ambiental, de respeito e conservação dos valores naturais, formando ao mesmo tempo propostas para o crescimento e ordenação urbana, em que a cidade faz parte de uma paisagem natural circundante, que devia ser preservada. A planificação moderna da cidade passa pela intervenção ordenadora de dois planos distintos, com âmbitos de operação e missão díspares, o Plano Geral e o Plano Especial de Protecção e Reforma Interior. Entre as diversas acções enunciadas, destacam-se:

- A expansão urbana para os bairros periféricos, com preocupações ao nível do melhor ordenamento, da sua morfologia e infra-estruturas modernas;
- A reabilitação do centro histórico, com a melhoria de condições infra-estruturais, designadamente o saneamento, os acessos e mobiliário urbano;
- A requalificação do Bairro Histórico Universitário com os novos equipamentos, como o palácio dos Congressos, as faculdades de Geografia, de História, Física Arquivo Provincial;
- A transformação de uma boa parte das ruas centrais da cidade para tráfego pedonal, de tipo pedonal/misto⁸¹.

Esta atitude reformadora e reabilitadora, no que respeita à cidade histórica de Salamanca ficou demonstrada na atribuição, por parte da Unesco, do título de Património Mundial, em 1989, como a realização de um evento como a CEC, anos mais tarde (ZARZA, 2001). A cidade de Salamanca, em pleno conteúdo da utilização dos factos expostos, detinha como objectivo primordial associar a sua imagem de tradição histórica (ao nível monumental, académico), de turismo tradicional, a uma nova, mais contemporânea, a de um turismo cultural baseado nas inúmeras ofertas, com especial incidência no seu novo bairro cultural, núcleo de manifestações culturais por excelência, acumulando com as do seu centro histórico (PALMER, 2004).

Com um grande número de eventos realizados no âmbito da celebração da CEC em Salamanca, cabe contudo fazer uma ilustração, demonstrando o alcance e o espectro cultural obtidos (PALMER, 2004):

- Um série de concertos de opera barroca
- As produções de teatro clássico ao ar livre;
- Os espectáculos de dança
- As exposições da escultura de August Rodin,
- Ciclo de filmes na filmoteca
- As “Tapeçarias flamengas da catedral de Zamora” apresentadas na Catedral Nova;

⁸¹ Conforme nota anterior referida (centro histórico de Avignon)

- Uma série de conferências com especialistas internacionais, incluindo o congresso sobre opera barroca em companhia das várias actuações;
- Um conjunto de livros sobre Salamanca, com milhares de exemplares distribuídos pela população e dos visitantes de forma gratuita;
- Vários concertos matutinos de música com a actuação dos grupos da Universidade de Salamanca e companhias internacionais;
- Visitas guiadas pela província de Castilla y Leon.
- Concertos de grande dimensão (PALMER, 2004), nomeadamente o da Suzanne Vega, Rhinoceros, Manu Chão, St. German, Radiohead, entre outros.
- Leituras e debate com escritores espanhóis.
- Festivais internacionais de teatro de rua e fogo de artifício.
- “Três Reis” a especial procissão anual de 5 de Janeiro.

As cerimónias de abertura e fecho do evento na Praça Maior com teatro de comédia na rua, actuações circenses e fogo de artifício (PALMER, 2004).

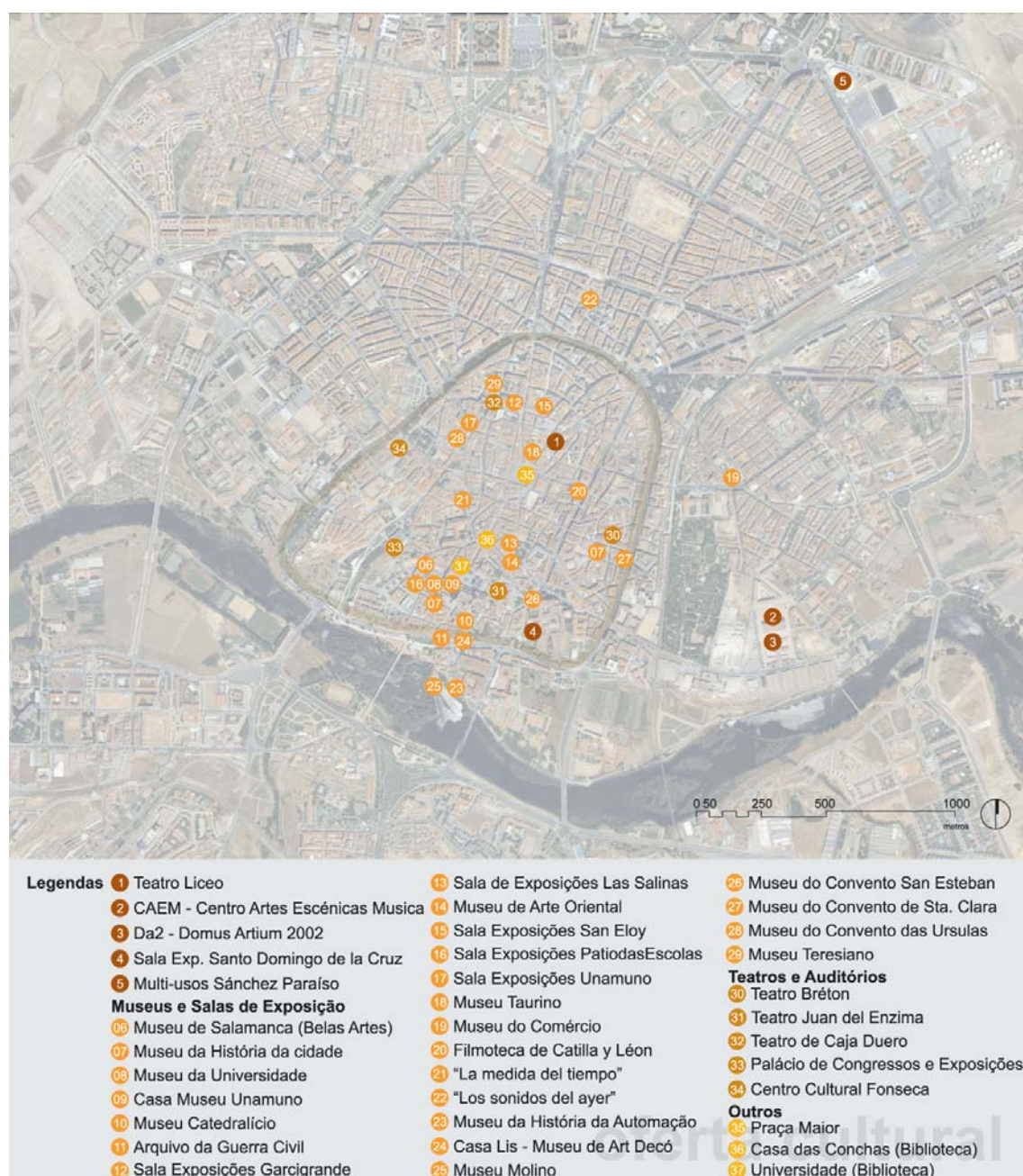


Fotografia 37 – evento cultural no âmbito da CEC, Salamanca 2002

4.3.3.4. Nota de síntese

Conforme referia o alcaide de Salamanca, (SASTRE, 2001), a realização da CEC teve um papel importante no futuro imediato da cidade, identificado no reforço do modelo de cidade que preconizava, que passava indubitavelmente pela educação, a cultura, o turismo e o lazer, aproveitando a honra atribuída para se dar a conhecer ao mundo como uma cidade cosmopolita, inovadora e empreendedora, com dimensão histórica e cultural, ao serviço do pensamento e da cultura, principais factores de desenvolvimento socioeconómico da realidade

salmantina. O desejo na realização da CEC derivava de um plano com vontade política, já desde os anos oitenta do séc. XX, com um planeamento estabelecido e de acções concertadas durante a década seguinte, nomeadamente com equipamentos culturais e reabilitação do seu centro histórico, consubstanciadas pela exposição obtida com a atribuição de Património Mundial, atribuída pela Unesco, desenvolvendo Salamanca como destino turístico através de um novo turismo cultural.



Mapa 38 – a oferta cultural de Salamanca [2002]

A cidade de Salamanca, no que se refere pela morfologia urbana é de crescimento orgânico (MORRIS, 1995), desenvolvida a partir de pequenos assentamentos rurais vizinhos, transformado numa aglomeração urbana de cintura amuralhada, em tempos de celtas, romanos e mouros, contudo com o repovoamento cristão preconiza-se a expansão urbana, salientada pela sua nova morfologia urbana, identificada pelo perímetro amuralhado do séc. XII. Consolidando a sua forma até ao séc. XIX, mas salientando um apontamento morfológico do séc. XVIII, a praça maior. Os finais do séc. XIX, são, à semelhança de boa parte das cidades europeias, época de grandes transformações, a começar pela chegada do comboio, a destruição do pano amuralhado em grandes extensões, entre muitas outras, dando início às alterações da forma urbana da cidade. O séc. XX é para a cidade de Salamanca o período onde se verifica uma expansão urbana significativa, principalmente na primeira metade, de direcção sul/norte, havendo na segunda metade sentidos alternativos, nomeadamente o da transposição do rio Tormes.

As considerações finais no que se refere à realização do evento CEC, reportados nos relatórios (PALMER, 2004), permitem enunciar algumas ponderações sobre o que de melhor aconteceu e de lastro ficou com a realização do evento na cidade. Salamanca tinha por objectivo a promoção e actualização da sua imagem tradicional, para uma cidade de turismo cultural, demonstrando empenho nas artes e na cultura, através da realização da CEC. A procura no desenvolvimento do turismo cultural era já uma realidade nalgumas cidades espanholas, nomeadamente Toledo e Córdoba, e com algum sucesso. A realização de um congresso nacional sobre turismo cultural, em plena actividade da CEC, foi um dos projectos realizados com o apoio do Estado.

A organização do evento, após quatro meses de actividade sofreu um pequeno revés, com a resignação por motivos de saúde, sendo substituído por dois directores, ambos com bastante experiencia na realização programas culturais, salientando contudo o curto espaço de tempo para a programação de um evento com esta dimensão. A preocupação do Consórcio Salamanca 2000 ter a representação de todos os quadrantes políticos, do público e privados. A participação da Casa Real como membro honorário. A conjuntura e o consenso político permitiram dar força à cidade e à região, demonstrada na nomeação dos dois novos directores, conhecidos pela sua filiação partidária ser contrária ao Alcaide de Salamanca.

Das mil e cem actividades culturais, dois terços eram de entrada gratuita, outra parte subsidiada e nenhum bilhete custou mais que vinte e dois euros. O programa local “Cidade Aberta”, de realização cultural regular, apresentado com artistas locais, foi incrementado e decorreu paralelamente à CEC, tendo uma audiência de setecentas mil pessoas, segundo um estudo da Universidade de Valladolid. O desenvolvimento de programas culturais espalhados pela região, incluindo actuações e passeios culturais ao património salmantino. A mais-valia de Salamanca ter iniciado o processo de desenvolvimento de infra-estruturas quando a cidade

manifestou interesse pela realização da CEC, anos oitenta do séc. XX, com a intervenção em monumentos, na habitação, vias de circulação e na mobilidade pedonal no centro da cidade. A cooperação com as cidades do Porto, Santiago de Compostela e Bruges, sendo Portugal uma prioridade para a organização.

O Estado Espanhol produziu legislação específica para a angariação de patrocínios e parcerias, com benefícios fiscais às empresas que apoiavam Salamanca 2002, demonstrado nos cerca de quarenta por cento de verbas totais angariadas com patrocínios privados. A cooperação da Salamanca 2002 com organizações da cidade para o desenvolvimento do turismo, tendo iniciativas como a exibição conjuntas na torre da Catedral. O crescimento da imagem e do perfil artístico dos grupos locais relativamente à realidade nacional espanhola depois da realização da CEC. Após o término do evento, a conversão do Consórcio Salamanca 2002 na Fundação Salamanca Cidade da Cultura, responsável pela programação cultural da cidade e a sua gestão.



Mapa 39 – esquema interpretativo da oferta cultural de Salamanca [2002]

As novas infra-estruturas culturais criadas no âmbito da CEC permitiram a oferta de mais eventos culturais, não só em número como pelo tipo de espectáculo, conforme refere o relatório PALMER (2004), ampliando de sobremaneira o programa cultural da cidade. Contudo, após a realização da CEC, salienta a perda de actividade cultural, principalmente no CAEM, justificado pela perda de subsidiação nas produções e ingressos para os espectáculos; a entrega do Multiusos a uma empresa privada, com ligações ao desporto, através de uma concessão por vinte e cinco anos, mantendo no entanto um plano regular de eventos culturais, particularmente para grandes audiências em tudo devido às elevadas despesas de manutenção. Outro facto apontado reside nos custos associados à manutenção dos equipamentos, atribuído à rapidez de execução dos trabalhos para as aberturas em tempo útil da CEC (PALMER, 2004).

No que se comprova pela oferta cultural (mapa 38) na forma urbana de Salamanca, essencialmente localizada no seu centro histórico, dentro do antigo pano amuralhado, reconhece-se a predominância de um eixo sul/norte, com especial incidência em zonas de elevada concentração de edifícios de valor patrimonial declarado, detentores dos espaços culturais, seguindo o sentido expansionista urbano dos séculos anteriores. A localização de diversos equipamentos culturais espalhados pelas áreas circundantes do antigo burgo, recorrendo a uma imagem do desenvolvimento urbano séc. XII, o repovoamento da cidade. Esta estratégia talvez se deva ao facto da cidade pretender conciliar a sua tradição de turismo tradicional a um mais recente, o turismo cultural, com ofertas espalhadas pela cidade de eventos culturais, que ocorrem em tempos diferentes, com ofertas díspares, permitindo a vivência do espaço urbano num todo.

Dentro desta mesma leitura (mapa 39), convém referir as estruturas que se encontram fora da cidade histórica e que foram palco da CEC, elementos centralizadores da cultura salmantina; no caso do seu Multiusos, estrutura que se encontra localizado no já supracitado eixo, oferecendo-se como palco de grandes audiências, localizado nos limites de uma das zonas que maior expansão urbana sofreu no último século; e a nova zona cultural, directamente relacionada com a realização da CEC, que se encontra no eixo este/oeste, transpondo a barreira física da linha do comboio, localizando-se entre uma zona industrial, o polígono industrial El Tormes, e uma zona de densidade habitacional, contando já com alguns equipamentos públicos. Esta concepção, de abertura e fixação de uma zona cultural entre áreas com diferentes funções, procura uma maior dinamização, por alocação de novas realidades preconizando novas centralidades, à semelhança do ocorrido noutras cidades europeias, e com algum sucesso (Transatlantic Cities Network (TNC))

Todavia, a realidade salmantina, conforme refere PALMER (2004), a nova zona cultural de Salamanca é apontada, por alguns, como um ponto da cidade que se utiliza e dinamiza em períodos curtos de tempo, directamente relacionado e condicionado às produções realizadas nos seus principais equipamentos, o CAEM e DA2, não havendo uma utilização regular e de permanência na referida zona.

4.4. Análise comparativa do estudo das Capitais Europeias da Cultura

A análise comparativa, das cidades seleccionadas para a dissertação, a que este capítulo se refere, recai sobretudo nos relatórios disponíveis nos centros de documentação europeia, onde são depositados os documentos sobre as CEC. As tabelas que se apresentam consistem na compilação da informação disponível para cada cidade, agrupadas pelos diversos temas, mas que dispostas na forma adaptada a este ensaio, facultam uma leitura/análise imediata ao ocorrido, permitindo-se correlações e comparações. Outra das estratégias nesta apresentação dos temas, foi a identificação e o apontamento, conforme consta nos relatórios PALMER (2004) e COGLIANDRO (2001), dos aspectos mais positivos (de cor verde) bem como os que não tiveram tanto sucesso (de cor encarnada). Possibilitando a sua percepção e de alguma forma o possível manifesto junto da nota de síntese do estudo da futura CEC Guimarães 2012, nomeadamente na sua programação nos mais variados aspectos. Destaca-se a especial preocupação nas capacidades criadas, na repercussão no desenho urbano da cidade, como na intuição da estratégia de ocupação do espaço para a realização da CEC, salientando o lastro que o evento deixa na cidade.

Temas	Avignon 2000	Porto 2001	Salamanca 2002
Perfil	Cidade histórica	Cidade histórica, portuária, pós-industrial e do ensino universitário	Cidade histórica e do ensino universitário
Imagem	Património Mundial Tradição cultural (Festival de Avignon) Centro universitário.	Património Mundial Centro de Área Metropolitana Cidade Universitária Tradição do Vinho do Porto.	Património Mundial Tradição no ensino universitário (primeira universidade espanhola) Centro de congressos.
População	85.937 Hab.	257.800 Hab.	156.006 Hab.
Objectivos	- Reforço do perfil e reputação da cidade. - Promoção e aumento do turismo cultural. - O desenvolvimento da criatividade local.	- Cultural, novos hábitos culturais. - Infra-estruturas culturais, novas e reabilitadas. - Regeneração urbana e ambiental. - Revitalização económica e habitação na Baixa do Porto. Objectivos demasiados ambiciosos para o tempo disponível.	- Reforço do perfil da cidade - Acumular com o turismo tradicional (o da cidade histórica) com o turismo cultural. - Novo pólo de criatividade e arte contemporânea.

As cidades seleccionadas identificam-se, salvaguardando as devidas diferenças, como cidades de tradição medieval, de forma urbana decorrente de assentamentos na antiguidade (MORRIS, 1995). Todas elas, com uma tradição e património marcante, reconhecido e valorizado pelos diferentes momentos. Contudo, as especificidades de cada uma são exactamente o que as distingue, seja um momento particular da sua existência, nos seus aspectos naturais ou na sua especialização comercial ou industrial. No entanto serão sempre reconhecidas pela realização da

CEC. A imagem da cidade (LANDRY, 2008) reúne em si mesma todas as características que a identificam e diferenciam relativamente às suas semelhantes. Poder-se-á apontar, quase que em forma de “slogan publicitário”, a marca da cidade, facto que facilitará a seu reconhecimento, perante uma realidade de mundo globalizado a que hoje se assiste. As cidades referidas detêm um cunho muito particular, reconhecido pela Unesco como Património Mundial. De composição díspar no número de habitantes, duas são áreas metropolitanas (PORTAS, et al., 2007) da região, outra de dimensão média (PORTAS, et al., 2007).

A realização da CEC é norteada por uma série de objectivos e metas a atingir, o que permite desenhar toda uma estratégia, dividida pelos diversos temas, para a execução de um projecto. É comum o reforço do seu perfil ao nível nacional e internacional com a realização da CEC, contudo entre elas pode-se identificar temas que assumem um maior protagonismo. No caso do Porto, a sua estratégia assenta em grande parte na regeneração urbana e ambiental de zonas da cidade. Salamanca assume a sua tradição turística, mas ambiciona a diversificação do tipo, pretendendo a oferta de um turismo cultural, aposta num novo pólo de cultura e criatividade contemporânea.

Temas	Avignon 2000	Porto 2001	Salamanca 2002
Organização e Gestão	Estrutura municipal - Aproveitamento político na realização da CEC (eleições 2001). - Sem representação dos interesses culturais e da comunidade. - Sem direcção artística e cultural a partir de 1998. - Principal evento realizado por organização nacional, sem a participação dos locais.	Estrutura autónoma, a Porto 2001, SA - Organização e gestão de todas as infra-estruturas e desenvolvimento urbano. - Conflitos nas prioridades adoptadas, com a resignação do presidente em Novembro de 1999. - Mudanças na estrutura organizativa. - Indicação de uma estrutura politizada e sem representação dos interesses culturais e da comunidade. - Indicação de falta de experiência no sector cultural na estrutura operacional. - Falta de comunicação entre sectores.	Estrutura autónoma, Consórcio Salamanca 2002 - Tentativa do Consorcio na representação de todos os partidos políticos nos projectos, públicos e privados. - Após a resignação do primeiro director, a substituição por dois directores (administração e cultural), ambos de experiência em organização de eventos culturais. - Crédito dado ao Alcaide pela nomeação dos directores, independentemente das suas filiações políticas, o que contribui para os consensos políticos necessários. - Apoio da Casa Real, membro honorário. - A demora inicial no arranque do evento, condicionou o tempo disponível para preparação do evento.

Relativamente à organização e gestão do evento, a principal referência consiste na opção de qual o tipo de estrutura a utilizar, facto que por si só evidencia o carácter de independência. Uma estrutura autónoma prima, por defeito, pela independência a vários níveis, comparativamente a uma estrutura integrada numa organização do tipo governamental. Comparando as estruturas utilizadas, depressa se identifica o factor político como elemento principal. A representatividade dos diversos elementos que constituem a sociedade civil, como da experiência dos seus quadros na realização deste tipo de eventos, é condição, entre várias, para o êxito do evento.

Temas	Avignon 2000	Porto 2001	Salamanca 2002
Programa Cultural	Projectos – 200 Participação do Público 1.500.000	Projectos – 350 Eventos – 1.959 Participação do Público 1.246.545	Eventos – 1.100 Participação do Público 1.927.444
	- Alterações ao programa cultural durante a sua preparação. - O principal evento da CEC, a exibição “la Beauté”, com problemas financeiros e elevado défice, consumindo um terço do orçamento disponível. - Conferências de imprensa e má publicidade contra o principal evento CEC. - Concentração de eventos na cidade histórica, sem realizações nos subúrbios.	- Programa desenvolvido em parcerias com as maiores instituições culturais locais. - Baseado na programação anual, mas com objectivos de continuidade nos anos seguintes. - Desenvolvimento no intercâmbio entre artistas ao nível internacional. - Um dos quatro objectivos e de menor orçamento. - Preferência às organizações públicas, em detrimento das companhias e artistas independentes. - Corte e perda de apoios, por parte do Município e do Estado, após a realização da CEC.	- Mais de 1100 eventos, com dois terços de entrada livre, outros subsidiados, e nunca ultrapassaram os 22 euros do valor de entrada. - Co-produções internacionais de sucesso. - Programa regular independente à CEC, da responsabilidade do município, decorreu de forma concertada, organizando e realizando eventos, com bons resultados. - Realização de eventos por toda a região e visitas culturais guiadas ao património regional. - Tempo insuficiente para o planeamento.

As assistências aos eventos, em termos quantitativos, comparativamente aos projectos e eventos realizados, como da referência aos vários aspectos do programa cultural, poder-se-á indicar diversas considerações: um número menor de projectos, mas com uma audiência considerável, no caso de Avignon; o Porto, cidade com o maior número de eventos, mas com o valor mais baixo em termos de assistência; apontando Salamanca com a maior participação do público nos seus eventos; se contarmos com o número de habitantes das cidades, Avignon foi aquela que maior rácio de participação teve por parte do público local e possivelmente exterior; a forma pecuniária determinada para o acesso aos eventos traduz na realidade de Salamanca um aspecto a ter em conta nas futuras CEC; o conjunto de parcerias, redes de conhecimentos o intercâmbio de manifestações e artistas, comprovam, transversalmente às realidades estudadas, uma mais-valia no decorrer do evento, podendo ser traduzido em lastro deixado na cidade; por último a nota à CEC de Salamanca com realização de eventos por toda a região, com visitas de conhecimento ao património salmantino, descentralizando a CEC.

Temas	Avignon 2000	Porto 2001	Salamanca 2002
CEC em números	Orçamento CEC 21.081.959 € Infra-estruturas 8.000.000 €	Despesas op. 58.500.000 € I. Est. Culturais 83.500.000 € Espaços Púb. 85.000.000 €	Orçamento CEC 39.154.207 € Infra-estruturas 46.500.000 €
	Total 26.081.959 €	Total 227.000.000 €	Total 87.654.207 €
	- Críticas aos investimentos efectuados, nomeadamente com o projecto “la Beauté”, com 4,5 milhões de euros, valor da responsabilidade do Estado Francês. - Problemas financeiros, com cancelamento de projectos por falta de verba.	- Valor do orçamento, subsidiado em grande parte pelo Estado Português. - Derrapagens orçamentais nos projectos, nomeadamente com os de infra-estruturas. - A queda do quarto objectivo por falta de tempo, recursos e financiamento. - Problemas de estratégia nos patrocínios.	- Apoio por parte do Governo Espanhol com legislação específica para os patrocínios, de benefícios fiscais para as empresas que apoiavam Salamanca 2002, com 40% do orçamento a provir de patrocínios.

Temas	Avignon 2000	Porto 2001	Salamanca 2002
Impacto económico	- Falta de estratégia ou bastante limitada. - Desinteresse pelo sector empresarial e das organizações culturais da cidade. - Dificuldades na criação de parcerias. - Projectos e iniciativas sem sustentabilidade.	- Enorme programa de infra-estruturas, regeneração urbana e ambiental, sem no entanto se ter cumprido o que estava previsto. - Tempo insuficiente para a concretização. - Programas inadequados em termos investimentos e financiamento. - Problemas políticos.	- Impactos directos e indirectos na Região de Castilla e Leon , com mais de 500 milhões de euros. (HERRERO [et al.], 2006). - Desenvolvimento de infra-estruturas culturais e do culturismo cultural. - Tempo insuficiente para o planeamento. - Alguns projectos e iniciativas sem sustentabilidade.
Impactos no turismo	- Tempo médio de permanência na cidade – 2,5 dias. - Aumento de 25% no turismo cultural.	- Tempo médio de permanência na cidade – 4,2 dias. - Aumento do segmento jovem e estudantes na assistência dos eventos.	- Aumento dos tempos médios de permanência, relativamente a anos anteriores. - Procura de informações junto dos postos de turismo duplicou no ano da realização CEC.
Impacto social	- Coesão social como estratégia. - Desenvolvimento da ligação do centro histórico à periferia. - Aumento da participação e acessibilidade à cultura. - Diversidade cultural. - Problemas na estratégia, dificuldade na sua gestão e na qualidade variável dos projectos sociais.	- Coesão e inclusão social - Sociedade participativa - Aumento da qualidade de vida pela regeneração urbana - Envolvimento de escolas e associações – Educação dos valores culturais. - Diversidade cultural. - Apesar do elevado número de programas sociais, falta de uma estratégia clara. - Indicação do insucesso em diminuir a diferença entre classes (ricos e pobres).	- Coesão e inclusão social - Educação dos valores da cultura. - Programas específicos para grupos excluídos socialmente.

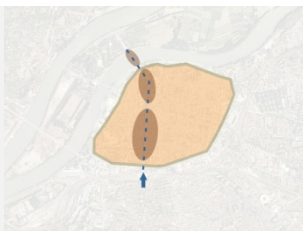
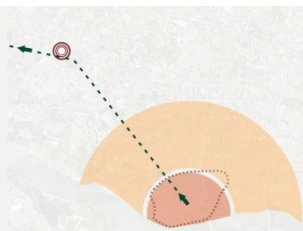
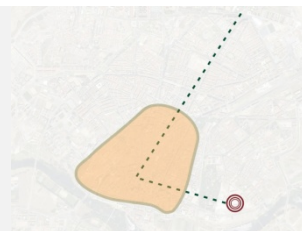
Neste tema, relativo aos assuntos económicos e financeiros, com menções aos diversos impactos que ocorreram na realização do evento, verificou-se a referência a uma série de considerações, à semelhança do que tem sucedido: um valor considerável na cidade do Porto, num montante que ultrapassa em mais do dobro a cidade de Salamanca e oito vezes superior ao de Avignon, facto directamente relacionado com as infra-estruturas para o evento, nomeadamente com o processo de regeneração urbana e ambiental implementada em zonas da cidade; o elevado retorno, em termo de impacto económico para a cidade, demonstrado no estudo consultado (HERRERO [et al.], 2006) da realidade salmantina; o apoio por parte do Governo, com legislação específica para potenciar economicamente e financeiramente o evento e ao mesmo tempo agregar através de parcerias e patrocínios, o tecido empresarial à realização da CEC; transversalmente a todas as cidades, constatou-se o aumento do turismo de forma generalizada, com especial incidência na captação no segmento dos jovens, em particular no Porto; a coesão e inclusão social foram outras das preocupações na realização da CEC, quer enquanto objectivo estratégico, quer ao nível de programas culturais específicos, resultado satisfatoriamente em todas as cidades.

Temas	Avignon 2000	Porto 2001	Salamanca 2002
Comunicação	Promoção da cidade e do seu perfil: 1_ Imprensa escrita 2_ Audiovisual 3_ Merchandising 4_ Internet 5_ Eventos promocionais	Promoção da cidade, do seu perfil e do programa cultural da CEC: 1_ Imprensa escrita 2_ Audiovisual 3_ Internet 4_ Eventos promocionais 5_ Merchandising	Promoção do programa cultural da CEC: 1_ Internet 2_ Imprensa escrita 3_ Audiovisual 4_ Eventos promocionais 5_ Merchandising
	- Orçamento inadequado - Insuficiência de recursos humanos. - Falta de experiência - Falta de interesse internacional	- Algumas iniciativas locais com projecção internacional. - Falta de tempo para o planeamento. - Díficil relacionamento com a imprensa local.	- Participação de várias agências noticiosas na CEC. - O sucesso do sitio da internet, com dez milhões de visitas.

A comunicação do evento assentou num conjunto de ferramentas, que de cidade para cidade variaram na sua importância e grau de utilização, conforme a estratégia de comunicação da CEC. Com os eventos encadeados cronologicamente, Avignon 2000, Porto 2001 e Salamanca 2002, identifica-se a utilização de novas tecnologias, nomeadamente a internet, com uma proeminência de ano para ano, atingindo o topo no ano de 2002, podendo-se destacar que foi neste período que a comunicação com utilização da internet assumiu o papel que hoje detém.

Temas	Avignon 2000	Porto 2001	Salamanca 2002
Infra-estruturas CEC	- Museu de Arte Contemporânea Yvon Lambert. - Palácio dos Papas. - Ponte Saint Bézénét. - Ilha de Barthelasse.	- Casa da Música - Museu Nacional Soares dos Reis. - Teatro Carlos Aberto. - Biblioteca Almeida Garret. - Coliseu do Porto. - Claustros do Convento de São Bento da Victória. - Centro Português de Fotografia. - Casa da Animação. - Requalificação Urbana: "regresso à Baixa" Zona Central Leste A Leste B Oeste A Oeste B - Requalificação Ambiental: Caminho de Romântico Parque da Cidade.	- CAEM. - DA2. - Teatro Liceo. - Multiusos Sanchez Paraíso. - Sala de Exposições de Santo Domingo. - Auditório San Blas. - Museu Histórico de Automocion de Salamanca.

Quanto às infra-estruturas indicadas, apontam-se duas considerações: uma directamente relacionada com os montantes descritos no tema económico e financeiro, com uma colagem directa dos valores apresentados com o número de infra-estruturas acima referidas; uma outra, de teor estratégico, com a demonstração consagrada nos equipamentos e intervenções operadas aos objectivos e metas preconizadas para a realização da CEC.

Temas	Avignon 2000	Porto 2001	Salamanca 2002
Esquema interpretativo			
	Esquema de Avignon	Esquema do Porto	Esquema de Salamanca

Mapa 40, 41, 42 – esquema interpretativos das cidades

Os esquemas acima ilustrados (mapa 40, 41, 42) demonstram o âmbito das diversas infra-estruturas criadas e as intervenções no espaço público no contexto da CEC, acumulando com oferta cultural já existente na cidade e que contribuiu para a celebração do evento. Uma primeira consideração à infografia supra apresentada advém da estratégia adoptada: Avignon realiza o evento apostado numa recuperação e reabilitação de antigos equipamentos, em intervenções no espaço público, centrando-se em zonas de implantação com equipamentos de oferta cultural; o Porto, com a construção de um novo equipamento, elemento icónico da realização CEC, na recuperação e reabilitação de antigos equipamentos culturais, bem como na requalificação urbana e ambiental; Salamanca, com a recuperação, remodelação⁸² e reabilitação de equipamentos culturais, para além da nova zona cultural onde se localizam o novo CAEM e o DA2, símbolos da realização CEC.

A segunda consideração reside na leitura/análise da oferta cultural, destacando-se a implantação dos novos edifícios; a identificação na cidade dos equipamentos recuperados, remodelados e reabilitados; as zonas de intervenção em termos de espaço público, permitindo um esquema gráfico que simboliza a realização da CEC no território de cada cidade e as suas intenções de qual o sentido proposto para a sua expansão, designadamente a cultural.

Uma terceira consideração centra-se nos limites da realização do evento consagrado ao antigo perímetro medieval, dentro da cidade histórica, nomeadamente com a maior concentração de oferta cultural (caso de Avignon e Salamanca); a maior oferta do Porto localiza-se, não na dita “cidade histórica”, mas na Baixa, território de maior expansão urbana nos dois últimos séculos da sua existência, marcando um novo sentido cultural na forma urbana da cidade, como por exemplo a Casa da Música. Este foi um processo que seguiu o trilho da expansão já verificada desde os últimos duzentos anos (a partir do Cerco do Porto), em que agora a expansão pretende-se que seja cultural.

⁸² Termo da DGOTDU

Temas	Avignon 2000	Porto 2001	Salamanca 2002
O legado CEC	- Aumento do perfil da cidade - Melhoria das Infra-estruturas culturais. - O museu Yvon Lambert marca a cidade como elemento legado da CEC. - Impulso dado pelo novo museu na imagem da cidade, como novo pólo da arte contemporânea. - Redes de colaboração no sector cultural. - Evento reconhecido pelo prestígio dado à cidade, mas de efeito efémero. - Projectos sem sustentabilidade. - A cidade de Avignon: _Financiamento na cultura decresceu. _Perda de interesse. _Mudança de prioridades. _Falta de apropriação da CEC pela população local.	- Reconhecida importância pelas infra-estruturas criadas, nomeadamente nos edifícios reabilitados, nos espaços urbanos requalificados e na mobilidade da cidade. - A Casa da Musica, considerado elemento icónico da realização da CEC na cidade do Porto, apesar de ter sido inaugurado em 2005. - O legado do conhecimento cultural, especialmente nos gestores e técnicos culturais. - A mudança de governo da cidade, finais de 2001, como factor do decréscimo no apoio e financiamento à cultura, perdendo-se o dinamismo e a sustentabilidade do programa cultural.	- Aumento internacional do perfil da cidade. - Melhoria das Infra-estruturas culturais. - A continuidade da estrutura organizativa e de gestão da CEC, agora dividida em duas estruturas dependentes da gestão municipal. - Aumento do turismo na cidade. - Abertura de um novo mercado turístico - Melhorias nas infra-estruturas de um modo geral, não cultural. - O incremento da audiência da população local na cultura. - Novos projectos, eventos e festivais que ocorrem pela cidade. - A projecção artista dos profissionais locais ao nível nacional e internacional. - Novas redes de conhecimentos e colaboração no sector cultural. - A zona cultural de Salamanca, com o CAEM e o DA2, com utilização pontual, coincidente com as realizações culturais nos seus equipamentos, não havendo utilização regular e de permanência.

Em suma, a realização de um evento como a CEC, mede-se não só pelo seu sucesso no ano do acontecimento, como pelo lastro que deixa na cidade, para uso fruto dos seus habitantes e disponível como imagem de referência para um mundo cada vez mais globalizado.

5. GUIMARÃES – Capital Europeia da Cultura 2012

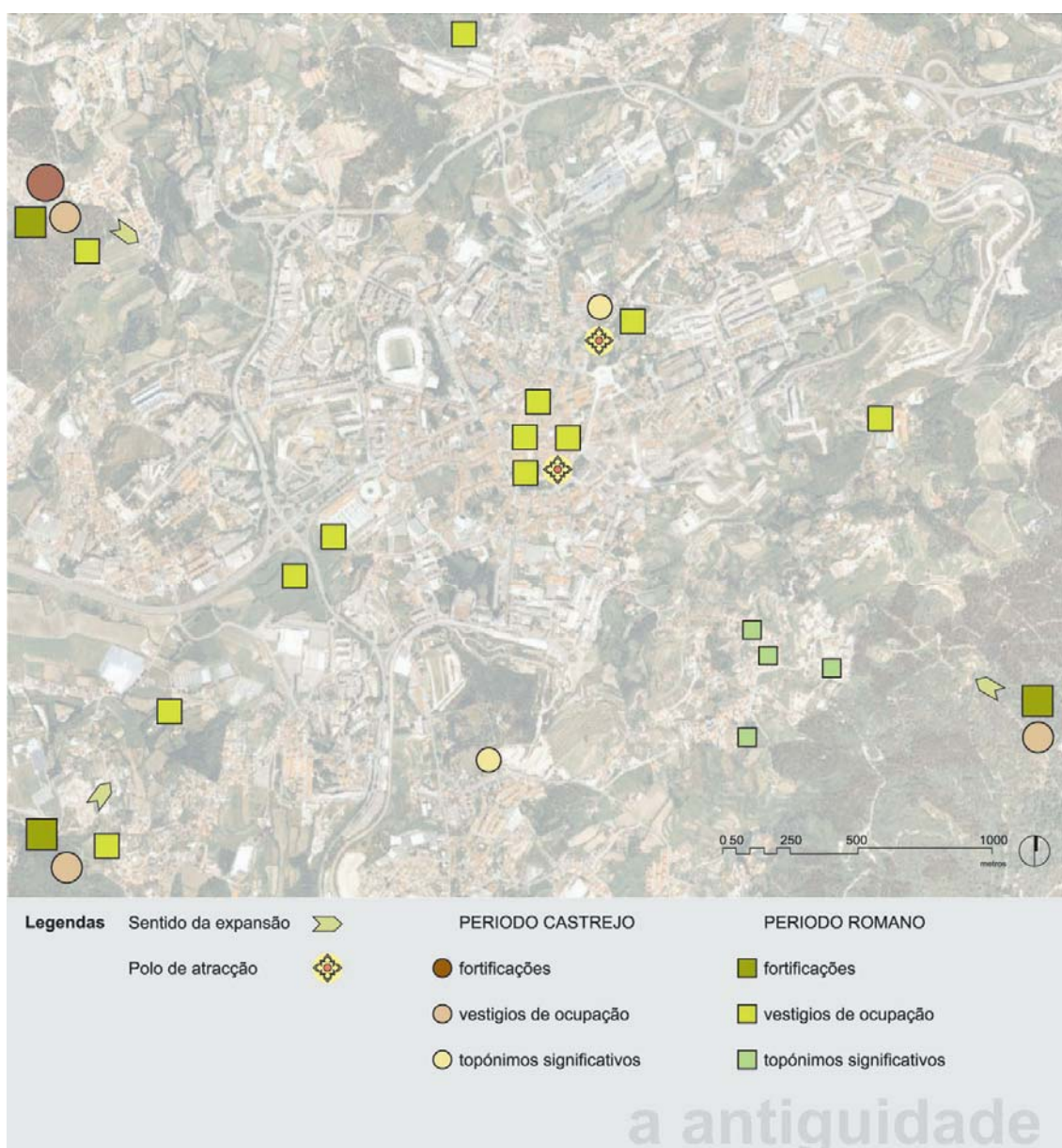
5.1. História e evolução da morfologia urbana

A sua posição geográfica situa-se noroeste da Península Ibérica, entre Douro e Minho, em plena bacia hidrográfica do Rio Ave. Relativamente à sua envolvente, reconhece-se as principais características do Minho Litoral, na sua topografia de colinas. A leste desde o monte da Penha, em que os relevos se vão tornando mais salientes e com mais altura ater às serranias do Alvão e Marão. A ocidente, o vale do Rio Ave, onde corre o rio a cerca do cinco quilómetros do epicentro. O sítio da cidade de Guimarães, ou seja, o seu epicentro, é a colina do Castelo, em que a sua torre está a uma cota de duzentos e quarenta e nove metros, trata-se de um outeiro de granítico de grão grosseiro pós-tectónico, fazendo parte do afloramento granítico do Minho e das Beiras, com duzentos e oitenta milhões de anos, correspondendo ao limite dos períodos Carbónico e Palérmico da era Paleozoica, conforme refere JANEIRO (2007). No outeiro do Castelo, o povoamento humano concentrou-se nos declives a Sul e Sudoeste, com aproveitamento das águas captadas a Nascente e Nordeste do mesmo. A colina é rodeada a pelo ribeiro da Costa, ribeira dos Couros, até à confluência deste com o da Atouguia e Senhora da Conceição. A norte é limitado pelos terrenos das quintas do Verdelho e da Veiga, para Nordeste o relevo do castelo continua para a Arcela até Mesão frio.

O período castrejo e romano (mapa 43): a região onde Guimarães se integra é de um povoamento permanente desde pelo menos o Calcolítico Final nacional, com sucessivas gerações de povos a habitarem nas terras de que hoje conhecemos como o concelho de Guimarães. A existência de vestígios confirma a sua presença desde séculos antes de Cristo. Os monumentos arqueológicos mais relevantes remetem-nos para datas do séc. V ou VI antes de Cristo, ou seja, à cultura castreja, e que são feitas associações pelas suas estátuas de pedra de guerreiros, as suas citânias implantadas nos cimos do monte, com diversas cinturas amuralhadas, com pavimentos lajeados e pavimentados, com habitações do tipo circular. A sua população era maioritariamente pastoril à agrícola. As várias estações arqueológicas são prova e testemunho desses povos, nomeadamente as de Citânia de Briteiros, Sabrosa e Penha, enunciado por MACHADO (2008).

O castro da Penha, pela sua localização muito próxima ao epicentro da cidade de Guimarães, foi construído pelos Celtas e durou até domínio romano, tempo do Cônsul Décimo Júnio Bruto, em 137 a.C., firmando a soberania romana por imposição ao povos Galaicos, desde o norte até ao Rio Minho, iniciando assim o fim dos castros. Este processo de aculturação, fez com que se iniciasse novas formas civilizacionais, integradas com novas regras políticas e administrativas, com novos usos e costumes. Com esta estabilização política, os povos dos castros foram descendo das cotas elevadas para passarem a posicionarem-se junto das propriedades agrícolas, a cotas mais baixas e estabilizadas (MACHADO, 2008). A romanização consistiu num longo processo de aculturação dos povos autóctones, como já foi

mencionado, começa pelo sul e termina já em época imperial, na Galécia. Comprovado pelo maior número de vestígios, obras arquitectónicas e cidades romanas, mais a sul do que no norte do País. O Imperador Augusto fez a reforma política e administrativa da Península Ibérica: cria a Lusitânia; delimita as civitates aos povos correspondentes; promove a urbanização das mesmas e constrói uma rede viária com o intuito do desenvolvimento da economia de Lusitânia. A Ibéria torna-se assim numa das províncias mais pacíficas do Império, salvo raras excepções, refere (MACHADO, 2008).



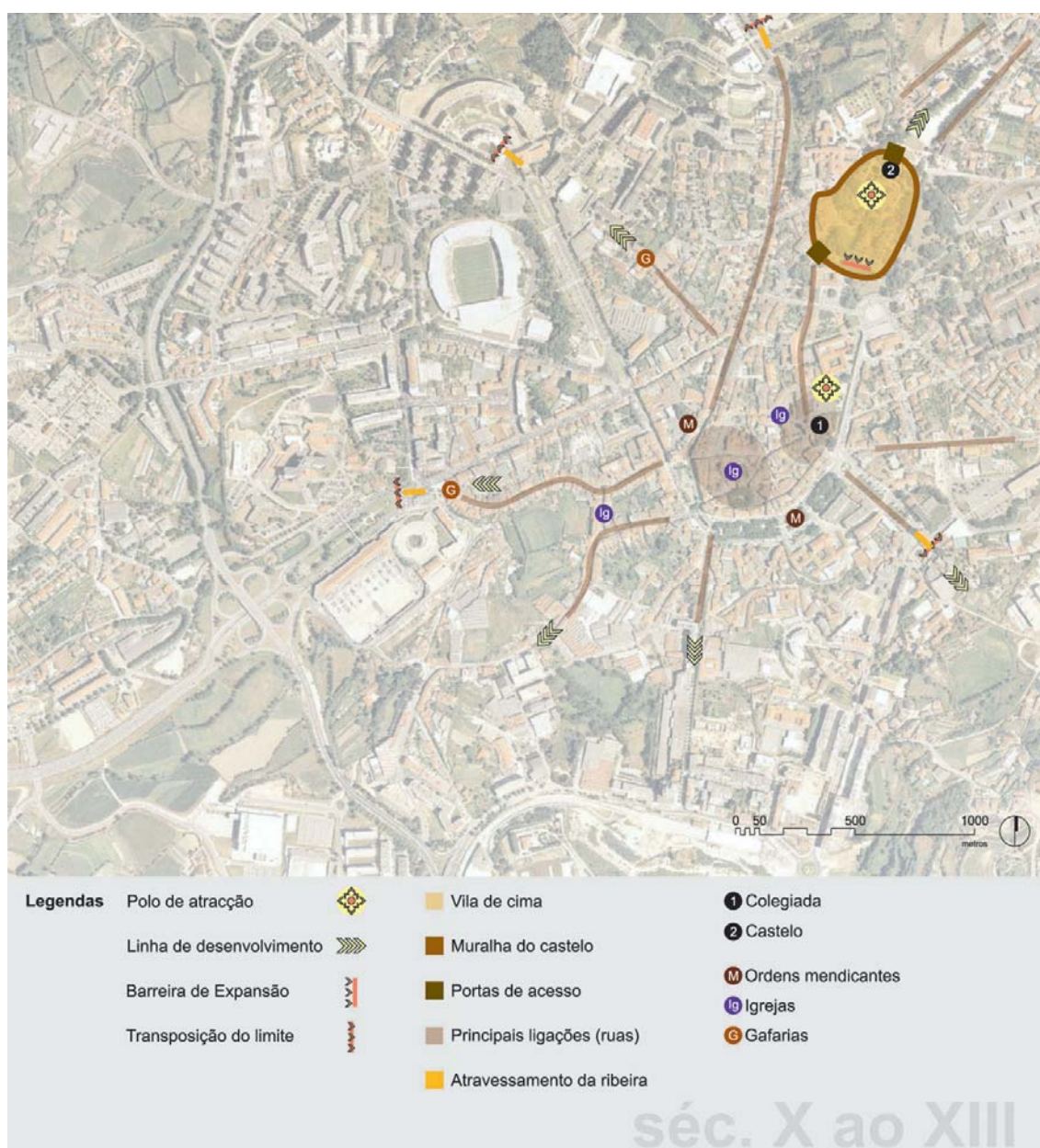
Mapa 43 – do séc. V a.C. ao séc. IX

A “villa crexemir”: a existência de populações pré-históricas decorrentes do grande castro da Penha, que depois de romanizadas, foram baixando até ao sopé do monte, vivendo e cultivando, dando assim origem à “*villa crexemir*”, denominação indicada por Alberto Sampaio (citado por MACHADO, 2008 p. 23). Este é o resultado da romanização do castro dos Celtas, que consta no teor de doação de Ramiro II, que a vila era constituída por diversas casas e edifícios, pomares e tudo que é necessário para o homem viver. Demonstra-se pelo seu conteúdo, que esta era já uma quinta latifundiária com uma organização social e com um aproveitamento considerável para diversos casais à época. Por indicação de MACHADO (2008), diversos autores indicam que esta propriedade, com cerca de seis hectares, detinha um local, chamado o “Paço”, que identifica a constituição de um prédio de época romana.

A presença de muçulmanos: nos princípios do séc. V, os povos bárbaros: Vândalos; Álamos; Suevos e Visigodos, atacam o império romano, que com a sua sociedade de vivências luxuosas, de costumes brandos, mostram-se impotentes perante os avanços destes povos, levando ao declínio do império romano nestas paragens (ALMEIDA, 2000). Aos invasores bárbaros seguiram-se os Árabes ou Mouros, cuja permanência ocorreu até 1492, mais propriamente em Granada. No ano de 710, a morte do rei visigodo Vitiza, abre-se a luta pelo poder entre os seus dois filhos. Com todas estas convulsões, Tarik, personagem árabe, desembarca a sul de Espanha e inicia o processo do declínio da monarquia visigótica, em que depressa expande a sua hegemonia, por combate directo ou por capitulação das autoridades das cidades. Em pouco tempo, os árabes conquistam toda a península, à excepção das terras montanhosas do norte. Esta rapidez de conquista é explicada pelo processo de aculturação, um pouco à semelhança dos que aconteceu com os romanos e os povos dos castros, com as devidas diferenças, demonstradas no uso, por parte dos árabes, de políticas de tolerância e captação das populações. Mas nos oitocentos anos de ocupação, nunca foram bem vistos, pelo facto de ser um povo invasor e ter sido determinante o factor religioso. Nas terras de “vimaranes” a presença de muçulmanos foi diminuta, mas existem relatos da sua incursão, onde o exemplo mais evidente é a descrição feita acerca do martírio de S. Torcato, entendida e relatada como lenda, sem qualquer rigor histórico (MACHADO, 2008).

Período do séc. X ao séc. XIII (mapa 44) – as duas vilas: É neste período que realmente se inicia a existência de Guimarães, vulgo “Vimarannes” (MACHADO, 2008 p. 23), a partir de um pequeno condado e posteriormente na nação PORTUGAL. O agregado urbano inicial desenvolve-se mediante certas condições; naturais, estruturais, administrativos, políticos, descritas nos seguintes factos. A estrutura viária romana, que se orientava num eixo norte/sul com articulação aos centros administrativos e com a proximidade a S. João de Ponte, um nó de confluência de várias estradas do império romano, coloca a futura área urbana de Vimarannes

em local estratégico para o seu desenvolvimento. A estrutura viária medieval não só tira partido do eixo norte/sul romano, como cresce como um traçado independente num eixo nascente/poente, permitindo uma ligação entre as diversas povoações, vilas e cidades próximas. É já notória na Baixa Idade Média a convergência em termos de estrutura viária as ligações do litoral com o interior, realçando a sua importância política, económica e artesanal (MORAIS, et al., 2002).



Mapa 44 – do séc. X ao XIII

É neste contexto que se apresenta a mais importante ligação medieval da altura, que atravessava a área urbana em formação e que ligava Monção, Braga, Lamego, Viseu e Coimbra com eixo norte/sul, e que certamente já existira antes da fundação de Guimarães, atravessando o rio Ave na Ponte Petrina, já desde o ano de 950 (ALMEIDA, 2000). As terras de Vimaranes e sua região podem ser entendidas como fenómenos de Reconquista, e que já na Alta Idade Média é território cristão, sendo já uma realidade urbana, o seu crescimento é atribuído à existência de várias famílias condeais portugalenses à época. Por indicação da Condessa da Mumadona Dias, entre 950 e 959, é dado o início à formação urbana com a construção de um mosteiro, localizado na sua Quinta de Vimaranes, junto à via Braga/Lamego/Coimbra, que ela própria indicava como local de conveniência.

Esta estrutura agrupa ao seu redor alguma população, caracterizada por pessoas ao serviço do mosteiro, que tinha como função hospedar os caminhantes, colaborando para o desenvolvimento do pequeno burgo. Por toda a Europa, surgem convulsões internas pela toma do poder, com ameaças de invasão, contribuindo para a construção, um pouco por todo o lado, fortificações com objectivos de defesa. Em particular, nas terras portugalenses, onde se insere este pequeno burgo Vimaranes, eram correntes as incursões dos muçulmanos e de razias normandas. O Monte Latito será o local com características topográficas excelentes à edificação de uma fortificação, entre 950 e 957, sendo cedido posteriormente ao mosteiro, em 968, pela Condessa da Mumadona com o intuito de proteger o burgo (MACHADO, 2008).

Um neto da Condessa, proprietário à altura das terras do Condado, apoia o candidato perdedor ao trono de Leão, caindo assim em desgraça, fazendo com se extinga o Condado Portucalese. Mas é com o conde D. Henrique e D. Teresa, foral de 1096, que o Condado é refeito, o castelo desenvolve-se e reestrutura-se com os panos amuralhados, para protecção do burgo e complexo monástico, assumindo um papel inter-regional. Este pequeno burgo, urbanizado em torno do mosteiro e do castelo, forma-se bipolarizado, com a existência da chamada Vila Alta, com o castelo, e a Vila Baixa com o mosteiro. Vive de forma intensa o período da nacionalidade, confirmada pelo foral de 1128, ano da batalha de S. Mamede. A partir destas datas o burgo desenvolve-se intra-muros, com o paço da corte condal passando a corte régia, com a construção de outros paços, de altos dignitários do poder. Relativamente ao mosteiro, este transforma-se em Colegiada Real, ente 1107 e 1110, assumindo assim um lugar cimeiro, tendo por base a sua veneração à Virgem Maria.

Estes dois pólos urbanos serão integrados no quadro paroquial em formação no norte do País, sendo então reurbanizáveis pela elevada importância que as paróquias tinham na vida quotidiana na época. Atente-se às datas das Inquirições das diferentes igrejas, o que confirma o crescimento da vila: a igreja de S. Tiago (1114) – guarda da infanta D. Teresa, a igreja de S. Paio (1216), a capela de S. Miguel do Castelo (1258), o que vem confirmar a perda do título de ali ter sido baptizado D. Afonso Henriques.

Até D. João I, a vila desenvolve a sua estrutura urbana, paroquial e mesmo administrativa de forma bipolarizada, com dois concelhos autónomos, o que correspondia ao burgo do alto e do baixo, no séc. XIII, por imposição regente, procede-se à união destes e denominando-se Guimarães, com supremacia do poder canónico. Assiste-se ao desenvolvimento de feiras e comércio, já patente na regulamentação do foral de D. Henrique, mas que se desenvolve de sobremaneira na Vila de Baixo com os diversos consentimentos régios. Segundo as inquirições de 1258, Guimarães possuía já uma população de dois mil duzentos e cinquenta habitantes com as suas quinhentas casas, sendo duplicados no século seguinte. Com o desenvolvimento do burgo e na migração de populações à vila que se implantam as ordens mediantes de S. Francisco (1271) e S. Domingos (1290).

Do ponto de vista urbano e ao nível da arquitectura, a vila de Guimarães estrutura-se em finais do séc. XIII a partir da junção das duas vilas: a sul, terrenos de suaves declives e onde se encontra a maior malha urbana e que à época não estava ainda amuralhada; a norte uma malha urbana de menor grandeza, mas contida por fortificação, comprovada pela permanência do poder régio, não permitindo construção junto ao seu paço e agravado pela acentuados declives da topografia. A circulação entre estes dois pólos, as vilas, era efectuada unicamente pela rua da Santa Maria, que ainda hoje subsiste, datada de 1173, mas que se julga ser anterior (MORAIS, et al., 2002). Relativamente à urbanização da Vila Baixa, na altura ainda aberta, a sua estruturação urbana decorre das relações de vizinhança e do atravessamento do Rio Selho, na ponte da Caneiros até à vila. Com a construção do mosteiro dá-se início à construção do núcleo urbano, crescendo em torno do rossio fronteiro ao convento e paço, onde hoje é o actual Largo da Oliveira, e se julga que à época (1176), não era mais do que uma pequena estrada. Todavia, é a partir daqui, que com uma nova estruturação viária, se efectua a ligação às diferentes povoações da região, desenvolvendo o burgo.

Estes novos percursos têm uma importância assinalável na estrutura urbana, em que se destaca a saída para Vila de Conde, pela rua dos Mercadores (1340), mas de existência anterior, a rua da Sapateira (1167), a rua dos Gatos (com referências do séc. VII) e na edificação do conjunto de São Lázaro, com a capela e gafaria⁸³. Na mesma época, uma outra gafaria, esta para mulheres com a designação de Santa Luzia é edificada à saída para Braga. A bifurcação da rua dos Mercadores, onde se inicia a saída para o Porto, na direcção Ponte Sul, dando origem à rua da Ferraria (1206), dividindo-se depois nas ruas das Molianas e da Caldeiroa (1194), que à época não seriam mais do que pequenas veredas rurais. A rua Travessa, que ligava a rua dos Gatos (a norte) às ruas Molianas e Caldeiroa, estabelecendo-se aqui o hospital e a albergaria de peregrinos de São Roque. Pelo noroeste da Vila Baixa, desenvolvia-se a ligação às terras de Lanhoso. No seguimento da rua de Sta. Maria, a rua do

⁸³ Locais de permanência, hospitais, para a população afectada pela lepra, também denominados de leprosaria (INFOPEDIA, 2003).

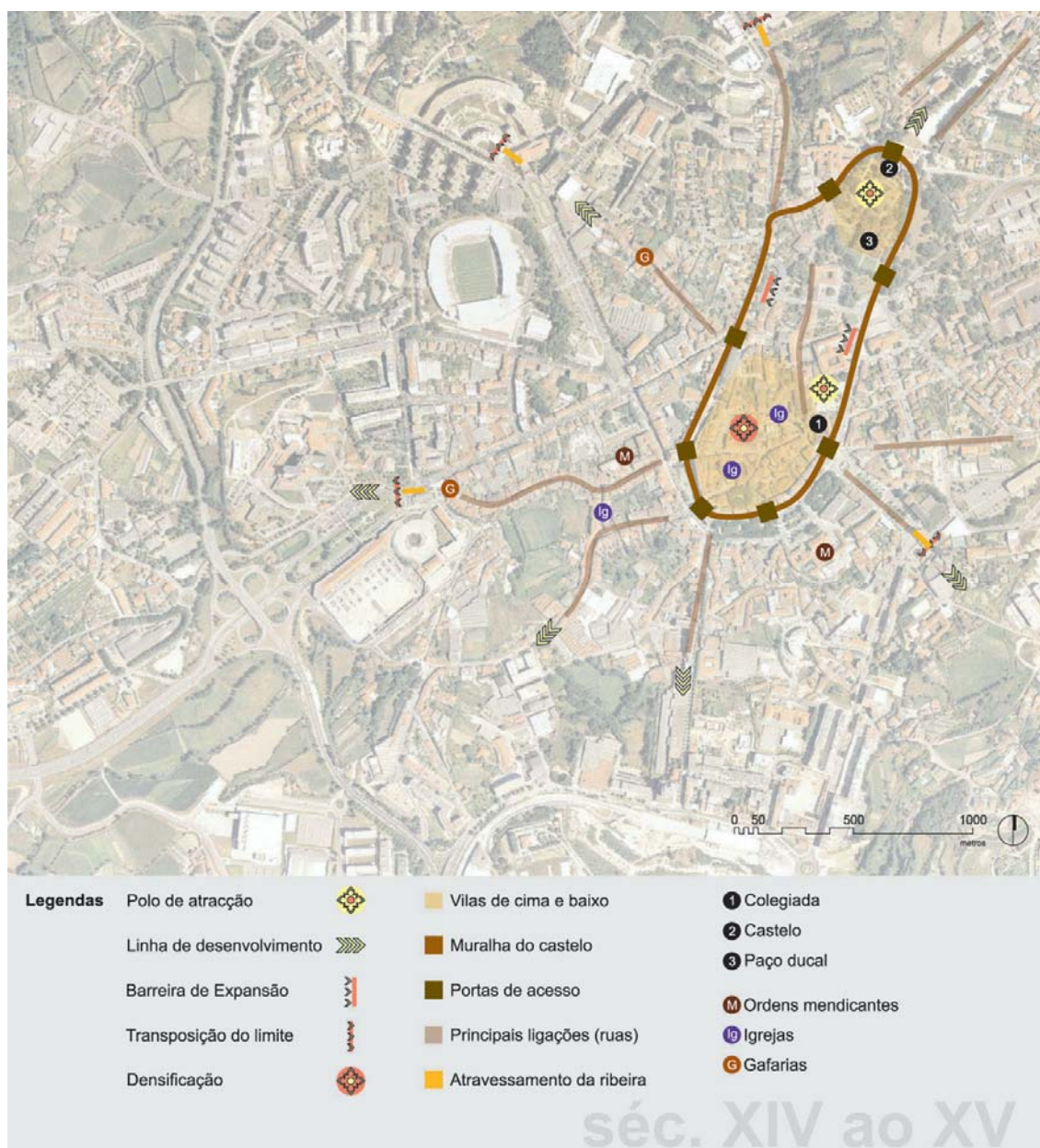
Castelo, já no interior da primeira cerca de muralhas, fazia-se a ligação às terras de Basto e Chaves.

Com o desenvolvimento deste pequeno burgo monástico, nos seus aspectos socioeconómicos, a Vila Baixa estrutura-se em termos urbanos e de forma contínua ao longo da estrutura viária, e que se pontua pelo aparecimento de pequenas igrejas e capelas, funcionando assim como núcleos ordenadores e reguladores do espaço urbano. São de maior desenvolvimento urbano as zonas do rossio fronteiro ao mosteiro e na ligação, rua de Santa Maria em direcção ao castelo. Por outro lado, a saída para o Porto é marcado por uma urbanização mais lenta, mas que tem um elevado incremento após a edificação das diversas ordens mendicantes, São Domingos (1271), a igreja de São Paio e o albergue da Nossa Senhora do Serviço (séc. XIII), a capela e albergaria de S. Crispim (1315). Na saída para Braga, a capela de S. Tiago (1114), que mais tarde se implanta a praça homónima, reformulada no séc. XVII. É já na baixa Idade Média que surgem as novas frentes urbanas, fruto do desenvolvimento e afluência de populações à Vila Baixa, produzindo crescimentos em contínuo nas diversas saídas, tanto para Vila do Conde, como para a Amarante e Lamego.

Quanto à Vila Alta, o seu ordenamento é regulado principalmente pelo seu castelo, na sua cerca amuralhada e na Igreja de S. Miguel, próxima do castelo. A existência de apenas duas portas nas muralhas, uma de ligação à rua de Santa Maria, de ligação à Vila Baixa, e uma outra a norte, que ligava às saídas para São Torcato e Terras de Basto. É dentro deste perímetro, com elementos reguladores como o castelo e a igreja que se desenvolve a estrutura urbana nas principais ligações às portas mencionadas. Este afloramento urbano era de dimensões inferiores ao da Vila Baixa e que permite que em posição contígua e em direcção à Vila Baixa venha a ser implementado o Paço Ducal. Com a edificação das muralhas dionisinas, a importância da Vila Alta vai-se perdendo, chegando mesmo a ser denominada de Cerca Velha ou Vila Velha (MORAIS, et al., 2002).

Período do séc. XIV a XV (mapa 45): é com D. Dinis que a segunda cintura da muralha é edificada, abraçando assim a Vila Baixa e a Vila Alta, mas é com D. João I que esta é completada, com as suas torres e ameias. Na intenção desta construção estava a unificação jurisdicional, conforme refere MORAIS, et al. (2002), estabelecendo na Vila Baixa os Paços do Concelho, ficando esta parte do burgo como cabeça de concelho, sendo nesta mesma época que a cerca alta é demolida unificando as duas vilas. A importância da rede viária medieval já existente, desenvolve-se nas mesmas direcções que o período anterior, com as saídas para Braga, Vila do Conde, Porto, Amarante e Póvoa de Lanhoso. Porém, é nos pequenos traçados, os de pequeno alcance, que irão ordenar de sobremaneira a edificação junto à muralha, bem como na zona intra-muros. A saída a ocidente das muralhas: com a porta da Garrida; o oriente com a porta da Freiria; a norte com a porta de Sta. Bárbara, em que dava acesso até

S.Torcatto, ponto importante de peregrinação e com vestígios moçárabes; a oriente com a porta da Senhora da Guia, de acesso à Costa, com o seu mosteiro do séc. X, restaurado no séc. XII; e a sul, a porta da Torre Velha, junto a S. Francisco e às zonas dos pelames, com direcção a S. Martinho do Campo, onde ainda hoje existe uma ponte romana.



Mapa 45 – do séc. XIV ao XV.

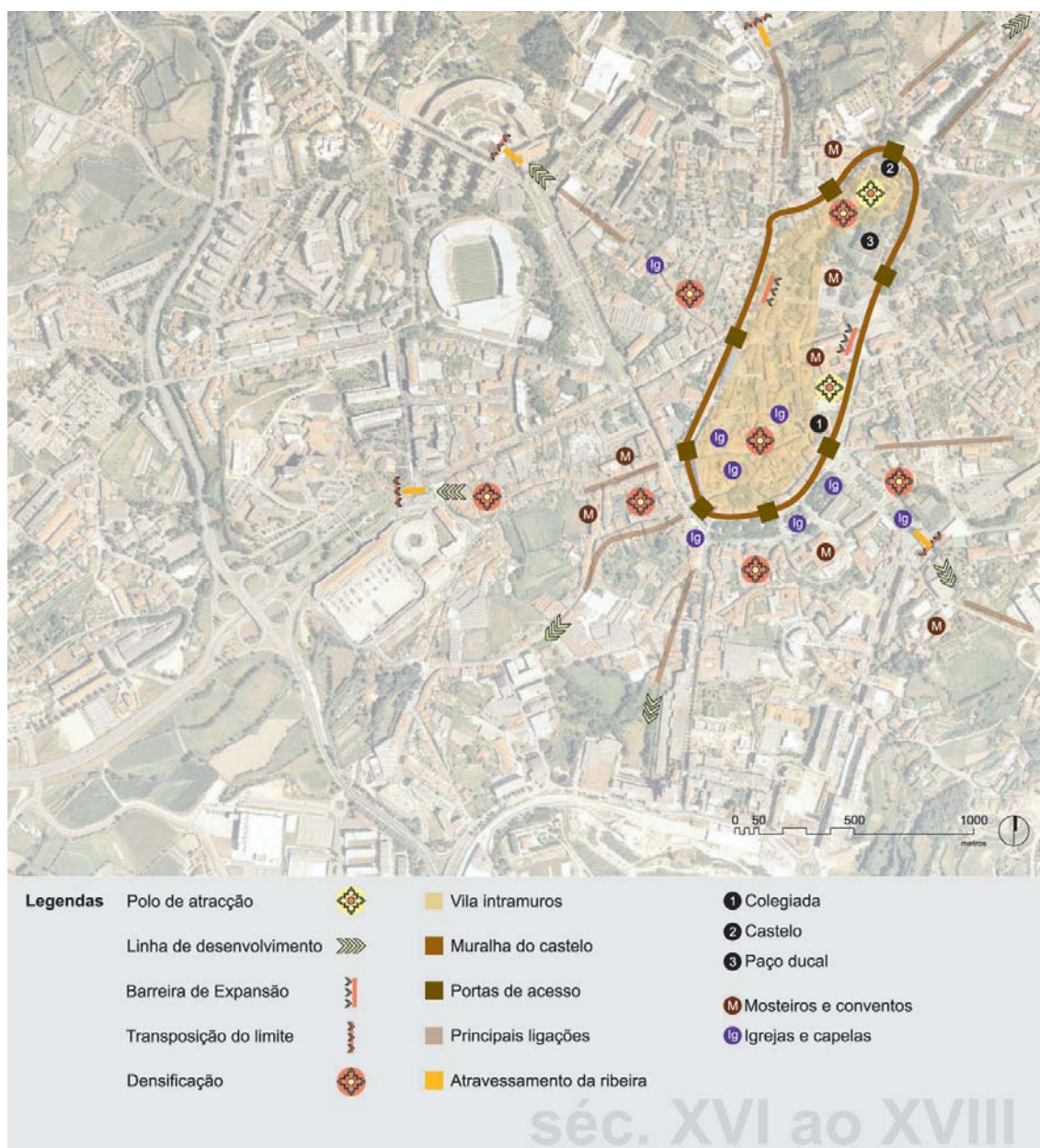
É no interior da muralha, que evidencia o maior crescimento de edificações, ocupando os espaços livres disponíveis, referindo três diferentes locais: uma primeira zona, com limites a norte no eixo na rua da Sapateira com a rua dos Mercadores, a sul pela rua Nova, a oriente pela praça da Oliveira e Senhora da Guia, a ocidente pelas portas de S. Paio e S. Domingos;

uma segunda zona, em forma de triângulo, com a base na rua da Sapateira, com limita e oeste com a rua das Flores, paralela ao pano da muralha, e Rua Valdonas, a leste com o eixo das rua Escura e dos Fornos; por fim, com base na margem norte da Praça de Santiago, a oeste pelo referido eixo Escura/Fornos continuando pela rua do Gado, a leste pelo eixo da rua Santa Maria/da Infesta. Mais a norte, na zona do castelo e capela de S. Miguel, com as transformações góticas operadas, este núcleo vai perdendo importância e nem mesmo com a edificação do Paços dos Duques (séc. XV) lhe recupera a devida importância, associadas também ao facto do centralismo político da época, de D. João II.

Os locais fora das muralhas, com os seus arrabaldes, de pequenos aglomerados urbanos, evidenciam-se pelo seu crescimento, transformando-se em novos espaços, conhecidos como os campos ou terreiros. De referir à época, em 1325, a deslocação dos conventos das ordens medievais, como a de S. Francisco e S. Domingos, com o intuito de libertar a muralha. O alargamento da estrada que seguia para Amarante, vindo a dar no Campo da Feira, que com a sua ocupação urbana gera um novo arrabalde (1170), coincidindo na via que seguia para a Costa, em direcção ao seu Mosteiro). A saída na porta da Torre Velha em direcção a Negrelos, ultrapassando o rio de Couros, onde se iria instalar a indústria de pelames, de importância primordial para a vila medieval, transforma-se num novo arrabalde, onde se instala toda a população afectada a esta actividade, como curtidores, surradores e sapateiros. Mais a oeste, junto das muralhas e entre a porta de S. Domingos e S. Paio, com um declive mais suave estava o campo do Toural, nome conhecido desde o séc. XVI, com as saídas para Vila do Conde pela rua dos Gatos, para o Porto pelas ruas da Caldeiros e Molianas (MORAIS, et al., 2002).

Período do séc. XVI a XVIII (mapa 46): no início do séc. XVI, efectuam-se grandes obras na Colegiada (Sta. Maria da Oliveira), com a edificação da torre sineira do tipo manuelino, uma alteração da estrutura do claustro medieval, a intervenção do bracarense André Soares no estilo rococó da Igreja dos Passos, uma intervenção na fachada da casa (rua da Sapateira) do Reverendo Rodrigo Lobo em estilo rococó produzindo assim a introdução de um novo estilo, quebrando assim dois séculos e meio do mesmo tipo de intervenções. Entenda-se que estas intervenções tiveram efeito sobre pré existências, salvaguardando uma certa continuidade, não sendo mais do que redireccionamentos de ideias acentuando sobre a estrutura urbana existente e pensada pelos fundadores. Relativamente aos períodos operados na estrutura urbana, menciona-se o estilo renascentista e maneirista intra-muros e com o barroco fora dos limites da muralha, já mais tardiamente e na expansão da malha urbana, factos aludidos por MORAIS, et al. (2002). Entenda-se que à época, com os Descobrimentos, as estradas marítimas ou terrestres eram vias de contaminação das novas ideias, usos, costumes, riquezas e principalmente no caso de novos estilos, servindo Guimarães como entreposto comercial

entre a orla marítima, Vila do Conde, e o interior com as variadas ligações viárias. É nesta época que termina a edificação do Paço do Concelho, elemento de ligação dos dois espaços públicos, a praça da Oliveira e praça de Santiago, grandes pólos sócio económicos, onde de realizava a venda do peixe, do pão e fruta. A indicação da edilidade, durante o séc. XVI, de que as habitações com coberturas em colmo deveriam passar a ser cobertas a telha.



Mapa 46 – do séc. XVI ao XVIII.

A construção da Igreja da Misericórdia (1588), junto à porta de S. Domingos e que com a sua edificação foi necessária o reajustamento dos espaços circundantes, originando a uma

praça nobre, que permitiu à população mais abastada a disponibilização dos terrenos circundantes para a construção das casas senhoriais, como no terreiro aberto na rua de Santa Maria, com o convento de Santa Clara (1553) na zona das Hortas de Maçoulas, continuando a servir como elemento regulador entre a rua e a muralha, vedando assim o desenvolvimento urbano para oriente.

No parte ocidental do terreiro da misericórdia está já uma praça estruturada desde o séc. XVII, com um cruzeiro a norte e um imponente chafariz a sul (1583), o Largo do Toural. Mais a sudeste está o terreiro da igreja de S. Sebastião (1570), em que a sua construção se deveu ao aumento da população e na edificação crescente na vertente sul das muralhas. Este desenvolvimento em edificação de igrejas, capelas e habitação coincide, como é conhecido, com uma época muito próspero do País, os Descobrimentos. Nesta mesma zona, a forma encontrada para resolver o elevado declive que havia para a zona dos Couros, foi colmatada com um grande muro de contenção (1588), existente ainda hoje (fotografia 38), servindo de separador e regulador entre as duas áreas, o terreiro e a zona dos Couros.



Fotografia 38 – muro de contenção e acesso à zona dos Couros.

Para oriente, junto à rua Trás-o-Muro, edifica-se já no séc. XVII o hospital e igreja de S. Dâmaso, muito perto do complexo monástico de S. Francisco. Todo o espaço entre a porta de S. Domingos e da Senhora da Guia, o crescimento urbano é em contínuo junto do grande campo e este forma-se em direcção a noroeste, alcançando assim a porta de Sta. Luzia, sendo então formado um corredor que virá a formar uma nova frente urbana paralela à cerca. Para sudeste, junto da porta Freiria e capela de Santa Cruz (1639) inicia-se o processo urbano de forma tímida e residual a partir da Capela, denominado à época do burgo de Santa Cruz. Mais a sul destes terrenos, o campo medieval Campo da Feira, limitado à altura pela construção da igreja de N. Sra. Da Conceição (1652), sendo erigido ao mesmo tempo uma pequena ponte sobre ribeira de Couros a fim de facilitar o acesso à igreja, no mesmo ano foi também

construída a ponte de Santa. Luzia sobre o Rio Selho. Este tipo de construções vem colmatar a necessidade do melhoramento da rede viária, com a preocupação no calcetamento das vias entre os diferentes arrabaldes e a vila, desenvolvido ao longo do séc. XVII, revelando as zonas de maior crescimento. A densificação urbana em volta da cerca, salvaguardada pelas preocupações militares de defesa, vai perdendo importância a partir do séc. XV, transformando-se na possibilidade de edificações junto desta e próximo das entradas, este fenómeno tem particular incidência nos inícios do séc. XVII, sendo no entanto regulamentado, permitindo a salvaguarda de ligações já existentes ao antigo burgo.

Junto ao Paços do Concelho, era erigido um edifício da Alfândega (1661), mas que após um violento incêndio se desloca para junto da Igreja de S. Sebastião servindo como posto de venda de produtos a todos aqueles aí quisessem vender, estando estrategicamente colocado junto às principais artérias de saída da Vila. Na zona alta de Guimarães, a Vila do Castelo, não existiam à data construções ou edificações de relevo, confirmando assim o seu despovoamento, que ocorria já do período anterior. O barroco em termos urbanos, surge em Guimarães por volta de 1664: com a construção do Convento dos Capuchos, frente à porta da Garrida; seguem-se os conventos femininos, o da Dominicas (1680) na rua Travessa, a oeste; o das Capuchinhas (1683) no Campo da Feira, a sul; na zona intra-muros o convento do Carmo (1685), no topo da rua de Santa Maria, servindo como pólos de crescimento.

A praça do Toural assume-se como praça barroca, axialmente preenchida pelas diversas casas nobre e a igreja, esta praça só seria consolidada nos finais do século com a edificação da sua frente pombalina. A casa do fidalgo Luís Tadeu de Albuquerque, na praça da Misericórdia é um exemplo vivo do barroco que com o palácio Vila-Flor, de Luís Tadeu, em meados do séc. XVIII, com o edifício e os seus jardins marcam pelo estilo barroco a Vila de Guimarães. Juntamente com outras intervenções, os exemplos citados servem de potenciadores de crescimento aos pequenos arrabaldes medievais, permitindo novas linhas de desenvolvimento. Em meados do séc. XVIII, todo o processo de evolução e expansão urbana estão consolidados, marcando assim os limites da cidade medieval, que perduram até ao séc. XX (MORAIS, et al., 2002).

Período do segundo quartel do séc. XVIII ao séc. XIX (mapa 47): a decoração rococó observa-se nas diferentes casas nobre, colocadas junto às ruas dos Mercadores, Rua de Santa Maria e rua da Sapateira, principalmente nas suas fachadas. Estas, ao contrário das casas seiscentistas, têm uma preocupação na integração da malha urbana existente, situando-se, como já foi referido, nas principais artérias da vila, conforme refere MORAIS, et al. (2002). A casa das Hortas, situada no Campo de mesmo nome, de construção com decoração rococó, mas em transição para o neoclássico, servirá como ponto de arranque, a ocidente da muralha, para a densificação da zona em termos urbanos, vindo a ser consolidada já no início do séc. XX.

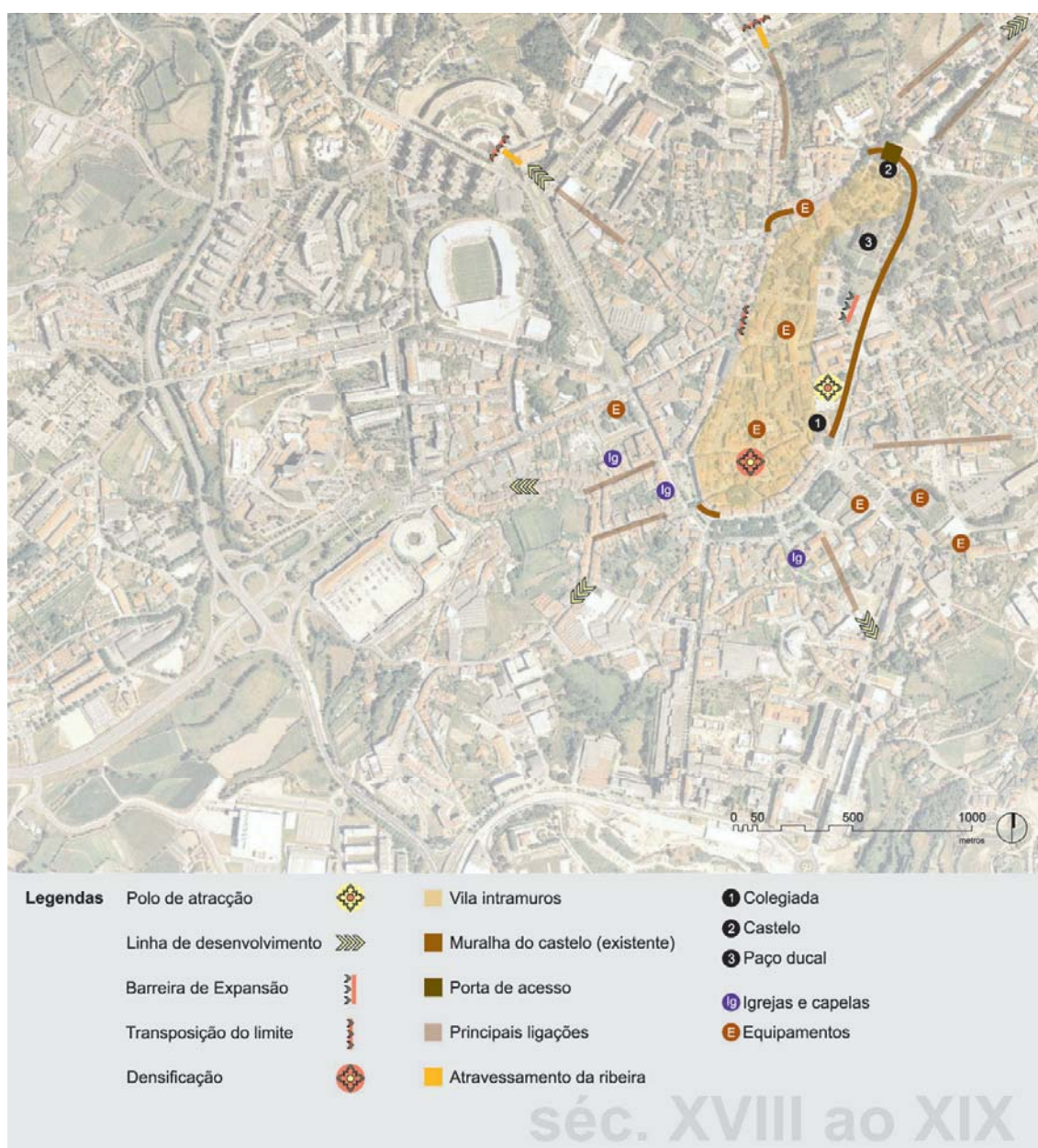
Outras casas, do tipo casa nobre, surgem neste período, sendo de características urbanas e de construção na horizontal, ocupando a frente urbana, mas de gostos de períodos anteriores, prevalecendo assim a estrutura urbana das praças onde estas eram implementadas, como foi o caso da casa do Carmo, no largo do mesmo nome. Porém, já nos finais do séc. XVIII, a orientação da malha urbana seguirá outra direcção, à monumentalidade e extravagância do barroco segue-se a regulamentação e normalização iluminista, não esquecendo que para este facto contribui e muito a reconstrução pombalina de Lisboa (1755) (MORAIS, et al., 2002). A rede viária existente, já consolidada, tem nesta época um novo sentido de reorientação, ocorrida pela perda de importância do porto de Vila do Conde, dando a prevalência a ligação a Braga e ao Porto. Facto urbano que marca este período, é a demolição de partes do pano amuralhado, permitindo uma ligação directa das zonas dentro e fora dos muros. Assente numa política reformadora, segundo os intervenientes, ocorrida desde os meados do séc. XVIII até ao seu final, proibindo e destruindo “empanadas” (MORAIS, et al., 2002 p. 103), rótulas, tabuleiros, sacadas de forma a uniformizar as fachadas dos edifícios.

Como exemplo, a obrigatoriedade na retirada ou o recolher das sacadas na rua dos Mercadores (1769), com os alinhamentos à rua da Sapateira, sendo esta a rua mais pública na altura e dando nota ao Código de Posturas e à Provisão Real com o objectivo no rigor dos alinhamentos nas diversas vilas e cidades. Manifesta-se a preocupação régia, nomeadamente da Rainha, em cuidar dos interesses dos moradores a quem era imposto estes novos regulamentos, referindo que por muito nobre que fosse a intenção da edilidade, teriam de cuidar primeiro os interesses dos habitantes.

À época (1793) é dada a autorização por parte do poder régio na destruição da muralha (em alguns locais), com vista a permitir a edificação de habitações com maior profundidade, ocorrendo principalmente no Largo do Toural, com a sua nova frente pombalina. A demolição das muralhas continua até ao séc. XIX, com a torre de São Bento destruída, sendo a sua pedra utilizada nas diferentes obras da vila. Surgem novas frentes de crescimento urbano, caso da rua Nova de Santo António e da rua de S. Francisco, de características neoclássicas (MORAIS, et al., 2002). Neste período ocorrem uma série de medidas legislativas de carácter moderno e fiscal, com a numeração das casas (1807), a nova toponímia de ruas e com a divisão da vila em oito bairros, identificando os limites da mesma.

Os finais do séc. XVIII e início do séc. XIX correspondem a uma época de próspero desenvolvimento económico e comercial de Guimarães, também reflectidos nas zonas circundantes e nas áreas industriais dos têxteis, cutelaria e curtumes. A zona dos Couros é um exemplo de crescimento, pela edificação de diversas unidades fabris, como nas habitações dos seus trabalhadores. As preocupações higienistas e de assistência, próprio da época em que se vivia, fez com que se criasse uma série de equipamentos, como hospitais e mercados, caso

dos estabelecimentos da Ordem Terceira, S. Francisco, e Dominicanos. A extinção das ordens religiosas em 1834, traduziram-se na transformação dos conventos para novas funções, como quartéis, escolas, hospitais, servido como pólos de atracção ao desenvolvimento urbano. A instalação de um regimento militar nos Paços dos Duques, em conjunto com a instalação do hospital da Misericórdia no Convento do Carmo, fez com que esta zona se revitalizasse, o que não acontecia há séculos.



Mapa 47 – do séc. XVIII ao XIX.

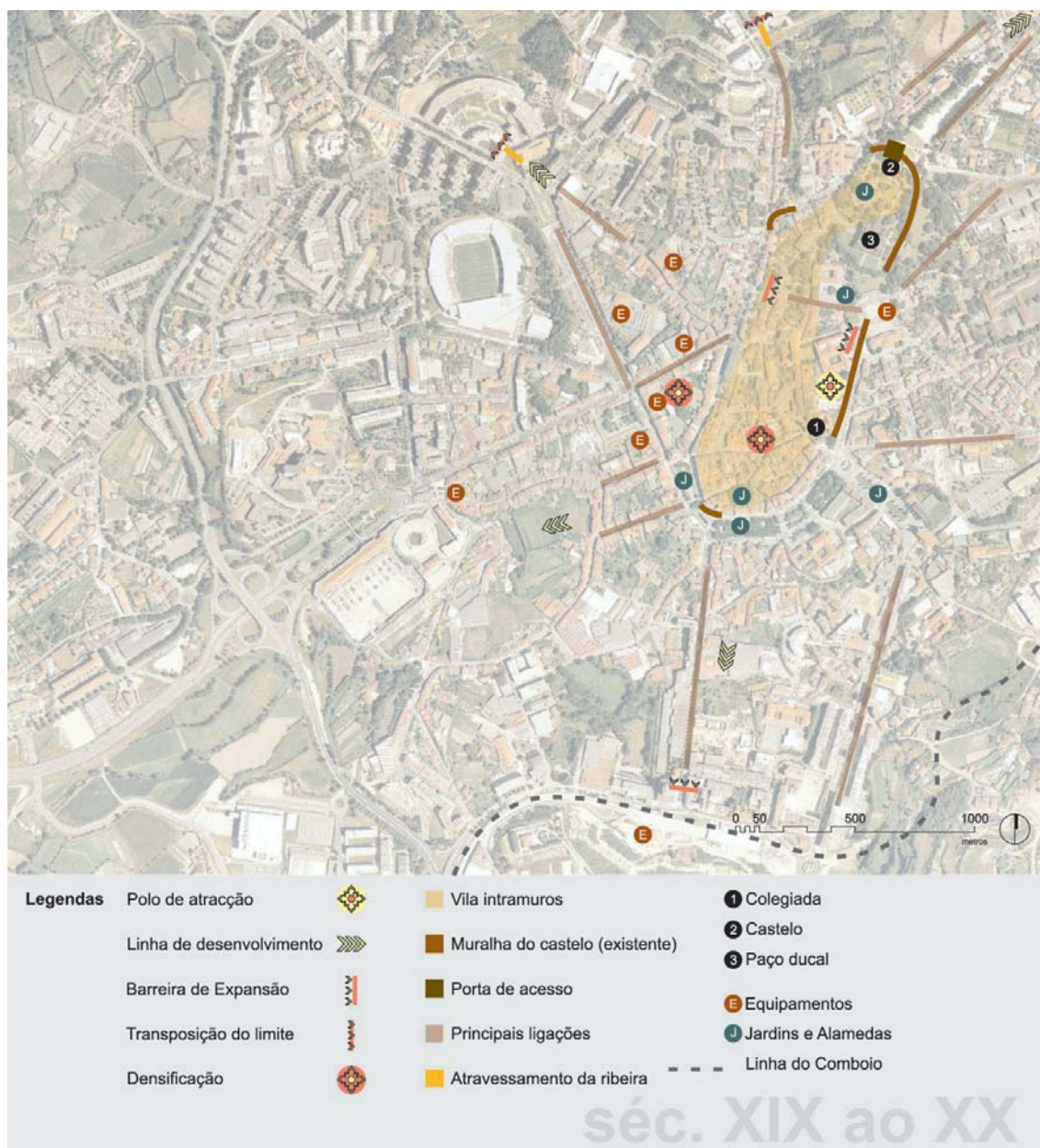
A existência de quartéis militares esteve no início do séc. XIX associado à construção de teatros e realização de espectáculos, não sendo indiferente a edificação do Teatro D. Afonso Henriques (1853) na margem sul do Campo da Feira, um outro (1835) construído pelo Conde de Vila Pouca, localizado na rua das Pretas, na zona norte. Este pólo cultural, fez com se consolidasse a margem nascente e poente do Campo da Feira com linhas contínuas de edificação urbana. Realizam-se também na Misericórdia e Santa Clara regularizações nos edifícios e por acréscimo nas suas praças (1862), ainda de características barrocas, próprio de uma atitude saudosista à época (MORAIS, et al., 2002).

Por este período, Guimarães caracterizava-se como vila de elevado desenvolvimento industrial, económico, comercial e social, logo urbano. A preocupação na edificação de uma praça de mercado, onde fosse possível agrupar as diferentes feiras que se realizavam pelas artérias da vila, procurando assim a vigilância das condições e higiene dos produtos, principalmente os alimentares. No plano de 1863 é referenciado a criação da Praça Nova ou do Mercado, local indicado para a edificação de um mercado, que percorre até ao séc. XX. Esta seria uma nova frente de crescimento urbano, indo desde as traseiras da cerca do convento dos dominicanos, encostado à praça do Toural, até à ponte Sta. Luzia.

Período dos finais do séc. XIX aos inícios do séc. XX (mapa 48): em meados do séc. XIX, com uma série de acontecimentos ocorridos em Guimarães, fruto de um clima pacífico próprio da época, produzem uma nova fase de evolução urbana. Esta não é mais do que consequência do elevado desenvolvimento industrial, económico, comercial e social das gentes de Guimarães, trabalhadores exímios do têxtil, cutelaria e curtumes, em que com a visita da Rainha D. Maria (1852), concede no ano seguinte o título de cidade. A rede viária vimaranense mantém na sua estrutura principal, de perfil medieval, denotando contudo diferentes graus de importância dos seus trajectos, referindo que à época as ligações a Fafe e V. N. de Famalicão motivavam um maior protagonismo. A zona baixa da cidade, o Largo do Toural e áreas adjacentes, servem como ponto de partida e chegada das mais importantes ligações viárias, facto comprovado pela localização neste local das estações públicas de diligências.

Acontecimento que marca a cidade reside no seu plano de urbanização (1863), encomendado pela câmara ao Eng. Manuel de Almeida Ribeiro, professor de Architectura e dos Planos Gerais de Melhoramentos (1865), este último que marca a génese do urbanismo português, conforme refere o autor MORAIS, et al.(2002). Entre os diversos objectivos, o plano consistia na leitura do ponto da situação e nas devidas alterações a serem implantadas no tecido urbano vimaranense de forma a melhorar e modernizar a cidade sem indicar futuras zonas de expansão urbana, tem por propósito as reformas higienistas e o pragmatismo urbanístico, próprio do séc. XIX, no entanto, certos edifícios seriam salvaguardados, como o Paço dos Duques, o Castelo e Capela de S. Miguel, memórias do poder régio português.

Refira-se, que segundo MORAIS, et al. (2002), esta preocupação não era mais dos que falta de dinheiro e da vontade política para as difíceis e controversas medidas, dando contudo, o benefício da dúvida nas preocupações patrimoniais com os monumentos deixados pelos antepassados vimaranenses.



Mapa 48 – do séc. XIX ao XX.

Esta corrente de demolição, fez com que alguns elementos patrimoniais fossem destruídos, dando como exemplos a Igreja de S. Sebastião (1891/92) e alguns bairros medievais, sendo no entanto entendidos, os planos e algumas directrizes, como soluções urbanas revolucionárias, antevendo a futura expansão urbana da cidade, que viria a ocorrer no

século seguinte: como a ligação do terreiro de S. Francisco ao Largo da Fraga passando pelo Campo da Feira; a ligação da Cruz de Pedra e Santa Luzia, ou seja, estrada do Porto à de Santo Tirso, como forma de retirar o trânsito do centro urbano; a ligação da Praça do Mercado a Santa Luzia; a ligação do Toural à Praça do Mercado.

Estas preocupações higienistas foram propostas em plano localizadas principalmente nas zonas intra-muros, e como refere o autor MORAIS, et al. (2002), na parte mais antiga e interessante do burgo. A esta distância temporal declara que algumas das intenções ao não serem executadas foram uma mais-valia, pois assim ter-se-ia perdido para sempre o património hoje reconhecido pela UNESCO (MORAIS, et al., 2002).

Assiste-se em Guimarães a uma revolução urbana, entre outros aspectos, na criação dos primeiros grandes espaços verdes públicos, como o Toural e S. Francisco, sendo no entanto praticadas algumas destruições do equipamento urbano que existia, como o chafariz até então localizado na ponta sul, destruído em 1874, sendo no entanto recuperado mais tarde e colocado na actual praça do Convento do Carmo; o derrube, na mesma época (1878), do cruzeiro do séc. XVI, existente no Campo de Santa Ana, para construir o jardim com placa central e um coreto, hoje S. Dámaso, salientando o facto desta frente urbana estar regularizada e alinhada devido ao incêndio ocorrido (1869), destruindo as casas seiscentistas e setecentistas, substituídas pelas actuais.

Os arranjos exteriores e arborização das Praças de São Sebastião e São Francisco, tendo esta última um perfil de ruas na sua alameda, resultando na arborização dos terreiros entre a Porta de São Domingos e São Dámaso, servindo como elementos reguladores das diferentes frentes urbanas. No que respeita ao ensino na cidade, o primeiro Liceu (1896) instalado no Convento de Santa Clara, onde funcionava até então um seminário, a edificação da Escola Comercial e Industrial de Guimarães (1884), na zona norte da praça do Mercado, com a finalidade de instruir mão-de-obra qualificada e especializada para a indústria Vimaranesa, resultando num facto social indispensável e que se virá a reflectir nas alterações urbanas do século seguinte (MORAIS, et al., 2002). Com as preocupações higienistas que ocorriam à época, a Comissão de Melhoramentos dá início construção do Matadouro Municipal (1896), acabando com os açougues dos tempos medievais e implantando no mesmo local o equipamento, aproveitando as águas limpas da ribeira e junto a Santa Luzia.

A zona alta da cidade, postada há muito tempo ao abandono desde séculos, é nesta época e por parte da Comissão de Melhoramentos de cuidados especiais, tais como: a recuperação da Capela de S. Miguel; o restauro dos diversos edifícios de valor patrimonial e histórico e dada continuidade no séc. XX pelos Monumentos Nacionais aquando da comemoração dos oitocentos anos de Portugal. Em 1881, é ampliado o largo do Carmo, destruindo assim o miolo entre as ruas da Infesta e do Poço articulado com a rua Serpa Pinto,

permitindo um desafogamento da zona e que em conjunto com a destruição da muralha junto ao acesso da estrada para Fafe, produz uma acentuada expansão urbana nesse sentido.

Facto primordial à época foi a inauguração da ligação por caminho-de-ferro entre Guimarães e Lousado (1884), depois até Fafe (1907), transformando-se num pólo de crescimento urbano de dimensões assinaláveis, visto este local ser uma zona agrícola, sem intenções de crescimento e afastado do centro urbano da cidade (MORAIS, et al., 2002). Com este novo elemento são abertas duas grandes artérias: a rua da Indústria (1890), a ocidente e dirigida ao Campo da Feira; a rua do Comércio, a oriente e de ligação ao Toural, permitindo assim um desenvolvimento urbano, principalmente industrial e comercial, abrindo uma nova estrutura urbana entre a zona dos Couros. Estas novas artérias são também potenciadoras do trânsito para o Porto/Sto. Tirso e Fafe, fazendo referência à sua ligação sentimental e mesmo religiosa ao monte da Penha, conforme refere MORAIS, et al. (2002).

Neste período da vida da cidade, em que cerca de quarenta anos bastaram para um desenvolvimento assinalável, originando junto das freguesias rurais adjacentes, como Urgeses, Azurém, Costa, Creixomil, Fermentões uma forte atracção pela nova metrópole comercial e industrial. Com a proclamação da República, facto político que marca a vida nacional, tem no Municipalismo uma das características do regime, com a Comissões Executivas nas diferentes edilidades do país, dando continuidade ao desenvolvimento das cidades. Em Guimarães, esta comissão tem, entre os diversos objectivos, a implementação de bairros operários, a edificação de vários equipamentos públicos, futuras ligações na rede viária, entre muitos outros. Contudo, somente algumas destas intenções vingam, como a implantação de um novo edifício para os Paços do Concelho, junto aos antigos e na Praça de Santiago, associando a elevada carga histórica do local. Este ecletismo histórico reflecte-se também com a edificação do edifício da Sociedade Martins Sarmento (1907), com referências à história da cidade.

No entanto, o país vivia tempos políticos conturbados durante a 1ª República, resultando em mudanças de intenções, como a alteração do local para a implementação dos novos Paços do Concelho, agora deslocado para a nova praça, de forma ortogonal, e com as confluências da rua Serpa Pinto, estrada para Fafe e rua de Santa Cruz, funcionando como pólo de atracção para a futura expansão urbana desta zona da cidade, consagrada no Plano de 1925 de Luís de Pina. O desenvolvimento da cidade de Guimarães, consagrada como tal em 1867, na publicação do plano de melhoramentos, aliado à chegada do caminho-de-ferro, vem marcar todo o desenvolvimento industrial, comercial e económico da cidade e consequente melhoria nas condições socioeconómicas da sociedade vimaranense.

Período do séc. XX (mapa 49): no advento da modernidade à cidade de Guimarães, os planos para a cidade marcam a forma de crescimento no futuro, à semelhança do que ocorrera no século anterior, com o plano de 1863, contudo o Plano de Luís de Pina de 1925 consagra a

expansão urbana da cidade, contrariamente ao ao plano anterior, de actuação estática na cidade existente. O novo plano contemplava a expansão para novos territórios, de forma dinâmica, principalmente localizados na zona oriente da cidade, junto ao novo edifício, que estava projectado para a nova Câmara e de autoria do arquitecto Marques da Silva. Salientava a preocupação para com a cidade existente, do afecto para com o velho burgo, mas impunha a necessidade da cidade abrir-se, romper com os velhos muros, procurando o ar e a luz, conforme refere Luís de Pina (citado por MORAIS, et al., 2002).

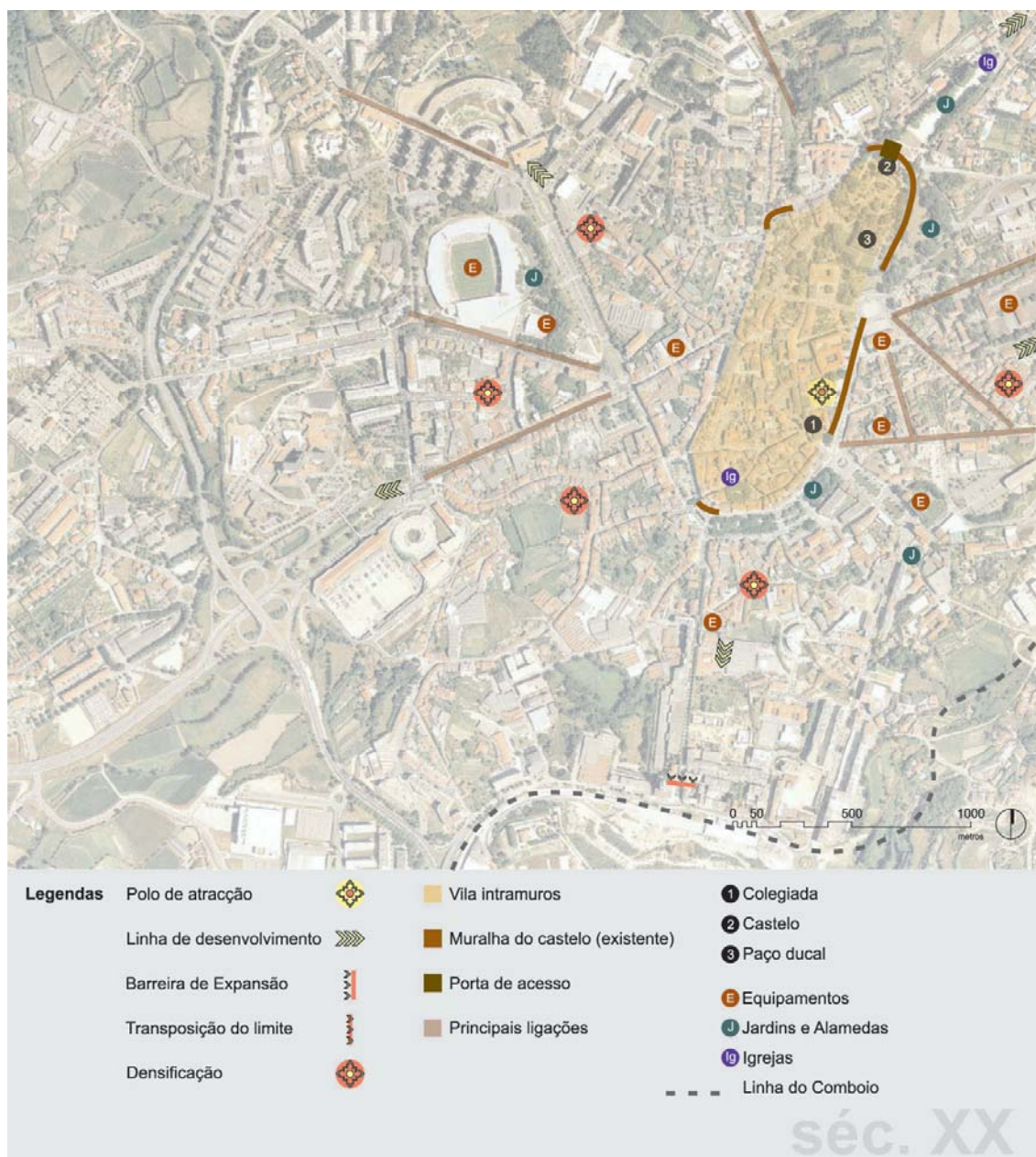
Ao Plano deve-se a nova configuração da estrutura urbana, com objectivos traçados em função da ligação do velho burgo com as novas zonas de expansão urbana, entre muitas, mas referindo a zona localizada na rua Serpa Pinto, ponto fulcral o plano, com um sistema de três avenidas, formando a figura de “uma pata de ganso” (MORAIS, et al., 2002 p. 147), estruturando toda a organização. A consagração dos diversos monumentos históricos permitia a ligação, referido por Luís de Pina, da cidade moderna com a cidade antiga, demonstrando interesse na colina sagrada, facto que veio marcar a preocupação constante desta zona da cidade em futuros planos. Facto político que marcará Portugal nos próximos cinquenta anos inicia-se com a ditadura militar de 1926, passando a Estado Novo, até 1974. Com esta condição política, Guimarães passa a ser gerida por nomeação das chefias e através das Comissões Administrativas da Câmara.

Algumas continuidades foram asseguradas, tendo na colina sagrada a forma de reabilitar os monumentos históricos, com a expropriação do casario em redor do Castelo, Paço dos Duques e da Capela de São Miguel para a construção de um parque. No entanto, esta preocupação do regime para com os monumentos tornou-se na possibilidade de celebração dos três centenários da nação, a de 1140, ano do Nascimento, de 1640, ano do Renascimento e 1940 com o ano Apoteótico do Ressurgimento, conforme refere o MORAIS, et al. (2002 p. 155), acumulando não só a construção do parque, como na recuperação dos monumentos à sua imagem/pureza inicial, convertendo mais tarde (1955) em zona protegida e proibida em construção no plano de urbanização.

A entrada do Eng. Duarte Pacheco no Regime do Estado Novo, veio provocar uma revolução urbanística nesse periodo (1934), com os Planos Gerais de Urbanização, acentuando o carácter “moderno” (MORAIS, et al., 2002 p. 162) do estado, regulamentando e modernizando as estruturas urbanas, criando em 1944 a Direcção dos Serviços de Urbanização. Em 1955 entra em vigor o Plano de Urbanização de Guimarães, de autoria do urbanista Moreira da Silva, tendo no entanto o seu inicio já desde a década de quarenta. Por influência de Etienne De Groer⁸⁴, o plano de Moreira da Silva, apesar do seu ecletismo e pragmatismo conhecidos, conforme refere MORAIS, et al. (2002), baseia as suas directrizes

⁸⁴ Urbanista russo exilado, que tinha realizado planos de Urbanização por convite de Duarte Pacheco em 1938, e reconhecido como elemento do movimento das cidades-jardim inglesas.

nos ideais da cidade jardim adaptando a situações concretas, mas recorrendo a zonas de expansão, zonas verdes e nas unidades de vizinhança, algumas das realizações implantadas em Guimarães reconhecem os princípios enunciados: como no percurso que se inicia Largo do Toural, inclui o Largo 28 de Maio, Largo República do Brasil, Parque dos Jogos e do Parque da Colina, do novo arruamento entre a Avenida Duarte Pacheco e Santa Luzia.



Mapa 49 – do séc. XX.

Este período da história urbana de Guimarães salienta a implementação poli cêntrica dos equipamentos espalhados pela cidade, com o novo Liceu de Guimarães (1958) e o bairro económico (1950) na zona da Arcela, a Caixa Geral de Depósitos (1960) junto ao Largo do Toural, o Palácio da Justiça (1960) junto da Avenida Alberto Sampaio e da praça contígua, a sala de cinema São Mamede na rua de José Sampaio (1962) concorrendo com a influência do Cine Teatro Jordão (1937) na Avenida da Indústria. Outra das zonas de expansão localiza-se na zona ocidente da cidade, nas antigas ligações a Braga e Vila do Conde, com a abertura da Avenida Conde de Margaride, onde Moreira da Silva implanta dois equipamentos, plenos de novidade à época, como o Central de Camionagem e o Parque de Jogos com o Estádio Municipal, havendo nos espaços sobranceiros a colocação de edifícios multi-funcionais, tendo como referência o “Prédio de Rendimento” do arquitecto Arménio Losa. Numa atitude de *“regresso à cidade”* (MORAIS, et al., 2002 p. 176) com a colocação da Câmara Municipal no antigo convento de Santa Clara, liceu até ao momento (1968), nos pedidos junto da DGEMN para a reabilitação urgente dos conventos de São Francisco, São Domingos e na Colegiada, bastante degradados e sem o devido cuidado, contrariamente ao que acontecia na colina sagrada.

Em 1967, o arquitecto Arménio Losa redige um novo Plano de Urbanização de Guimarães, com as preocupações inerentes ao «progresso modernista» de então, com soluções preconizadas pela cidade radiosa do Movimento Moderno, actuando sob os princípios urbanistas da Carta de Atenas, regulando a zonificação da expansão industrial que ocorria desde o início dos anos sessenta do séc. XX e na resolução do problema da habitação com as construções em altura, tendo proposta zonas de expansão infra-estruturadas, que eram no Plano de Moreira da Silva zonas verdes. Identifica-se entre estes dois planos a ruptura operada entre os seus intervenientes, a cidade jardim de Moreira da Silva com o Movimento Moderno de Arménio Losa. Neste processo de evolução urbana, do início do séc. XX até à queda do Regime do Estado Novo, em 1974, Guimarães desenvolve-se, adaptando-se da melhor forma possível, mas que em tudo se identifica com o fenómeno da suburbanidade, na dicotomia do urbano e do rural, tendo nos actores modernistas as ferramentas de um (urbano) se impor ao segundo (rural), deixando até aos dias de hoje muitos dos problemas por resolver, conforme assegura MORAIS, et al. (2002).

5.2. A organização do evento



Fotografia 39 – logótipo de Guimarães 2012 CEC

Guimarães será a terceira cidade nomeada CEC, depois de Lisboa 1994 e Porto 2001. Cidade histórica (Fundação Cidade de Guimarães, 2010), reconhecida como berço da nacionalidade no séc. XII, identificada nas suas gentes e pelo seu património cultural e arquitectónico (Câmara Municipal de Guimarães, 2007). Cidade com grandes transformações nos últimos 150 anos beneficia de uma localização estratégica, assumido no sector dos couros ao têxtil como um pólo exportador nacional.

Com uma população cinquenta por cento abaixo dos 30 anos de idade, considera-se uma das mais jovens cidades da Europa e o segundo maior município fora das áreas metropolitanas do Porto e Lisboa (Câmara Municipal de Guimarães, 2008). Na área do ensino assume-se como pólo de excelência reconhecido pelo pólo universitário da Universidade do Minho e nas diversas entidades formadoras ao nível do ensino profissional.

Tem vindo a assumir um maior protagonismo no sector cultural, apostando em diversas celebrações culturais, tomando como exemplo o Guimarães Jazz ou o Festival Gil Vicente, em equipamentos, permitindo agregar à sua imagem uma nova identidade no contexto nacional, enquanto pólo cultural de qualidade e inovação (Câmara Municipal de Guimarães, 2007). Cidade reconhecida pela Unesco, como Património Mundial desde 2001, vê reconhecido o seu esforço no processo de regeneração do centro histórico iniciado nos anos oitenta do séc. XX, beneficiando a cidade ao nível do seu espaço público e edificado.

Dados demográficos

Cidade	160.000
Região (Norte)	3.657.813
Nacional	10.356.117

Tabela 18 - população em 2008

Objectivos: o principal objectivo da CEC, segundo consta no Plano Estratégico (Fundação Cidade de Guimarães, 2010), reside no processo de regeneração apostado no modelo estratégico de “Cultural-led Urban Regeneration”⁸⁵, visando a regeneração urbana, social e económica da cidade, aumentando a qualidade de vida e o acesso à cultura dos

⁸⁵ Tema referido por EVANS (2005), que sumariamente, refere a actividade cultural como catalisador e motor de regeneração, precursor de mudanças e transformações.

cidadãos, a promoção e valorização do território, como do património colectivo material e imaterial (UNESCO, 2001).

A regeneração urbana, com intervenções ao nível do espaço público, procurou a capacitação de Guimarães para uma utilização mais enriquecedora por parte dos seus habitantes, bem como dos visitantes que ocorrem à cidade, aliando propostas de interacção como recurso à criatividade e tecnologia.

A regeneração social, a partir da forte identidade histórico-cultural da cidade, estrutura-se na agregação do sentido de modernidade e futuro (Fundação Cidade de Guimarães, 2010). O envolvimento dos agentes e dos habitantes nos diferentes programas e projectos é completada com uma aposta numa nova cultura urbana implicando a participação no planeamento urbano e gestão pública.

Quanto à regeneração económica, visa operar uma mudança de paradigma, a de uma economia industrial clássica para um modelo de economia baseada na criatividade e no conhecimento.

Conforme refere a Fundação Cidade de Guimarães (2011), pretende-se que Guimarães se assuma como um polo europeu de criatividade através da qualificação, conectividade e promoção de uma forte identidade cultural e urbana.

Organização e gestão: a preparação do evento contou numa fase inicial, a da candidatura, por parte da Câmara Municipal de Guimarães, com o apoio do Governo, nomeadamente com o Ministério da Cultura. Em 2009, por resolução da edilidade, a organização do evento passou para uma nova entidade pública, a Fundação Cidade de Guimarães. Esta decisão anuída por despacho ministerial (Decreto-Lei n.º 202/2009 de 28 de Agosto). Configura-se assim como estrutura independente que centraliza a gestão, planeamento e controlo do evento, constituída por uma:

- estrutura de governação, com o Conselho Geral, Conselho de Administração, Presidenta da Fundação e Conselho Fiscal.
- estrutura organizacional, de actuação em três diferentes áreas, a financeira e áreas de suporte; a comunicação; e o projecto Capital Europeia da Cultura.

Pretende-se uma organização aberta e com interactividade na cidade promovendo a ligação ao resto do território nacional, e mesmo internacional, preconizando resultados de maior impacto ao nível do desenvolvimento cultural, económico e respectiva visibilidade.

Programa Cultural: a celebração do evento, assenta essencialmente na definição da imagem do evento, em que a organização pretende “*um programa criativo numa cidade criativa*” (Fundação Cidade de Guimarães, 2011), que preconize o entusiasmo da cidade e da região, que reforce os sentimentos de pertença e participação cívica, a valorização dos

recursos e memórias locais, promovendo novas actividades e oportunidades de negócio, que incuta aos criadores e artistas locais o exercício além fronteiras, e o encorajamento de práticas urbanas sustentáveis. Como tal, agrega os projectos e programas em «clusters»⁸⁶ de actividades inter-dependentes almejando a precursão dos seguintes objectivos da CEC:

O cluster Cidade: com objectivos de tornar a CEC como catalisadora da transformação social, económica e urbana, tornando a Guimarães uma cidade mais relevante e competitiva no contexto de cidades europeias da mesma dimensão. Este programa estrutura-se em três eixos, que são: a paisagem criativa, contando com a cidade como plataforma para experiências e explorações criativas; o intercâmbio criativo, desenvolvendo a economia criativa de Guimarães evidenciando o empreendedorismo, os talentos e os negócios criativos; as cidades inovadoras, apostando em Guimarães como cidade mediadora da criatividade e inovação no contexto nacional e líder da criatividade ao nível europeu de cidade idênticas.

O cluster comunidade: preconiza um dos objectivos estratégicos, o da participação das pessoas e do envolvimento comunitário, ao qual pretende reflectir sobre os sentimentos de pertença e diferença, dotando a cidade de Guimarães, em particular os seus habitantes de um sentimento de pertença reforçado e um novo conhecimento sobre outras identidades e expressões que serão acolhidas na cidade.

O cluster pensamento: procura pela reflexão e pelo debate destacar o papel da análise histórica, valorizar o contributo do património intelectual para a construção europeia, a procura de inovação nos sistemas sociais e políticos. Assume-se como “*european meeting point*” (Fundação Cidade de Guimarães, 2010), ponto de encontro dos vários sectores de expressão de criação e nos grandes desafios que enfrentam as sociedades contemporâneas.

O cluster arte: desdobrado em quatro áreas de programação específica, que são: a música, artes performativas; arte e arquitectura, cinema e audiovisual.

Para além destes programas culturais, os clusters, a CEC integra ainda projectos dos movimentos associativos locais, tais como o programa “Tempos Cruzados”, com a assinatura de protocolos com associações culturais da cidade; e os Projectos Especiais, onde se incluem todo o tipo de manifestações, que embora pertença da CEC, não se incluem nos clusters previamente definidos, tomando por exemplo os eventos relacionados com a abertura e fecho do ano cultural (Câmara Municipal de Guimarães, 2008) (Fundação Cidade de Guimarães, 2010).

⁸⁶ noção de «cluster» já referido no cidade criativa, mas de actuação em conteúdos programáticos, de unidades programa.

O orçamento previsto

Investimentos

valores em euros

Investimentos em infra-estruturas	
Novas infra-estruturas culturais	23.750.000
Modernização dos equip. culturais	9.000
Requalificação Urbana	26.600.000
Espaços Verdes	6.300.000
Valorização do Património	4.400.000
Sub-total	70.050.000
Custos operacionais	
Programa Cultural	25.000.000
Promoção e Comunicação	8.000.000
Gestão de Operações	8.000.000
Sub-total	41.000.000
Investimento Total	111.050.000

Financiamento

Programação Cultural	25.000.000
Feder / PO Norte	9.500.000
Ministério da Cultura	11.500.000
Sub-total	25.000.000
Promocção e Comunicação	
Turismo de Portugal	8.000.000
Sub-total	8.000.000
Estrutura de Gestão	
Município de Guimarães	4.000.000
Ministério da Cultura	4.000.000
Sub-total	8.000.000
Total de financiamento	41.000.000

Tabela 19 – orçamento previsto [2012].

Comunicação e promoção do evento: no contexto de competitividade entre cidades, a necessidade da comunicação, à semelhança do que ocorrera noutras cidades CEC, Guimarães aposta no retomar da suas marcas identitárias, afirmando-as e ampliando o seu valor nos diversos contextos (Fundação Cidade de Guimarães, 2011). Contempla três linhas estratégicas: o “City Branding”, a promoção do programa cultural; e a Europa – posicionamento num contexto internacional.

- O “City Branding” – estratégia de comunicação que visa promover e divulgar a criação de canais de comunicação e redes de instituições de vária ordem, a captação de públicos internacionais, de recursos e investimentos: debate sobre a Europa e a sua construção. Em suma, afirmação e aumento da visibilidade internacional, da cultura e produção artística local.

- A promoção do programa cultural, com o desenvolvimento de planos de comunicação específicos para cada área de programação, designadamente dos clusters. Como objectivos da estratégia deste tema pode-se referir a mobilização e inclusão do público local, regional, nacional e até internacional, a captação do interesse e investimentos das instituições, parceiros e patrocinadores, o motivar o público habitual da cultura e captar mais audiências e por fim o reforço da comunicação em rede.

- Europa – posicionamento num contexto internacional, a comunicação com o intuito no posicionamento de Guimarães no contexto europeu, integrando e promovendo a produção cultural na rede europeia de produção criativa e artística.

Quanto aos destinatários das estratégias de comunicação a incidência recai:

- Na Comunidade local, reconhecida como destinatário da comunicação, mas principal veículo de transmissão da mensagem da CEC e da sua promoção.

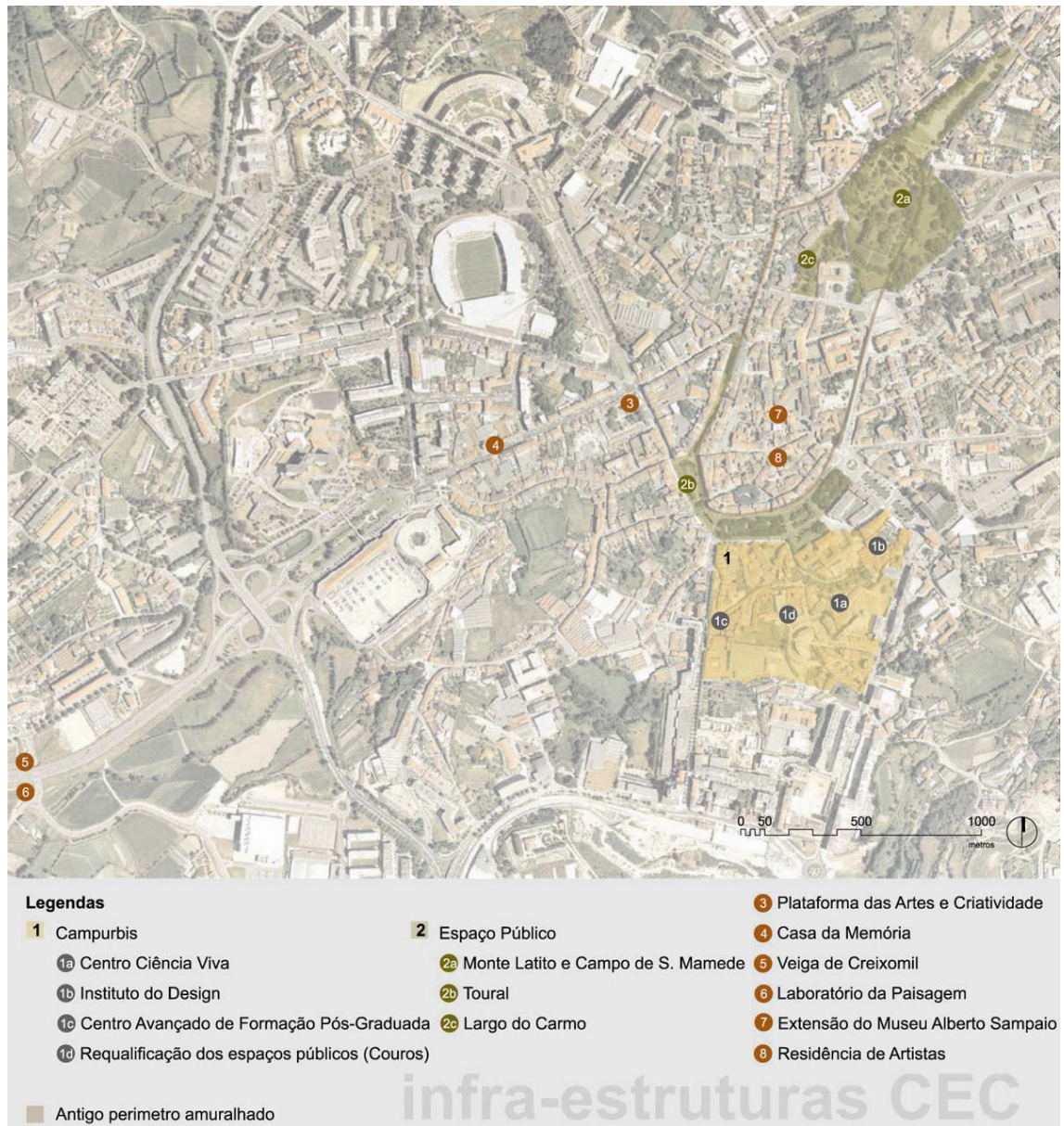
- Em instituições, parceiros e patrocinadores e na realização de parcerias a diversos níveis e a participação em redes.

- No público dos eventos, contactos aos públicos locais, regionais, nacional e internacional, usando prioritariamente a plataforma digital, nomeadamente sítio da internet da CEC.

- Neste contexto a Europa perspectiva-se o legado que será deixado no conhecimento europeu, de uma cidade com uma identidade forte, participativa e hospitaleira, com um património único e da criatividade como modelo empresarial.

Na precursão da implementação da estratégia de comunicação, a CEC disporá de diversas ferramentas de comunicação: o networking, assente numa rede que representa todos os que estiverem directamente relacionados com a preparação e posterior celebração do evento, aproveitando todas as “sub-redes” de contactos; as tecnologias de informação e comunicação; promoção e espaço público, com a sua utilização na realização de eventos para grandes públicos e de forte impacto mediático; parcerias com os media.

5.3. O programa das infra-estruturas



Mapa 50 – as infra-estruturas na CEC [2012].

As infra-estruturas enunciadas (mapa 50) pelo Plano Estratégico 2011-2013 (Fundação Cidade de Guimarães, 2010) são da responsabilidade da Câmara Municipal de Guimarães. Porém a CEC assenta a celebração do evento sobre uma grande parte destas, capitalizando os novos espaços e apoiando-se nas valências que a cidade já oferece. O programa de operações, conforme refere o Fundação Cidade de Guimarães (2011), abarca um conjunto de edifícios públicos e privados, que sofrerão intervenções ao nível da reabilitação na requalificação de áreas

urbanas. O conjunto de intervenções materializa-se em oito projectos de intervenção que se passam a enunciar: O Campurbis (Fotografia 40), designação para a parceria entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Universidade do Minho, com um espírito de *“Universidade sem Muros”* (Fundação Cidade de Guimarães, 2011), com a revitalização de uma área antiga da cidade associada aos preceitos de uma nova área criativa, de conhecimento e inovação.



Fotografia 40 – imagem 3D da Campurbis [2012].

De entre os diversos espaços a reabilitar destacam-se Centro de Ciência Viva, onde outrora existira a Fábrica Âncora, que servirá de interface lúdico e educativo acessível a todos, permitindo o conhecimento dos processos de transformação e criação de novos produtos, bem como da evolução das técnicas de produção no que se refere ao nível da ciência e tecnologia; o Instituto de Design, antiga Fábrica da Ramada, favorecerá através de uma rede de parcerias, formação e inovação, a exposição do Design como ferramenta de trabalho no sector empresarial, bem como na difusão de ideias e conceitos ao nível da área em questão. Este equipamento estará intimamente ligado ao que se descreve a seguir: O Centro Avançado de Formação Pós-Graduada, antiga Fábrica Freitas & Fernandes, equipamento que permitirá o desenvolvimento articulado da inovação e tecnologia, com relação directa ensino pós-graduado, oferecendo-se a toda uma região e adaptando-se às necessidades intrínsecas do sector empresarial. A requalificação do espaço público da zona que alberga os equipamentos supra-citados, dotando-o das diversas infra-estruturas necessárias, bem como na sua capacitação como zona tecnológica, nomeadamente com modernas infra-estruturas.

O Espaço Público: projecto de regeneração de espaços públicos estruturar-se-á numa imagem vincada como são o Monte Latito e o Campo de S. Mamede, o Toural e o Largo do Carmo. O Monte Latito comporta intervenções no espaço público envolvente ao Castelo, Paços dos Duques e Capela de S. Miguel do Castelo e caracteriza-se por cinco acções de intervenção - acessibilidades ao Castelo, beneficiação nos Paços dos Duques na componente construtiva e expositiva, intervenção na Capela de S. Miguel do Castelo, a criação de centro interpretativo no Monte Latito e por fim a intervenção no domínio do espaço envolvente. O Toural, compreendido entre a Alameda S. Dámaso, o Largo do Toural até ao final da rua de Santo António, compreende a intervenção no espaço público com a preocupação de manter a mancha arbórea existente, valorização do trânsito pedonal em detrimento do automóvel regulando a sua circulação. O Largo do Carmo, com intervenções no reordenamento e disciplina da circulação automóvel prevê operações de valorização patrimonial e paisagístico na zona indicada.



Fotografia 41 – imagem 3D da plataforma de Artes e Criatividade [2012].

A Plataforma das Artes e Criatividade (fotografia 41), que se instalará no Antigo Mercado de Guimarães será um espaço multifuncional dedicado à actividade artística, cultural, social e económica, albergando três grandes áreas programáticas. O Centro de Arte, acolhendo a exposição permanente da Colecção José de Guimarães. Os Ateliers Emergentes de Apoio à Criatividade, estando vocacionado para receber jovens criadores. Os Laboratórios Criativos estarão providenciados com gabinetes de apoio empresarial ao acolhimento de actividades relacionadas com a indústria criativa.



Fotografia 42 – imagem 3D da Casa da Memória [2012].

A Casa da Memória (fotografia 42) pretende ser o elemento âncora da História e Cultura de Guimarães, onde se demonstrará a perspectiva histórica, social, económica, cultural e vivencial dos seus habitantes.

A Veiga de Creixomil, visando a ligação do considerado pulmão verde da cidade com a tradição agrícola que a cidade ainda detém aliando-o a uma nova prática cultural e de lazer.

O Laboratório da Paisagem, como equipamento e estrutura funcional próximo do conceito de “*observatório*” (Fundação Cidade de Guimarães, 2011).

A Extensão do Museu Alberto Sampaio, servindo como elemento complementar ao Museu salientado pela sua nova qualidade do serviço educativo.

A Residência dos Artistas, conceito inovador na capacidade de alojar temporariamente criativos e artistas, permitindo-lhas a sua vivência, como na apresentação dos seus trabalhos no espaço expositivo, complementados com espaços de divulgação, diálogo entre os seus utilizadores e a população local. (Fundação Cidade de Guimarães, 2011)

5.4. Nota de síntese



Mapa 51 – oferta cultural na CEC [2012].

A cidade de Guimarães vive um período favorável da sua história no contexto urbano, pelo reconhecimento da Unesco como Património Mundial e das diferentes entidades nacionais e internacionais, sendo exemplo na reabilitação urbana. Contudo, o sector empresarial da cidade, de reconhecido valor industrial e económico, configura-a como principal cidade da região têxtil do Vale do Ave, de perfil exportador. Tem-se verificado esforços desenvolvidos no sentido de reconfigurar Guimarães quanto ao seu papel no contexto internacional, apostando-se em realizar uma mudança de paradigma: a de uma cidade industrial clássica para uma cidade criativa.

Como estratégia da cidade, a cultura tem sido o mote da mudança, com forte desenvolvimento cultural e artístico e investimento em infra-estruturas culturais (mapa 51), demonstrado nas várias dinâmicas culturais existentes na cidade. A realização da CEC vem permitir a consolidação da estratégia adoptada com o modelo “Cultural-led Urban Regeneration”, usando a cultura como catalisador e motor da regeneração, que no caso particular de Guimarães pretende ser urbana, económica e social.

A programação cultural do evento assenta a sua oferta da actividades culturais e criativas em espaços não convencionais, como as ruas, praças, jardins, igrejas, entre outros. Esta opção, conforme referia a Dra. Fernanda Abreu⁸⁷ da Câmara, em conversa informal, implica a reabilitação de diversos espaços urbanos, bem como a recuperação de infra-estruturas e equipamentos, desenvolvendo uma nova relação entre os cidadãos e a cidade. Aponta ainda o espaço urbano como principal palco, local de encontro e oferta de experiências na realização da CEC. Como se observa, a cultura é, e será, no âmbito da celebração da CEC, o principal elemento de oferta, alicerçado num espaço público consolidado no centro da cidade e nos diversos equipamentos culturais existentes.



Fotografia 43 – estátua de D. Afonso Henriques [2012].

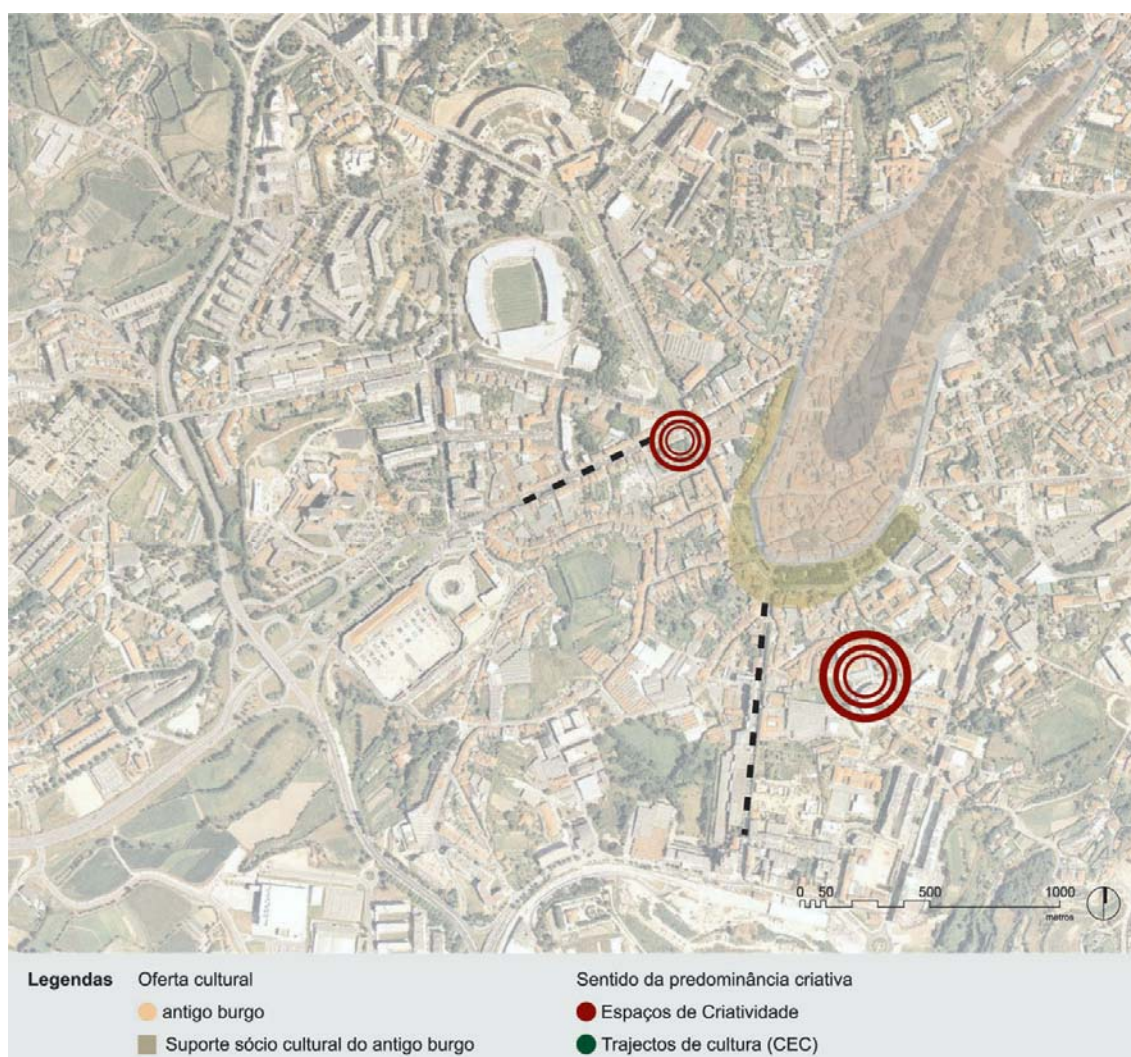
A leitura que se produz a partir das intervenções a operar e dos elementos já disponíveis permite desenhar um esquema gráfico que identifica a zona do antigo perímetro amuralhado, (do tempo da unificação gótica), a oferta ao nível de equipamentos culturais de pequena e média dimensão, bem como os principais símbolos da cidade, nomeadamente no Castelo e Paço dos Duques de Bragança, com a zona envolvente consolidada e pronta para a realização do evento. O espaço intervencionado mais a sul, designadamente o Toural, serve como espaço

⁸⁷ Vereadora do pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Guimarães e que foi responsável pelo processo de candidatura da cidade à realização da CEC.

sociocultural para as diferentes realizações em espaço aberto, facto que comprova a sua função desde sempre.

De salientar as duas linhas de força cultural, especificadamente, a Avenida D. Afonso Henriques, onde se posiciona o recente equipamento cultural do Palácio e Centro Cultural Vila Flor; e a Avenida Conde Margaride, iniciada pela Plataforma das Artes e Criatividade até à Casa da Memória, local que armazenará a história e a cultura da cidade (servindo ambos os percursos como trajectos da cultura).

No entanto o esquema (mapa 52) permite identificar também dois centros de criatividade: a Plataforma das Artes e Criatividade, de concepção mais empresarial; e a Zona dos Couros, com uma série de equipamentos de teor criativo, associado directamente ao sector académico, designadamente à Universidade do Minho. Aqui se demonstra a atitude de mudança de perfil da cidade, apostando na CEC como ferramenta alavancadora.



Mapa 52 – esquema interpretativo da CEC [2012].

6. CONCLUSÃO

A realização desta Dissertação teve como propósito maior consubstanciar um contributo sobre a estratégia urbana da cidade de Guimarães como CEC, desenvolvendo para o efeito uma leitura comparada e diacrónica entre esta cidade e três outras CEC. Pela forma como esta se perfilava no quadro da candidatura e posterior realização do evento, prevê-se a sua pretensão relativa à sua mudança de paradigma, a de uma cidade industrial clássica para uma cidade criativa, assente no conhecimento. Assim se justifica a necessidade de se aprofundar o saber sobre a evolução e o desenvolvimento da cidade tipificada (cidade industrial clássica), e sobre o conhecimento de novas realidades de cidade para uma nova imagem.

Procurou-se entender a cidade no que se refere à sua transformação ao longo do último século, época marcada por processos que a modificaram a diversos níveis. Chegados a este momento, exigem-se novas atitudes, novos rumos, diferentes estratégias, tendo como objectivo novas marcas de cidade. Neste contexto foi efectuado um conjunto de reflexões com diferentes aproximações à cidade e respectiva procura para novas ideias, para novas imagens, que serão determinantes num futuro muito próximo para a sobrevivência das cidades, em contextos cada vez mais globalizados.

O facto do tema regeneração urbana estar inserido neste tema, justifica-se por si só, na medida em pode ser visto como uma das ferramentas usuais e mais utilizadas nas cidades para operarem as referidas transformações. O conhecimento dos procedimentos, a sua evolução ao longo do tempo e exemplificação a partir de casos ocorridos na Europa, permitiu a consolidação de saberes nesta matéria, entendendo os métodos que se propõem para a cidade de Guimarães (que constam em algumas das cidades “casos de estudo”).

A ligação directa da cidade à realização de um evento como a CEC, pressupõe entender o conceito propriamente dito, nomeadamente na sua vertente histórica, bem como no que diz respeito aos procedimentos necessários à realização deste acontecimento. Procurou-se, de forma sintetizada e a partir dos relatórios disponíveis nos centros de documentação europeia, revelar todo o conhecimento relativo à candidatura, organização, implementação e dos resultados até agora obtidos por algumas das cidades CEC.

Os objectivos pretendidos ancoraram-se na análise de cidades já nomeadas. A partir de um conjunto de critérios previamente definidos procedeu-se à designação de quais as cidades a estudar e através de conceitos e metodologias de análise urbana realizou-se o estudo da evolução da morfologia, recorrendo a conteúdos históricos, construindo mapas de análise, o que permitiu o conhecimento da forma urbana da cidade e como esta se estruturou. A investigação dos dados disponíveis, em relatórios já referidos, permitiu o conhecimento de como as cidades organizam o evento, o realizam e qual o impacto que este surtiu nas cidades a diversos níveis, nomeadamente turístico, económico e social. Com a identificação das capacidades criadas, e com ou sem desenho urbano, e a análise sobre o uso dado à cidade,

foi possível a realização de notas de síntese, as quais elencam os princípios para as estratégias urbanas relativas à realização do evento nas cidades estudadas e o lastro que foi deixado nas mesmas cidades. Foi desenvolvido um esquema interpretativo da estratégia urbana no que se refere aos aspectos culturais. Para além destes aspectos, procurou-se ter sempre em conta o mesmo nível de informação, nos aspectos quantitativo e qualitativo, de forma a igualar o conhecimento das diferentes realidades urbanas no âmbito da realização da CEC. Reunidas as informações, produziu-se o estudo comparativo, confrontando, verificando e apurando os pontos positivos do evento como a identificação naqueles menos conseguidos. A este propósito, no decorrer dos diversos temas foram-se tecendo algumas considerações indicando os aspectos a ter em conta.

Posto isto, deu-se início ao derradeiro objectivo que se evidenciou pela análise da cidade de Guimarães nos mesmos moldes das usadas nos casos de estudo anteriores, salientando não só a organização do evento nos mais variados temas, mas também todo o programa de infra-estruturas, evidenciando a estratégia da cidade para uma mudança de paradigma. A realização deste estudo permitiu um conhecimento mais profundo sobre a realidade da organização deste tipo de eventos, como é o caso da CEC, reconhecendo os aspectos menos alcançados, mas principalmente os acontecimentos de maior êxito que marcaram as cidades referidas. No que respeita a Guimarães, esta é ainda uma fase antecedente à celebração propriamente dita do acontecimento, com a cidade em pleno alvoroço aprontando-se para receber a CEC.

A sugestão para um propósito futuro será o de, após a realização do evento e decorrido um certo intervalo temporal, realizar uma análise ao lastro deixado pela Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012, mas principalmente confirmar o desejo enunciado pela cidade quanto à sua mudança de paradigma, e de que forma se materializou e se consolidou.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Geral**Publicações**

AMADO, Miguel Pires. Planeamento sustentável. Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2005. ISBN 972-8801-74-2.

ALBARELLO, Luc; DIGNEFFE, Françoise; HIERNAUX, Jean-Pierre; MAROY, Christian; RUQUOY, Danielle; SAINT-GEORGES, Pierre de. Práticas e métodos de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa : Gradiva, 1997.

AZEREDO, António Carlos de. Porto & Gaia. Porto : Caminhos Romanos Editora, 2009. ISBN 978-989-95890-4-9.

BELLET, Carme e LLOP, Josep. Ciudades intermedias - Urbanizacion Y e sostenibilidad. Lleida : Editorial Mileno, 1998. ISBN 84-89790-85-X.

BENET, Nicolás, et al. Salamanca Ciudad Europea de la Cultura 2002. Salamanca : Salamanca 2002 Ciudad Europea de la Cultura, 2001. ISBN 84-95610-19-1.

BENEVOLO, Leonardo. A cidade na História da Europa. [trad.] Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 1ª. Lisboa : Editorial Presença, 1995. ISBN 972-23-1883-7.

BENEVOLO, Leonardo. As origens da urbanística moderna. [trad.] Editorial Presença. 2ª. Lisboa : Editorial Presença, 1987. Vol. Coleções Dimensão.

BENEVOLO, Leonardo. Desenho da Cidade - 5. Lisboa : Gustavo Gilli, 1979. Vol. 5º Volume, ESG.

BORJA, Jordi e MUXI, Zaida. El espacio publico - Ciudad e ciudadania. Barcelona : ELECTA, 2003. ISBN 84-8156-343-9.

CHOAY, François. Alegoria do Património. Lisboa : Edições 70, 2008. ISBN 978-972-44-1274-0.

COELHO, António Baptista. Humanização e vitalização do espaço público. In Caderno Edifícios nº 4. Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2005.

ECO, Umberto.. Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas. 5ª edição. Lisboa : Editorial Presença, 1991.

EDITORIAL FISA ESCUDO DE ORO, S.A. Toda Salamanca. Barcelona : Editorial Fisa de Oro, S.A, 2010.

GIL, A. Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. S.Paulo : Editora Atlas, 1987.

GOITIA, Fernando Chueca. Breve História do Urbanismo. 7ª Edição. Lisboa : Editorial Presença, 2008. ISBN - 978-972-23-1541-8.

GRETHER, Reinhold. 2001. Hacia un código mundial: el concepto etoy de arquitectura en red. in KOOLHAAS Rem [et al.]. MUTACIONES. Barcelona : Actar, 2001.

INNERARITY, Daniel. A sociedade invisível. Lisboa : Teorema, 2004. ISBN 978-972-695-863-5.

INNERARITY, Daniel. O novo espaço público. Lisboa : Teorema, 2006. ISBN 978-972-695-906-9.

JANEIRO, José Adriano. Guimarães, o Mosteiro, a Colegiada e a paróquia de S.Paio. Guimarães : Empresa do Diário do Minho, Lda, 2007
KOOLHAAS, Rem [et al.]. MUTACIONES. 1ª Edição. Barcelona : ACTAR, 2001. ISBN 9788495273543.

JENCKS, Charles. Movimentos modernos em arquitectura. Lisboa : Edições 70, 1992. ISBN 972-44-0498-6.

JORGE, Filipe. Oporto from the Sky. Lisboa : Argumentum Edições, 2000. ISBN 972-8801-74-2.

LANDRY, Charles. The art of city making. s.l. : Earthscan, 2006. ISBN 1-84407-245-2.

LE CORBUSIER. Maneira de pensar o Urbanismo. 4ª Edição. Lisboa : Europa-América, 2008. ISBN - 978-972-1-03370-2.

LYNCH, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa : Edições 70, 1999. Livro da ESG - Falta ISBN.

MAGI, Giovanna. *Avignon*. Florença-Itália : Casa Editrici Bonechi, 2005. ISBN 88-476-0585-7.

MAUSBACH, Hans. *Urbanismo Contemporâneo*. [ed.] Martins Fontes. [trad.] Wanda Ramos. 2ª. Lisboa : Editorial Presença, 1977.

MORAIS, Margarida e VAZ, Madalena. *Guimarães – Património Cultural da Humanidade*. Guimarães : Câmara Municipal de Guimarães, 2002. Vol. Volume II. ISBN 972-8050-22-4.

MORAIS, Margarida e VAZ, Madalena. *Guimarães – Património Cultural da Humanidade*. Guimarães : Câmara Municipal de Guimarães, 2002. Vol. Volume I. ISBN 972-8050-22-4.

OLIVEIRA, J.M.Pereira de. 2007. *O espaço urbano do Porto - condições naturais e desenvolvimento*. Porto : Edições Afrontamento, 2007.

PERES, Damião. *História da cidade do Porto*. Porto : Portucalense Editora, 1962.

PORTAS, Nuno. *A cidade como Arquitectura*. 2ªEdição. Lisboa : Livros Horizonte, 2007. ISBN 972-24-1463-1.

RELPH, Edward. *A paisagem urbana moderna*. Lisboa : Edições 70, 1987. ESG.

SILVA, Augusto Santos e PINTO, José. *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto : Edições Afrontamento, 1896.

SOLÀ-MORALES, Manuel de. *De cosas urbanas*. 1ªEdição. Barcelona : Gustavo Gili, 2008. ISBN 978-84-252-2260-3.

Documentos electrónicos

Ayuntamiento de Salamanca. *Ayuntamiento de Salamanca*. Ayuntamiento de Salamanca. [Online] Ayuntamiento de Salamanca, 2010. [consult. 2010] www.aytosalamanca.es.

Câmara Municipal de Guimarães. *Câmara Municipal de Guimarães*. Câmara Municipal de Guimarães. [Online] 2010. [consult. 2010] <http://www.cm-guimaraes.pt>.

-
- Câmara Municipal do Porto. *Câmara Municipal do Porto*. Câmara Municipal do Porto. [Online] 2010. [consult. 2010] <http://www.cm-porto.pt/>.
- CIEJD. *Centro de Informação Europeia Jaques Delors*. Centro de Informação Europeia Jaques Delors. [Online] 2008. [consult. 2010] <http://www.eurocid.pt/>.
- European Commission, Directorate-General for Education and Culture. 2009. *European Capitals of Culture: The Road to Success, from 1985 to 2010*. Documentation Centre on European Capitals of Culture. [Online] 2009. [consult. 2011] <http://www.ecoc-doc-athens.eu>.
- CCDR-N. 2008. *Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração*. Programa Operacional para o Novo Norte. [Online] 2008. [consult. 2011] <http://www.ccdn.pt>.
- Guimarães CEC2012. Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012. *Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012*. [Online] Fundação Cidade de Guimarães, 2010.[consult. 2010] <http://www.guimaraes2012.pt/>.
- INE. 2011. *Instituto Nacional de Estatística*. Portal Instituto Nacional de Estatística. [Online] Instituto Nacional de Estatística, 2011. [consult. 2011] <http://www.ine.pt/>.
- La Mairie de Avignon. *La Mairie de Avignon*. Avignon. [Online] 2010. [consult. 2010] <http://www.avignon.fr>.
- LÓPEZ, David Senabre. *Desarrollo urbano y urbanística del municipio de Salamanca en el siglo XX*. Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. [Online] 06 de 2003. [consult. 2011] <http://dialnet.unirioja.es/servlet/oaiart?codigo=670088>.
- MKW GmbH. *Case Study on European Capitals of Culture (2003 – 2007)*. Documentation Centre on European Capitals of Culture. [Online] Outubro de 2007. [consult. 2010] <http://www.ecoc-doc-athens.eu>.
- Parlamento Europeu. *Parlamento Europeu*. Parlamento Europeu. [Online] 2010. [consult. 2010] <http://www.europarl.europa.eu/>.
- Porto 2001. *Porto 2001*. Porto 2001. [Online] 2010. [consult. 2010] <http://www.porto2001.pt/>.
- Salamanca Ciudad de Cultura. 2010. Salamanca Ciudad de Cultura. *Salamanca Ciudad de Cultura*. [Online] 2010.[consult. 2010] <http://www.ciudaddecultura.org/cultura.html>.

Bibliografia Específica**Publicações**

ALMEIDA, Carlos A. Brochado. Povoamento Romano do Litoral entre Cávado e Minho. Porto : Faculdade do Porto, 2000. Vol. Volume III, Dissertação de Doutoramento .

ASCHER, François. Metapolis - Acerca do futuro da cidade. 1ª Edição. Lisboa : Celta Editora, 1998. ISBN - 972-8027-89-3.

ASCHER, François. Novos compromissos urbanos - um léxico. 1ª Edição. Lisboa : Livros Horizonte, 2010. ISBN - 978-972-24-1670-2.

ASCHER, François. Novos princípios do Urbanismo. 1ª Edição. Lisboa : Livros Horizonte, 2010. ISBN - 978-972-24-1670-2.

BENEVOLO, Leonardo. A Cidade e o Arquitecto. 2ª Edição. São Paulo : Editora Perspectiva, 2001. ISBN 85-273-0275-6.

BENEVOLO, Leonardo. História da Cidade. 4ª Edição. São Paulo : Editora Perspectiva, 2005. ISBN 978-85-273-0100-8.

BENEVOLO, Leonardo. O último capítulo da Arquitectura Moderna. Lisboa : Edições 70, 2009. ISBN 9789724414027.

BOERI, Stefano. Apuntes para un programa de investigation. in KOOLHAAS, Rem [et al.] . MUTACIONES. Barcelona : Actar, 2001.

BOGDAN, Robert e BKILLEN, Sai. Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e métodos. Porto : Porto Editora, 1987.

BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. Local y global - la gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid : Taurus, 1997. ISBN 84-306-0269-0.

BRUYNE, Paul de, HERMAN, Jaques e SCHOUTHEETE, Marc de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro : Francisco Alves Editora, 1991.

Câmara Municipal de Guimarães. Adenda à candidatura Guimarães Capital Europeia da Cultura. Guimarães : Guimarães, 2008.

Câmara Municipal de Guimarães. Candidatura ao título de Capital Europeia da Cultura. Guimarães : Câmara Municipal de Guimarães, 2007.

CANDEIRA, Jose A. López. Diseño urbano - teoria y práctica. Madrid : Editorial Munilla-Leria, 1999. ISBN 848915029-X.

CASANOVA Y TODOLÍ, Ubaldo de. Salamanca, Biografía de una ciudad. Salamanca : Amarú Ediciones, 2002.

CASTELLS, Manuel. The informational city. Oxford-UK : Blackwell Publishers, 1989. ISBN 0-631-17937-2.

CHOAY, Françoise. A regra e o modelo - Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo. 1ª. Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2007. ISBN 978-989-8010-77-3.

CHOAY, Françoise. O Urbanismo - utopias e realidades - uma antologia. 6ª Edição. São Paulo : Perspectiva, 2006. ISBN - 978-85-273-0163-3.

COGLIANDRO, GiannaLia. Final Report - European Cities of Culture for the Year 2000. Bruxelas : Association of the European Cities of Culture of the year 2000, 2001.

COLQUHOUN, Ian. Urban Regeneration. Londres : B.T.Basford Ltd, 1995. ISBN 0-71347087-9.

CRUZ, Paulo Jorge de Sousa e CORDEIRO, José Manuel Lopes. As pontes do Porto. Porto : Livraria Civilização Editora, 2001. ISBN 972-26-1890-3.

CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. Lisboa : Edições 70, 1971. ESG.

CUNHA, Paulo Sarmiento e. Apresentação. in FAUP. Porto 2001: regresso à Baixa. Porto : FAUP Publicações, 2000.

FAUP. Porto 2001: regresso à Baixa. Porto : FAUP Publicações, 2000. ISBN 972-9483-39-6.

FERNANDES, Manuel Correia. Intenções Programáticas. In FAUP. Porto 2001: regresso à Baixa. Porto : FAUP Publicações, 2000.

FLORIDA, Richard. The Rise of The Creative Class. Nova Iorque : Basic Books, 2004. ISBN 0-465-02477-7.

INDOVINA, Francesco. La città diffusa. Territorio. Innovazione. Economia. Pianificazione. Politiche. Veneza : DAEST-IUAV, 1990.

LAGO, Teresa. Apresentação "Porto 2001-CEC". in FAUP. Porto 2001: regresso à Baixa. Porto : FAUP Publicações, 2000.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. 5ªEdição. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. ISBN 978-972-31-0903-0.

LANDRY, Charles. The Creative City. 2ªEdição. Londres : Earthscan, 2008. ISBN 1853836133.

LESSARD-HÉBERT, Michelle, GOYETTE, Gabriel e BOUTIN, Gerard. Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas. Lisboa : Instituto Piaget, 1994.

LOZA, Rui Ramos. Porto património mundial. Porto : Câmara Municipal do Porto, 1998. ISBN 972-9147-22-1.

LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. Lisboa : Edições 70, 1996. Livro da ESG - falta ISBN.

MACHADO, Narciso. Guimarães da Fundação de Portugal à Integração Europeia. Braga : Empresa do Diário do Minho, Lda, 2008.

MENDES, Manuel. "Baixa Portuenense" - Pura representação. in FAUP. Porto 2001: regresso à Baixa. Porto : Faup Publicações, 2000.

MORAIS, Margarida e VAZ, Madalena. Guimarães – Património Cultural da Humanidade - Objectivos estratégicos. Guimarães : Câmara Municipal de Guimarães, 2002.

MORRIS, A.E.J. Historia de la forma urbana. 5ªEdição. Barcelona : Editorial Gustavo Gili, 1995. ISBN 84-252-1181-6.

PANERAI, Philippe, et al. Elementos de analisis urbano. Madrid : Instituto de estudos de admnistración local, 1983. ISBN 84-7088-343-7.

PAULINO, Raquel. Da estratégia de valorização ao processo de regeneração urbana. Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Dissertação de Mestrado.

PINHO, Ana Cláudia da Costa. O espaço da Cidade - Teoria e interpretações. Porto : Escola Superior Artística, 2000. Tese de Mestrado (Orientador - Arq. Michele Cannatà).

PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro e CABRAL, João. Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades. 3ª edição. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. ISBN-978-972-31-1061-6.

PORTOGHESI, Paolo. Depois da Arquitectura Moderna. Lisboa : Edições 70, 1985.

Préfecture du Vaucluse. Secteur sauvegardé d'Avignon - Plan de sauvegardé e de mise en valeur. Avignon : Service Urbanisme Ville d'Avignon, 2007.

QUIVY, Raymond e CAMNHOUT, LucVan. Manuel de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa : Gradiva, 1992.

RAMOS, Luis A. de Oliveira. História do Porto. Porto : Porto Editora, 1995. ISBN 972-0-06276-2.

ROBERTS, Peter e SYKES, Hugh. Urban Regeneration. Londres : Sage Publications Ltd, 2000. ISBN 0-7619-6716-8.

ROSSI, Aldo. A Arquitectura da Cidade. 2ªEdição. Lisboa : Edições Cosmos, 2001. ISBN 972-762-126-0.

SASSEN, Saskia. La ciudad global: una interpretation al concepto y su historia. in KOOLHAAS Rem [et al.]. MUTACIONES. Barcelona : ACTAR, 2001.

SASTRE, Julián Lanzarote. Prólogo. in Nicolás BENET, et al. Salamanca Ciudad Europea de la Cultura 2002. Salamanca : Salamanca 2002 Ciudad Europea de la Cultura, 2001.

TAVARES, Ana. Reabilitação Urbana . o caso de pequenos centros históricos. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa, F.C.T, 2008. Dissertação para o Grau de Mestre.

VEGARA, Alfonso e DE LAS RIVAS, Juan Luis. Territórios Inteligentes. 1ª Edição. Madrid : Fundação Metr poli, 2004. ISBN: 9788460926986.

WAGON, Bernard, DELECROIX, Sophie e CASSULO, Jean Paul. Avignon protège, restaure et met en valeur son patrimoine. Avignon : Secteur sauvegardé   Avignon, s.d.

WAGON, Bernard, DELECROIX, Sophie e CASSULO, Jean Paul. Plan d evolution urbaine. in Préfecture du Vaucluse. Secteur sauvegardé d Avignon - Plan de sauvegardé e de mise en valeur. Avignon : Service Urbanisme Ville d Avignon, 2007c.

WAGON, Bernard, DELECROIX, Sophie e CASSULO, Jean Paul. Rapport de presentation. in Préfecture du Vaucluse. Secteur sauvegardé d Avignon - Plan de sauvegardé e de mise en valeur. Avignon : Service Urbanisme Ville d Avignon, 2007a.

WAGON, Bernard, DELECROIX, Sophie e CASSULO, Jean Paul. Recueil de donnes historiques par groups d lots ou quartiers. in Préfecture du Vaucluse. Secteur sauvegardé d Avignon - Plan de sauvegardé e de mise en valeur. Avignon : Service Urbanisme Ville d Avignon, 2007b.

ZARZA, Eugénio Garcia. Urbanismo Salmantino en el siglo XX. De la ciudad tradicional al área metropolitana. In Salamanca 2002 Ciudad Europea de da Cultura. Salamanca Ciudad Europea de da Cultura 2002. Salamanca :, 2001

Documentos electrónicos

BINNS, Luke. Capitalising on Culture: An Evaluation of Culture-Led Urban Regeneration Policy. [Online] Documentation Centre of European Capitals of Culture - ATHENS. 2010. [consult. 2010] <http://www.ecoc-doc-athens.eu>.

DGOTDU. Proposta de projecto de decreto regulamentar que estabelece conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. [Online] Maio de 2008. [consult. 2010] www.dgotdu.pt/.

DOC_Athens. Centro de Documentação das Capitais Europeias da Cultura. Centro de Documentação das Capitais Europeias da Cultura. [Online] 2010. [consult. 2010] <http://www.ecoc-doc-athens.eu/index.php>.

European Communities. European Capitals of Culture. European Comission. [Online] 2009. [consult. 2011] <http://ec.europa.eu/culture>. ISBN: 978-92-79-14173-7.

EVANS, Graeme. Measure for Measure: Evaluating the Evidence of Culture's Contribution to Regeneration. Documentation Centre on European Capitals of Culture. [Online] 01 de Maio de 2005. [consult. 2010]. <http://www.ecoc-doc-athens.eu>.

Fundação Cidade de Guimarães. Guimarães 2012. Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura. [Online] Fundação Cidade de Guimarães, 2011. [consult. 2011] www.guimaraes2012.pt.

Fundação Cidade de Guimarães Plano Estratégico 2011-2013. Guimarães 2012. [Online] 28 de 09 de 2010. [consult. 2011] [www.guimaraes2012](http://www.guimaraes2012.pt).

HERRERO, Luis César [et al.]. European Urban and Regional Studies. Documentation Centre on European Capitals of Culture [Online] 2006. [consult. 2010] <http://eur.sagepub.com/cgi/content/abstract/13/1/41>.

HOLTKAMP, Dorothee Meyer. Bologna and Cork: A compare and contrast analysis of the short-, medium- and long-term effects of the European Capital of Culture Programme. Documentation Centre of European Capitals of Culture - ATHENS. [Online] Março de 2006. [consult. 2011] <http://www.ecoc-doc-athens.eu/>.

INFOPEDIA. 2003. Infopedia - Enciclopédia e Dicionários Porto Editora. [Online] 2003. [consult. 2011] www.infopedia.pt.

ISTOCKPHOTO. 2010. Istockphoto. Istockphoto. [Online] Istockphoto, 2010 [consult. 2010] www.istockphoto.com

PALMER, Robert. European Cities and Capitals of Culture - Part I. Documentation Centre of European Capitals of Culture - ATHENS. [Online] Março de 2004. [consult. 2010] <http://www.ecoc-doc-athens.eu/>.

PALMER, Robert. *European Cities and Capitals of Culture - Part II*. Documentation Centre of European Capitals of Culture - ATHENS. [Online] Março de 2004. [consult. 2010] <http://www.ecoc-doc-athens.eu/>.

Salamanca 2002 Consortium. 2011. *Salamanca 2002*. ATHENS-Centro de Documentação das Capitais Europeias da Cultura. [Online] 2011. [consult. 2010] <http://www.ecoc-doc-athens.eu>.

Transatlantic Cities Network (TNC). *Case Study: European Capital of Culture*. Documentation Centre of European Capitals of Culture - ATHENS. [Online] s.d., [consult. 2010] <http://www.ecoc-doc-athens.eu/>.

UNESCO. 2001. *Comissão Nacional da Unesco - Portugal*. UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura . [Online] Comissão Nacional da UNESCO, 2001. [consult. 2011] www.unesco.pt.

VICENTE, Jose J. García. 2010. *Salamanca, Património local, património mundial*. www.salamancapatrimonio.com. [Online] 06 de 08 de 2010. [consult. 2010] www.salamancapatrimonio.com.

WAGON, Bernard, DELECROIX, Sophie e CASSULO, Jean Paul. *Secteur Sauvegarde d'Avignon*. Avignon protège, restaure et met en valeur son patrimoine. [Online] Ville d'Avignon - Maison du Patrimoine et de l'Habitat, 2009. [consult. 2010] www.secteursauvegardeavignon.fr.

Legislação

Decreto-Lei n.º 202/2009 de 28 de Agosto.

Resolução 90/C162/01, de 03 de Julho.

Cartografia

Câmara Municipal de Guimarães - GTL

La Mairie – Secteur Sauvegarde d'Avignon

Câmara Municipal do Porto – Portal de Informação Geográfica

Ayuntamiento de Salamanca – Urbanismo e Vivienda

Índice de Fotografias, Mapas, Gráficos e Tabelas

Fotografia 1 – logotipo da CEC2012.....	i
Fotografia 2 – imagens de um mundo globalizado.....	31
Fotografia 3 – Imagem do Centro Pompidou - Paris	47
Fotografia 4 – imagem de Las Vegas	50
Fotografia 5 – Baixa do Porto, Porto Vivo SRU	79
Fotografia 6 – espectáculo de ballet	96
Fotografia 7 – cidade de Avignon e rio Rhône.....	107
Fotografia 8 – muralhas de Avignon e o rochedo de Doms.	109
Fotografia 9 – logótipo de Avignon 2000, CEC.....	119
Fotografia 10 – museu Yvon Lambert (arte contemporânea).....	121
Fotografia 11 – museu Yvon Lambert (pátio interior).	126
Fotografia 12 – Palácio dos Papas de Avignon.....	127
Fotografia 13 – espaço público junto ao Palácio dos Papas.	128
Fotografia 14 – Promenade Antoine Pinay, Ilha de Barthelasse	129
Fotografia 15 – praça de L'Horloge, Avignon	130
Fotografia 16 – as muralhas da cidade Avignon	136
Fotografia 17 – a Ribeira do Porto	137
Fotografia 18 – a muralha Fernandina.....	141
Fotografia 19 – a praça da Ribeira no Porto.....	147
Fotografia 20 – logótipo da Porto 2001, CEC	153
Fotografia 21 – instalações nos jardins da Cordoaria	156
Fotografia 22 – a Sé do Porto e a ponte D. Luís I	159
Fotografia 23 – zona da Sé do Porto	161
Fotografia 24 – Estação de S. Bento, uma parte da Área de Intervenção Central.	163
Fotografia 25 – praça da Batalha, Área de Intervenção Lesta A.....	164
Fotografia 26 – a Casa da Música	169
Fotografia 27 – Caminhos do Romântico, Porto.....	171
Fotografia 28 – a cidade de Salamanca	172
Fotografia 29 – figura do verraco, símbolo de Salamanca.	173
Fotografia 30 – bastião da muralha romana.	175
Fotografia 31 – Casa das Conchas, Salamanca	181
Fotografia 32 – pormenor da fachada principal da Catedral Nova.....	182
Fotografia 33 – a curiosidade no património salmantino	190

Fotografia 34 – logótipo de Salamanca Porto 2002, CEC	191
Fotografia 35 – celebração da CEC na Praça Maior de Salamanca.	196
Fotografia 36 – o museu DA2, Salamanca	198
Fotografia 37 – evento cultural no âmbito da CEC, Salamanca 2002	200
Fotografia 38 – muro de contenção e acesso à zona dos Couros.....	227
Fotografia 39 – logótipo de Guimarães 2012 CEC	238
Fotografia 40 – imagem 3D da Campurbis [2012].	244
Fotografia 41 – imagem 3D da plataforma de Artes e Criatividade [2012].	245
Fotografia 42 – imagem 3D da Casa da Memória [2012].	245
Fotografia 43 – estátua de D. Afonso Henriques [2012].	247
Gráfico 1 – esquema demonstrativo das preocupações da cidade do séc. XIX ao séc. XXI	32
Gráfico 2 – valores de financiamento	89
Mapa 1 – a Europa e as realizações CEC [2010]	101
Mapa 2 – o critério geográfico.	102
Mapa 3 – o critério temporal.	102
Mapa 4 – o critério da nacionalidade.....	102
Mapa 5 – o critério da forma urbana.	102
Mapa 6 – simbologia da análise interpretativa	104
Mapa 7 – localização de Avignon.....	107
Mapa 8 – a antiguidade em Avignon, desde o Bronze final ao séc. III.	108
Mapa 9 – o período românico em Avignon.	110
Mapa 10 – o Papado durante o séc. XIV.....	112
Mapa 11 – período do séc. XV ao XVIII em Avignon.	116
Mapa 12 – a época moderna em Avignon.	118
Mapa 13 – conjunto de intervenções no âmbito da CEC [2000].....	125
Mapa 14 – perímetros de salvaguarda de património.....	132
Mapa 15 – a oferta cultural na cidade de Avignon.	133
Mapa 16 – esquema interpretativo da oferta cultural na cidade de Avignon.	135
Mapa 17 – localização do Porto.	137
Mapa 18 – as origens do Porto [Bronze Final ao séc. XI]	138
Mapa 19 – a expansão do burgo [séc. XII ao XIV]	140
Mapa 20 – a consolidação intra-muros e a transposição das muralhas [séc. XXV ao XVII]	142
Mapa 21 – da restauração da independência até ao séc. XVIII	144
Mapa 22 – o séc. XVIII no Porto.....	146
Mapa 23 – o séc. XIX no Porto.....	148

Mapa 24 – o séc. XX no Porto	152
Mapa 25 – conjunto de intervenções no âmbito da CEC	160
Mapa 26 – desenho adaptado do Programa “regresso à Baixa” da Porto 2001, CEC	162
Mapa 27 – a oferta cultural na cidade do Porto.....	167
Mapa 28 – esquema interpretativo da oferta cultural na cidade de Porto.....	170
Mapa 29 – localização de Salamanca.....	172
Mapa 30 – os assentamentos, origens de Salamanca.....	174
Mapa 31 – o período da romanização, do séc. III a.C ao séc. V.....	176
Mapa 32 – o repovoamento de Salamanca no séc. XII.....	178
Mapa 33 – o impulso criador do séc. XV.....	180
Mapa 34 – do séc. XVII ao séc. XVIII	184
Mapa 35 – o séc. XIX em Salamanca.....	186
Mapa 36 – o séc. XX em Salamanca.....	188
Mapa 37 – conjunto de intervenções no âmbito da CEC [2002]	197
Mapa 38 – a oferta cultural de Salamanca [2002].....	201
Mapa 39 – esquema interpretativo da oferta cultural de Salamanca [2002]	203
Mapa 40, 41, 42 – esquema interpretativos das cidades	212
Mapa 43 – do séc. V a.C. ao séc. IX	218
Mapa 44 – do séc. X ao XIII.....	220
Mapa 45 – do séc. XIV ao XV.....	224
Mapa 46 – do séc. XVI ao XVIII.....	226
Mapa 47 – do séc. XVIII ao XIX.....	230
Mapa 48 – do séc. XIX ao XX.....	232
Mapa 49 – do séc. XX.....	236
Mapa 50 – as infra-estruturas na CEC [2012].....	243
Mapa 51 – oferta cultural na CEC [2012].....	246
Mapa 52 – esquema interpretativo da CEC [2012].....	248
 Tabela 1 – evolução da regeneração urbana.....	 71
Tabela 2 – valores de financiamento às CEC.....	89
Tabela 3 – intervalos de valores atribuídos às CEC	92
Tabela 4 – valores de financiamentos totais às CEC.....	93
Tabela 5 - População em 2000.....	120
Tabela 6 – número de projectos realizados e a participação do público.....	122
Tabela 7 – totais dos valores na realização da CEC.....	123
Tabela 8 – número de visitantes e médias de permanência	124
Tabela 9 - população em 2001	153

Tabela 10 – número de eventos e a participação do público.....	157
Tabela 11 – totais dos valores na realização da CEC	157
Tabela 12 – número de visitantes com dormida e estadia.....	158
Tabela 13 – a população salmantina, INE.....	189
Tabela 14 - População em 2000	191
Tabela 15 – número de projectos realizados e a participação do público	194
Tabela 16 – totais dos valores na realização da CEC	194
Tabela 17 – número de visitantes/permanência e pedidos de informação.....	195
Tabela 18 - população em 2008.....	238
Tabela 19 – orçamento previsto [2012].	241

Créditos

Fotografias 1, 39-42

Fundação Cidade de Guimarães Plano Estratégico 2011-2013. Guimarães 2012. [Online] 28 de 09 de 2010. [consult. 2011] [www.guimarães 2012](http://www.guimarães2012.pt).

Fotografias 2-4, 6

ISTOCKPHOTO. 2010. Istockphoto. Istockphoto. [Online] Istockphoto, 2010 [consult. 2010] www.istockphoto.com

Fotografias 5, 7, 8, 10-19, 21-25, 27, 29, 31-33, 36, 38, 43

Fotografia de Autor

Fotografias 9

COGLIANDRO, GiannaLia. Final Report - European Cities of Culture for the Year 2000. Bruxelas : Association of the European Cities of Culture of the year 2000, 2001.

Fotografias 20

Porto 2001. Porto 2001. Porto 2001. [Online] 2010. [consult. 2010] <http://www.porto2001.pt/>.

Fotografias 26

AZEREDO, António Carlos de. Porto & Gaia. Porto : Caminhos Romanos Editora, 2009. ISBN 978-989-95890-4-9.

Fotografias 27

EDITORIAL FISA ESCUDO DE ORO, S.A. Toda Salamanca. Barcelona : Editorial Fisa de Oro, S.A, 2010.

Fotografias 30

CASANOVA Y TODOLÍ, Ubaldo de. Salamanca, Biografía de una ciudad. Salamanca : Amarú Ediciones, 2002.

Fotografias 34, 35, 37

DOC_Athens. Centro de Documentação das Capitais Europeias da Cultura. Centro de Documentação das Capitais Europeias da Cultura. [Online] 2010. [consult. 2010] <http://www.ecoc-doc-athens.eu/index.php>.

Graficos 1

Gráfico de Autor

Grafico 2

Adaptado PALMER, Robert. *European Cities and Capitals of Culture - Part II*. Documentation Centre of European Capitals of Culture - ATHENS. [Online] Março de 2004. [consult. 2010] <http://www.ecoc-doc-athens.eu/>.

Mapas 1

European Commission, Directorate-General for Education and Culture. 2009. *European Capitals of Culture: The Road to Success, from 1985 to 2010*. Documentation Centre on European Capitals of Culture. [Online] 2009. [consult. 2011] <http://www.ecoc-doc-athens.eu>.

Mapas 2,3

Mapas adaptados European Commission, Directorate-General for Education and Culture. 2009. *European Capitals of Culture: The Road to Success, from 1985 to 2010*. Documentation Centre on European Capitals of Culture. [Online] 2009. [consult. 2011] <http://www.ecoc-doc-athens.eu>.

Mapas 4-25, 27-52

Mapas de autor

Mapas 26

Desenho adaptado FERNANDES, Manuel Correia. Intenções Programáticas. In FAUP. *Porto 2001: regresso à Baixa*. Porto : FAUP Publicações, 2000.

Tabelas 1

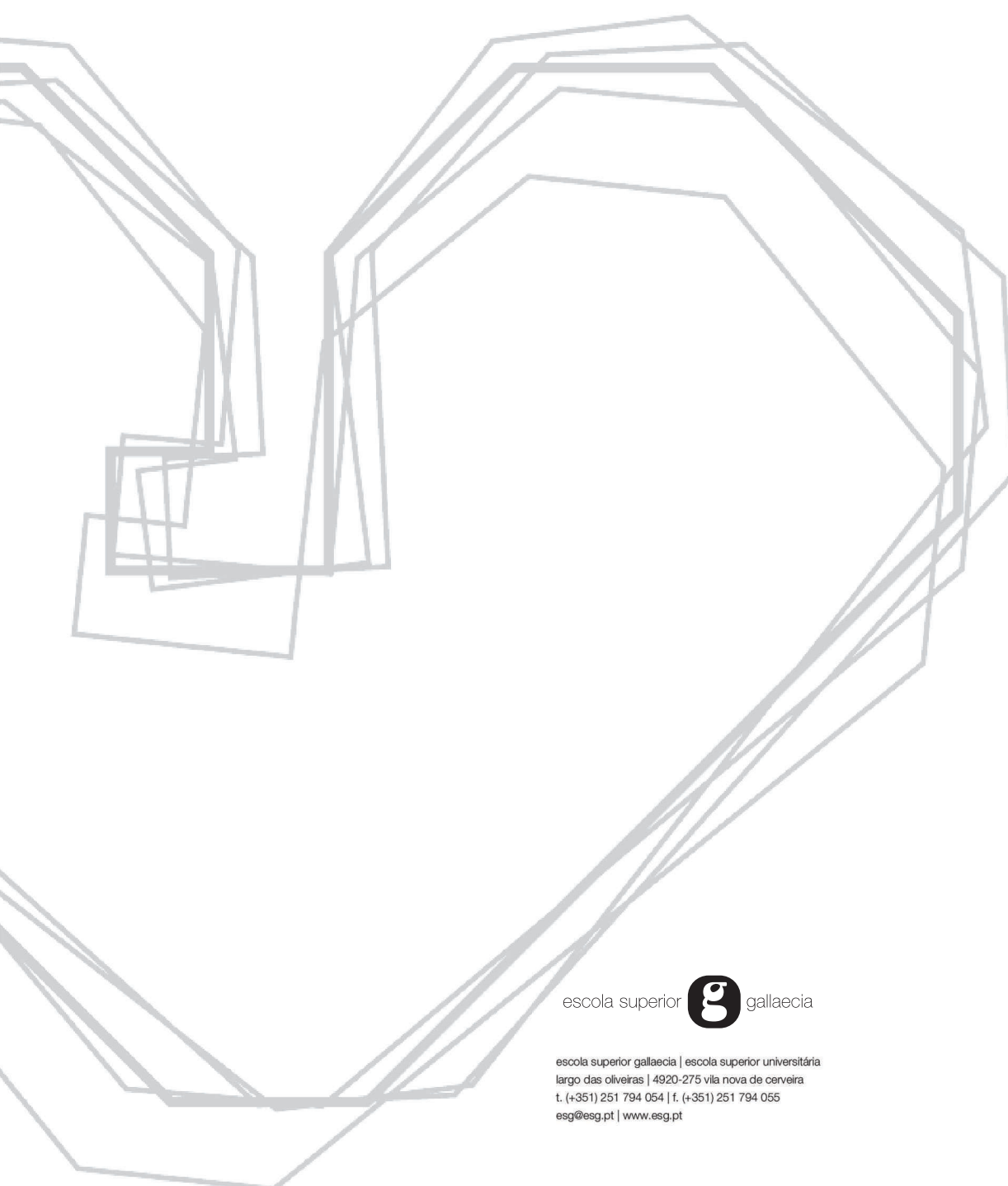
COLQUHOUN, Ian. *Urban Regeneration*. Londres : B.T.Basford Ltd, 1995. ISBN 0-71347087-9.

Tabelas 2-12, 14-18

PALMER, Robert. *European Cities and Capitals of Culture - Part II*. Documentation Centre of European Capitals of Culture - ATHENS. [Online] Março de 2004. [consult. 2010] <http://www.ecoc-doc-athens.eu/>.

Tabelas 13

ZARZA, Eugénio Garcia. Urbanismo Salmantino en el siglo XX. De la ciudad tradicional al área metropolitana. In Salamanca 2002 Ciudad Europea de la Cultura. *Salamanca Ciudad Europea de la Cultura 2002*. Salamanca :, 2001



escola superior  gallaecia

escola superior gallaecia | escola superior universitária
largo das oliveiras | 4920-275 vila nova de cerveira
t. (+351) 251 794 054 | f. (+351) 251 794 055
esg@esg.pt | www.esg.pt